

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

Nilsângela Cardoso Lima

**“A IMPRENSA TAMBÉM GOVERNA”: EMBATES JORNALÍSTICOS E LUTAS
PELO PODER ENTRE O JORNAL *O DIA* E A “IMPRENSA ALHEIA”**

**SÃO LEOPOLDO (RS)
2024**

NILSÂNGELA CARDOSO LIMA

**“A IMPRENSA TAMBÉM GOVERNA”: EMBATES JORNALÍSTICOS E LUTAS
PELO PODER ENTRE O JORNAL *O DIA* E A “IMPRENSA ALHEIA”**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) como requisito obrigatório para a obtenção de título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Marluza Marques Harres

**SÃO LEOPOLDO (RS)
2024**

NILSÂNGELA CARDOSO LIMA

**“A IMPRENSA TAMBÉM GOVERNA”: EMBATES JORNALÍSTICOS E LUTAS
PELO PODER ENTRE O JORNAL *O DIA* E A “IMPRENSA ALHEIA”**

Tese apresentada como requisito obrigatório para a obtenção de título de Doutora, pelo ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovada em:

Profa. Dra. Marluza Marques Harres – UNISINOS
(Orientadora)

Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Matins– UNISINOS
(Examinadora Interna)

Prof. Dr. Ronaldo Cesar Henn– UNISINOS
(Examinador Interno)

Profa. Dra. Marylu Alves de Oliveira – UFPI
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó – UFRGS
(Examinadora Externo)

A meus pais, Teresina Cardoso Lima e José Ferreira Lima Filho.

A meus irmãos, Nilvânia Cardoso, Nilcéia Cardoso, e Nilton César Cardoso.

A meus sobrinhos Cristiano Cardoso, Guilherme Cardoso e José Neto.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar o Doutorado em História pela Unisinos, tenho muito a agradecer.

À família maravilhosa que tenho, e que sempre foi meu suporte, para seguir a carreira acadêmica da Graduação aos dois Doutorados. Assim, agradeço a minha mãe, Teresinha Cardoso, e meu pai, José Ferreira Filho, que me proporcionaram condições materiais e emocionais para a minha formação e a quem eu devo tudo e tenho amor eterno. Aos meus irmãos, Nilvânia, Nilcélia, e Nilton Cesar, pelo amor, compreensão, incentivo e apoio incondicional. A meus sobrinhos que são, no conjunto da família, a alegria da casa e os amores da tia. Da mesma forma, à minha cunhada, Márcia Cavalcante, e ao meu cunhado, Cleiton Nogueira, pelo carinho e apreço.

As minhas amigas sertanejas e apocalípticas que sempre estão prontas para ajudar em tudo. Leda Rodrigues, Lívia Barroso, Lucélia Nárjera, Karina Campelo, Cristiane Portela, Juliana Teixeira, Amparo Alencar, Ana Cristina Lima, Lylu Oliveira, Samara Alves, Nilvânia Cardoso e Nilcélia Cardoso. Agradeço pelas palavras de confiança, os encontros festivos, as sessões de “amigaterapia”, a relação estreita de amizade circundada de apreço mútuo e por todas as aventuras malucas e inimagináveis que garantiram que minha vida acadêmica, social e familiar fosse repleta de memórias inesquecíveis.

À minha orientadora Profa. Dra. Marluza Harres, a quem cultivo grande admiração, seja pela profissional dedicada e de conhecimento ímpar, seja pelo coração bondoso e enorme que cativa a todos ao seu redor. Muito obrigada por compreender todas as minhas limitações de escrita e de tempo; assim como pela leitura minuciosa do meu texto e dos apontamentos que me ajudaram a avançar nas questões relacionadas ao campo da História.

Às minhas tias, Maria Daluz Costa e Idália Cardoso, ao meu primo/irmão, Adiel Cardoso, e às minhas primas, Adna Costa, Adilene Costa, Ainoã Costa, Jesus Alves, Leia Alves e Iris Alves, pelas orações e os melhores petiscos que transformaram o caos dos prazos finais em comédias da “família horrível”.

À tia Vera Lúcia e meus amados primos Samara, Samuel e Tiãozinho pelo carinho, convivência e o abraço que vale mais que mil palavras.

Às minhas primas Luciana Lima e Bid Lima, pelo carinho, amizade, incentivo, projetos acadêmicos e, especialmente, pelo meu afilhado Carlos Eduardo.

À Profa. Dra. Marylu Alves de Oliveira e ao Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó, pelas observações e sugestões apontadas na Qualificação, em julho de 2023, fundamentais para os encaminhamentos finais da tese.

Às professoras doutoras Maria Cristina Bohn Martins e Marylu Alves de Oliveira; aos professores doutores Ronaldo Cesar Henn e Luiz Alberto Grijó, por terem, prontamente, aceito o convite de participar da Banca Examinadora de Defesa do Doutorado em História.

À Profa. Ma. Lucélia Nárjera de Araujo, pela revisão e correção de Português do resumo da tese. À Profa. Thanya Araújo, e ao Prof. Carlos Lustosa, pelas traduções do Resumo para o inglês e espanhol, respectivamente.

À Thamyres Oliveira pela entrevista realizada com o jornalista Carlos Said.

Aos meus amigos da Graduação, e que seja para a vida toda: Santiago Júnior, Elisângela Tavares, Jociana Sousa e Lucimaria Coelho, pelo carinho, confiança, companheirismo e grande amizade.

A todos os colegas de turma, professores e a secretaria do Doutorado em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

À acupunturista Elisalde Oliveira (*in memoriam*) que me acompanhou durante muito tempo. E ao Dr. Rodrigo Valença, médico e acupunturista, que atualmente cuida dos problemas físicos e emocionais.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Piauí. Aos servidores da Biblioteca Setorial do Campus da Universidade do Delta do Parnaíba/UFdPar.

A finalização dessa tese não teria sido possível sem a colaboração, incentivo e o carinho de todos aqueles a quem devo manifestar meus sinceros agradecimentos, por ter conseguido concluir mais uma tese e alcançar mais um objetivo.

RESUMO

Esta tese objetiva analisar o discurso autorreferencial e a atuação política e partidária do jornal *O Dia* nos anos de 1959 a 1962, período em que o petebista Chagas Rodrigues esteve à frente do executivo estadual. O órgão foi criado em 1951 e, embora se apresentasse discursivamente para o leitor como um jornal “independente, político e noticioso” frente às disputas políticas existentes entre os partidos (PSD, UDN e PTB), foi utilizado como arma política de acordo com o interesse do seu proprietário, Raimundo Leão Monteiro. Para a compreensão da linha editorial e a atuação política e partidária do jornal *O Dia* no governo de Chagas Rodrigues (PTB-UDN), o *corpus* da pesquisa é formado, especialmente, pelas matérias publicadas na imprensa de Teresina no período de 1959 a 1962, além de outras fontes e documentos, como: periódicos, dados estatísticos, revistas, mensagens governamentais etc. A metodologia da pesquisa adotada foi a Análise do Discurso, na perspectiva de Michel Foucault (2009; 2010), e o referencial teórico tem como base os conceitos de Antonio Gramsci (2004), Teun Van Dijk (2008), Serge Berstein (2009), Rodrigo Patto Sá Motta (2014), Barbara H. Rosenwein (2011) e Pierre Bourdieu (2011; 2007). À luz do referencial teórico e metodológico, verificou-se que o jornal *O Dia* e a imprensa alheia foram colocados a serviço da luta pelo poder político partidário e seus redatores assumiram o papel de agentes dos grupos pessedistas, udenistas e petebistas na tentativa de interferir no jogo político e na construção da realidade ao instituir valores, conceitos, classificações, emoções, fazendo crer naquilo que pretendiam tornar visível e conhecido por meio das palavras, da linguagem, do discurso jornalístico combativo e de descomposturas. Uma cultura jornalística que engendradora nas culturas políticas se manifestava, sobremaneira, pelas brigas, pelas disputas, pela luta simbólica entre os redatores de *O Dia* com os demais órgãos de imprensa de Teresina em 1959 a 1962, demonstrando a ideia de que a “imprensa também governa”.

Palavras-chave: História do Brasil. Jornalismo. Culturas políticas. Comunidades emocionais. Análise do Discurso. *O Dia*.

ABSTRACT

This thesis analyzes the self-reference discourse and the political and partisan activity of *O Dia* newspaper from 1959 to 1962, a period in which the PTB member Chagas Rodrigues led the state executive. The organization was created in 1951 and, though it discursively presented itself to the reader as “an independent, a political and a news” newspaper facing the political disputes among the parties (PSD, UDN and PTB), it was used as a political weapon according to the interest of its owner, Raimundo Leão Monteiro. To understand the editorial line and the political-partisan activity of *O Dia* newspaper in the administration of Chagas Rodrigues (PTB-UDN), the research corpus is specially composed by articles published by Teresina press from 1959 to 1962, in addition to other sources and documents, such as: periodicals, statistical data, magazines and government messages etc. The research methodology adopted was Discourse Analysis, from the perspective of Michel Foucault (2009; 2010), and the theoretical framework is based on the concepts of Antonio Gramsci (2004), Teun Van Dijk (2008), Serge Berstein (2009), Rodrigo Patto Sá Motta (2014), Barbara H. Rosenwein (2011) and Pierre Bourdieu (2011; 2007). In the light of theoretical and methodological framework, it was verified that *O Dia* newspaper and the oblivious press were put into service of the struggle for the party political power and their editors assumed the role of agents of PSD, UDN and PTB parties, in an attempt to interfere with the political game and in the construction of reality by establishing values, concepts, classifications, emoticons, making someone believe in what they intended to make visible and known through words, language, combative journalistic discourse and discomposure. A journalistic culture which was engendered in political cultures, manifested itself, above all, through fights, disputes, the symbolic struggle among the editors of *O Dia* and the other press organizations in Teresina from 1959 to 1962, demonstrating the idea that the “press also governs”.

Keywords: History of Brazil. Journalism. Political cultures. Emotional communities. Discourse Analysis. *O Dia*.

RESUMEN

Esta tesis analiza el discurso autorreferencial y la actuación política y partidista del periódico O Dia en los años 1959 a 1962, periodo en que el petebista Chagas Rodrigues estuvo al frente del ejecutivo estatal. El medio fue creado en 1951 y, aunque se presentaba discursivamente al lector como un periódico "independiente, político y noticioso" frente a las disputas políticas existentes entre los partidos (PSD, UDN y PTB), fue utilizado como arma política de acuerdo con los intereses de su propietario, Raimundo Leão Monteiro. Para comprender la línea editorial y la actuación político-partidista del periódico O Dia durante el gobierno de Chagas Rodrigues (PTB-UDN), el corpus de la investigación está formado principalmente por los artículos publicados en la prensa de Teresina en el periodo de 1959 a 1962, además de otras fuentes y documentos, como: periódicos, datos estadísticos, revistas, mensajes gubernamentales, etc. La metodología de investigación adoptada fue el Análisis del Discurso, desde la perspectiva de Michel Foucault (2009; 2010), y el marco teórico se basa en los conceptos de Antonio Gramsci (2004), Teun Van Dijk (2008), Serge Berstein (2009), Rodrigo Patto Sá Motta (2014), Barbara H. Rosenwein (2011) y Pierre Bourdieu (2011; 2007). A la luz del marco teórico y metodológico, se verificó que el periódico O Dia y la prensa ajena fueron puestos al servicio de la lucha por el poder político-partidista, y sus redactores asumieron el papel de agentes de los grupos pessedistas, udenistas y petebistas, intentando interferir en el juego político y en la construcción de la realidad al instituir valores, conceptos, clasificaciones, emociones, haciendo creer en aquello que pretendían tornar visible y conocido por medio de las palabras, del lenguaje, del discurso periodístico combativo y de las recriminaciones. Una cultura periodística que, engendrada en las culturas políticas, se manifestaba, sobre todo, por las peleas, las disputas, la lucha simbólica entre los redactores de O Dia y los demás medios de comunicación de Teresina entre 1959 y 1962, demostrando la idea de que "la prensa también gobierna".

Palabras clave: Historia de Brasil. Periodismo. Culturas políticas. Comunidades emocionales. Análisis del Discurso. O Dia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Última página do jornal <i>O Dia</i> , de 01 de julho de 1951.....	61
Figura 2 – Capa do jornal <i>O Dia</i> , de 29 de julho de 1951.....	61
Figura 3 – Clichéria da inauguração da nova máquina linotipo nas oficinas do jornal <i>O Dia</i>	64
Figura 4: Nota “Prof. Leão Monteiro”.....	66
Figura 5 – Expediente do jornal <i>O Dia</i> , de 25 de fevereiro de 1951.....	70
Figura 6 – Expediente do jornal <i>O Dia</i> , de 28 de janeiro de 1960	70
Figura 7 – Nota “Professora Gracildes Monteiro”	90
Figura 8 – Matéria “A imprensa e a corrupção da inteligência” publicada na capa do jornal <i>O Dia</i> de 24 setembro de 1959	113
Figura 9 – Matéria de capa do jornal <i>Folha da Manhã</i> , intitulada “Estarrecedor”	121
Figura 10: Matéria de capa do jornal <i>O Dia</i> , intitulada “Estarrecedor”	122
Figura 11 – Matéria “Hidrofobia” publicada no <i>Jornal do Piauí</i>	141
Figura 12: Matéria “Hidrofobia”, de Olympio Costa, publicada no jornal <i>O Dia</i>	142
Figura 13: Matéria “Sairá a Substituição?”, publicada no <i>Jornal do Piauí</i>	156
Figura 14: Manchete “Folha da Manhã ameaçada de empastelamento” do jornal <i>Folha da Manhã</i>	170
Figura 15: Coluna “Fatos & Comentário” de Osvaldo de Lobão Vêras Filho	170
Figura 16: Coluna “Televisão”, do Prof. Simplício de Sousa Mendes, no jornal <i>Folha da Manhã</i>	185
Figura 17: Coluna “Televisão”, do Prof. Simplício de Sousa Mendes, no jornal <i>O Dia</i> em 1964.....	186
Figura 18: Coluna “Radar”, do Prof. Simplício de Sousa Mendes, no jornal <i>O Dia</i>	188
Figura 19: Nota da Redação da <i>Folha da Manhã</i> esclarecendo a saída do Diretor Araújo Mesquita	198
Figura 20: Matéria “Adaptação de locuções estrangeiras” publicada na capa da edição do jornal <i>O Dia</i> em 17 de maio de 1962	204
Figura 21: Nota do <i>Jornal do Piauí</i> , intitulada “Notícia”, publicada em defesa de A. Tito Filho, diretor do órgão em 1961	238

Figura 22: Coluna “Caderno de anotações” de responsabilidade de A. Tito Filho no <i>Jornal do Piauí</i>	239
Figura 23: “Carta à redação” escrita pelo jornalista A. Tito Filho e publicada no jornal <i>Folha da Manhã</i>	249
Figura 24: Nomes dos candidatos nas eleições de 1962 no Piauí publicados no jornal <i>O Dia</i>	253

LISTA DE SIGLAS

ABI	—	Associação Brasileira de Imprensa
API	—	Associação Piauiense de Imprensa
APJP	—	Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí
UDN	—	União Democrática Nacional
PSD	—	Partido Social Democrático Brasileiro
PTB	—	Partido Trabalhista Brasileiro
PSP	—	Partido Social Progressista
PL	—	Partido Liberal
PTN	—	Partido Trabalhista Nacional
PDC	—	Partido Democrata Cristão
PR	—	Partido Republicano
PRP		Partido da Representação Popular
PST	—	Partido Social Trabalhista
PSB	—	Partido Socialista Brasileiro
PTR	—	Partido Trabalhista Republicano
Coap	—	Comissão e Abastecimento e Preço
Ipase	—	Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado
Codes e	—	Comissão de Desenvolvimento do Estado
IAPC	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes
DER	—	Departamento de Estradas de Rodagem
IBGE	—	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DA IMPRENSA E DO JORNALISMO BRASILEIRO E PIAUIENSE NO SÉCULO XX	30
2.1 Imprensa de partido no contexto das transformações técnicas do jornalismo no Brasil.....	31
2.2 Imprensa piauiense no jogo do poder político	47
2.3 Jornal <i>O Dia</i> : “altivo cabeça vermelha”	60
3 “A ETERNA VÍTIMA”: SENSACIONALISMO, VIOLÊNCIA VERBAL E VERBALIZAÇÃO DE AMEAÇAS À HONRA E À INTEGRIDADE FÍSICA ATRAVÉS DA IMPRENSA ALHEIA	94
3.1 Imprensa situacionista e de oposição pelas lentes de <i>O Dia</i>	96
3.2 Sensacionalismo e mercenarismo: “imprensa alheia” <i>versus O Dia</i>	130
3.3 Jornal <i>O Dia</i> entre disputas verbais, ameaças e processos contra jornalistas e órgãos de imprensa de Teresina	148
4 “DUELO DE DESCOMPOSTURAS”: ACUSAÇÕES E DEFESAS DE SIMPLÍCIO DE SOUSA MENDES E A. TITO FILHO	179
4.1 Simplício de Sousa Mendes e as (des)classificações na imprensa: “cachorrão”, “poltrão da fazenda” e “soldado da democracia”	183
4.1.1 Simplício de Sousa Mendes em <i>O Dia</i> como resposta ao desalinhamento de pensamento político partidário com o diretor da redação de <i>Folha da Manhã</i>	183
4.1.2 “Cachorrão” e “poltrão” da fazenda: desclassificação de Simplício de Sousa Mendes pelos redatores de <i>O Dia</i>	201
4.2 A. Tito Filho: uma “estante de assuntos” e polêmicas	221
4.2.1 Eu e o outro: a autodefinição de A. Tito Filho como jornalista	221
4.2.2 Os “Josés” de A. Tito Filho em <i>O Dia</i> e as acusações de pseudônimo pela imprensa situacionista	233
4.2.3 Marcas do clientelismo e a autodefesa da prática jornalística independente por A. Tito Filho	257
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	266
REFERÊNCIAS	276
APÊNDICE	295

1 INTRODUÇÃO

Setembro de 1958. Enquanto jornalistas e políticos travavam campanhas difamatórias pela imprensa em busca de conquistar o coração e a mente dos eleitores, mal sabiam eles que uma nuvem de poeira mudaria os rumos do sufrágio no Piauí e a escolha das palavras que sairiam impressas nas páginas dos jornais da oposição e da situação. Às vésperas da eleição, agendadas para o dia 03 de outubro, as acirradas brigas políticas partidárias construídas pela violência da linguagem deram uma trégua para as condolências, as notícias de pesar e as homenagens para os candidatos da “Oposições Coligadas (UDN-PTB)” nos diferentes jornais de Teresina. Nos dias seguintes ao acontecimento, a imprensa de um modo geral permitiu que as lágrimas borrassem os textos escritos com arroubos em respeito àqueles que partiram, substituindo-os por outros que destacavam as qualidades intelectuais e profissionais dos ilustres candidatos.

A campanha eleitoral foi diferenciada no Piauí. Era 04 de setembro de 1958 quando um grave acidente automobilístico mudou o destino das eleições que se avizinhava. Na estrada que dava acesso aos municípios de Água Branca e São Pedro do Piauí, um trecho da BR-314 se encontrava em obras de pavimentação de piçarra pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí (DER/PI). No quilômetro 14, no espaço entre Teresina e Morrinhos¹, a rodovia federal testemunhou um grave acidente que ficou conhecido na História política do Piauí como “Desastre da Cruz do Cassaco”.

Na manhã de 04 de setembro, naquele trecho da rodovia sem pavimentação e ladeada pela mata seca, típica do B-R-O-BRÓ², três veículos seguiam com destino a Morrinhos – Mercury 1948, Jeep Willys 1957 e Ford F1-1951 – e ao tempo em que o pneu girava pela estrada, a poeira depositada na superfície da terra subia formando um grande nevoeiro. Na mesma estrada, em sentido oposto, um caminhão-caçamba se dirigia a Teresina com os “cassacos”, como eram conhecidos os trabalhadores da obra, o que contribuía para o aumento da nuvem de poeira no quilômetro 14 da rodovia federal. Numa ousada ultrapassagem, sem enxergar o que vinha pela frente, o caminhão-caçamba colidiu frontalmente com o Mercury

¹ O povoado Morrinhos, ao ser emancipado em 1963, passou a ser denominado Demerval Lobão (PI), em homenagem ao deputado federal que faleceu na tragédia da Cruz do Cassaco.

² No Piauí, B-R-O-BRÓ refere-se aos meses mais quentes e secos do ano: setembro, outubro, novembro e dezembro.

1948. Os automóveis ficaram destruídos, vitimando fatalmente 11 pessoas e 10 feridos, alguns em estado grave.

Entre as vítimas fatais, estavam duas grandes lideranças das Oposições Coligadas (UDN-PTB), os deputados federais Demerval Lobão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), candidato a governador, e Marcos Parente da União Democrática Nacional (UDN), candidato ao senado. Os candidatos iam em comitiva à Água Branca e São Pedro do Piauí para a realização de comícios, numa época em que a campanha eleitoral se fazia pelo jornal, mas também nos palanques, geralmente, instalados nas principais praças ou ruas das cidades para que os pretendentes a cargos eletivos se apresentassem e discursassem de forma vibrante suas propostas para os eleitores através dos microfones.

Faltava menos de um mês para as eleições quando tudo isso aconteceu. Se, por um lado, a nebulosidade da estrada impediu a visão dos motoristas dos veículos envolvidos no desastre da Cruz do Cassaco; por outro, serviu de “cortina de fumaça” para a estratégia política da Oposições Coligadas (UDN-PTB). Logo, em 1958 a UDN se coliga ao PTB com a finalidade de derrotar o Partido Social Democrático (PSD) que, no Piauí, há oitos anos se mantinha no executivo estadual e com grandes chances de, novamente, ganhar o pleito com o candidato José Gayoso Freitas, que era filho de Pedro Freitas (1951-1955) e sobrinho de José Gayoso Freitas (1955-1959), ambos ex-governadores do Piauí.

Com a morte de Demerval Lobão e Marcos Parente, as Oposições Coligadas tiveram que apresentar, em pouco tempo, novos candidatos para substituí-los. Entre os vários possíveis nomes, em 14 de setembro de 1958, Chagas Rodrigues do PTB foi lançado oficialmente como candidato a governador e Joaquim Parente da UDN, irmão de Marcos Parente, ao senado pela coligação UDN-PTB. Os dois foram eleitos em 1958 para os cargos que concorriam.

Sobre a vitória de Chagas Rodrigues nas urnas em 1958 há muitas conjecturas. De acordo com a pesquisadora Marylu Alves de Oliveira (2020, p. 78-81), da comoção em torno da morte dos candidatos da Oposições Coligadas (UDN-PTB) que abalou a opinião pública ao “medo” de formação oligárquica partidária-familiar com a suposta vitória de José Gayoso Freitas (PSD) são algumas das hipóteses levantadas por pesquisadores e cientistas políticos que analisam o contexto político do período. Ainda que seja importante e mereça a atenção, nesta tese não será ampliada a discussão sobre o assunto porque interessa o contexto e as circunstâncias em que Chagas Rodrigues foi eleito, pois o foco é como a imprensa de Teresina é constituída como um partido para os embates jornalísticos e as lutas pelo poder através do discurso, considerando que a maioria dos redatores atribuíram para si a tarefa de criticar ou elogiar o primeiro e único governador petebista do Piauí no período de 1959 a 1962.

Usar o jornal como arma política ou para (des)qualificar políticos, jornalistas e inimigos pessoais faz parte da história da imprensa. Desde o seu nascedouro, ela aparece vinculada aos grupos de poder político e econômico que mantinham financeiramente a publicação. No Brasil oitocentista, especialmente no Império, “[...] os partidos e respectivas famílias se fazem representar por meio de um jornal, demarcador de suas posições, ambições e lutas [...]” (Martins, 2011, p. 48). Surgia a imprensa político-partidária do século XIX, onde cada facção deveria ter um jornal ou comprar sua opinião para se manter na luta pelo poder através da imprensa. Prática que permanece no século XX, seja nos períodos de campanha eleitoral, seja depois de conquistada ou malograda a vitória nas urnas, o jornal era transformado num instrumento político, panfletário e combativo.

No Piauí, as marcas do partidarismo também se fizeram presentes na imprensa desde o seu início no século XIX. Porém, em meados do século XX, depois do Estado Novo (1937-1945) e da criação dos três maiores partidos políticos PSD, UDN e PTB³, os jornais se organizaram consonante às divergências existentes entre os membros da elite política local que se faziam representar através do discurso jornalístico. O PSD e a UDN⁴ do Piauí, ora um, ora outro, ora os dois, respectivamente, coligados ou separados do PTB, disputavam acirradamente as eleições para chefe do executivo estadual e municipal e a imprensa era uma habitual porta-voz dos partidos e políticos para combater seus adversários por meio de um discurso virulento e, em compensação, procuravam enaltecer os correligionários com a publicação de matérias apologéticas.

Com o fim do Estado Novo, nas eleições de 1947, o governo do Estado do Piauí foi disputado pelos seguintes candidatos: o médico José da Rocha Furtado, pela UDN, e pelo general. Jacob Manoel Gayoso e Almendra, pelo PSD. Dessa disputa, o candidato apresentado pela UDN, o médico José da Rocha Furtado teve a maioria dos votos válidos e ocupou a chefia do executivo estadual no período de 1947 a janeiro de 1951. Na disputa eleitoral de 1951, o PSD firmou coligação partidária com o PTB, lançando a candidatura do comerciante Pedro Freitas, que alcançou a vitória nas urnas contra o candidato Eurípedes Clementino de Aguiar da UDN. Fato que marcou não só a mudança de partido à frente do executivo estadual, como acirrou ainda mais as disputas até então fervorosas e marcadas pela violência de linguagem

³ Destaca-se o PSD, a UDN e o PTB por serem considerados pela historiografia brasileira como sendo os partidos políticos de maior representatividade no Brasil nas décadas de 1940 a 1960. Embora tenham sido criados outros partidos políticos no país, a exemplo: Partido Social Progressista (PSP), Partido Libertador (PL), Partido Republicano (PR), Partido de Representação Popular (PRP) etc.

⁴ Sobre a formação da organização dos partidos políticos PSD, UDN e PTB no Piauí, ver: ASSUNÇÃO, Rosângela. Governo Rocha Furtado: uma administração conturbada. In: LIMA, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela (Org.). **Governos e políticas públicas: a experiência do Piauí**. Rio de Janeiro: Booklink, 2009.

entre as agremiações PSD e UDN através da imprensa, especialmente, com o surgimento de novos jornais.

Em fevereiro de 1951, surgiu na capital piauiense o jornal *O Dia*, fundado pelo professor Raimundo Leão Monteiro⁵. Logo depois foi criado o jornal *A Cidade*, que se identificava no expediente como “Órgão do Diretório Municipal da UDN – Jornal Político e de interesse do povo”, e o *Jornal do Piauí*, criado pelo empresário e político Antônio de Almendra Freitas⁶, que era Presidente do PSD do Piauí e irmão do governador Pedro Freitas. Dos três, apenas o jornal *O Dia* se apresentava ao leitor como independente no cabeçalho através do slogan “Órgão independente, noticioso e político”.

A redação de *O Dia* defendia uma retórica da independência e da imparcialidade da sua linha editorial, porém, na prática, era visível sua atuação no campo da política sempre pendente a favorecer um partido em detrimento de outro. De acordo com Nilsângela Cardoso Lima (2014), de 1951 a 1952, o jornal *O Dia* fez a defesa do governador Pedro Freitas, do PSD, mas logo se afastou desse papel editando a partir de 1953 cada vez mais matérias que criticavam a administração do pessedista com uma linguagem virulenta e de xingamentos. Nas eleições de 1958, segundo Marylu Alves de Oliveira (2020, p. 32), o dono e diretor do jornal *O Dia*, Leão Monteiro, que apoiava o PSD, “[...] com o passar dos anos vai cedendo espaço ao partido governista PTB e, às vésperas do pleito eleitoral de 1962, é arrendado para o PTB pelo curto período de três meses [...]”.

Em 1958, portanto, tratava-se de um momento em que vários políticos do PTB obtiveram vitória nas urnas e, em 1959, assumiram o cargo de governador nos respectivos Estados brasileiros em que foram eleitos, interrompendo um longo domínio do PSD e da UDN, até então preponderantes desde a redemocratização brasileira nos anos quarenta do século XX (Ferreira, [s.d.], *online*). No Piauí, a vitória do petebista Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, candidato da “Oposições Coligadas (UDN-PTB) nas eleições para governador do Piauí, em 1958, rendeu assunto para os jornais de Teresina movimentando as tipografias para fazer circular as ideias e opiniões de correligionários e opositores.

⁵ Raimundo Leão Monteiro nasceu em 03 de junho de 1903, sendo seus pais Santídio da Silva Monteiro e Ségia Mendes Monteiro. Casou-se em 10 de dezembro de 1952 com Gracildes Figueiredo Monteiro. De acordo com Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (1993), ele não era muito afeito aos livros, mas concluiu os estudos preparatórios em 1919. Desde jovem demonstrava interesse em engenharia mecânica, de maneira que o pai o enviou para a Alemanha para estudar mecânica e eletricidade e, especialmente, controlar as “estripulias de rapaz”.

⁶ Antônio de Almendra Freitas nasceu em José de Freitas (PI) em 1894 e faleceu em 1963. Foi Intendente Municipal de José de Freitas (PI) (1921 a 1928), Presidente do Diretório Regional do PSD e Secretário da Fazenda do Estado (GOMES, 1993).

A conquista eleitoral em 1958 e a posse do petebista Chagas Rodrigues como governador do Piauí, em janeiro de 1959, fez com que ele ganhasse ainda mais visibilidade na imprensa local. Não apenas ele, como também alguns de seus apoiadores, políticos petebistas, secretários do governo, jornalistas e colaboradores que escreviam na imprensa a favor do executivo estadual; e, na mesma proporção, os opositores e desafetos políticos partidários de Chagas Rodrigues e do PTB colocaram em funcionamento suas tipografias para fazer circular suas ideias e suas opiniões em torno do executivo e sua atuação na administração do Estado. Qualquer ação do governador era captada pelas lentes dos jornalistas e, em seguida, pautada nas matérias dos jornais de Teresina recebendo conotações variadas segundo o viés político partidário de cada um.

Além de Chagas Rodrigues, aqueles que escreviam positivamente ou negativamente sobre o governador e suas ações não ficaram à margem das páginas dos jornais ou apenas nos bastidores da redação dando conta do processo produtivo da notícia. Antes, foram apreciados pelos confrades, de maneira que a discussão ultrapassava os limites da estância política partidária e terminava, na maioria das vezes, em trocas de acusações pessoais que mexiam com os brios dos intelectuais, políticos e funcionários públicos que, na imprensa, assumiram a função de jornalistas, colunistas ou colaboradores.

Nesse sentido, é que a presente tese tem por objetivo analisar o discurso autorreferencial e a atuação política e partidária do jornal *O Dia* nos anos de 1959 a 1962, período em que o petebista Chagas Rodrigues esteve à frente do executivo estadual. Mais especificamente, analisa-se a trajetória dos jornalistas de *O Dia*, a exemplo de Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho que protagonizaram debates diretos com petebistas, udenistas e pessedistas, reunindo um conjunto significativo de artigos assinados com seus respectivos nomes tratando sobre o papel social da imprensa, do jornal, do jornalismo e do jornalista; a situação dos partidos e dos políticos no Piauí; as ameaças e violências simbólicas e físicas aos órgãos de imprensa, jornalistas e funcionários públicos por motivação política partidária; as trocas de insultos com outros confrades por se apresentarem ferrenhos críticos do governador Chagas Rodrigues e do PTB durante todo o período de 1959 a 1962. Tais matérias ajudam a entender a construção de um *ethos* jornalístico relacionada a cultura política do período em que a imprensa era peça fundamental dentro do jogo partidário. Afinal de contas, como elucida Maria Helena Capelato (1988, p. 37) ao citar Francisco Weffort, os “jornais não são partidos. Mas como se parecem as vezes!”, porque os grupos que comandam a imprensa tentam impor uma autoridade através do jornal e sua força opinativa. Mais do que isso, os homens de letras faziam com que a imprensa atuasse como partido na luta pelo poder, na medida em que a

instrumentalizava para a divulgação dos projetos pessoais, políticos, sociais, econômicos, culturais e ideológicos dos grupos que a financiava.

A escolha do jornal *O Dia* como objeto de estudo se justifica pelo fato de ser um órgão que desde a sua primeira edição se autointitulava como independente dos partidos até ser arrendado pelo governador Chagas Rodrigues, momento que passou a servir de veículo de propaganda política partidária do PTB no período de 1 de maio a 31 de outubro de 1962 com finalidade eleitoral. Efetivamente, tratava-se de uma retórica, pois, na prática, Leão Monteiro, proprietário do órgão, permitia e até incentivava a produção de textos opinativos que, ao fim e ao cabo, denunciavam a posição política e partidária da linha editorial a partir do apoio ou do afastamento de correligionários e/ou financiamento do PSD, UDN e PTB. Com isso, se explica também o porquê da separação dos colunistas Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho, dentre tantos outros nomes que aparecem assinando matérias em *O Dia*, para a análise da cultura jornalística e política no jornal.

As trajetórias de Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho no jornalismo se cruzam em vários momentos, ainda que não de forma contemporânea em virtude da diferença de idade existente entre eles. O primeiro nasceu em 1882, e o segundo em 1924. Membros da elite, bacharéis em Direito, homens de letras, juristas, políticos e com destaque pela larga experiência desempenhada na imprensa de Teresina acumulando em seus históricos a publicação de um número expressivo de colunas que assinaram e pela direção de jornais que assumiram por intermédio da relação que tinham com lideranças políticas do Piauí. Em 1959, tanto um quanto o outro registram passagem na redação de jornais de orientação política partidária pessedista e udenista, inclusive, recusando-se a colaborar em órgãos de linha editorial petebista. Com efeito, uma das explicações para isso se deve pela aposentadoria compulsória de Simplício de Sousa Mendes e José de Arimathéia Tito, pai de A. Tito Filho, pelo Interventor Leônidas Melo, ação que gerou um ressentimento político que ultrapassou décadas. A aposentadoria compulsória aconteceu em 1939 a partir de um governante indicado pelo então presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo que, anos depois, fundou o PTB.

Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho têm uma trajetória bem parecida, não apenas no campo intelectual e jurídico, como no campo político e jornalístico. Udenista convicto, Simplício Mendes combateu o PTB e o comunismo na imprensa como ninguém, alcançando maior destaque a partir da coluna “Televisão”. Não tão convicto como Simplício Mendes, A. Tito Filho se posicionou totalmente favorável à UDN nas eleições de 1947, que elegeu o udenista Rocha Furtado; no entanto, a partir de 1951 registra-se sua aproximação

política com o PSD, de maneira que frequentou redações de jornais ligadas aos dois partidos, menos do PTB.

Dentre outros aspectos, este ponto merece pormenores, pois, a depender da aproximação ou do distanciamento de Leão Monteiro com políticos ou os partidos PSD, UDN e PTB, o jornal *O Dia* servia de guarida para que Simplício Mendes e A. Tito Filho atacassem seus adversários políticos e pessoais; ou, ao contrário, virassem alvos da violência de linguagem de seus inimigos. No período de 1959 a 1962, as picuinhas e as desqualificações recíprocas eram corriqueiras na imprensa de Teresina. As rivalidades, as competições pessoais, as provocações contra adversários, o clima de odiosidade, as malquerenças de caráter pessoal preenchiam as matérias distribuídas nos espaços das colunas de uma página à outra. Cunha e Silva explica que a luta entre os partidos políticos alimentava as antipatias e os rancores entre os figurões dos partidos nos jornais, ao mesmo tempo em que revelava suas incoerências. Quando algum correligionário deixava um partido e migrava para outro, as opiniões sobre ele, conseqüentemente, mudavam dentro e fora da imprensa. Por exemplo, “[...] quando é do P.S.D., por mais erros e desatinos que tenha cometido em sua vida pública, não é mais depreciado pelos udenistas. Da mesma forma, se um político de destaque abandona as fileiras da U.D.N., os pessedistas cobrem-no então de elogios os mais rasgados, quando antes não faziam assim” (Silva, Cunha e. Gato e cachorro, **O Dia**. Teresina, ano VIII, n. 636, p. 6, 25 jan. 1959).

“Gato e cachorro” é a definição de Cunha e Silva para as convivências políticas e partidárias entre os udenistas e pessedistas por agirem na imprensa de forma irracional, ainda que dotados de razão, de juízo, de raciocínio, pela imprensa. Embora o redator não tenha incluído os petebistas nas malquerenças, estes também entram na conta dos “selvagens usos e costumes políticos do passado” no momento em que a imprensa e o jornalismo modernizavam os métodos de produção da notícia em 1950. Udenistas, pessedistas e petebistas, todos armados com órgãos de imprensa, colocaram em prática a cultura política pelo lado da paixão partidária nos jornais de Teresina de 1959 a 1962. Prática corriqueira no Piauí entre os homens de letras que, desde o século XIX, faziam do seu universo de convivência interpessoal um campo minado por eles próprios de desqualificações mútuas (Queiroz, 1994, p. 258).

Assim, considerando que a imprensa e a política se conjugam a serviços dos partidos e que os jornalistas lançam mão do discurso apelativo e sensacionalista, bem como virulento e combativo, para conquistar os corações e as mentes dos seus leitores num período em que a imprensa passava pelo processo de transição, questiona-se: como foi construído discursivamente um modelo de jornal moderno pelos redatores de *O Dia* em meio a tradição do

jornalismo atrelado ao meio político e intelectual marcado por embates e lutas pelo poder através do discurso no período de 1959 a 1962?

Com isso, o objetivo geral desta tese é analisar o discurso autorreferencial do jornal *O Dia* em torno da proposição de um modelo de jornal moderno frente a tradição do jornalismo atrelado ao meio político e intelectual no período de 1959 a 1962. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se: caracterizar a linha editorial do jornal e a atuação política e partidária do jornal *O Dia* no governo de Chagas Rodrigues (PTB-UDN) através do discurso jornalístico autorreferencial; compreender o jornalismo enquanto cultura política que se manifesta pelas brigas e das disputas de ego dos redatores de *O Dia* como os demais órgãos de imprensa de Teresina; distinguir a trajetória política dos redatores Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho no manejo da pena para a construção de uma comunidade afetiva a fim de se proteger e combater seus desafetos políticos, intelectuais e pessoais através do jornal *O Dia*.

O jornal *O Dia*, portanto, será o objeto e fonte de pesquisa desta tese. De acordo com Tania Regina de Luca (2008), o entendimento de que o jornal poderia ser fonte e/ou objeto de estudo da História corresponde às mudanças dos paradigmas e a introdução da Nova História Política e da História Cultural. A primeira, promoveu o deslocamento das análises pautadas no modelo macropolítico e calcada no efêmero para o micropolítico permitindo, então, que se estudasse a ampla gama de relações que perpassam a política, problematizando, especialmente, o imaginário, o simbólico, a cultura política.

Os autores Jacques Julliard (1976), René Rémond (2003) e Serge Berstein (1998), para citar alguns, se dedicaram a estudar o político, a política, o “retorno” da História Política e assinalam o poder e a cultura política como outros dois enfoques principais dos estudos da Nova História Política, o que ampliou o leque para temas até então desconsiderados pela História tradicional ou positivista, *événementielle*, como se convencionou a chamar, ou até mesmo a retomada de outros temas sob um novo prisma teórico e metodológico. A história política – considerada elitista, aristocrática, condenada pelo ímpeto das massas e o advento da democracia; anedótica, individualista; factual, subjetivista, psicologizante, idealista – até certo ponto foi rejeitada pela *Escola dos Annales*, nos anos 1930, mas logo depois foram retomados com um novo sentido (Rémond, 2003). Relações interindividuais, representações políticas, teatro do poder, discurso, imaginário, podem ser apontadas como novas possibilidades do estudo do político. A “volta do político”, entretanto, se deu em conjunto com as mudanças metodológicas e conceituais em decorrência da aproximação da História com as outras áreas do conhecimento.

A segunda mudança apontada por Luca (2008, p. 118), por sua vez, sofre influência da primeira e redimensiona a importância da imprensa como fonte, pois enuncia discursos e expressões de uma determinada sociedade num contexto histórico em que atua como agente dos processos e episódios sociais. Para além do reconhecimento das potencialidades da imprensa como fonte e/ou objeto de pesquisa para o historiador, Luca (2008, p. 140) ressalta que “o pesquisador dos jornais trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só abarca um aspecto de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”. Isso significa para a autora que o pesquisador trabalha com discursos e, nessa tarefa, deve analisá-los dentro do contexto histórico em que foram produzidos e publicados.

Em vista disso, o referencial teórico adotado nesta tese tem como base Antonio Gramsci (2004), Teun Van Dijk (2008), Serge Berstein (2009), Rodrigo Patto Sá Motta (2014), Barbara H. Rosenwein (2011), Pierre Bourdieu (2011; 2007) e Michel Foucault (2009; 2010).

Para Antonio Gramsci (2004), o jornalismo é exercido por um grupo homogêneo que define suas premissas iniciais. Um jornal pode defender orientações políticas, econômicas e ideológicas de acordo com as autoridades que propõem a finalidade de sua linha editorial. Desse modo, um jornal opinativo se difere de um jornal informativo, pois o primeiro implica sua sujeição a um determinado partido e serve de órgão oficial de sua ideologia; enquanto o segundo seria o “sem partido” explícito. Para cada tipo de jornalismo, há um grupo de intelectuais orgânicos. Segundo Gramsci (2004, p. 18), é possível afirmar que todos os homens são intelectuais, porém “nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”. A formação de intelectuais orgânicos se dá em conexão com os grupos sociais mais importantes que, por sua parte, mantêm relações complexas com o grupo dominante pela assimilação e pela conquista de sua ideologia. No caso do jornalismo, os jornalistas assumem a função de intelectuais orgânicos e, nessa função, reproduzem as propostas dos partidos políticos a qual pertencem e como eles próprios se veem frente aos demais membros da sociedade.

Ressalta-se ainda que os modos de produção da(s) matéria(s) e as práticas jornalísticas obedecem a determinadas regras institucionais definidas pela linha editorial do jornal e das relações de poder que se estabelecem no âmbito da redação e fora dela. Cada jornal limita e condiciona o jornalista a uma regularidade dos discursos, de maneira que cabe ao diretor decidir “quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito” (Dijk, 2008, p. 74). Analisando a relação imprensa e poder, Teun Van Dijk (2008) reitera que os procedimentos de controle nem sempre são arbitrários, já que os jornalistas aprendem como retratar o poder dos outros de modo a contribuir para o poder de sua

própria organização, tornando-a independente de outras organizações. Constituídas assim, a instituição jornalística não se qualifica apenas em ser uma simples porta-voz dos partidos políticos, de um grupo socioeconômico, ou do governo; mas se apresenta como uma parte inerente da estrutura de poder, cuja dimensão simbólica procura administrar.

Entende-se ainda que a imprensa atua como partido político num determinado contexto histórico. Esse entendimento parte da concepção de partido como um “lugar onde opera a mediação política”, de Serge Berstein (2009, p. 60), pois entre o programa político e as circunstâncias em que eles se originam há a intervenção da linguagem. Para Berstein (2009), a mediação política se situa entre o problema e o discurso e uma de suas funções principais é articular as aspirações da sociedade dentro de uma linguagem que lhe é própria. Portanto, é preciso compreender que existe uma diferença entre discurso e realidade e cabe ao historiador perceber essas distâncias que são fundamentais para a compreensão dos fenômenos históricos.

Berstein (2009) abrange também que o papel de um partido político é “traduzir” determinadas aspirações de uma época na forma de discurso. Por isso, a política é a esfera *do* e *das* representações especulativas e reúne em torno de si membros que possuem uma mesma base ideológica que constitui um partido. Daí o conceito de cultura política aparece como elemento vital, dado que “[...] em suas diversas manifestações, como a linguagem comum simplificada (da qual o rito é a forma mais sumária) dos membros de uma formação, que desse modo fazem profissão de ideologia sem precisar necessariamente exprimi-la explicitamente, mas com a certeza de serem facilmente compreendidos por todos os membros do grupo [...]” (Berstein, 2009, p. 89).

Ainda sobre o conceito de cultura política, será utilizado como referência Rodrigo Patto Sá Motta (2014), que o define como um “[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por um determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. A partir dessa concepção, Motta (2014) acrescenta também que não se trata de uma cultura política, no singular, mas de culturas políticas, no plural, e que estas podem apresentar variadas formas de manifestação e não apenas ligadas às formações partidárias. Dentre as possibilidades de reprodução das culturas políticas, Motta (2014, p. 24) destaca que “[...] os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositalmente com tal fim”.

Nesse sentido, se pretende estudar não apenas as culturas políticas produzidas/reproduzidas pelo jornal *O Dia* no período em que o primeiro e único petebista

assumiu o governo do Estado do Piauí, mas também o uso das emoções pelos seus principais redatores. Aqui se compreende que a imprensa não apenas foi responsável pela reprodução de uma cultura política, bem como operacionalizou um conjunto de enunciados para a promoção de emoções com o interesse de gerar raiva ou ira, benevolência ou afeição do público leitor em relação às ações dos jornalistas na imprensa e de autoridades na função pública e administrativa.

Conforme Barbara H. Rosenwein (2011, p. 37), as emoções devem ser estudadas de acordo com o período e o contexto histórico a qual elas fazem parte, já que “[...] elas não apenas são socialmente construídas e ‘sustentam e reforçam sistemas culturais’, mas também agem sobre relações humanas em todos os níveis [...]”. Partindo do pressuposto de que as emoções são instrumentos de sociabilidade, a autora pontua que as emoções são marcas sociais e tendem a ser utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos que, direta ou indiretamente, definem o que é valoroso ou prejudicial para a sociedade. Esses grupos sociais são definidos pela autora como *comunidades emocionais*, uma vez que seus “[...] membros aderem às mesmas valorações sobre as emoções e suas formas de expressão” e, a partir delas, acabam definindo quais expressões e sentimentos podem ser empregados para rotular, favorecer ou desfavorecer outro grupo (Rosenwein, 2011, p. 7).

Tendo como referência o conceito de *comunidades emocionais* de Rosenwein (2011), compreende-se que os jornalistas que faziam parte da redação do jornal *O Dia* ocupavam um lugar institucional de fala e, por meio dele, empregaram vários enunciados para rotular, favorecer e/ou desfavorecer os jornalistas e políticos que atuavam na imprensa com linha editorial (des)afinada com partidos políticos e o governador Chagas Rodrigues a partir dos interesses ideológicos e partidários do seu proprietário, Leão Monteiro, e, posteriormente, do PTB, quando o jornal foi arrendado pelo partido em 1962.

Através da análise das matérias publicadas pelo jornal *O Dia*, nos anos de 1959 a 1962, é possível construir uma narrativa histórica sobre a cultura profissional e o uso das emoções operacionalizada pela imprensa local em torno do executivo estadual. Logo, afirma Rosenwein (2011), a história das emoções encontra-se vinculada a outros tipos de histórias, como a social, a política e a intelectual; e cabe ao historiador se debruçar sobre as *comunidades emocionais* procurando situar o que elas definem e julgam como valoroso ou prejudicial para si, quais emoções que elas valorizam, desvalorizam e ignoram, os modos de expressão que eles fazem uso para rotular os outros, bem como ler as ironias, as metáforas e os silêncios que se encontram nas fontes.

Ponderando que a imprensa teresinense nos anos 1950 e 1960 encontrava-se na linha tênue entre razão e paixão, quer dizer, entre a produção do discurso jornalístico

objetivo/informativo e o opinativo/ideológico, respectivamente, é possível localizar elementos que caracterizam as emoções no conteúdo das matérias. Quer por meio de metáforas, quer pelas ironias, quer pelo comentário sobre a vida política e íntima dos redatores e personalidades públicas, quer pela desqualificação de políticos, governantes e/ou órgãos de imprensa, as emoções foram acionadas pelos jornalistas, por meio do discurso autorreferencial que lançaram mão para autopromoção e desqualificação de seus adversários políticos e pessoais.

A autorreferencialidade no jornalismo refere-se a prática de falar de si mesmo e dos outros na busca de legitimidade do profissional, construção de uma identidade para o jornal e os métodos que eram empregados na imprensa, bem como reafirmação do lugar de autoridade dentro do espaço social em que atua. O conceito de autorreferencialidade, portanto, tem como base os autores Antônio Fausto Neto ([s.d.]; 2007) e Fernanda Lima Lopes ([s.d.]).

Para Fausto Neto ([s.d.], p. 1), as transformações que aconteceram no campo do jornalismo provocaram os profissionais a tecer laços de confiança, cada vez mais fortes, com seu público leitor. Discutindo o ambiente da midiaticização, o autor aponta que a rotina produtiva foi incorporada ao processo de produção, de maneira que a mídia jornalística passa ela mesma a falar de suas operações e regras na busca de inteligibilidade. “Tal mecanismo chama-se a capacidade autorreferencial que tem a mídia jornalística em dispor dos meios para construir a inteligibilidade sobre o mundo, ou seja ‘construir realidade’”, em que os personagens-produtores dos discursos são convertidos a atores-testemunhas-protagonistas para criar suas fronteiras e criar um princípio unificador da experiência, segundo Fausto Neto ([s.d.], p. 3-4). As mídias passam a oferecer suas lógicas e elementos de sua cultura, produzindo realidades que pretendem engendrar e legitimar os mecanismos postos em prática. Com isso, os jornalistas falam de si mesmos, de suas ações, de suas competências, explicitando seus afazeres de acordo com as valorações de qualidades morais, humanas e profissionais que defendem.

Nessa esteira, Lopes ([s.d.], p. 3) defende que “ao se auto-referenciarem, os jornalistas reforçam valores, constroem memórias, apresentam-se à sociedade como detentores de um poder de fala, expõem características do seu trabalho que eles acreditam ser importantes, relembram fatos da memória coletiva envolvendo a categoria, colocam-se em oposição a outros grupos... Esse é, portanto, lugar de lutas pelo sentido da profissão, ou seja, local estratégico em que os atores buscam um consenso provisório sobre suas competências típicas e sua autoridade”. A busca pelo consenso e pela autoridade se faz por meio do discurso autorreferencial e direcionado ao outro pretende construir seu poder de fala e estratégias de negociação com o poder institucional. À medida em que usam a mídia, os jornalistas ocupam um lugar privilegiado de produção de discurso em que também se apresentam como detentores

de saberes, de conhecimentos especializados, ao falarem de si mesmos ou dos bastidores da redação (Lopes,[s.d.], p. 13).

Além do consenso e da autoridade, o jornalismo também foi empregado para a construção de distinção, de prestígio, poder, que se faziam por meio dos (auto)elogios, brigas, injúrias, (des)qualificações mútuas entre os diferentes jornalistas na defesa de seu grupo ou pensamento. As disputas de sentido ocorriam através dos discursos veiculados na imprensa, que desempenhavam papel fundamental nas lutas por representações simbólicas dentro do campo jornalístico visando, ao final, um capital simbólico. O conceito de capital simbólico parte do pensamento de Pierre Bourdieu (2006; 2011), que o entende como prestígio, reputação, fama, etc., ou seja, um efeito das outras formas de capital a partir da distribuição de poderes que atuam em cada um deles. Desta feita, o teórico define o capital simbólico como outro nome da distinção que “[...] não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura de sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio [...]” (Bourdieu, 2006, p. 145). O capital simbólico é resultado de esquemas de produção estabelecidos e incorporado dentro das estruturas estruturadas do espaço social em que os agentes ocupam. Portanto, a distinção “[...] é a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo as categorias apropriadas a essa estrutura [...]” (Bourdieu, 2006, p. 144).

Para Bourdieu (2006, p. 150), “[...] todo campo é o lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo”. A política, por sua vez, é considerada pelo autor como o lugar por excelência da eficácia simbólica, sendo capaz de formar grupos pelo jogo das oposições e das distinções estabelecidas de forma arbitrária conforme seus interesses. Nesse sentido, o campo político é o lugar da concorrência pelo poder que se estabelece entre os agentes, primordialmente, pela reivindicação do monopólio do direito de falar e de agir em nome de um todo ou de sua parte. “Dizer é fazer”, é fazer crer naquilo que se diz e fazer reconhecer a “di-visão” do mundo social através das palavras de ordem que são estipuladas dentro de um grupo que se opõe a outro pela luta simbólica. A luta simbólica opõe os profissionais que, revestidos de poder, pretendem conservar ou transformar suas visões de mundo. Os agentes dessa luta são os partidos, as organizações de combate, que se mobilizam de maneira duradoura estruturando uma representação de mundo social que visa juntar o maior número de adeptos e, com isso, conquistar postos e poder.

O poder simbólico dos agentes depende da posição que eles ocupam no espaço social. Para que seja exercido, é necessário que ele seja reconhecido, que tenha crédito, entre aqueles

que estão sujeitos, ou seja, o poder simbólico “[...] é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”, como afirma Bourdieu (2006, p. 7).

Dessa maneira, o *corpus* da pesquisa é formado, especialmente, pelas matérias publicadas no jornal *O Dia* no período de 1959 a 1962, que tratam sobre o governo de Chagas Rodrigues (PTB-UDN) e a atuação dos jornais e dos jornalistas na imprensa local. Além do jornal *O Dia* foram consultadas outras fontes hemerográficas e documentais que possibilitem compreender o contexto histórico e político estudado, tais como: periódicos, dados estatísticos, revistas, mensagens governamentais etc. Para a análise do material selecionado, a metodologia da pesquisa adotada foi a Análise do Discurso, na perspectiva de Michel Foucault (2009; 2010).

Analisa-se, portanto, o discurso jornalístico produzido dentro de uma instituição social que também funcionava como um dispositivo de poder, com regras e técnicas que marcavam um limite de saber. De acordo com Foucault (2009, p. 9), nenhuma produção discursiva é feita de forma aleatória, uma vez que atende aos interesses das instâncias e das relações de poder que o produz. Dentro dessa lógica, o autor defende que toda produção de discurso, apoiada num suporte institucional é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que pretendem conjurar seus poderes e perigos. Agrupados em procedimentos de exclusão, procedimentos internos e procedimentos de sujeição do discurso, os três procedimentos, em conjunto, visam a limitação e o controle dos discursos. Por conseguinte, “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistema de dominação, mas, aquilo por que, pelo que se luta, o poder pelo qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2009, p. 10).

Entendendo o discurso enquanto conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva, Foucault (2010, p. 133) discorre sobre as condições de sua existência, a qual denomina de *prática discursiva* e a define como “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica ou linguística, as condições de exercício da função”. A prática discursiva, portanto, obedece a um *saber*, que é postulado como “[...] o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico, [...] é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso, [...] é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]” (Foucault, 2010, p. 204).

Nesta perspectiva, a tese está estruturada em quatro capítulos, incluindo a Introdução. O segundo, intitulado “Mudanças e permanências da imprensa e do jornalismo brasileiro e piauiense no século XX”, aborda o desenvolvimento da imprensa e sua relação com a política desde o seu nascedouro. Para tanto, faz-se, inicialmente, uma apresentação da imprensa na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, apontando as mudanças ocorridas no campo jornalístico e como isso afetou diretamente o comportamento da imprensa política. Com a popularização da imprensa norte-americana no início do século XIX a partir da adoção do modelo *penny press*, a imprensa política foi paulatinamente perdendo espaço quando o novo jornalismo se torna um modelo de produção da notícia e busca alcançar um número maior de leitores. Modelo que mais tarde passou a ser adotado na Europa e no Brasil, assumindo em cada lugar suas especificidades. Tratar das transformações que ocorreram na imprensa norte-americana, europeia, brasileira e piauiense é direcionar o olhar para as mudanças que ocorreram nas diferentes estruturas: sociais, políticas, econômicas, sociais religiosas e culturais, por exemplo, em um determinado tempo e espaço. Neste esforço, o primeiro capítulo traça um panorama dessas modificações para, então, narrar uma história da imprensa piauiense e teresinense, em especial a do jornal *O Dia*, criado em 1951, e que se apresenta ao leitor como órgão “independente, político e noticioso” para, em meio às disputas políticas existentes entre os partidos PSD, UDN e PTB e o interesse do seu proprietário, Raimundo Leão Monteiro, em conjunto com sua redação, atuar como agente político.

O terceiro capítulo, por seu turno, encontra-se intitulado “A eterna vítima”: sensacionalismo, violência verbal e verbalização de ameaças à honra e à integridade física através da imprensa alheia” e aborda como os redatores do jornal *O Dia* travaram uma batalha discursiva com os confrades, autoridades políticas e públicas que escreviam para os demais órgãos de imprensa de Teresina no período de 1959 a 1962 que tinham linha editorial afinada com os partidos PTB, PSD e UDN. Declarando que nunca foram “neutros nem apaixonados, mas simplesmente imparciais”, o jornal *O Dia* pretendia mostrar-se ao leitor como independente, embora o jornal negasse ser indiferente às discussões políticas, partidárias e pessoais em que lhe se metia. Nesse papel, os jornalistas de *O Dia* atribuíram para si a função de definir o dever da imprensa e o papel do jornal, dos jornalistas e do jornalismo ao longo de suas páginas por meio do discurso autorreferencial. Essas matérias buscavam diferenciar o jornal *O Dia* da imprensa alheia, denominada por eles de oposição e situação, e ao fazer isso apresentavam elementos da cultura jornalística engendrada pela cultura política da violência. Por seu turno, neste capítulo, também se discute a “guerra” travada entre os redatores de *O Dia* e alguns dos seus desafetos por meio de uma linguagem virulenta, polêmica, insultuosa e de

xingamentos em detrimento do discurso autorreferencial que defende um jornalismo desapassionado, crítico e moderno. Por conta dos arroubos pela imprensa, constata-se a existência de ameaças, processos e violência simbólica e física contra jornais, jornalistas e funcionários públicos como parte da cultura política e do autoritarismo que buscava destruir os seus inimigos partidários através da palavra e da força física.

O quarto e último capítulo intitulado de “Duelos de descomposturas”: acusações e defesas de Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho” se debruça à análise das matérias produzidas pelos dois colunistas e a dinâmica das brigas que travaram com outros confrades, políticos e autoridades públicas na imprensa de Teresina. Apresenta-se a trajetória Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho no jornalismo piauiense, dando atenção para o que saiu editado no jornal *O Dia* com sua assinatura. Não se pretende de maneira alguma escrever uma biografia deles, nem tampouco fazer uma prosopografia. Os dados relativos à vida e à carreira de Simplício Mendes e A. Tito Filho serão usadas quando devidamente necessários para contextualização e o esclarecimento de posições políticas, ideológicas e pessoais que defenderam em determinadas matérias de suas autorias. Embora as duas trajetórias um momento ou outro se cruzem, elas foram apresentadas de forma individual respeitando a especificidade de cada um no que se refere à escrita e o tempo que colaborou no jornal, individualizando as rivalidades e a construção de uma imagem de si por meio do discurso autorreferencial.

Frente ao exposto, as páginas que se seguem pretendem trabalhar nas “brechas” deixadas pela historiografia piauiense no que trata da imprensa e do jornalismo em Teresina e sua relação com a cultura política. Tanto o jornal *O Dia* como os colunistas Simplício Mendes e A. Tito Filho são, volta e meia, mencionados ou objetos de estudos na área da História e da Comunicação, sendo alguns poucos que se referem a eles no período de 1959 a 1962. Como referência, incontestavelmente, entra na lista o livro *Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*, de Marylu Alves de Oliveira (2020, p. 21) que, somado a outros artigos publicados pela autora sobre a História política e o anticomunismo no Piauí, traz o contexto cultural no qual “emergiam vários discursos sobre o trabalho, e as práticas políticas e sociais que pretendiam orientar a ação dos trabalhadores” nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Além da tese de Oliveira (2020), há as dissertações de Flávia de Sousa Lima (2011), Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes Sousa (2015) e Hosana Tenório dos Anjos (2019) que, de maneira indiscutível, possibilitam o diálogo com o objeto de estudo desta tese. A primeira analisa as representações do governador Chagas Rodrigues na imprensa de Teresina; a segunda discute o processo de emergência das Ligas

Camponesas no Piauí e as tensões entre os grupos políticos locais nos anos 1960; e a última a analisa a coluna “Televisão” de Simplicio de Sousa Mendes no jornal *Folha da Manhã* de 1959 a 1962. Sobre A. Tito Filho, encontram-se a tese de Ana Cristina Meneses de Sousa Brandim (2012) e as dissertações de Bárbara Bruma Rocha do Nascimento (2015) e Jordan Bruno Oliveira Ferreira (2014) que se dedicaram a estudar A. Tito Filho como intelectual nas décadas de 1970 e 1980.

Tais trabalhos revelam algumas camadas da história política e/ou intelectual do Piauí no século XX e apontam para outras que ainda carecem do ofício do historiador para revelá-las. Como toda pesquisa, após concluída, deixou suas marcas e contribuições importantes para a historiografia piauiense. E tal qual uma nuvem de poeira que se levanta numa estrada de terra seca quando um veículo passa deixando para trás uma camada fina de areia na superfície, da mesma forma é a História e seus objetos. Os objetos não estão às vistas claras do pesquisador, o que exige o trabalho de construção para revelar o que se encontra na superfície, nas “brechas”. Mesmo quando se percorre os mesmos caminhos, o destino pode ser diferente. Neste caso, o caminho a seguir é a da história da cultura jornalística e política do Piauí no período de 1959 a 1962 através da análise do discurso autorreferencial e da atuação de *O Dia* e seus jornalistas em Teresina.

2 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DA IMPRENSA E DO JORNALISMO BRASILEIRO E PIAUIENSE NO SÉCULO XX

A relação da imprensa com a política tem uma longa história. No Brasil e no Piauí, desde cedo, a imprensa foi integrada ao jogo político, se comportando como porta-voz dos partidos e dos grupos de poder. No período colonial, sob a censura régia, a imprensa brasileira cumpria um papel de oferecer informações que atendessem aos interesses da coroa portuguesa, em especial, em 1808 quando a família veio para o Brasil e foi instalada a Imprensa Régia. Mesmo depois da independência, em 1822, pouca coisa mudou, pois, a imprensa foi transformada em agente orgânico da vida partidária pela classe política.

Com a consolidação dos partidos políticos no Império, conservadores e liberais, cada um, a seu modo, montava sua tipografia e assumia a responsabilidade pelo conteúdo do jornal, quase todo ele preenchido por assuntos ligados à vida política partidária e escritos de forma apaixonada reproduzindo, quase sempre, as lutas simbólicas e as polêmicas das facções políticas partidárias dominantes. É nesse momento, segundo Rüdiger (1993, p. 36), que “[...] o jornalismo ganhou, com a forma político-partidária, um conceito, tornando-se meio de formação doutrinária da opinião pública cujos termos e medida dependerão de cada partido [...]”.

No entanto, o aparecimento de imprensa de partido e o desenvolvimento do jornalismo político-partidário não foi uma característica apenas encontrada em terras tropicais. Antes, o modelo de imprensa e de jornalismo existente no Brasil no século XIX, e que durou até a metade do século XX, vem da herança do modelo de jornalismo francês, também adotado por Portugal, o que contribuiu para o controle da imprensa e para a existência de uma imprensa de cariz opinativo.

Modelo que vai perdurar no Brasil em toda a primeira metade do século XX, mas não da mesma forma do que se praticava no período oitocentista. Com o processo de transição da imprensa artesanal/opinativa para a empresarial/informativa na primeira metade do século XIX, que se inicia nos Estados Unidos e logo depois alcança a Europa, também chega ao Brasil promovendo no final do século e na primeira metade do século XX algumas transformações na organização da imprensa por meio da adoção de novas técnicas de produção da notícia. Nesse sentido, para entender como se deu o surgimento do jornal *O Dia* e seu comportamento no período em que a imprensa brasileira se encontrava em transição, neste capítulo faz-se a

contextualização das mudanças e permanências da imprensa e a adoção do novo modelo de jornalismo para as transformações técnicas da produção da notícia.

2.1 Imprensa de partido no contexto das transformações técnicas do jornalismo no Brasil

O processo de expansão da imprensa e transição do jornalismo iniciada no século XIX ganha novos contornos no século XX, como resultado de um conjunto de transformações sociais, políticas, econômicas, tecnológicas, culturais e intelectuais que aconteceram em determinados países da Europa e nos Estados Unidos. De acordo com Nelson Traquina (2005) e Jorge Pedro Sousa (2008), a industrialização da sociedade, a expansão da economia capitalista e do sistema político democrático, a influência do pensamento positivista, o aumento do número de alfabetizados, a urbanização das cidades, os avanços tecnológicos, a profissionalização dos jornalistas, a comercialização da imprensa, dentre outros, foram fatores basilares para que a imprensa e o jornalismo alcançassem formato empresarial.

Até que essa mudança acontecesse em parte da Europa e nos Estados Unidos na primeira metade do século XIX, “[...] os jornais eram sobretudo armas na luta política, estritamente identificados com causas políticas [...]”, como afirma Traquina (2005, p. 34). A explicação para isso se dá, em parte, porque desde o século XVII a finalidade da imprensa era a de instrumento de propaganda política, estando a serviço dos grupos políticos que a financiava. Tendência que acabou se tornando modelo normativo e funcional do jornalismo daquele período.

Segundo Sousa (2008), o jornalismo europeu setecentista se expandiu a partir do modelo político e político-noticioso de imprensa. A imprensa de partido, denominada de *party press*, ganhava força especialmente no Reino Unido que consagrava a liberdade de imprensa. A *party press* caracterizava-se como uma imprensa das elites e voltada para as elites alfabetizadas, envolvida no combate político e ideológico. Esse modelo de imprensa e de jornalismo dominou o cenário europeu e latino-americano durante a primeira metade do século XIX.

A *party press* se configurou nos Estados Unidos até o início do século XIX. Porém, em 1830, os Estados Unidos deram o pontapé inicial para a promoção de um novo modelo de jornalismo, bem distinto daquele apresentado pela imprensa de partido. Predominantemente noticiosa, politicamente independente e direcionada para as pessoas comuns, esta é a proposta de jornalismo que não só começou a competir com a imprensa de partido desde então, como ainda imprimiu uma nova forma de se fazer jornal nos anos trinta do século XIX.

É a partir dos Estados Unidos que se tem a primeira geração de jornais populares no século XIX, momento em que os jornais também começam a se organizar enquanto empresas,

quer dizer “[...] como um negócio de produção e difusão de notícias, escritas de forma suficientemente simples para serem, inclusive, compreendidas pelos muitos iletrados”, de acordo com Sousa (2008, p. 105). Esse modelo teve seus sucessores na Europa, local em que passou a ser denominada de *penny press*, e de lá para o resto do mundo.

Distinguindo-se da imprensa de partido (*party press*), a *penny press* era sustentada por empresas que tinham como interesse o lucro econômico e não mais o benefício político, o que implicou numa outra forma de produção e circulação dos jornais. Como a preocupação maior não era o combate político, esses jornais se apresentavam como generalistas, por publicarem conteúdos que atendessem a um maior número de leitores, apresentarem elevadas tiragens e baixo preço. Característica que fez com que recebesse a denominação de *penny press*.

Para além dessas características, a *penny press* iniciava um tipo de jornalismo marcadamente noticioso, ainda que não completamente independente dos interesses políticos. Os jornais eram transformados em empresas/negócios que visavam ao lucro. A notícia, entendida como mercadoria, cada vez mais deixava de lado a propaganda política partidária para oferecer ao leitor um novo produto: a informação. Interessava agora os “fatos” e não mais as “opiniões”, o que contribuiu para o processo de despolitização da imprensa e do jornalismo, que teve na primeira metade do século XIX o seu ponto de partida.

A despolitização da imprensa e do jornalismo não aconteceu de forma eventual, quer nos Estados Unidos, quer na Europa, ou mais tardiamente na América Latina. A mudança em torno do público alvo, as novas formas de comercialização e de financiamento da imprensa oitocentista tiveram sua parcela de contribuição, uma vez que os jornais deixam de ter como principal fonte de renda os políticos e/ou partidos que, paulatinamente, foram substituídos pela publicidade e as vendas dos jornais. Com o aumento do número de leitores e o processo de urbanização das cidades, os jornais ampliaram o leque de informações e as estratégias a fim de atrair um público leitor cada vez maior. Com isso, Traquina (2005, p. 54) explica que o novo jornalismo passou a oferecer uma “velha receita das notícias” – o sensacionalismo. O novo jornalismo separava fatos e opiniões, mas contava os fatos de forma mais sensacionalista, tal como as publicações que circulavam na Europa do século XVIII.

Ocorre que a comercialização da imprensa e a promoção do novo jornalismo no século XIX, de alguma maneira, libertaram a imprensa da única função de porta-voz dos partidos políticos. No caso da imprensa inglesa, ela inova seus padrões tendo como parâmetro o jornalismo norte-americano que já apresentava uma linguagem objetiva e informativa, embora continuasse lançando mão dos recursos emocionais e sensacionais para atrair seus leitores. Já

na França, a introdução do novo jornalismo teve mais dificuldades devido à forte ligação da imprensa com a política e a literatura, como explica Traquina (2005).

Na França, desde o século XVIII, libelos circulavam provocando a curiosidade dos leitores. De forma anônima, circulava em 1771 a primeira edição de *Le Gazetier Cuirassé*, com textos que chamavam a atenção dos leitores por conter calúnias sobre os poderosos, conforme aponta Robert Darnton (2012, p. 23). Reunindo notícias variadas de cunho “político”, “apócritos”, “secretos”, “extraordinários”, “enigmáticos”, “indecentes”, dentre outros, o libelo apresentava-se de forma facciosa, provocativa e enigmática chocando os leitores e aguçando sua curiosidade, na medida em que mesclava fato e ficção. Aliás, deixava a cargo dos consumidores descobrir o que dentro do impresso encontrariam como a verdade dos fatos narrados. As anedotas mexiam com a alta corte francesa e pensadores do período, a exemplo de Voltaire, que não se agradou das calúnias que recebeu de *Le Gazetier Cuirassé* e travou com ele polêmicas lançando epítetos contra seus inimigos. Afinal, o libelo circulava de forma anônima e provocou vários sentimentos entre aqueles que tiveram contato com o conteúdo, seja pelo riso ao ler as anedotas, calúnias e difamações contra os poderosos franceses, seja despertando a raiva daqueles que, de pronto, revidaram os ataques através de textos injuriosos.

No que concerne à política, a imprensa francesa mantinha os velhos laços de dependência financeira com os partidos políticos, o que impedia sua autonomia no século XIX. No que toca a literatura, a identificação desta com o jornalismo criava resistências na adoção de novas técnicas de produção das notícias, que exigia textos com uma linguagem rápida e homogeneizada. Linguagem bem diferente daquela adotada pelo jornalismo francês, que prescrevia um jornalismo ainda pessoal, no qual a opinião dos escritores e dos diretores do órgão deveriam aparecer de forma expressiva.

Aos poucos, o novo jornalismo alcançou as redações de boa parte dos jornais norte-americanos e europeus, chegando na América Latina ainda no século XIX. Até isso acontecer, a imagem que se tinha da imprensa era a de sua utilização como arma política e meio de propaganda da ideologia dos partidos. O caso do Brasil é um deles e a explicação para isso deve partir do processo de colonização por Portugal, país que mantinha a imprensa sob censura, inclusive, instituindo a Real Mesa Censória na segunda metade do século XVIII para controlar todo e qualquer conteúdo impresso e/ou veiculado na metrópole e na colônia.

A imprensa no Brasil só foi instalada em 1808. Neste ano, dois jornais disputam o pioneirismo da imprensa brasileira, visto que o primeiro a ser editado foi o *Correio Brasiliense*, em Londres, por seu fundador Hipólito da Costa, em 01 de junho. Entretanto, no dia 10 de setembro de 1808, saiu da oficina da Impressão Régia instalada no Rio de Janeiro pela corte

joanina o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*⁷. Não sendo interesse dessa tese discutir o pioneirismo ou não dos dois primeiros jornais a circularem no Brasil no ano da chegada da corte joanina, salienta-se que a *Gazeta do Rio de Janeiro* nascia sob o crivo português desenvolvendo um jornalismo áulico. Numa postura diferente, o jornal *Correio Brasiliense* assumiu uma linha editorial combativa, sendo impedido de entrar no Brasil em 1809 por conter críticas contra a coroa portuguesa⁸.

Desde 1808, no Brasil, a imprensa atua como instrumento dos grupos de poder político. Mesmo depois de abolida a censura régia, em 2 de março de 1821, e da independência, em 1822, a imprensa brasileira continuou servindo aos partidos conservadores e liberais por meio de uma linguagem combativa. A herança do jornalismo áulico e do modelo de jornalismo francês, que conjuga a imprensa à política e à literatura, por sua vez, desenvolvia uma imprensa propagandística, opinativa e persuasiva com “notícias ‘orientadas’ e ‘selecionadas’ para servirem determinadas causas” (Sousa, 2008, p. 80).

Esse modelo de jornalismo francês encontrou terreno fértil no Brasil oitocentista. A contar do momento em que foi colonizado por Portugal, no século XVI, o Brasil tornou-se predominantemente rural e composto por uma sociedade escravista onde a educação era privilégio de poucos. Até a segunda metade do século XIX, o Brasil não apresentava mudanças significativas do legado colonial. Parca urbanização, predominância do analfabetismo e atividades comerciais e industriais incipientes configuravam as diferentes Províncias, ainda que algumas delas já mostrassem certa complexidade a partir da ampliação do quadro burocrático, da expansão dos aparelhos administrativos, do aumento populacional e do número de alfabetizados, como afirma Ana Luiza Martins (2011).

Durante o segundo reinado, a imprensa e o jornalismo sinalizam as primeiras mudanças para o que somente se tornaria realidade na República. Para Martins (2011), a proibição do tráfico de escravos pela Inglaterra, a promulgação da Lei de Terras, o avanço da produção/exportação do café, a implantação da ferrovia no Rio de Janeiro e a introdução do telégrafo e do cabo submarino na década de 1850, foram alguns dos acontecimentos que, direta

⁷ Há uma discussão na historiografia sobre o surgimento da imprensa brasileira e qual jornal deve ser considerado como o primeiro do Brasil. Por um lado, tem-se o jornal *Correio Brasiliense* que circulou no Brasil em 01 de junho de 1808, direcionado para os brasileiros, mas era escrito e editado em Londres, por Hipólito da Costa. Do outro lado, encontra-se a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal editado no Brasil, porém, produzido quase dois meses depois de o *Correio Brasiliense* já se encontrar em circulação em terras tropicais, em 10 de setembro de 1808.

⁸ Mesmo com o impedimento de circular no Brasil pela coroa portuguesa, em 1809, o jornal *Correio Brasiliense* entrava no país de forma clandestina até 1822, após a independência, quando o jornal deixou de ser produzido por Hipólito da Costa (ROMANCINI; LAGO, 2007).

e indiretamente, contribuíram para a concepção de imprensa não apenas como um instrumento político, mas um negócio rentável, como já se organizava nos jornais norte-americanos e europeus no mesmo período.

[...] A otimização da técnica advinda da introdução do telégrafo e do cabo submarino passou a dar sustentação à produção do jornal, transformando em negócio potencialmente rendoso. A agilização da notícia punha em funcionamento engrenagens do universo econômico agora mais azeitadas, intermediadas por novos profissionais – correspondentes estrangeiros e funcionários de agências de notícias. Junto a isso, imprimia outro ritmo à notícia e à própria escrita, que deveriam ser ágeis, breves, telegráficas (Martins, 2011, p. 71).

De forma paulatina, mudanças eram introduzidas na imprensa e no jornalismo brasileiro no final do século XIX e início do século XX. Em 15 de novembro de 1889, o Brasil se tornou uma República. Em termos gerais, o início do novo regime político foi marcado por contradições. Durante o tempo em que ingressou numa nova fase de progresso econômico oriundo da agroexportação, da exportação da borracha e da industrialização, o país permanecia ainda marcado pelo ruralismo e pela predominância das oligarquias latifundiárias. Não por acaso, a denominada Primeira República também ficou conhecida como República das Oligarquias, especialmente no período de 1894 a 1930, quando presidentes civis do setor agrário assumem o poder e mantêm-se nele de forma alternada por meio da prática do coronelismo, mandonismo e clientelismo já existentes no Brasil.

Tais marcas repercutiam diretamente na imprensa. De acordo com Juarez Bahia (2009), as famílias de poder político e econômico no Brasil mantinham o controle acionário das empresas jornalísticas na República. A burguesia ascendente nas cidades se aproxima da aristocracia rural, de maneira que são elas que vão investir nos jornais financiando a imprensa. Por conseguinte, a imprensa na Primeira República continuava sendo usada como porta-voz de líderes monarquistas e republicanos na defesa de seus ideais e ataques ao novo regime e aos seus opositores, até porque a maioria dos jornais existentes nesse momento ainda eram do tempo do Império.

O gênero opinativo continuava sendo predominante nos jornais do Brasil até boa parte da primeira metade do século XX, a despeito do registro de jornais independentes no Brasil desde o século XIX, afirma Juarez Bahia (2009). *Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Diário do Rio de Janeiro, Correio Mercantil, A Pátria*, são alguns dos jornais que aparecem como independentes, mas não o suficiente para diminuir os jornais políticos. De tal forma, é inegável que no século XX a duração dos jornais políticos se tornava cada vez mais efêmera. E

à medida em que os jornais conquistam fonte própria de recursos para manter financeiramente a folha em circulação, o sepultamento da imprensa artesanal se aproximava.

É na República que se verifica a transição da fase artesanal para a fase industrial da imprensa brasileira. Porém, como explica Nelson Werneck Sodré (1983), essa transição não se dá sem contradições, considerando que a ascensão da burguesia e o avanço das relações capitalistas no país não promoveram alterações no campo da política, que se encontrava sob domínio do latifúndio pré-capitalista. No final do século XIX, de acordo com Sodré (1983, p. 276), “[...] a imprensa, embora apresente agora estrutura capitalista, é forçada a acomodar-se ao poder político que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional”.

Em outras palavras, ainda que a imprensa apresentasse uma estrutura de empresa comercial na Primeira República, ela continuava sendo instrumento do poder político. A diferença apontada por Sodré (1983) é que nesse período, quando comparado aos anteriores, os jornais não necessariamente surgem com a finalidade política partidária, mas são alocados como instrumentos do poder a partir da compra da opinião do jornal pelo governo, que se torna uma rotina, particularmente, com o Presidente Campos Sales (1898-1902). Com isso, verifica-se “[...] o aparecimento de jornais de virulenta oposição, confrontando aqueles jornais que se subordinam ao poder; as campanhas sucessórias extremadas, sem correspondência com o caráter e o programa das correntes em choque, sem as grandes diferenças que poderiam justificar exteriormente a violência com que se defrontam [...]” (Sodré, 1983, p. 276).

Os noticiários, em sua grande maioria, pautavam o tema político e a linguagem de violência estava rente. Sodré (1983, p. 331-332) explica que a imprensa refletia o comportamento da classe pequeno burguesa, o que influenciou a produção da notícia marcada pelos aspectos pessoais com o objetivo de atingir seus alvos políticos para “chegar aos fins moralizantes”. Nesse empenho, a imprensa foi “convertida em vazadouro de todas as paixões e de todos os ódios, de todos os despeitos e de todos os insultos contra os homens públicos do país”. Desviada do seu caminho de empresa capitalista, voltada para a informação objetiva e neutra, tal qual o novo modelo de jornalismo norte-americano que reivindicava a racionalização do processo produtivo, no Brasil, a imprensa mostrava sua face “decaída”, “aviltada”, “prostituída”, “pornográfica” que traduzia os sentimentos políticos e atentava contra a honra e a dignidade das famílias que liam os jornais.

Além disso, segundo Sodré (1983), a imprensa no início da sua fase industrial no Brasil era dominada pelo capital comercial e pelo Estado, o que contribuía para a subserviência dos jornais à política partidária. Essa subserviência ou dependência dos jornais à políticos e/ou

partidos políticos, apontada por Sodré (1983), permanece até a segunda metade do século XX, como salienta Ana Paula Goulart Ribeiro (2003).

Analisando a imprensa carioca nos anos cinquenta do século XX, Ribeiro (2003) assegura que diferentemente do que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, em que a modernização da imprensa ocorreu de forma associada com a publicidade e adoção de novas técnicas de produção da notícia ainda na primeira metade do século XIX; no Brasil, as técnicas importadas do novo jornalismo foram colocadas a serviço da política.

De acordo com Ribeiro (2003, p. 156), tal comportamento encontrado na imprensa brasileira não se trata de uma “suposta mentalidade arcaica dos produtores da notícia”. Antes, se justifica pelos limites das condições concretas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Na década de 1950, mesmo que as empresas de jornalismo se apresentassem mais complexas e com novas características administrativas e de gestão, as condições materiais eram precárias e não chegavam a garantir a autonomia das empresas a ponto de autofinanciar o seu desenvolvimento. A maioria das empresas jornalísticas, na ocasião, tiveram que recorrer à ajuda financeira dos bancos estatais, que se tornaram os financiadores da modernização da imprensa. Por isso, os laços historicamente existentes entre a imprensa e a política ao invés de se romperem, se fortaleceram em outros moldes.

Isso significa que relações arcaicas, políticas – muitas vezes baseadas em laços pessoais, interesses imediatos, compadrios etc., – em certa medida, financiaram a modernização da imprensa, fato que aponta para uma lógica bastante diferente daquela da IC [Indústria Cultural] nos países capitalistas avançados, como os Estados Unidos. Lá, como vimos, a publicidade possibilitou o surgimento de jornais de grande tiragem e de baixo preço (*penny press*) e o desaparecimento de jornais de opinião (Ribeiro, 1983, p. 157, grifos da autora)

Através da análise de Bahia (2009), Sodré (1983) e Ribeiro (2003) nota-se que a imprensa brasileira desde o século XIX buscou acompanhar a modernização das técnicas de produção do jornalismo, no entanto, paradoxalmente, serviam aos interesses da política. Esse comportamento não poderia ser diferente quando se analisa que os proprietários de jornais no Brasil no século XX continuavam pertencendo aos grupos de poder político e econômico. O grupo que comandava a economia do Brasil era praticamente o mesmo que assumia as funções políticas e públicas, tornando mais fácil a relação de interdependência da imprensa com a política.

Mesmo assim, a partir do final do século XIX, os anúncios ganhavam as páginas dos jornais e a imprensa sinalizava algumas mudanças, como a adoção de novos equipamentos que

proporcionaram maiores tiragens, os anúncios se tornam mais presentes nas páginas dos jornais, inclusive, com o aparecimento de escritórios especializados em anúncios que criam *slogans* personalizados para cada produto. Conforme Sodré (1983), é notório que a publicidade financiava parte dos avanços em torno da produção de anúncios no final do século XIX e início do XX, mas não conseguiram “quebrar a monótona uniformidade das páginas”, que aparentavam alterações mínimas nos textos.

Tendo como referência a transcrição dos registros de Luís Edmundo sobre a imprensa brasileira do início do século XX, Sodré (1983, p. 282) constrói o seguinte quadro:

O jornal, na alvorada do século, ainda é anêmica, clorótica e inexpressiva gazeta da velha monarquia, uma coisa precária, chã, vaga, morna e trivial. Poucas páginas de texto, quatro ou oito. Começa, geralmente, pelo artigo de fundo, um artigo de sobrecasaca, cartola e *pincenez*, ar imponente e austero, mas rigorosamente vazio de opinião [...]. Paginação sem movimento ou sem graça. Colunas frias, monotonamente alinhadas, jamais abertas. Títulos curtos. Pobres. Ausência quase absoluta de subtítulos. Vaga *clichéterie*. Desconhecimento de *manchetes* e de outros processos jornalísticos, que já são, entretanto, conhecidos nas imprensas adiantadas do norte da Europa. Tempo do soneto na primeira página, dedicado ao diretor ou ao redator principal da folha. [...] O noticiário era redigido de forma difícil, empolada. O jornalismo ainda feito por literatos é confundido com literatura, e no pior sentido. As chamadas informações sociais – aniversários, casamentos, festas – aparecem em linguagem melosa e misturam-se com a correspondência de namorados, doestos a desafetos pessoais e a torva catilinária dos pedidos. [...] Os clichês são caríssimos, poucas as oficinas de gravura e os jornais poupam-se de usá-los. E nem mesmo as informações são de interesse geral, ou fatos apresentados objetivamente. [...] (Sodré, 1983, p. 282-283, grifos do autor).

Segundo Richard Romancini e Cláudia Lago (2007), o avanço da industrialização, da urbanização e da alfabetização da população brasileira nos anos 1930 contribuíram significativamente para o desenvolvimento da imprensa periódica do país, que cada vez mais se apresentava como informativa, quer pela aquisição de novos equipamentos, quer pela adoção de práticas modernas da produção noticiosa. Nesse período, os jornais no Brasil se instituíram enquanto empresas e passaram a exigir uma organização capitalista e lógica racional de produção que valorizava a reportagem e o caráter informativo do texto.

Nada obstante, a década de 1930 registra avanços e recuos do desenvolvimento da imprensa, em particular a partir de 1937, quando Vargas instaura o Estado Novo no Brasil. De 1937 a 1945, a imprensa brasileira “foi investida da função de caráter público e tornou-se instrumento do Estado”, consoante Maria Helena Capelato (1999, p. 171). Em 1939, com o surgimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a censura e o controle da informação foram ampliados, de maneira que a imprensa servia de veículo da propaganda da

ideologia estadonovista e o conteúdo permitido para veiculação era manipulado para favorecer a imagem de Getúlio Vargas e a construção do mito do “pai dos pobres” e dos trabalhadores. Mesmo as empresas jornalísticas que alçaram a independência econômica dos partidos, nesse momento, tiveram que desempenhar sua “função atrelada ao Estado Novo” (Capelato, 1999, p. 174).

Durante o Estado Novo, os símbolos ganharam importância, sendo integrados ao processo de legitimação do poder de Vargas pelos jornais e pelo rádio. A bandeira brasileira, a música, o retrato do presidente, cartazes, cartilhas educativas etc. foram alguns dos símbolos usados com a pretensão de forjar sentimentos, uma identidade nacional arquitetada pelos intelectuais orgânicos para serem difundidos pela imprensa, “lugar de operacionalização da linguagem e da ideologia estadonovista” (Barbosa, 2007, p. 113).

As transformações políticas, econômicas e socioculturais ocorridas nas décadas de 1930 e 1940, indubitavelmente, foram fundamentais para o processo de modernização da imprensa brasileira. Parte dessas modificações se concretizaria na década de 1950, fruto da influência da ideologia jornalística norte-americana no Brasil após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conforme explica Romancini e Lago (2007). Desde o período colonial a imprensa brasileira foi instituída pelo modelo de jornalismo europeu, nomeadamente o francês, caracterizado pelo artigo de fundo, opinião e controle da informação. Com a introdução de técnicas de produção do jornalismo norte-americano nos jornais brasileiros, se verifica a transição do jornalismo artesanal/opinativo/ideológico para o empresarial/informativo/objetivo com algumas especificidades no Brasil.

Ainda que seja pontuada a transição do jornalismo artesanal para o empresarial na primeira metade do século XX, vale esclarecer que “[...] a reorganização da imprensa não implicou, porém, numa independência do meio”, como salientam Romancini e Lago (2007, p. 79). Ou seja, a subvenção da imprensa ao poder público assim como aos partidos, e a compra da opinião do jornal continuou no Brasil sendo praticada na segunda metade do século XX.

Até a conquista da independência financeira em relação aos políticos e partidos, os jornais brasileiros eram utilizados como armas pelos seus proprietários. Neste papel, as matérias jornalísticas eram predominantes opinativas, sendo redigidas com uma linguagem virulenta e pessoal. Herança do modelo de jornalismo francês e da ligação da imprensa com a literatura e a política, como afirmam Romancini e Lago (2007, p. 80):

[...] Literatura e jornalismo se confundiam, pois com um círculo de compradores de livros muito reduzido, os escritores procuravam obter

notoriedade, bem como recursos econômicos, nos jornais. Assim, os escritores tornam-se produtores não só de folhetins, mas de artigos de fundo, colunas dedicadas à literatura ou variedades, reportagens e também propaganda (Romancini; Lago, 2007, p. 80).

Segundo Ribeiro (2003), literatura, política e jornalismo se conjugavam até a década de 1950, quando o jornalismo de caráter empresarial substituiu gradualmente o político-literário. Para a autora, é nesse período que a imprensa adota de forma sistemática as técnicas de produção do jornalismo moderno norte-americano e incorpora uma série de práticas discursivas que restringem a linguagem e a estruturação do texto. O jornalismo do comentário, de opinião, da polêmica, da crítica e de cunho doutrinário perde espaço para o jornalismo de informação, que deve ser produzido de forma objetiva, imparcial e neutra. Instituiu-se um jornalismo que deve ser o estabelecimento de verdades e isso só pode ser alcançado com um conjunto de regras da produção da notícia. Dentre elas, podem ser citadas as restrições formais na linguagem e na estruturação da notícia através da implementação das técnicas norte-americanas do *lead* e da pirâmide invertida. O *lead* viria a substituir a tradicional prática de produção jornalística do nariz de cera, que era marcado pela promoção de texto longo, empolado e opinativo. O *lead*, em conjunto com a pirâmide invertida, estabelecia uma escrita jornalística objetiva em que prezaria pelas perguntas básicas: quem? fez o quê? quando? onde? como? e por quê?

Para além disso, Ribeiro (2003) destaca a introdução de uma linguagem telegráfica, que implicou na construção de um texto mais seco, direto e forte; o uso da pauta; a redução do número de palavras, expressões e aferições subjetivas; a obrigatoriedade da terceira pessoa; a utilização do verbo no modo indicativo; a supressão do uso de adjetivos, metáforas, exclamação e reticência, dentre outras restrições formais, a fim de garantir a impessoalidade do texto. Na década de 1950, essas regras ou restrições se formalizaram ou por meio da prática discursiva, ou pela introdução dos manuais de redação, que passaram a ser adotados por alguns jornais brasileiros como uma espécie de “código de leis para os redatores e editores” e como um “antídoto para veleidades literárias” (Ribeiro, 2003, p. 151).

A prática discursiva, para Foucault (2010, p. 133), é o conjunto de regras anônimas, históricas, determinado no tempo e no espaço para o exercício da função enunciativa. Cada área social define uma prática discursiva e a partir dela se define quais enunciados podem ou não serem produzidos. Ao conjunto de enunciados, o autor denomina de discurso e este precisa estar apoiado numa formação discursiva. Nesse sentido, o jornalismo enquanto prática discursiva define uma regularidade de enunciados pela linha editorial determinada para o órgão. Nos anos 1950 e 1960, o processo de regularização de uma prática discursiva para o jornalismo se dava

de acordo com os interesses políticos partidários dos jornais conciliados com o modelo de jornalismo moderno que se pretendia implantar no Brasil.

Ao passo em que as técnicas norte-americanas se tornaram uma realidade na imprensa e no jornalismo brasileiro dos anos 1950, aquele formato de jornalismo apresentado por Sodré (1983) para o início do século XX como “anêmico”, “clorótico”, “morno”, “trivial”, com paginação sem movimento ou sem graça, colunas frias, títulos curtos, ausência de subtítulos, manchetes etc. serão substituídos por inovações gráficas e a imposição de um estilo mais ordenado, como pode ser observado nos jornais cariocas analisados por Ribeiro (2003, p. 151):

[...] As manchetes e os títulos passaram a ser padronizados e a ter uma coerência interna. Recursos editoriais e formais, típicos de revistas, passaram a ser utilizados nos jornais diários. Subtítulos, entretítulos, *boxes*, textos complementares movimentavam e embelezavam as páginas, tornando a sua leitura mais agradável. Foi nesse momento que nasceu o conceito de primeira página como vitrine, como uma espécie de “cardápio atraente” de tudo o que estava no interior do jornal. Chamadas, pequenos resumos dos principais assuntos do dia, passaram a ser impressos na capa dos periódicos. Apresentação lógica, ordenação do material na página, disposição racional, essas eram algumas máximas do jornalismo carioca, que passou a adotar um valor estético, o princípio da funcionalidade. [...] (Ribeiro, 2003, p. 151).

Essas transformações na imprensa devem ser analisadas em conjunto com o processo de profissionalização do jornalismo e a criação da Associação Brasileira de Imprensa e do ensino de Jornalismo na primeira metade do século XX, reitera Ribeiro (2003). Até a chegada do curso superior de Jornalismo no Brasil, a redação dos jornais era ocupada por profissionais que aprendiam a fazer imprensa na prática. Até a chegada dos manuais de redação, as regras do jornalismo eram formalizadas por meio do discurso autorreferencial e das práticas discursivas que definiam a sua cultura profissional. O *ethos* jornalístico ganhava novos contornos pela crítica da prática jornalística que determinava o que era ou não permitido na produção da notícia, assim como determinava a missão social da imprensa e o papel do jornalista naquele momento.

É no início do século XX que se registra o aparecimento da primeira associação de imprensa no Brasil, em 1908, por Gustavo Lacerda⁹. Com o surgimento da Associação

⁹ Gustavo Adolfo Fraga nasceu em 18 de maio de 1854, na cidade de Florianópolis. Ingressou no Exército em 1870 dando baixa em 1881. O nome Gustavo Lacerda surge da determinação da supressão dos sobrenomes Adolfo Fraga pelo Ministério do Exército, adotando, a partir de então, Lacerda como sobrenome. Em 1882 foi para o Rio de Janeiro, onde começou a trabalhar na imprensa. Socialista, ajudou a fundar o Centro Operário Radical, no Rio de Janeiro. Fundada a Associação Brasileira de Imprensa, Gustavo Lacerda defendia a liberdade de imprensa e defendia também que a imprensa deveria ter uma missão social, ao tempo em que discordava da ideia de os jornais serem transformados em empresas que visavam o lucro. Gustavo Lacerda morreu em 04 de setembro de 1909, aos

Brasileira de Imprensa¹⁰ (ABI), no Rio de Janeiro, e mais tarde das Associações e dos Sindicatos dos Jornalistas nos demais Estados, se inicia a discussão de forma sistematizada sobre a liberdade de imprensa e os direitos dos profissionais da imprensa. Dentre as reivindicações sugeridas pela Associação Brasileira de Imprensa desde as primeiras horas de funcionamento estavam a melhoria das condições de trabalho, o aumento salarial que garantisse o mínimo de dignidade aos jornalistas, a liberdade de imprensa, a luta pelo reconhecimento do papel social do jornalismo e a carteira profissional.

Apesar de a Associação Brasileira de Imprensa surgir do interesse de reunir os profissionais da categoria para que “unissem forças em torno dos próprios interesses”, Henrique Moreira e Luiz Martins (2016, p. 27) pontuam a dificuldade para a sua formação, em decorrência do preconceito dos intelectuais às atividades associativas e aos movimentos reivindicatórios, entendidos por eles como próprios de “trabalhadores braçais”. Além desse argumento, há outros dois destacados por Hérica Lene e Rafael Lopes (2013). O primeiro se refere ao próprio fundador, o socialista Gustavo Lacerda, visto como um “anarquista perigoso” por um grupo de jornalistas, o que dificultou a adesão desse grupo à associação. O segundo aponta para a própria categoria dos jornalistas do período, que se encontrava dispersa e “[...] desfavorável a qualquer ideal de solidariedade profissional” (Lene; Lopes, 2013, p. 5). Apesar das dificuldades enfrentadas nas primeiras décadas do século XX, com o tempo a Associação Brasileira de Imprensa foi conquistando novos adeptos, de maneira que em 1940 já contava com 3.880 sócios, conforme dados apresentados por Lene e Lopes (2013, p. 8).

Junto à criação da Associação Brasileira de Imprensa, outra pauta de reivindicação de Gustavo Lacerda foi a criação do ensino de Jornalismo, entendido como ponto fundamental

55 anos. Sobre a *causa mortis* há, pelo menos, duas versões defendidas pelos jornais da época que publicaram matéria com o assunto: desnutrição e arteriosclerose. Para os autores Lene e Lopes (2013), ele faleceu por motivo de desnutrição, fome, num leito de indigentes na Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro. Foi no período que esteve internado na Santa Casa de Misericórdia, que Gustavo Lacerda rascunhou o primeiro estatuto da Associação Brasileira de Imprensa, tendo como parâmetro os estatutos da Associação Sindical Profissional dos Jornalistas Republicanos Franceses, de 1881, e da Associação dos Jornalistas Parisienses.

¹⁰ A Associação Brasileira de Imprensa surge em 7 de abril de 1908 apenas como nome Associação de Imprensa e somente em 1913 passou a ser denominada de Associação Brasileira de Imprensa. Nasceu como uma associação civil, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa de Gustavo Lacerda e mais outros profissionais da imprensa que se interessaram pelo empreendimento, a saber: Amorim Júnior, Mário Galvão, Francisco Solto, Alfredo Seabra, Luís Honório, Artur Marques, Noel Batista e Belisário de Sousa. Junto com Amorim Júnior e Mário Galvão, Gustavo Lacerda produziu a minuta do primeiro estatuto da Associação, que tinha como objetivo: “[...] criar e manter uma caixa de pensões e auxílios para os sócios e suas famílias; manter o serviço de assistência médica e farmacêutica; instalar o Retiro da Imprensa para os idosos; manter uma sede social no centro da cidade com biblioteca, salas de conferência; habilitar por meio de título de capacidade intelectual e moral os pretendentes ao título de jornalismo; instituir a Carteira de Jornalista” (LENE; LOPES, 2013, p. 6). Inicialmente, a Associação funcionava em prédios alugados e não teve muitos adeptos, em decorrência das ideias socialistas defendidas pelo seu fundador, Gustavo Lacerda, como já foi destacado. A Associação Brasileira de Imprensa existe até o presente momento.

para a formação dos profissionais da imprensa. Até a criação do curso superior de Jornalismo no Brasil, em 1947¹¹, e a formação dos primeiros profissionais diplomados, as redações eram ocupadas por literatos, políticos, bacharéis, professores, estudantes secundaristas, dentre outros, que exerciam a função de jornalistas, diretores e/ou proprietários dos órgãos de imprensa. Afinal, explica Bahia (2009), 50% da população brasileira ainda era analfabeta na metade do século XX. O que ilustra não apenas o pequeno número de produtores de jornais, mas igualmente o de seus consumidores.

O pequeno grupo de letrados que ocupava as redações dos jornais, parte dele, tinha formação em Direito, Medicina, Engenharia e se considerava “intelectuais”, fruto da herança histórica das relações mercantilistas e absolutistas portuguesas, como explicam Moreira e Martins (2016). A maioria dos bacharéis, segundo Marialva Barbosa (2007), saía da Faculdade de Direito, considerada, durante a República Velha, a principal instância de produção ideológica e cujos profissionais oriundos de lá ocupavam as funções políticas, econômicas e culturais no país. À vista disso, os bacharéis que atuavam na imprensa se distinguiram dos demais sujeitos sociais por meio do anel de formatura, contribuindo, direta e indiretamente, para a produção de uma identidade profissional de jornalistas que se diferenciava dos demais trabalhadores e, conseqüentemente, para “[...] a baixa adesão que os profissionais da imprensa sempre tiveram em relação à atividade sindical ou a qualquer outra ação associativa” (Moreira; Martins, 2016, p. 29). Outra explicação para a baixa adesão, segundo Hohlfeldt e Valles (2008, p. 41) se dava pelo fato de a imprensa ser entendida apenas como um trampolim para ingressar no emprego público por parte de seus profissionais, contribuindo para o desinteresse pela Associação de Imprensa Brasileira nos seus primeiros anos.

Da Faculdade de Direito, assim como das escolas de Medicina e Engenharia, saíam os diretores e os jornalistas dos principais órgãos de imprensa do país. Em meados do século XX, Rio de Janeiro e São Paulo despontavam como as duas capitais com maior número de diários, revistas, tipografias e editoras de livros sustentadas, sobremaneira, por proprietários rurais e comerciantes prósperos, que mantinham relação com políticos e partidos. Parte da elite econômica e política do Brasil com curso superior formavam o conjunto de intelectuais que se dedicavam ao exercício do jornalismo, eram os homens de letras da época. Afora eles, havia

¹¹ Antes da criação do ensino superior de Jornalismo, em 1947, criada em convênio entre a Fundação Cásper Líbero e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, registra-se a existência de cursos para formação de jornalistas pela Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, no ano de 1935. Teve duração curta, funcionando até 1939, quando o curso foi desativado pelo governo.

também uma maioria de profissionais do jornalismo que nem havia concluído o ensino médio, afirma Lene e Lopes (2013).

Do ponto de vista da formação escolar e cultural dos profissionais do jornalismo existia tanto bacharéis que dominavam a gramática e a leitura, quanto aqueles que tinham uma educação formal básica, porém, dominavam as técnicas de apuração e investigação, como salientam Lene e Lopes (2013). Sobre os repórteres, os autores garantem até que o nível intelectual de alguns deles era baixo, muitas vezes não sabiam nem redigir um texto com domínio das regras gramaticais.

Até a década de 1930 não existia de forma clara a divisão hierárquica das funções nas redações dos jornais. Com o surgimento da imprensa brasileira, em 1808, verificou-se desde o aparecimento de jornais fundado por um homem só que desempenhava todas as funções, de proprietário a redator e tipógrafo; até aqueles que já traziam em seu bojo uma organização mínima das tarefas dentro das redações, a saber: diretor-proprietário, redatores e repórteres, segundo Ribeiro (2007). Entretanto, a divisão das tarefas nos jornais iniciada no século XIX só ganha corpo no século XX com as reformas da imprensa, o processo de profissionalização dos jornalistas e a promulgação de decretos que estabeleceram algumas funções dentro do jornalismo.

Conforme Lene e Lopes (2013), o Decreto-Lei N. 910, de 30 de novembro de 1938, foi responsável pela obrigatoriedade do registro dos jornalistas profissionais no Ministério do Trabalho. Foi ainda através dele que as funções de redator, repórter, auxiliar de repórter e revisor ficaram definidas. Na década de 1940, uma nova categorização foi promulgada pelo Decreto-Lei N. 7.037, de 10 de novembro de 1944, ao deliberar pela criação das funções de repórter de setor, repórter auxiliar, noticiarista, redator auxiliar, subsecretário e secretário; e estabelecer salários diferenciados para cada atividade profissional.

Os dois decretos promulgados nas décadas de 1930 e 1940 ajudaram a acelerar o processo de profissionalização dos jornalistas e, ao mesmo tempo, o processo de divisão e especialização das tarefas nas redações e oficinas, porém foram insuficientes para alterar as antigas relações de trabalho. Lene e Lopes (2013) analisam que mesmo com a formalização das funções dentro da redação com seus respectivos salários e o registro do profissional do jornalismo através da carteira profissional junto ao Ministério do Trabalho estabelecido por lei, havia casos de os salários dos jornalistas serem pagos com atraso ou realizados por meio do sistema de vales em meados do século XX.

De modo geral, desde o surgimento da imprensa, o salário daqueles que trabalhavam nos jornais, quando existia, não era tão atrativo, nem mesmo o empreendimento era lucrativo

para seus proprietários. No entanto, o jornal e o jornalismo ofereciam outros lucros, tal como prestígio para seu(s) proprietário(s) e para seus diretores e redatores. Ter um jornal, da mesma forma que trabalhar nele, poderia lhe render poder simbólico. O que significa que o lucro/pagamento em criar um jornal ou trabalhar nele não era somente monetário, mas simbólico, como, por exemplo, o prestígio, a ascensão social, a obtenção de poder por meio do emprego público, do ingresso na carreira política, do reconhecimento intelectual etc. Poder simbólico, distinção, era o que muitos procuravam ao fundar um órgão de imprensa ou ingressar numa redação como colaborador, jornalista ou diretor. De acordo com Pierre Bourdieu (2006), o prestígio, ou a distinção, é uma forma de capital simbólico que é derivada de uma complexa relação de elementos simbólicos existentes dentro de um campo social.

Grande parte dos jornalistas eram diletantes no século XIX e na primeira metade do século XX. Alguns buscavam no jornal prestígio, como anteriormente apontado, e/ou reconhecimento intelectual por meio da publicação de seus textos, defender suas ideologias e partidos políticos na imprensa, galgar emprego público. De acordo com Barbosa (2007, p. 90), “[...] ser jornalista é, portanto, uma espécie de lugar intermediário para conseguir a distinção necessária para ocupar um cargo na administração pública. Ter emprego público é a aspiração primeira. Ocupar um lugar na política, a aspiração máxima”.

Ao lado dos jornalistas que buscavam na imprensa somente distinção ou galgar empregos públicos ou carreira política, estavam outros cuja redação compreendia seu local de sustento. Durante o século XIX e XX, registra-se os baixos salários e a existência de jornalistas que viviam não só da carreira de jornalista. Sobre essa questão, encontra-se, pelo menos, dois comportamentos entre aqueles que trabalham na imprensa. Um deles é o de jornalistas que tinham empregos públicos e trabalhavam nos jornais somente por diletantismo sem receber qualquer valor. E o outro é aquele que trabalhava na imprensa e mantinha outro(s) emprego(s) para complementação da renda por ganhar salário pouco para arcar com todas as suas despesas.

Neste período, também, muitos jornalistas trabalhavam em vários jornais para aumentar a renda ou eram *freelancers*. O profissional do jornalismo não era bem-remunerado, mas a entrada numa redação poderia lhe abrir outras portas, tal como a do emprego público, através da qual poderia garantir a estabilidade e a aposentadoria dos homens de letras.

Contudo, ingressar na atividade jornalística nem sempre era algo tão fácil. Inicialmente, quando os órgãos de imprensa definiram linhas editoriais pela posição política partidária, a afinidade ideológica pesava como um requisito mister para os candidatos a redatores, assim como as relações de amizade, a simpatia pessoal e a influência política, conforme Barbosa (2007). Mais tarde, quando se exige a obrigatoriedade do diploma para a obtenção do registro

profissional, em 1969, essa regra muda em partes, considerando que a indicação e a influência política não deixaram de ter importância para o acesso de profissionais às redações.

Analisando a década de 1950, Ribeiro (2007, p. 314) enfatiza que, “[...] a entrada na profissão de jornalista, era simples. No entanto, em geral, a inserção do indivíduo no mercado de trabalho dependia da rede de relações pessoais que ele poderia acionar. Quase sempre se ingressava na profissão pelas mãos de algum amigo ou parente que já trabalha em um jornal [...]”. Nesse período, a autora ainda observa que na imprensa carioca se contratava mais jovens que veteranos. Esse comportamento respondia às reformas dos jornais do Rio de Janeiro na década de 1950 que exigia profissionais que adotassem as modernas técnicas de redação.

Até aquele momento, acrescenta Ribeiro (2007), no Rio de Janeiro havia poucos profissionais com domínio das modernas técnicas de produção. Por isso mesmo, evitava-se contratar os “dromedários” do jornalismo, ou seja, os veteranos por estarem acostumados às velhas técnicas de produção. O jornalismo brasileiro dos anos 1950, ao sofrer reformas oriundas da introdução das modernas técnicas da produção norte-americana nas redações, exigia do profissional uma escrita mais objetiva e direta, daí a incompatibilidade dos veteranos, que traziam os velhos vícios da imprensa política e opinativa. Para além disso, as reformas que aconteceram no jornalismo durante a primeira metade do século XX, contribuíram para que, nos anos 1950, houvesse a valorização do “[...] noticiário e as reportagens, escritas numa linguagem impessoal e objetiva. E o repórter – agora com salários mais altos e com formação sociocultural melhor – tornou-se uma figura central do jornalismo” (Ribeiro, 2007, p. 318).

As mudanças que ocorreram na imprensa e no jornalismo nos anos 1950 foram amplas e, pouco a pouco, o jornalismo político e opinativo ia sendo substituído pelo jornalismo empresarial e informativo. Entretanto, faz-se necessário ressaltar, como faz Ribeiro (2007, p. 28), “[...] que os anos [19]50 representaram não um momento de ruptura radical, mas o período de consolidação das transformações por que vinha lentamente passando a imprensa desde o início do século XX. A reforma do jornalismo foi um processo cumulativo, [...] também conservou muitos aspectos da tradição”.

A explicação proposta por Ribeiro (2007) e demais autores utilizados até aqui dá conta de uma imprensa e um jornalismo que se desenvolveu, especialmente, no Rio de Janeiro e que, de alguma maneira, serviu de modelo para as demais regiões do Brasil nas quais detinham uma tipografia e lá fazia circular jornais com suas especificidades. Nesse sentido, é que se pretende olhar para a imprensa piauiense também, visto que o objeto em análise trata de um jornalismo praticado em Teresina no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Momento em que essas transformações estavam sendo implementadas e foram amplamente discutidas pelos jornalistas

teresinenses por meio do discurso autorreferencial, compreendido como o discurso jornalístico que torna “público algumas de suas próprias operações, enquanto regras privadas de realidade de construção do que, necessariamente, da construção da realidade” (Fausto Neto, 2007, p. 78), como será apresentado a seguir.

2.2 Imprensa piauiense no jogo do poder político

Vinte e quatro anos depois do surgimento da imprensa no Brasil chegou ao Piauí a sua primeira tipografia, trazida pelo Pe. Antônio Fernandes da Silveira¹². Com razão social de Silveira & Cia.¹³, dela foi editado o jornal *O Piauiense*¹⁴, em 15 de agosto de 1832, na então capital da Província do Piauí, Oeiras, com a função de publicar atos oficiais do governo do Manuel de Sousa Martins (1823-1843), conhecido como Barão (1825) e depois Visconde da Parnaíba (1841).

Não muito diferente do que aconteceu no Brasil, o surgimento da imprensa piauiense esteve não apenas atrelado aos grupos de poder político e econômico, como foi regulado pelo Presidente da Província, Manuel de Sousa Martins, que governou o Piauí durante vinte anos. De 1823 a 1843, conseqüentemente, poucos jornais surgiram no Piauí pela falta de segurança para editá-los, mormente, se a linha editorial fosse de oposição ao Presidente da Província do Piauí.

Depois de *O Piauiense*, surgiu o *Correio da Assembleia Provincial do Piauí*, em 1835, e em 1839 foi criado *O Telégrafo*, vinculado ao Presidente da Província. Este jornal é considerado por Celso Pinheiro Filho (2017) como o primeiro órgão noticioso do Piauí, mas, com característica semioficial, na medida em que serviu de instrumento político para a manutenção da opinião pública favorável a Manuel de Sousa Martins durante a Balaiada (1838-1841).

Sobre a produção noticiosa de *O Telégrafo*, Pedro Vilarinho Castelo Branco (2020) defende que o jornal adotou uma linha editorial de caráter informativo sem abdicar da opinião

¹² Sacerdote e político. Natural de Lagarto (SE), foi nomeado Secretário de Governo da Província do Piauí, ocupando o cargo em Oeiras, em 1824. Em 1830, foi eleito a Deputado Geral no Piauí e em Sergipe, optando por ocupar o cargo lá, em Sergipe. Pe. Antônio Fernandes Silveira foi o responsável por trazer a primeira tipografia para a Província do Piauí (PINHEIRO FILHO, 2017, p. 26).

¹³ De acordo com Pinheiro Filho (2017), a tipografia trazida pelo Pe. Antônio Fernandes Silveira apresentava estrutura rudimentar e a aparelhagem era usada, sendo trazida da Bahia. Até 1839, a tipografia foi adquirida pelo governo da Província do Piauí, deixando de ser denominada pela razão social Silveira & Cia. para ser transformada em Tipografia Provincial.

¹⁴ Sobre o jornal *O Piauiense*, ver Rêgo (2021, p. 50) e Pinheiro Filho (1997, p. 27).

como uma estratégia para conquistar e convencer o leitor da atuação política do Presidente da Província ao longo da Balaiada. Nesta defesa, o autor cita a informação publicada na primeira edição de *O Telégrafo* e aponta que ele nasce com a intenção de esclarecer a opinião pública “[...] sobre os acontecimentos da Balaiada, particularmente os que tiverem envolvimento e repercussão na Província do Piauí, e que, findo o conflito, o jornal seria imediatamente extinto, pois teria cumprido a finalidade para a qual foi criado (Castelo Branco, 2020, p. 10).

Ainda que os jornais *O Piauiense* e *O Telégrafo*, que circularam na Província do Piauí nas décadas de 1830 e 1840, tivessem caráter oficial ou semioficial e atendessem aos interesses do Presidente da Província, Manuel de Sousa Martins, foi somente com o surgimento de *O Liberal Piauiense*, em 1845, que se atribui a chegada do primeiro jornal de cunho político, doutrinário e noticioso, como defende Pinheiro Filho (2017).

Criado por Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, *O Liberal Piauiense* funcionava como imprensa de oposição ao governo, por conseguinte, buscava defender os balaios e derrubar o governo de Manoel de Sousa Martins. Lívio Lopes Castelo Branco e Silva pertencia ao Partido Liberal, era advogado, colaborava em vários órgãos de imprensa e usava o seu jornal como arma política para derrubar o governo do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que se mantinha por longos anos no poder.

A disputa pelo poder entre os Sousa Martins e os Castelos Brancos através da imprensa configura o quadro que viria a se instalar a partir de então. Durante o Segundo Reinado, a maioria dos jornais que surgiam no cenário piauiense pertenciam a um grupo familiar. A partir das afinidades políticas e intelectuais, dos laços de parentesco e dos interesses econômicos, cada grupo organizava um partido e, ao mesmo tempo, criava um jornal para servi-lo. De acordo com Ana Regina Rêgo (2003), no período de 1840 a 1889, a organização política dos grupos políticos no Piauí acompanhava o panorama nacional, dividindo-se entre liberais e conservadores. Em Oeiras, “[...] desde a publicação do primeiro jornal, computam-se, quatro impressos conservadores e, coincidentemente, quatro liberais [...]. Com a mudança da capital da Província, os conservadores saem na frente em termos jornalísticos” (Rêgo, 2003, p. 16).

Em 19 de fevereiro de 1853, surge o primeiro jornal de Teresina, denominado *A Ordem*. De propriedade de José da Silva Leite, o jornal foi produzido na Tipografia Constitucional, tendo como redator José Martins Pereira de Alencastre, quando ocupava o cargo de Oficial de Secretaria do Governo. O órgão apresentava caráter político e noticioso, publicando artigos doutrinários alinhados ao Presidente da Província, José Antônio Saraiva (1850-1853). *A Ordem* teve duração breve, desaparecendo logo depois da saída do Presidente José Antônio Saraiva, 12 de março de 1853, e nenhum outro jornal apareceu até 1856.

Até a transferência da capital da Província do Piauí para Teresina, em 1852, Oeiras teve 16 (dezesseis) jornais, conforme dados oferecidos por Pinheiro Filho (2017). Doravante, a atividade jornalística passou a acontecer de forma irregular na novel capital do Piauí e de acordo com os interesses políticos e econômicos daqueles que a financiava. Jornais de linha conservadora surgiam ao mesmo tempo em que se fundava um jornal pelos liberais, a ponto de se registrar de 1852 a 1889: 08 (oito) jornais conservadores, 07 (sete) jornais liberais e mais 03 (três) jornais de Davi Caldas, que podem ser classificados como republicanos, de acordo com os dados encontrados pela pesquisa realizada por Rêgo (2003). Ao lado desses jornais políticos, registram-se os literários, católicos e maçônicos, que muitas vezes empregavam também suas páginas para o serviço da discussão política e partidária.

O jornal *A Ordem*, portanto, deu o pontapé inicial para o jornalismo político da capital Teresina, modelo que vigorou (mesmo que em outros padrões) até a segunda metade do século XX na imprensa piauiense. Com a Proclamação da República, pouca coisa mudou. Os jornais continuavam sendo criados por partidos ou políticos para ampliar suas falas e como meio de propaganda política partidária. No início do período republicano no Piauí, de acordo com Maria Cecília Silva de Almeida Nunes (2001, p. 229), a imprensa teve um papel fundamental para a dinâmica dos grupos políticos que visavam permanecer no poder. Tanto é que nos primeiros anos da República surgiram os jornais *O Democrata*, do Partido Democrata (1890), e *A Legalidade*, do Partido Republicano Legalista (1892). Ambos funcionavam como órgãos de apoio para denunciar o que consideravam abusos de poder, fraudes eleitorais e garantir as lideranças políticas no topo do poder.

Nunes (2001, p. 210) assegura que no final do século XIX e início do século XX, “a imprensa era usada como um dispositivo pela elite para conservar suas práticas de poder” e para a difusão das ideias republicanas de ordem, progresso e modernização. À frente do poder político continuavam os grandes proprietários de terra e comerciantes do Piauí brigando por uma cadeira no executivo. A imprensa, dividida entre a situação e a oposição, era ocupada por integrantes de partidos políticos que, no papel de jornalistas, se colocavam na posição de arautos ou do poder, ou do povo ou dos dois ao mesmo tempo. A República no Piauí chegava também prenhe de suas contradições, que se revela por meio do discurso jornalístico do período no qual tanto pregava “o novo” como pretendia manter as “práticas políticas arcaicas numa sociedade que se queria moderna” (Nunes, 2001, p. 230).

O desenvolvimento da imprensa no Piauí, do mesmo modo que a brasileira, foi calcado nas ideias de modernização, da chegada do progresso, num contexto sociopolítico dominado pela elite política e econômica que usava o jornal como arma no jogo partidário. A contradição

do discurso da modernização da imprensa no início do século XX aparecia nos títulos dos jornais, como *O Telephone* e *O Telégrafo*, e os próprios equipamentos técnicos e métodos usados nas redações.

No início do século XX, as tipografias instaladas no Piauí eram antigas, geralmente reutilizadas de outros Estados porque ainda apresentavam condições de uso. Os jornais, em sua maior parte, eram distribuídos por meio de assinaturas e vendas avulsas na redação, segundo Pinheiro Filho (2017). Entre os redatores, estavam políticos atuantes que disputavam cargos do Executivo e do Legislativo e/ou ocupavam funções na administração pública. Sobre a realidade da imprensa local, em 1935, Anísio Brito deixou registrado que:

[...] o jornalismo do Piauí não fez profissionais, nem na Monarquia, nem na República. Os jornais surgem e desaparecem ao sabor das mutações políticas, e, ou são folhas de duração efêmera, ou de partidos, constituindo-se os lugares da imprensa, verdadeiros meios para se galgarem os altos ou pequenos postos da administração, ou da política (Brito *apud* Pinheiro Filho, 2017, p. 163).

Pinheiro Filho (2017) discorda da generalização feita por Anísio Brito ao falar sobre a ausência de profissionais e a efemeridade da imprensa no Piauí nos anos trinta do século XX. Na sua opinião, nesse momento, já se registrava no Estado um conjunto de jornalistas que viviam do jornalismo, assim como jornais com “equipes completas de excelentes profissionais do jornalismo”. A argumentação de Pinheiro Filho (2017) da existência de profissionais do jornalismo no Piauí na década de 1930 é sustentada pelo fato de ser nesta década que se registra o surgimento da Associação Piauiense de Imprensa (API), em 31 de janeiro de 1933. Para o autor, o aparecimento da Associação Piauiense de Imprensa denota a existência de profissionais do jornalismo na imprensa e não apenas o diletantismo.

Entretanto, a afirmação de Anísio Brito não surgia do acaso. Até a segunda metade do século XX, na imprensa piauiense, a entrada de pessoas para o jornalismo se dava por interesses partidários, literários, ideológicos, assegura A. Tito Filho (1994). A maioria deles pertencia a famílias das elites do Piauí, geralmente, bacharéis da Faculdade de Recife, formados em Direito, tal como pode ser observado no cenário do jornalismo brasileiro no tópico anterior. Além dos bacharéis, militavam na imprensa políticos, funcionários públicos, padres, professores e estudantes secundaristas. Homens de letras dotados de capital econômico e cultural que visavam através da imprensa conquistar prestígio através dos embates com os potenciais adversários políticos e pessoais.

Na entrevista publicada pela revista *Cadernos de Comunicação*, A. Tito Filho (1994), num primeiro momento, até corrobora com a fala de Anísio Brito ao avaliar que a Associação

Piauiense de Imprensa tinha “objetivo mais intelectual do que propriamente profissional, porque não existia profissional naquele tempo”. Isto é, “[...] o jornalismo até mais ou menos a década de [19]60 ou talvez até mais de 60, no Piauí, era um jornalismo amador; não havia profissionalismo. Pelo contrário, os jornalistas é que pagavam aos jornais para que eles publicassem as suas histórias, os seus comentários, os seus artigos” (Tito Filho, 1994, p. 12). Porém, em outra seção da mesma revista, quando vai falar mais especificamente da Associação Piauiense de Imprensa, Tito Filho (1994) se contradiz e afirma que o jornalismo profissional teve início na década de 1930, coincidindo com a criação da instituição, e que repórteres e redatores já recebiam salário pelo trabalho, o que contribuiu diretamente para o que defende Pinheiro Filho (2017).

Frente a esses dois pontos de vista levantados por Pinheiro Filho (2017) e A. Tito Filho (1994), defende-se que a criação da Associação Piauiense de Imprensa foi, sim, fundamental para o processo de profissionalização dos jornalistas do Piauí e o reconhecimento deles enquanto classe. Com a formalização da Associação Piauiense de Imprensa, em 1933, mais de 70 (setenta) jornalistas das cidades de Teresina, Parnaíba, Floriano, Amarante, Picos, Campo Maior, Simplício Mendes, José de Freitas e Altos¹⁵ se filiaram e de forma associativa reivindicavam pelos direitos da classe e pela melhoria dos métodos utilizados na imprensa local.

O surgimento da Associação Piauiense de Imprensa se deve a Cláudio Pacheco Brasil, em 1933, com o interesse de promover a união dos jornalistas piauienses e estreitar os laços de solidariedade entre eles. Com este objetivo, reuniu outros homens da imprensa de Teresina, tais como Leopoldo Cunha, Heráclito Sousa, B. Lemos, Álvaro Ferreira, Baurélio Mangabeira, Antônio Neves, Luís Mendes, Ribeiro Gonçalves e Martins Napoleão, para fundar uma sociedade de imprensa no Estado.

Em 31 de janeiro de 1933, Cláudio Pacheco deu início à fundação da Associação Piauiense de Imprensa sob sua presidência¹⁶. No mesmo ano, foi realizado na capital piauiense o 1º Congresso de Imprensa do Piauí para intensificar o movimento associativo iniciado pela Associação Piauiense de Imprensa e, através dela, reunir jornalistas da capital e do interior do Piauí para, de forma conjunta e coordenada, defender os interesses comuns da categoria e lutar por seus direitos.

¹⁵ A Relação Geral dos Sócios da Associação Piauiense de Imprensa nominalmente por cidade no *Livro do Congresso* (1934).

¹⁶ A diretoria Provisória da Associação Piauiense de Imprensa inicialmente foi formada por Cláudio Pacheco (Presidente), Heráclito Sousa (Vice-presidente), Antônio Neves (1º secretário), B. Lemos (2º secretário) e Álvaro Ferreira (tesoureiro) (TITO FILHO, 1994, p. 25).

O Congresso foi realizado em sete sessões, durante os dias 22 a 28 de julho de 1933, e contou com a participação de 60 (sessenta) congressistas, sendo 14 (quatorze) deles do interior do Piauí. Na ocasião houve a aprovação dos Estatutos, a proclamação oficial de fundação da Associação Piauiense de Imprensa, a eleição da primeira diretoria¹⁷ da entidade e a apresentação de estudos sobre o jornalismo do Piauí e suas aspirações por meio de quatro teses, a saber: “1.a – Creação [sic.] e desenvolvimento da imprensa no Piauí (feição material, compreendendo o aparecimento do primeiro jornal e o histórico do desenvolvimento das artes tipográficas no Estado); 2.a - Influência da imprensa no meio piauiense (feição moral, compreendendo o histórico das campanhas jornalísticas ocorridas no Estado); 3.a - Liberdade de imprensa (compreendendo censura e ética jornalística; 4.a – O jornalista (estudo de sua figura em relação ao meio)¹⁸” (Livro do Congresso, 1934, p. 5). O congresso de jornalistas no Estado do Piauí não era uma novidade, mas um reflexo dos congressos de imprensa realizados a nível nacional com a finalidade de discutir a formação de associações estaduais, a criação de cursos e escolas para a formação dos jornalistas e os direitos da categoria profissional e seus códigos.

Na década de 1950, foi criada a Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí (APJP). Segundo Tito Filho (1994, p. 13), o surgimento desta entidade, em 1952, se deu porque um grupo de jornalistas de Teresina, incluindo ele, considerava que a Associação Piauiense de Imprensa se enquadrava apenas como “entidade histórica” naquele momento e não mais correspondia à sua função de congregar os jornalistas do Piauí.

Dessa forma, A. Tito Filho, José Vieira Chaves, Pedro Conde, Arthur Passos, Patrício Franco e outros confrades de Teresina se reuniram, em 1952, para propor a criação de uma nova entidade para os jornalistas. Nos três primeiros anos, a Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí teve como Presidente o jornalista A. Tito Filho, que relembra não ter aceitado de imediato a função¹⁹ (Tito Filho, 1994, p. 13). Tito Filho (1994) esclarece ainda que o nome

¹⁷ Resultado Geral da Eleição da primeira diretoria da Associação Piauiense de Imprensa: Cláudio Pacheco (Presidente, 47 votos); Heráclito Sousa (Vice-presidente, 28 votos), Antônio Neves (1º secretário, 33 votos), Álvaro Ferreira (2º secretário, 16 votos) e Joel de Oliveira (Tesoureiro, segundo mais votado para esta função com 20 votos). Para o Conselho Fiscal: Benedito Pestana, Luís Mendes Ribeiros Gonçalves e B. Lemos. Comissão de Sindicância (Heráclito Sousa (Presidente), Leopoldo Cunha e José Messias Cavalcanti). Departamento de Publicidade (Antônio Neves (Presidente), Benedito Pestana e Osiris Mélo) (LIVRO DO CONGRESSO, 1934, p. 14-15).

¹⁸ De acordo com A. Tito Filho (1994, p. 29), a última tese que trataria sobre o jornalista foi suprimida da discussão a pedido do autor, o jornalista Pedro Conde. No *Livro do Congresso* (1934, p. 12) encontra-se ainda a informação de que a tese elaborada por Pedro Conde até foi colocada em discussão com parecer favorável do relator, mas não foi votada. Na sessão de encerramento do Congresso, em 28 de julho de 1933, Pedro Conde solicitou a retirada da tese alegando o Regimento.

¹⁹ De acordo com A. Tito Filho (1994, p. 13, grifos do autor), após a criação da Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí, “[...] escolheu-se, em primeiro lugar, como presidente, Arthur Passos, que talvez fosse, naquela época, o decano da imprensa do Piauí e o mais extraordinário jornalista do seu tempo [...]. Arthur Passos não aceitou a presidência. Aclamou-se Pedro Conde. Não aceitou a presidência. Meu nome [A. Tito Filho] foi

“Profissional”, que aparece junto ao nome da nova Associação, constava somente como efeito, pois não havia profissionalismo no jornalismo do Piauí em 1950.

Entre 1953 e 1954, havia em torno de 100 (cem) jornalistas amadores ou bissextos²⁰ na cidade de Teresina, assegura Tito Filho (1994). No entanto, alguns poucos deste número não praticavam o jornalismo, apenas tinham o registo sem de fato exercer a atividade. De acordo com os dados levantados na pesquisa feita por Nilsângela Cardoso Lima (2014), em 1960, haviam 370²¹ (trezentos e setenta) jornalistas do Piauí com carteiras registradas no Ministério do Trabalho. Esse número compreendia todos aqueles registrados no acervo de 1940, incluindo os sócios já falecidos em 1960. Ainda de acordo com a pesquisadora, diretores, redatores, secretários, correspondentes, revisores, fotógrafos, gerentes, locutores e diretores de jornal falado podiam se tornar sócios da Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí²² (Lima, 2014). O que demonstra que nos anos 1950 e 1960 já havia certo grau de hierarquia e complexidade das funções dentro das redações dos jornais locais, quando comparado ao século XIX em que a divisão de tarefas praticamente inexistia, havendo somente valores pagos para compositor e impressor (Pinheiro Filho, 2017).

Do surgimento da primeira tipografia na antiga capital, Oeiras, em 1832, até a chegada de equipamentos mais avançados para a composição do jornal em Teresina foi um tempo longo. Somente em 1890, chegou na capital do Piauí a primeira rotativa Marioni e a primeira linotipo em 1928. Na entrevista publicada pela revista *Cadernos de Comunicação*, A. Tito Filho (1994, p. 7) descreve de forma detalhada sobre as mudanças que aconteciam na imprensa piauiense da primeira metade do século XX, fazendo um contraponto das transformações técnicas, administrativas e redacionais:

A imprensa se fazia letra por letra. Composição vagarosa dos textos. Utilizavam-se para a impressão velhos prelos manuais, que imprimiam folha por folha. Surgiria linotipo alugado em São Luís. Posteriormente, a partir de 1930, a Imprensa Oficial foi dotada de linotipo e prelo elétrico, que preparava quatro páginas de uma só vez. Ainda na década de [19]50 compunham-se os artigos letra por letra. De quase vinte anos a esta parte, tiveram início os processos modernos de fazer o jornal, e não resta dúvida de que a imprensa experimentou inegável desenvolvimento material, iniciando-se também a

aclamado: rejeitei. Mas, aclamado a segunda vez, resolvi aceitar a presidência da **Associação**, que seria logo depois transformada em **Sindicato**”.

²⁰ Trabalha esporadicamente para um ou mais jornais.

²¹ Na matéria “Não vivo da pena”, assinada por João de Oliveira e Souza, publicada na edição de 15 de setembro de 1960, o redator apresenta o número de 349 com carteira de jornalista profissional emitida pelo Ministério do Trabalho (SOUZA, João de Oliveira e. Não vivo da pena. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 804, p. 1, 15 set. 1960).

²² Em 1959, a Associação foi transformada em Sindicato dos Jornalistas Profissionais, sob a presidência de Araújo Mesquita (PINHEIRO FILHO, 2017, p. 165).

profissionalização dos jornalistas. Antes o jornalista trabalhava por diletantismo, sem que percebesse paga de espécie alguma. Quanto aos governos, estes não possuíam instrumentos de comunicação, nem subvencionavam jornais e jornalistas. Aguentavam as críticas pesadas e a sua defesa era feita pelos órgãos partidários. [...] (Tito Filho, 1994, p. 7).

Em entrevista concedida à pesquisadora Thamyres Sousa de Oliveira (2016), o jornalista Carlos Said relembra do processo de produção dos jornais em Teresina nos anos 1940, período em que iniciou a atividade no *Jornal do Piauí*, e afirma que o maquinário usado na imprensa era a tipografia e a produção se fazia ainda de forma artesanal, tudo à mão, letra por letra. O processo era demorado, o que acabava impedindo a existência de jornais diários no Piauí.

Oliveira (2016), que estuda o jornalismo piauiense no Estado Novo, explica que neste momento não foram lançados novos jornais. Como a imprensa estava sob censura e supervisionada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a nível nacional, e pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), instituídos em setembro de 1940²³, a ação contribuiu para a diminuição do número de jornais no Piauí. Por um lado, os jornais se viam em condições financeiras de dependência do poder público, mesmo que já contassem com outros recursos oriundos da venda por assinatura ou da publicidade. Por outro, a dependência da compra do papel junto ao governo estadonovista dificultava ou mesmo impedia o acesso a sua principal matéria prima. Com isso, registra-se não tão-só a dificuldade de funcionamento dos jornais de oposição ao governo ditatorial de Getúlio Vargas, como a possibilidade de que sequer surgissem órgãos de proponentes que não simpatizavam com o Presidente da República. Para além desses dois fatores, somava-se as perseguições aos proprietários, diretores, jornalistas e a todos os profissionais da imprensa que não declarasse apoio direto ao regime ou publicasse em suas páginas qualquer crítica ao Estado Novo ou ao Presidente Getúlio Vargas.

É fato também que nem todos os meios de comunicação foram perseguidos e/ou tiveram suas portas cerradas durante o Estado Novo no Brasil. Muitos proprietários de jornais, assim como jornalistas, se beneficiaram da ditadura de Vargas e vice-versa. No caso do Piauí, sob o comando do interventor Leônidas de Castro Mello, a produção de jornais na capital ficou reduzida a 02 (dois) órgãos, como detalha Oliveira (2016). *Diário Oficial* e *Gazeta* foram os dois jornais que conseguiram manter sua circulação “estável” durante o Estado Novo.

²³ Segundo Sousa (2016, p. 71), “embora o decreto que determinou a criação dos DEIPs tenha sido oficializado em 1940, o Piauí só passou a contar com o DEIP em 1941. Porém, o Governo local já desempenhava a política de intervenções nos jornais. Em 1937, o interventor Leônidas de Castro Mello, presidiu a Comissão Executora do Estado de Guerra que tinha por objetivo fiscalizar os jornais piauienses e exigir que fossem ampliadas “campanhas” como a de aversão ao comunismo nos periódicos. Nesse período, os jornais, obrigatoriamente, teriam que dar notoriedade a textos anticomunistas e passariam por censura prévia, que ficaria a cargo do chefe de polícia [...]”.

Do ponto de vista do desenvolvimento técnico, no Piauí, a imprensa não recrudesciu no mesmo ritmo que a brasileira, que se modernizava com a importação de novos equipamentos gráficos. A explicação para isso vem da própria conjuntura política, econômica, social e política que se encontrava o Piauí. Nos anos 1940, alguns municípios do Piauí contavam com o abastecimento de energia elétrica de origem térmica, a maioria da população residia na zona rural e de um total de 674.588 habitantes, 544.982 da população acima de cinco anos não sabiam ler e escrever.

Em 1950, pouca coisa mudou. Nenhuma hidrelétrica havia sido instalada no Piauí e “apenas 17 cidades contavam com energia elétrica produzida por geradores, que em geral funcionavam até às 21 horas, inclusive em Teresina²⁴” (Mendes, 2003, p. 181). A população ultrapassou o número de um milhão de pessoas, sendo que 84% delas continuavam residindo na zona rural e 16% nas cidades. De acordo com Felipe Mendes (2003, p. 175), “[...] de cada quatro piauienses de 10 anos e mais de idade, três eram alfabetizados. [...] 3,9% da população possuíam o curso elementar completo, 0,7% havia concluído o curso médio e 0,8% tinha curso superior completo, a maioria formada em pela Faculdade de Direito, a única existente no Estado”.

O Piauí possuía 18 (dezoito) termelétricas, de acordo com os dados exibidos no Anuário Estatístico do Brasil (1951, *online*). No que toca à imprensa, verifica-se 28 (vinte e oito) periódicos no total, estando 16 (dezesesseis) deles localizados na capital, Teresina, e 12 (doze) no interior. Em termos de tipografias, registram-se 26 (vinte e seis), com 14 (quatorze) na capital e 12 (doze) no interior. A maioria das gráficas eram comerciais e, segundo a propriedade das oficinas, 24 (vinte e quatro) de composição manual e apenas 02 (duas) de composição mecânica. Dado que ratifica o atraso das oficinas existentes no Piauí em 1950.

Ainda de acordo com os dados Anuário Estatístico do Brasil (1951, *online*), em 1950, dos 28 (vinte e oito) periódicos existentes no Piauí, 19 (dezenove) pertenciam ao gênero jornal, 08 (oito) revistas e 01 (um) Almanaque. Em relação à periodicidade dos jornais, o Anuário Estatístico do Brasil (1951) aponta a existência de 02 (dois) diários; porém, nas fontes e referências analisadas ao longo da pesquisa não foi encontrado um registro de jornal circulando no Piauí diariamente até 1957. Antes, constatou-se que os jornais piauienses tinham

²⁴ De acordo com Felipe Mendes (2003, p. 181), “em 1950, Teresina viveu um grande acontecimento com a inauguração dos serviços de amplificação da usina termelétrica, que teve aumentada em 6.000 kW sua potência instalada, elevando a participação do Piauí para 5,6% em relação ao Nordeste, o que o Piauí ultrapassar a potência dos Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe, embora por pouco tempo”.

periodicidade semanal, bissetimaneal ou trissetimaneal, conforme afirma Carlos Said, na entrevista realizada por Oliveira (2016).

Jornal diário no Piauí acontece na prática somente em 1958, com o surgimento da *Folha da Manhã*. O que se verificou na imprensa piauiense até 1958 foi a existência de jornais que se autointitulavam como diário, mas não funcionavam tal qual, como salienta Oliveira (2016) ao se referir ao *Gazeta* que, em 1943, tinha como *slogan* “Diário Matutino, Independente, Noticioso e de Interesses Gerais”, mas com periodicidade semanal ou variava de dez a vinte dias para circular.

Com o fim do Estado Novo, a imprensa no Piauí volta a crescer timidamente com o aparecimento de novos jornais, em parte como resultado da reabertura política e a formação de novos partidos políticos que necessitavam da imprensa para se manter no poder ou voltar para ele. Em 1945, os grupos de poder do Piauí, assim como os de todo o Brasil, se organizaram para a formação dos partidos políticos com a retomada do pluripartidarismo.

Através do Decreto-Lei Nº 7.586, de 28 de maio de 1945, foram estabelecidas novas regras para o alistamento eleitoral, as eleições e a formação dos partidos políticos. No que diz respeito aos partidos políticos, determinava-se que todos deveriam ter caráter nacional e seu registro no Tribunal Superior Eleitoral. Para conseguir o registro nacional, os partidos políticos tinham que ter, no mínimo, dez mil eleitores, de cinco Estados ou mais; e no caso dos Diretórios, estes deveriam ser registrados nos Tribunais Regionais. A partir de então, vários partidos foram formados no Brasil, no entanto, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram os que ganharam maior notoriedade a nível nacional e local nas disputas políticas.

Com a formação dos novos partidos políticos, também se verifica a nível nacional e local a reorganização da imprensa a seu serviço. No caso do Piauí, os partidos dependiam sobremaneira dos jornais, considerado o meio de comunicação mais importante para a campanha eleitoral e propagação das candidaturas dos correligionários até a década de 1960. Os jornais impressos, até 1960, ocupavam um papel fundamental no cenário das comunicações do Estado, uma vez que a primeira rádio local, Rádio Três Cocos²⁵, surgiu somente em 1937 e ficava localizada ao Norte, na cidade de Parnaíba (Nascimento, 2004). Teresina só conquistou uma emissora de rádio, em 1948, tardiamente quando comparado a maioria das capitais

²⁵ Em 1937, a Rádio Três Cocos foi fundada por Euvaldo Carvalho e Alcenor Madeira em caráter experimental e funcionava de forma clandestina. Somente em 3 de maio de 1940, é que a rádio é oficializada e passa a ser denominada Rádio Educadora de Parnaíba (NASCIMENTO, 2004).

brasileiras (Lima, 2017). Até ali, havia somente as amplificadoras²⁶ de som nas principais praças do centro urbano da capital, que havia iniciado seus serviços em 1935 (Solon, 2006).

Sobre a imprensa do Piauí nos anos 1950 e a importância dos jornais na dinâmica política do Piauí, Paulo Alberto Diniz Chaves (2013, p. 27) faz a seguinte análise:

[...] praticamente era só Cultura e Política o que se lia nos jornais, explicável em parte pelo fato de ser resumido o temário da época, acanhada a quantidade de alfabetizados, e evidente o predomínio dessa forma de fazer Imprensa sobre o frágil alcance das rádios Educadora de Parnaíba e Difusora de Teresina, [...] que não chegavam de certo ao ambiente interiorano, grande foco político-eleitoral de todo o sempre no sertão brasileiro. Contava o Piauí com um milhão de habitantes. Menos de 20% morando em Teresina (Chaves, 2013, p. 27).

Foi o impresso que predominou como meio de comunicação na difusão de informações e na veiculação de propagandas durante as campanhas eleitorais e depois delas no Piauí. Sua importância era tamanha que, em 1945, o comandante Helvécio Coelho Rodrigues vendeu um navio de sua propriedade para comprar uma tipografia e fazer circular um jornal: *O Piauí*. Este órgão era coordenado por Eurípedes Aguiar, Presidente da UDN no Piauí, com a finalidade de fazer campanha contra Eurico Gaspar Dutra (PSD) e a favor de Eduardo Gomes (UDN), ambos candidatos à Presidência da República em 1945.

Na década de 1950, outros jornais surgiram vinculados a políticos e/ou partidos ou estavam a seu serviço. Dentre os jornais criados em Teresina nessa década, Pinheiro Filho (2017, p. 235) lista o *Jornal de Notícias* (1950), *Jornal do Piauí* (1951), *O Dia* (1951), *A Cidade* (1951-1953), *A Luta* (1952), *Crítica* (1952), *O Pavilhão* (1952), *Folha Estudantil* (1952), *O Repórter* (1952), *A Opinião* (1952), *Tribuna do Povo* (1955), *Folha da Manhã* (1958), *Tribuna do Povo* (1958), *Decisão* (1958), *Carnaúba* (1958), *Cidade de Teresina* (1959), *O Compasso* (1958). A maioria desses jornais teve vida efêmera, conseguindo chegar na década de 1960 em plena atividade apenas os jornais *O Dia*, *Jornal do Piauí* e *Folha da Manhã*, que conviviam com outros impressos da década de 1940, a exemplo do *Jornal do Comércio* (1948) e *O Dominical* (1948), e *Folha do Nordeste*, que surgiu em 1962.

Na matéria “A êsmo”, publicada na edição do jornal *O Dia* de 14 de julho de 1960, Artur Passos afirma que, em 1960, a imprensa de Teresina atingiu posição de relevo e de progresso, afastando-se cada vez mais dos jornais de outrora, considerados malfeitos e mal-acabados que surgiam e desapareciam de acordo com as agitações políticas. Apesar do progresso alcançado

²⁶ Serviço de comunicação que acontecia por meio de bocas de alto falantes que teve início em 1935 e exercia papel de rádios locais.

com o desenvolvimento da economia extrativa e da educação no final do século XIX e início do XX; em 1960, a imprensa de Teresina, escrita e falada, ainda se mantinha vinculada a partidos políticos:

[...] além do Diário Oficial, órgão dos poderes públicos, vários jornais instáveis e seis firmes, alguns destes de feição estritamente político-partidário – situacionistas e oposicionistas –, outros um tanto ou quanto indiferentes às agremiações políticas e aos querelantes ocasionais, não deixando, no entanto, e aplaudir ou de criticar, às vezes com azedume, atos ou realizações dos orientadores da coisa, seja na esfera do executivo, seja na do legislativo ou na do judiciário, pois este é, perante a opinião pública e dentro da ética, o dever precípuo da imprensa livre.

Alguns dos nossos periódicos apresentam feição gráfica perfeita e boa distribuição da matéria paginada e exposta com nitidez juntando, assim, o útil ao agradável.

Temos também um bom número de outras publicações especializadas – Revista da Associação de Medicina, Revista Piauiense dos Municípios, Boletim da Associação Comercial, Econômica Piauiense, Revista Jurídica, sendo de lastimar que, com a sonolência por demais prolongada de nossos imortais, tenha desaparecido há tanto tempo já a brilhante Revista da Academia Piauiense de Letras, redatada que era com esmero pelos componentes ilustres da entidade cultural.

Chamo e nomeio de modo especial nestas linhas traçadas a êsmo as diferentes eficazes difusoras da terra de Mafrense – Rádio Difusora de Teresina, com seu excelente “Jornal Q-3”, irradiado diariamente; Rádio Club, ambas em Teresina; Rádio da Parnaíba – a pioneira –, e Florianense, na cidade de Floriano. [...]. (Passos, Artur. A êsmo. **O Dia**. Teresina. 14 jul. 1960, ano X, n. 789, p. 1).

Nos anos 1960, em Teresina, os jornais continuavam sendo transformados em órgãos doutrinários e de publicidade dos partidos políticos para fazer ecoar os nomes dos seus candidatos, propostas, denúncias e brigas. Porém, nota-se que nos anos 1940 e 1950 alguns deles traziam em seu bojo um diferencial: a maior parte dos jornais surgiam vinculados a políticos ou partidos e, independentemente disso, no cabeçalho passaram a inserir *slogans* com as palavras “independente” e “noticioso”, como parte da retórica da objetividade buscada pelos órgãos como um lema da produção do discurso jornalístico. Com este perfil, em 1951, na cidade de Teresina foram criados os jornais *O Dia* e *Jornal do Piauí*, O primeiro, de propriedade do professor Leão Monteiro, defendia o lema da independência no cabeçalho do jornal; o segundo, pertencia à família Freitas, do PSD, e se apresentava como sendo de propriedade da “Editora Piauiense Ltda.” como um definidor da sua imparcialidade.

Mesmo fazendo a defesa da independência e da imparcialidade do jornal em relação ao partido político através do discurso autorreferencial, os jornais foram empregados para as lutas simbólicas entre os partidos e seus redatores que mantinham uma linha de descomposturas e

xingamentos muito comum na imprensa política. Era imprensa política, panfletária, na sua melhor definição. Até porque a introdução das técnicas modernas de produção da notícia se fazia lentamente nas redações dos jornais do Piauí e, até mesmo depois de implementadas, foram colocadas a serviço da política (Ribeiro, 2007). Ou melhor, a cultura jornalística se moldava e em conjunto com a cultura política de então, marcadamente agressiva. A reportagem, por exemplo, só passou a fazer parte da rotina produtiva da imprensa piauiense nos anos 1930, quando Cláudio Pacheco inaugurou esse tipo de formato jornalístico, é o que ajuíza Tito Filho (1994). O que se encontrava nas páginas do jornal, para além das matérias de cunho político partidário, eram assuntos de interesses gerais, cotidiano da cidade, registros de aniversários, casamentos, óbitos, nascimentos, viagens, noivado etc. Uma publicidade voltada tanto para a oferta de serviços na cidade como na promoção de produtos de fabricação estrangeira e nacional. Em regra, se publicava noticiário local e literatura (Tito Filho, 1994, p. 8).

De acordo com Said (2001), a partir da década de 1930, os jornais piauienses foram assumindo um caráter mais noticioso e, ao mesmo tempo, adotaram o jornalismo sensacionalista e de entretenimento para a conquista de novos leitores e anunciantes. A entrada no sensacionalismo na redação só veio a contribuir para o caráter político ao qual o jornal estava submetido nesse período. Matérias com escândalos e assuntos da vida privada dos governantes ocupavam as páginas dos jornais da situação e da oposição.

Nos anos 1940 e 1950, por sua vez, os jornais assumiram cada vez mais caráter de empresa e tentavam adotar na redação métodos do jornalismo moderno, sem que abdicasse de função na vida política e partidária. Conforme Chaves (2013, p. 30):

A imprensa na consolidação do poder nos anos 50 era o ringue ideológico dos grupos políticos, cercadas de golpes baixos, de socos certos, de cruzados bem-aplicados, de lonas irremediáveis, inconsoláveis, aniquiladoras, imperdoáveis, e por tantas vezes de peças bem-escritas e de alta grandeza literária. Nas hostes do poder quem perdia se punha para fora, deixando de circular sob os holofotes palacianos, mas não sumindo como um rumor de alma penada. A participação política não era uma seara baldia, possível a qualquer um. Mais a dizer a atividade jornalísticas, posto que ser jornalista no Piauí, naqueles estonteantes anos 50 e de íntima ligação como ação e opção política, era um desafio intelectual complicado, a agravar-se quando o profissional não houvesse pisado os degraus do ensino formal, fosse dos bancos colegiais complexos, fosse das faculdades quase intangível. Ou reforçado a rudeza do couro nos solavancos da vida, forjando no querer e na persistência (Chaves, 2013, p. 30).

Em ano de campanha eleitoral em que as “intensas paixões partidárias” ficavam à flor da pele, segundo Tito Filho (1994, p. 8), “os jornais tinham edições disputadíssimas”.

Publicava-se ofensas à dignidade entre políticos e jornalistas até. Crítica irônica, exploração do defeito físico dos adversários, ataques pessoais estampavam as páginas dos jornais de Teresina nos anos cinquenta do século XX e, junto com eles estavam os discursos autorreferenciais que sinalizavam a necessidade correção dos métodos jornalísticos e do cumprimento da missão da imprensa por meio de uma linguagem sadia, como destaca Lima (2014).

Em concordância com Lima (2014), na ausência de um código deontológico e/ou de manuais de redação nos jornais do Piauí na década de 1950, as normas e os procedimentos de controle da produção da notícia eram instaurados pelos proprietários e pelos jornalistas através do discurso autorreferencial. A prática discursiva era imputada pelos próprios jornais que apresentavam os padrões imperativos do jornalismo moderno e da imprensa que se encontrava em processo de transição e pretendia se mostrar informativa. Comportamento que se observa na imprensa brasileira do mesmo período, como aponta Barbosa (2007) ao assegurar que havia lutas simbólicas por representação em torno do jornalismo que buscava separar o mundo da opinião da valorização da informação, à época, entendida como valor indispensável para a produção da notícia. Neste perfil se encontrava o jornal *O Dia*, objeto de estudo desta tese e que será apresentado a seguir.

2.3 Jornal *O Dia*: “altivo cabeça vermelha”

O Dia é considerado o jornal mais antigo em pleno funcionamento até hoje em Teresina. Criado em 1º de fevereiro de 1951, pelo professor Raimundo Leão Monteiro, o jornal trazia no cabeçalho da sua primeira edição o *slogan* “Independente, Noticioso e Político” como um lema do tipo de jornalismo que praticaria no Piauí.

A oficina do jornal *O Dia* foi instalada num galpão localizado no quintal da residência do seu proprietário e também diretor do órgão, Leão Monteiro. Inicialmente, foi impresso totalmente com tinta preta e possuía periodicidade semanal, aos domingos, com edições que variavam o número de páginas entre quatro, seis ou até dez, segundo Lima (2014). Ainda em 1951, a cor vermelha é introduzida na diagramação do jornal. Primeiramente, apenas no texto da chamada do jornal publicada na última página (veja Figura 1) e, logo depois, no cabeçalho (veja Figura 2), a 29 de julho, para destacar o nome *O Dia* e *slogan* “Órgão independente, noticioso e político”. Alteração que vai permanecer durante toda a década de 1950 e início da década seguinte.

Figura 1: Última página do jornal *O Dia*, de 01 de julho de 1951.



Fonte: *O Dia*. Teresina, ano I, n. 22, p. 4, 01 jul. 1951.

Figura 2: Capa do jornal *O Dia*, de 29 de julho de 1951.



Fonte: *O Dia*. Teresina, ano I, n. 26, p. 1, 29 jul. 1951.

É certo que em 1951, quando *O Dia* foi criado, não havia muitas opções de cor para serem usadas nas impressões dos jornais. O maquinário ainda deficitário possibilitava poucos recursos de cores na diagramação, como o vermelho, azul e verde, para destaque de chamadas, títulos e linhas das colunas que dividiam uma matéria/seção da outra. Nesse aspecto, o jornal *O Dia* se distinguia dos demais jornais existentes no mesmo período e, em conjunto com as matérias, imprimia uma identidade ao jornal e ao seu proprietário.

A introdução da cor vermelha na impressão em seu cabeçalho, por exemplo, mais do que sinalizar a modernização da feição gráfica do jornal *O Dia*, lhe rendeu o apelido de “altivo cabeça vermelha” (Lima, 2014). Denominação que merece análise tendo como ponto de partida a cor vermelha utilizada. A primeira descarta logo de cara qualquer associação do jornal com o comunismo, como é amplamente discutido pela historiografia brasileira como parte da simbologia da bandeira vermelha que representa o movimento. Em toda a década de 1950 e

1960, como sustenta Marylu Alves de Oliveira (2007), *O Dia* assumiu de forma velada ou escancarada a postura anticomunista no Piauí.

A partir disso, a segunda análise se faz em outro sentido do que a cor vermelha também pode representar. Por se tratar de uma cor quente, à cor vermelha foi atribuída várias sensações cromáticas próximas à experiência material e afetiva, tais como: sangue, sol, guerra, perigo, força, coragem, motivação, poder, perigo, paixão, violência, agressividade, liderança etc., como explica Ana Karina Miranda Freitas (2007). Por este motivo, acrescenta a autora, a escolha da cor não é aleatória na comunicação, mas decorre de fatores psicológicos, sociológicos e fisiológicos e nem sempre ela é fruto de preferências pessoais, mas da funcionalidade que pode exercer. Por exemplo, a cor vermelha aparece com certa frequência na publicidade porque ela confere visibilidade, impacto e atração para o produto.

Mesmo que seja colocado em discussão qualquer conhecimento que Leão Monteiro tinha em relação a simbologia das cores e das limitações gráficas do período, é certo que a escolha da cor vermelha não foi aleatória, visto que o azul e o verde estavam passíveis de uso no ano em que o jornal foi criado. Este argumento ganha ainda mais sustentação quando se analisa as matérias autorreferenciais publicadas no jornal que tem por interesse destacar a prática jornalística de *O Dia* e o proprietário Leão Monteiro como “corajosos” e “destemidos” diante da batalha discursiva que travavam com outros jornais que circulavam nas décadas de 1950 e 1960 (Lima, 2014), como será destacado daqui a pouco.

Tal como a cor, o nome dado ao jornal também faz parte da construção da identidade do jornal frente aos demais. Nessa busca, amiúde, os jornais lançavam mão da periodicidade (semanário, diário) ou do horário (matutino ou vespertino) em que circularia como um dos expedientes para a escolha do nome. Porventura, o jornal *O Dia* recebeu essa denominação. O jornal era matutino, ou definindo melhor, é um “[...] jornal que circula às primeiras horas da manhã” (Bahia, 2009, p. 90).

O nome *O Dia* atribuído ao jornal também pode significar “claridade” dentro de uma temporalidade que ultrapassa a ideia de que começa com o nascer do sol e se encerraria quando ele se põe. De maneira semelhante, *O Dia* implica no conceito de atualidade do jornalismo, em que é preciso apresentar notícias novas e “pôr em dia” o leitor com a informação. Entretanto, por não ser um diário, a temporalidade e a atualidade, requisitadas pelo jornalismo, se fazia de outra forma em *O Dia*: semanalmente.

Aos domingos, cedo da manhã, o jornal *O Dia* mantinha seu público leitor atualizado com notícias de cunho político partidário e de interesses gerais, crônicas, artigos, humor, coluna social, cartas do leitor, matérias pagas, anúncios, dentre outras informações. Ainda na década

de 1950, essa temporalidade encurta. De semanal, o jornal passou a ser impresso duas vezes por semana, nas quintas-feiras e aos domingos, ampliando também o seu número de páginas para dez ou doze (Lima, 2014). A mudança se dava de acordo com o melhoramento técnico do seu parque gráfico, que o seu proprietário fazia questão de anunciar ao seu público leitor, quer por meio de matérias informando que Leão Monteiro fez viagem para adquirir novos equipamentos; quer pela concretização das alterações introduzidas no próprio jornal.

Decerto, em 1951, o jornal *O Dia* circulava semanalmente em decorrência dos custos elevados e dos incipientes equipamentos gráficos, que exigia do profissional a montagem manual dos textos. Carivaldo Marques (*apud* Pedrosa, 2012, *online*) fala do assunto e garante que na oficina do jornal *O Dia* havia apenas seis caixas de tipos e uma pequena impressora marca “Consani”, do tipo “Minerva”, que permitia a impressão do jornal “folha por folha, primeiro um lado e depois o outro”. Somente em 1953 é que este processo de montagem manual do jornal mudou.

Em 14 de junho de 1953, Leão Monteiro noticiou a compra de uma máquina Linotipo, modelo 31, o que deu rapidez e nova dinâmica ao processo de produção e impressão do jornal. Segundo Lima (2014), a chegada do novo equipamento no jornal *O Dia* foi motivo para celebração com direito a uma festa na casa de Raimundo Leão Monteiro e entre os convidados estavam políticos e empresários da sociedade local, os quais foram denominados de “confrades e amigos do Diretor”. A chegada do novo maquinário foi festejada no mesmo dia do aniversário de Leão Monteiro, tendo, assim, dupla finalidade. Nas páginas de *O Dia*, o evento foi exibido como um grande acontecimento e sinal de que o progresso se avizinhava na imprensa da capital piauiense.

Para aqueles que não foram convidados para a festa, a matéria “Melhoradas as nossas oficinas”, publicada na edição de 14 de junho de 1953, detalhava os pormenores através da lista dos ilustres convidados e da demonstração do funcionamento da nova máquina que, segundo o jornal, havia impressionado a todos os presentes, criando para o leitor a expectativa de que após aparelhadas suas oficinas não tardaria para fazer o jornal circular diariamente. Dada a magnitude da inauguração da “possante Linotipe ‘Super Relâmpago’”, o momento foi digno de registro em clichê, na qual Leão Monteiro encontra-se visivelmente rodeado apenas de homens, ainda que mulheres tivessem no evento, e do mecânico montador da Linotipo do Brasil S/A (veja Figura 3).

Figura 3: Clicheria da inauguração da nova máquina linotipo nas oficinas do jornal *O Dia*.



Fonte: **O Dia**. Teresina, ano III, n. 124, p. 5, 14 jun. 1953.

Nos quatro primeiros anos de funcionamento do jornal *O Dia* verifica-se o empenho de Leão Monteiro em modernizar sua oficina. Lima (2014) afirma que em 1954 há notícias de que o jornal ganharia novos equipamentos, mas não é certo que isso de fato aconteceu. Mesmo assim, a redação de *O Dia* informava em suas páginas que, em 1954, o exemplar chegava em todos os municípios do Piauí e do Maranhão, tornando-se o jornal mais importante do Piauí.

No final da década de 1950, o jornal *O Dia* demonstrava sua força enquanto uma empresa jornalística, deixando cada vez mais de ser aquela pequena tipografia instalada no fundo do quintal da casa de Leão Monteiro. Em 1959, *O Dia* já possuía representantes comerciais exclusivos no Rio de Janeiro e São Paulo, mediada pela empresa Representações A.S. Lara Ltda.²⁷. O que implica dizer que o jornal *O Dia* ampliou seu leque comercial para além das fronteiras do Piauí e do Maranhão. Neste ano, em 2 de julho, o jornal *O Dia* publicou uma nota afirmando que o seu proprietário, Raimundo Leão Monteiro, esteve no Rio de Janeiro, local onde “encomendou em uma firma especializada, moderna instalação de clicheria, que

²⁷ Empresa nacional de publicidade que funcionava no Rio de Janeiro (ANJOS, 2019).

dentro de poucos meses será introduzida neste jornal como melhoramento que vem preencher uma lacuna na imprensa piauiense [...]” (O regresso do nosso diretor. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 681, p. 1, 2 jul. 1959).

Durante toda década de 1950 até 1962, o jornal *O Dia* passou por melhoramento do seu parque gráfico e isso se tornava notícia. Leão Monteiro tinha grande interesse em mostrar ao leitor a feição moderna que o jornal ganhava com a chegada de um novo equipamento. Para além do maquinário, a redação defendia igualmente a modernização das técnicas de produção de produção da notícia, demarcação que aparece desde a primeira edição por meio do seu *slogan*.

Da primeira edição impressa, abaixo do nome *O Dia* havia outro demarcador para o jornal, o seu *slogan*: “Órgão independente, noticioso e político”, como já foi dado destaque nas Figuras 1 e 2 deste capítulo. O *slogan* reflete, de modo geral, tanto a postura de alguns jornais panfletários do século XIX que difundiam a ideia do politicamente independente por não estarem comprometidos com o governo, como também daqueles que no final do século XIX e início do XX, no momento de transição da pequena para a grande imprensa, declaravam a independência política e econômica do governo. Proprietários, diretores e jornalistas, que na sua maior parte também eram políticos, reivindicavam a autonomia do campo em relação à política e à literatura através da exposição da autonomia financeira e partidária do jornal. *O Dia* exemplifica bem a relação paradoxal da imprensa que se pretende independente e noticiosa sem abrir mão da opinião, marca do jornalismo político e partidário do século XIX no Brasil (Rüdiger, 1993, p. 64).

Ciente das transformações ocorridas na imprensa e no jornalismo brasileiro na primeira metade do século XX, Leão Monteiro não poupou esforços para, de frente, colocar no cabeçalho palavras que indicariam que o seu jornal nascia com a marca do jornalismo moderno. A retórica em torno da palavra “independente” se sustentava pela propriedade do jornal, que pertencia a um professor e não a partidos políticos. Daí advinha também o conceito de imparcialidade requisitado pelo órgão, uma vez que o jornal, por não estar submetido economicamente a partidos políticos ou a políticos, desfrutava da liberdade completa dos seus editoriais. Argumento que é reforçado pelo termo “noticioso”, que não aparecia de forma gratuita no cabeçalho, mas constava lá como um dos princípios da imparcialidade do jornal.

O “noticioso” encontra-se impresso entre os termos “independente” e “político”, o que leva a entender, assim como Oliveira (2007, 52), que o jornal “[...] tem meios próprios para se gerir, o que tem autonomia política, e, neste contexto, revela-se o fato de ser noticioso, ou seja o lugar de onde a notícia aparece”. Para além do significado de notícia ou de ser aquele que dá

notícias, o “noticioso” faz parte da retórica de uma visão tradicional do conceito de notícia enquanto espelho da realidade. Desde o século XIX, o jornalismo moderno concebe a definição de notícia como a narração de um fato, que se pretende apresentar verdadeiro, inédito, atual e de interesse geral elaborado por operadores semânticos: os jornalistas (Alsina, 2009, p. 296). Com a transformação da notícia em mercadoria pela imprensa empresarial, esse conceito ganhou uma nova dimensão a partir da separação “fato” e “opinião” como parte do processo de despolitização do jornalismo e da mudança do jornalismo de opinião para o de informação, como foi discutido no tópico 2.1. Nesse sentido, as palavras “noticioso” e “independente”, juntas, buscavam atestar a verdade das notícias veiculadas nas páginas de *O Dia* e lhe proporcionar maior credibilidade na medida em que o jornal era autônomo e livre de qualquer vinculação financeira de partidos ou de políticos.

Por último, aparece o termo “político”. Veja que a palavra é “político” e não “política”. Isto é, o interesse do jornal não é somente oferecer ao leitor notícias sobre a política, mas atuar enquanto um agente político, como “[...] órgão que exercia ou procurava exercer política” (Oliveira, 2007, p. 52). Tal marca ficava registrada, inclusive quando o jornal noticiava o melhoramento das oficinas pelo seu proprietário/diretor, Raimundo Leão Monteiro. Em 22 de novembro de 1953, o jornal informa aos leitores que Leão Monteiro seguiu rumo ao Rio de Janeiro para tratar assunto da política do Piauí e negócios de interesses da empresa (veja Figura 4).

Figura 4: Nota “Prof. Leão Monteiro.”



Fonte: **O Dia**. Teresina, ano III, n. 147, p. 6, 22 nov. 1953.

Considerando que “[...] o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos [...]”, como propõe Foucault (2009, p. 49), a nota publicada em *O Dia* explicita claramente que Leão Monteiro mantinha relações com “próceres” da política do Piauí no Rio de Janeiro, na tentativa de ampliar o poder que funciona e se exerce em rede. Por se tratar de uma nota, não há detalhes de quem eram os seus “próceres” na capital do Brasil, embora seguramente se possa afirmar que lá haviam vários piauienses, entre eles deputados federais, senadores, políticos, estudantes e membros da elite. Diferentemente da matéria “Melhoradas as nossas oficinas”, de junho de 1953, na nota publicada no dia 22 de novembro de 1953 nenhum nome é citado, mas ambas deixam evidentes que Leão Monteiro construía sua rede de apoio político, o que contribuía para o seu prestígio e o do jornal, que passava por modernização das oficinas dentro da luta simbólica e política que travava com outros órgãos de imprensa do Piauí.

O uso do jornal *O Dia* no jogo político partidário mais uma vez ficou registrado em janeiro de 1962, também em uma nota que informava que Leão Monteiro viajou para o Rio de Janeiro e São Paulo com o objetivo de “adquirir material e outros elementos para a próxima campanha eleitoral” (Leão Monteiro. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 946, p. 1, 31 jan. 1962). Em outras palavras, a nota registrava a necessidade de as oficinas do jornal *O Dia* se munirem da matéria-prima necessária para a campanha eleitoral de 1962 que, como assim como outras, desde o surgimento do órgão, prometia ser intensa a serviço de um partido. Em 1962, no caso, *O Dia* esteve sob o poder do PTB, que arrendou o jornal.

O slogan “independente, noticioso e político” foi transformado por Leão Monteiro e sua equipe de redação como um lema da linha editorial de *O Dia*. De acordo com Lima (2014), no recorte tempo de 1951 a 1954, matérias autorreferenciais foram frequentemente editadas pela redação de *O Dia* na defesa da linha editorial de independência do jornal e de seu proprietário em relação aos partidos e políticos. Defesa que atravessou toda a década de 1950 até pelo menos 1962, ano que encerra inicia o recorte temporal desta tese.

Em 01 de fevereiro de 1959, quando o jornal *O Dia* completava oito anos de existência, uma matéria foi publicada reiterando o empenho do jornal e de seu diretor, Leão Monteiro, em defender os interesses da coletividade e das instituições democráticas pela imprensa. Nesta mesma matéria ainda foi apresentado dados que falam sobre o aumento das edições e da receptividade do jornal junto ao público leitor e anunciantes. De acordo com a redação, o jornal é acolhido em todas as camadas sociais e segue na liderança da preferência dos anunciantes.

Discursos autorreferenciais que tratam do crescimento material e gráfico do jornal são corriqueiramente encontrados nas edições pesquisadas como parte da estratégia do proprietário

e da redação de *O Dia* em se apresentarem como combatentes e modernos em relação ao concorrente, como pode ser observado no trecho a seguir:

Com o sincero propósito de continuar as melhores tradições da Imprensa Piauiense, sempre gloriosas nos combates cívicos, ao lado do povo, O DIA venceu com superioridade os maiores obstáculos e duplicou suas energias espirituais, com instalação de máquinas modernas em edifício próprio, divulgando assuntos, discutindo problemas e oferecendo soluções de ordem prática e objetiva (Oito anos. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 638, p. 1, 1 fev. 1959).

Ainda na edição de 01 de fevereiro de 1959, o jornal afirma não apenas seu propósito na imprensa piauiense como, ao mesmo tempo, reitera que completa “[...] oito anos de defesa dos direitos do povo, sem compromissos partidários” (Oito anos. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 638, p. 1, 1 fev. 1959). Tal discurso, de acordo com Lima (2014), vem desde sua fundação. Na primeira edição de *O Dia* constava a preocupação por parte do jornal em se apresentar ao leitor como um órgão equidistante dos partidos, grupos ou facções políticas. Na sua autodefesa escrevia que o compromisso do jornal era com o povo e não com partidos, reafirmando o conceito de independência alegado no cabeçalho do jornal. Colocava-se na condição de veículo independente e a serviço da população.

O próprio jornal informava que o objetivo de *O Dia* era o de “esclarecer a opinião pública”, “levar a todos os lares do Piauí a verdade” e de ser a “trincheira inexpugnável dos anseios mais virtuais das massas populares do Piauí”. Isso era possível, segundo o jornal, porque não recebia auxílios do governo ou de partidos políticos. Afirmação que vinha diretamente da redação com a justificativa de que o órgão se mantinha financeiramente com os recursos oriundos do proprietário Leão Monteiro, dos anúncios e da venda avulsa e assinaturas, como pode ser observado na matéria “Os gostos são diferentes”, publicada na edição de 03 de abril de 1961:

Diz o jornal do Senador Joaquim Parente²⁸ que o nosso diretor gosta de dinheiro. É uma verdade. O nosso diretor gosta de dinheiro mas consegue ganha-lo honestamente. Trabalha dia a noite para educar os filhos, não tem empregos públicos, nem os pretende. Vive exclusivamente do seu jornal. Não pede anúncios, não pede publicidades, não pertence a nenhum partido. Este jornal tem ajudado muita gente que dêle se serviu e escreveu sem pagar nada, inclusive o atual Prefeito de Teresina, que ocupou por várias vezes as suas colunas sem que pagasse um níquel, quando o certo era pagar porque ninguém faz jornal com conversa fiada. Máquinas, papel, tinta e operários não se adquirem sem dinheiro. O nosso diretor não tem aspirações políticos, nem

²⁸ O jornal do Joaquim Parente refere-se ao *Folha da Manhã*, criado em 1957.

a cargos públicos, pois ganha bastante com o seu trabalho. [...]. (Os gostos são diferentes. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 870, p. 1, 3 abr. 1961).

O discurso de que o jornal era sustentado somente por recursos do proprietário Leão Monteiro era apenas retórico, pois, na edição de 21 de janeiro de 1962, a redação foi forçada a falar publicamente que *O Dia* recebia dinheiro do Tesouro do Estado do Piauí. Na matéria “Imprensa verde-amarela” o assunto foi abordado no sentido de justificar que o recebimento de dinheiro do Governo do Estado se valia dos serviços prestados pela publicação de matérias da administração pública, tais como anúncios e transcrições de notas oficiais. Ao tempo, justificava que o jornal *O Dia*, como empresa privada sem relação de subvenção frente ao executivo estadual, deveria receber o que lhe cabia por direito pelos serviços prestados (Imprensa verde-amarela. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 943, p. 1, 21 jan. 1962). Semelhantemente, no dia 31 de janeiro de 1962, o jornal volta a falar que não recebe auxílios e subvenções dos poderes públicos estadual ou federal e acrescenta que se tratava de uma verdadeira batalha a sobrevivência de um órgão de imprensa que conservava “[...] uma linha de independência absoluta, pela exposição da verdade, pela análise sistemática dos atos considerados lesivos ao Estado e ao povo do Piauí. [...]” (Batalha de onze anos. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 946, p. 1, 31 jan. 1962).

Decerto, por mais que o jornal *O Dia* falasse que mantinha um jornal sem auxílios ou subvenções do governo (municipal, estadual ou federal), nos anos 1950 e até 1960 isso era praticamente impossível. De acordo com Ribeiro (2007, p. 167), “poucos órgãos de imprensa da imprensa carioca tinham na venda avulsa e por assinatura a sua maior fonte de renda”. Se esta era a realidade dos jornais cariocas, que já se encontravam em fase de desenvolvimento empresarial muito mais avanço que a imprensa do Piauí, imagina uma empresa numa cidade como a de Teresina em que a população urbana competia numericamente com a rural e o número de alfabetizados ainda era reduzido. Fora que no final da década de 1950, somava-se os custos do papel e outros insumos que sofreram aumento do preço sobrecarregando mais as despesas (Ribeiro, 2007).

Em julho de 1961, José Walter fala do aumento dos custos de impressão do jornal *O Dia* na coluna “Ponto de Vista” que assinava. O colunista reclama da subida de preços de tudo no Brasil, incluindo o papel, matéria-prima fundamental para a produção do jornal. Explica que, em 1961, o preço dos jornais sofreu aumento e a imprensa de Teresina deu visibilidade ao assunto para se justificar ao leitor, exceto *O Dia*. Enquanto os jornais de Teresina tiveram aumento de CR\$ 3,00 para CR\$5,00; o jornal *O Dia*:

[...] passou a ser vendido ao preço de 10,00 (edição de domingo, com seis páginas), sem que se tenha dado quaisquer explicações, e se bem que seja claro o aumento no preço deste matutino, outros jornais circulam ao preço fixo de 5,00, saindo mesmo com maior número de páginas do que o órgão de Leão Monteiro e o preço com que este é vendido aos domingos, que diverge do preço (5,00) que sai às 5^{as} feiras (edição de 4 páginas) não deixa de despertar a opinião pública provocando uma corrente psíquica na multidão, cujo efeito foi para mim uma desagradável experiência e fêz-me pensar que uma explicação de nossa parte é algo necessário.

Trata-se unicamente da matéria prima usada na confecção deste jornal, principalmente, o papel, de ótima qualidade e adquirido por alto custo, cujo uso o diretor de O DIA procura manter, pois é o que concorre em parte para proporcionar ao seu jornal vantagem de ser um jornal verdadeiramente limpo. [...]. (Walter, José. Ponto de vista. "O Dia" em foco. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 895, p. 6, 23 jul. 1961).

Desde 1951, no expediente do jornal constava informações sobre periodicidade, redator, endereço da oficina e valor do número avulso (veja Figura 5). Em 1960, o expediente continua praticamente com as mesmas informações, valendo destacar que diferentemente de 1951, há a tabela de preços das publicações por centímetro de coluna e as regras para aqueles que desejavam divulgar nas páginas de *O Dia* a propaganda política (veja Figura 6):

Figura 5: Expediente do jornal *O Dia*, de 25 de fevereiro de 1951.



Fonte: **O Dia**. Teresina, ano I, n. 4, p. 2, 01 fev. 1951.

Figura 6: Expediente do jornal *O Dia*, de 28 de janeiro de 1960.

O Dia
EXPEDIENTE
SEMANARIO — PUBLICA-SE AS QUINTAS E DOMINGOS
ORGAO INDEPENDENTE, NOTICIOSO E POLITICO
Diretor — **LEAO MONTEIRO**
REDAÇÃO E OFICINA — RUA LISANDRO NOGUEIRA, 1.384
TERESINA — PIAUI

TABELA DE PREÇOS
PUBLICAÇÕES: (Por centimetro de coluna):
Última página Cr\$ 60,00
Determinada Cr\$ 50,00
Indeterminada Cr\$ 35,00

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:
Altura das páginas internas 42 cms.
Altura da última página 45 cms.
Largura da coluna 4,5 cms.
Número de colunas 7

Propaganda politica, mais 100% sobre a tabela, com pagamento adiantado. Matéria redigida, em forma de notícia, com asterisco, mais 50% sem asterisco mais 100% sobre a tabela. Colocação determinada na página, mais 20%.
Não aceitamos ordens condicionadas à ausência ou separação de produtos similares.

ASSINATURA ANUAL: Cr\$ 300,00
Representantes Exclusivos:
Representações A. S. LARA LTDA.
No Rio: Rua Senador Dantas n. 40 — 5.º andar — Tel.: 22-5924
Em São Paulo: Rua Vitória, 657 — conj. 32 — Tel.: 34-8949

Fonte: **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 741, p. 1, 28 jan. 1960.

Nota-se por meio da Figura 6 que a publicação da propaganda política, assim como a matéria redigida em formato de notícia, tinha valor diferenciado de acordo com a página e o tamanho. Não era permitido na primeira página. Mas, o expediente dá ares de que a última página tinha uma importância similar, talvez, ao conceito da primeira página, como um “cardápio atraente”, usado pelos jornais cariocas para atrair o leitor, considerando ser neste local o maior valor cobrado para a propaganda política em *O Dia*.

Sobre o conceito de “primeira página” como “vitrine” ou “cardápio atraente”, em *O Dia* parece algo ainda a ser alcançado no início da década de 1960. Essa foi a percepção do colunista José Walter que, em 23 de julho de 1961, afirmava: “[...] Sempre pensei com meus botões que O DIA era um jornal sem primeira página, pelo menos a “primeira” página dos diários; sua primeira página não leva manchetes em letras garrafais, nem clichês, etc. [...]” (Walter, José. Ponto de vista. “O Dia” em foco. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 895, p. 6, 23 jul. 1961).

Apesar da ausência do conceito de primeira página em *O Dia*, como observa José Walter na sua coluna “Ponto de Vista”, a maior preocupação do jornal foi se apresentar ao leitor como independente, noticioso, político e moderno a partir da equidistância partidária. Nesta condição, em 06 dezembro de 1959, Claudius descreve a linha de conduta adotada pela direção de *O Dia* e sua apreciação pelo público leitor da seguinte forma:

O público que nos lê é testemunha de nossa linha de conduta. Os nossos artigos são brandos ou fortes, conforme o fato a que êles se refiram permitam uma análise fria de convincentes argumentos, ou revoltam o coração e façam vibrar até ao clamor a pena do jornalista independente. Mas não descemos ao vilipêndio, não fazemos do jornal pelourinho da honra alheia, não atacamos pelo prazer de atacar as pessoas, a vida privada e o recesso dos lares. Criticamos destemorosamente os homens que exercem cargos públicos pelos erros que cometem, pela má atuação com que exercitam suas funções. E no desempenho dêsse dever de órgão de opinião pública somos severos e enfrentamos com destemor quem quer que esteja no poder, não medindo sacrifícios, nem nos intimidando com os arreganhos dos arbitrários, nem as ameaças ostensivas ou veladas que por vêzes nos são feitas.

Essa linha de procedimento nós a manteremos até o fim, elogiando os bons, criticando os maus, advertindo o povo piauiense contra aquilo que nos parecer necessário. Assumimos, porém, a inteira responsabilidade pelos nossos editoriais, escrevendo no cabeçalho do jornal o nome do diretor, que em juízo e fora dêle responde pelo que escreve e por tôda a matéria redacional que vai publicada com o seu visto e a sua responsabilidade (Claudius. O horror à responsabilidade. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 726, p. 1, 6 dez. 1959).

O artigo, assinado com o pseudônimo Claudius, falava em nome do jornal e da sua redação, ao mesmo tempo em que defendia que *O Dia* era o único órgão de imprensa independente de Teresina em virtude de contar com um diretor e uma redação destemida. O

destemor alegado na matéria de Claudius faz referência direta à coragem de Raimundo Leão Monteiro, que desde 1951 assume publicamente sua responsabilidade como proprietário e diretor de um jornal, que é também político, ao colocar seu nome no cabeçalho. Para Claudius, nos anos 1950 em Teresina, nem todos os políticos que possuíam ou financiavam um jornal tiveram a coragem de assumir a responsabilidade do órgão colocando seus nomes no jornal, como fazia Leão Monteiro. Daí se explica o título da matéria “O horror à responsabilidade”, que tinha por interesse realçar a imagem de Leão Monteiro como um homem destemido e corajoso enquanto havia políticos que se escondia atrás do nome de um partido ou do nome da gráfica.

De acordo com Lima (2014), desde que o jornal foi criado havia um grande interesse da redação de *O Dia* em criar uma imagem positiva do seu proprietário, tanto que em 1953 o jornal publicou várias matérias assinadas com pseudônimo reforçando o poder, a coragem e o prestígio conquistado por Leão Monteiro através da imprensa. Ainda segundo a autora, em 1953, a redação de *O Dia* quis construir por meio do discurso a imagem de Leão Monteiro como um homem de “prestígio político”, “destemido” e “poderoso”, a ponto de afirmar que “quem se mete com o ‘mão de paca’ não tem muita vida ou ‘mão de paca’ nunca perdeu uma pugna eleitoral e quem quiser cair que fique contra ele” (Lima, 2014, p. 193). O trecho em destaque citado pela pesquisadora elucida parte do comportamento do proprietário do jornal *O Dia* e a ação que ele tomava para além da imprensa. Primeiro, revela uma ameaça direta àquele que desagradava a Leão Monteiro, uma vez que as brigas políticas nem sempre se resolviam através da palavra impressa, mas da violência física. Segundo que nem o diretor, nem a redação se intimidavam com as ameaças ostensivas e veladas que recebiam de outros jornalistas por meio da imprensa. Por este motivo, as duas observações merecem aprofundamento.

Apesar de não ter encontrado ao longo da pesquisa qualquer dado ou informação de que Leão Monteiro tivesse agido com violência física contra alguém, o histórico da família traz essa marca. Arêa Leão é o tronco familiar do qual Leão Monteiro herdou parte do prestígio e do temor que reverberava ainda nos anos 1950 e 1960 no imaginário piauiense e nas páginas de *O Dia*, especialmente, pela palavra impressa que trazia em seu bojo a violência simbólica contra aqueles que estavam do lado oposto da briga política e partidária que travava no jornal. Essa percepção em torno da personalidade de Leão Monteiro pode ser explicada pela fama da sua família, os “Leões”, que não só possuía autoridade por ser detentora de terras e ocupar espaços de poder político, como também carregava um histórico de violências e crimes no Piauí.

De acordo com Carlos Augusto Figueiredo Monteiro²⁹ (1993), a fama dos “Leões” teve início em 1929 com o desentendimento entre os primos Leão e Araújo pela partilhada de terras, o que resultou na “matança de ambos os lados³⁰”. Somado a este fator, a fama dos Leões junta-se a outros dois casos, a saber: os crimes dos “irmãos Leões” – José de Arêa Leão e Miguel Arêa Leão³¹ – e a morte do vigia do jornal *O Piauí*, Miguel Pedro, em 23 de outubro de 1946. A partir desses três fatores, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (1993, p. 238) afirma que “pode-se dizer que os Leões foram tão violentos quantos os Araújo, em suas ‘vendettas’ de terras. Mas a fama dos Leões extrapolou e muito o horizonte da má fama, por obra e graça de Zezé”. A má fama dos Leões por “obra e graça de Zezé” diz respeito aos vários crimes e violências que ele cometeu contra autoridades no Piauí, atingindo seu ápice com a acusação da morte do vigia do jornal *O Piauí*, Miguel Pedro.

José de Arêa Leão, conhecido popularmente no Estado como Zezé Leão ou o “Lampião do Piauí”, é apontado por Francisco Chagas Oliveira Atanásio (2016) como um sujeito “perigoso” e “cruel”, cujas ações violentas e crimes ligados ao seu nome no Piauí se distribuem por razão de honra familiar, honra pessoal e questões políticas. Dentre os vários crimes de Zezé Leão listados pelo autor, destacam-se na década de 1940 os processos criminais por lesão corporal, os incêndios criminosos das casas de palhas no centro urbano de Teresina³² e a morte do vigia Miguel Pedro dentro da cultura política da violência. Nos dois últimos casos o nome de Zezé Leão esteve envolvido, assim como o nome do PSD.

A família dos Leões ajudou a formar o PSD no Piauí e, inclusive, Miguel Leão, irmão de Zezé Leão, “foi chefe político pessedista, deputado estadual de prestígio”, o que interferia na dinâmica do poder político local (Monteiro, 1993, p. 238). Em 1945, quando o jornal *O Piauí* foi criado por Helvécio Coelho Rodrigues para atender aos interesses da UDN, o órgão esteve na mira dos pessedistas. Por um lado, incomodava o PSD por denunciar os abusos e as

²⁹ Carlos Augusto Figueiredo Monteiro é filho de Raimundo Leão Monteiro e Gracildes Figueiredo Monteiro, autor da obra *Rua da Glória*, publicada em quatro volumes em que conta a história da família. Em virtude de o último sobrenome do autor ser Monteiro, será utilizado o nome completo no corpo do texto da tese sempre que mencionado.

³⁰ De acordo com Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (1993, p. 237), “[...] do lado dos Leões perderam a vida – João Leão – o penúltimo dos filhos de Cincinato Leão e Justina Pereira de Araújo e José Dutra, um dos filhos de Zezé Leão e, portanto, neto de Cincinato [...]”.

³¹ Miguel Arêa Leão foi candidato a Deputado Estadual pelo PSD, em 1950, obtendo 2.004 votos, alcançando a condição de suplente (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, 1950, *online*). Comerciante, à ele é creditada a fundação do município de Miguel Leão nos anos 1930, a partir da fazenda de gado de sua propriedade.

³² Sobre os incêndios das casas de palhas no centro urbano de Teresina, ver: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

violências adotadas pelos correligionários durante a campanha eleitoral de 1945; e por outro lado, desagradou diretamente a Zezé Leão ao expor um caso da vida privada da família.

Segundo Atanásio (2016, p. 182), “é nesse contexto que Zezé Leão aparece para ‘silenciar’ e ‘avisar’ sobre o eventual perigo que os adversários da oposição – UDN – poderiam sofrer com sua presença. O ‘aviso’ foi feito, em 23 de outubro de 1946, com o ‘empastelamento’ do Jornal ‘O Piauí’”. Na madrugada correspondente a esta data, ocorre em Teresina, uma eventualidade que iria marcar aquele ano por sua natureza funesta”, o assassinato do vigilante Miguel Pedro. A atuação de Zezé Leão foi incentivada financeiramente por alguns correligionários do PSD para “lavar a honra” de todos os envolvidos: os correligionários do PSD e sua família.

Ainda conforme Atanásio (2016), devido ao comportamento de Zezé Leão, o sobrenome Arêa Leão carregava o estigma de um grupo familiar composto por pessoas “ignorantes”, “brutas”, “impetuosas”, “frias”, “violentas”, “maldosas”, mesmo que em sua composição houvessem membros ocupando cargos de administradores, comerciantes, políticos, professores, latifundiários, militares e intelectuais. Paralelamente a cultura da violência, outro traço de Zezé Leão destacado pelo autor foi a “queda” e o descontrole que ele tinha por mulheres, conduta muito característica dos costumes tradicionais dos proprietários de terra, em que a virilidade do homem da fazenda se fazia pelo comportamento senhoril, autoritário, patriarcal e machista.

Além da herança econômica, política e cultural da família, o jornal foi outro dispositivo usado por Leão Monteiro para ampliar seu poder e autoridade através do discurso. Leão Monteiro, assim como seus redatores, considerava *O Dia* uma das armas mais poderosas que poderia contar para os embates que estabelecia com os supostos adversários que ousavam fazer ameaças pela imprensa para os redatores e o proprietário do jornal. Através da palavra impressa, os redatores moldavam uma cultura jornalística e política comum, canalizada pela violência de linguagem na qual definia quem merecia a defesa e quem deveria ser metralhado pelos enunciados insultuosos, difamatórios e caluniosos que provocavam a (re)ação imediata dos adversários que encontravam do outro lado do terreno político e partidário.

A ideia do jornal como arma acompanha a história da imprensa. Darnton (2012), ao analisar os libelos veiculados na França de Luís XIV a Napoleão, explicita que os filósofos costumavam dizer que a “natureza do discurso é ação”, pois sempre que se escreve ou se fala sobre algo gera uma ação no leitor ou interlocutor. Palavras e atos produziam efeitos vários num momento em que a calúnia, a difamação, a violência de linguagem, os escândalos etc. tomavam de conta dos impressos. Na percepção de que o discurso gerava uma ação, os homens de letras compreendiam a imprensa como arma, na qual empunhavam para fazer revoluções

e/ou para as brigas pelo poder. Ainda que não fosse possível prever os efeitos das palavras, sabiam que “a língua e a pena de um homem só às vezes são mais úteis para uma causa do que um exército de 40 mil soldados” (Darnton, 2012, p. 312). Se esse entendimento pode ser visualizado na França do século XVII e XVIII; no Brasil, na Primeira República, os homens de letras também apostaram neste traço, como acentua Maria de Lourdes Euletério (2011). Entre outros, Oswald de Andrade foi um dos que manifestou essa opinião ao defender: “Nada de revolução, o papel impresso é mais forte que as metralhadoras” (Euletério, 2011, p. 98).

Leão Monteiro, por sua vez, conhecido popularmente como “mão de paca” e “Mundico Santídio”, sabia da importância de se ter um jornal dentro do jogo político partidário e sendo extremamente esperto conseguiu muito bem utilizar *O Dia* para conquistar prestígio, *status* e barganhar favores políticos. Logo, o jornal, compreendido como arma política, tornava-se um dispositivo importante dentro de um quadro sociopolítico e cultural ainda marcado pelo mandonismo, autoritarismo e violência. Ademais, Leão Monteiro tinha boas relações políticas e jurídicas, de maneira que conseguia ser estratégico quando abusava da imprensa para caluniar e atacar seus adversários políticos e desafetos.

A esperteza de Leão Monteiro vinha desde tenra idade, conforme descreve Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1993). Oriundo de uma família de proprietários de terras do Piauí, Leão Monteiro conhecia bem o terreno em que pisava no mundo da política. O pai, o Major Santídio Monteiro, tinha prestígio político por fazer parte de um grupo familiar de poder de Amarante (PI) e pela atuação, durante o governo de Miguel de Rosa (1912-1916), de Diretor da Usina Elétrica, momento que ficou encarregado pelos serviços técnicos da eletricidade e do abastecimento de água canalizada. Engenheiro militar, o Major Santídio sonhava ver o filho, que “vivia entregue a farras”, formado em engenharia elétrica. Conforme Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1993), acredita-se que no final do ano de 1922, o major Santídio mandou o filho para a Alemanha com dois desígnios: um deles, realizar estudos mecânicos e de eletricidade na escola de *Siemens* em Hamburgo; e o outro de controlar as peraltices. Não teve jeito.

No período em que esteve na Alemanha, Leão Monteiro apenas gastava o dinheiro que o pai lhe mandava, razão que provocou o rompimento com o Major Santídio logo depois de ter a mesada suspensa. Para provocar o pai, no retorno da Alemanha, no início de 1925, Leão Monteiro aproximou-se do ex-governador João Luiz Ferreira (1920-1924), relação que lhe rendeu um cargo na Diretoria de Obras Contra a Seca, e “[...] chegou a envolver-se em política

numa época sob o governo Matias Olímpio³³ e mais adiante naquele de Joca Pires³⁴” (Monteiro, 1993, p. 94). Através dessa relação com políticos no início do século XX, nos anos 1950, quando montou o seu jornal *O Dia*, Leão Monteiro havia construído sua rede de proteção com políticos, advogados, desembargadores, pessoas da administração pública e ligadas ao poder no Piauí que, inclusive, faziam parte da sua equipe de redatores.

Em 1950, Leão Monteiro saiu candidato a Deputado Estadual pelo PSD, o que denota sua ligação com o partido. A ligação com o PSD nos anos cinquenta do século XX é outro capítulo da história familiar. De acordo com Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1993), com o fim do Estado Novo e a criação de novos partidos em 1945, a família dos “Leões” se juntou aos políticos que fundaram o PSD no Piauí em hostilidade e rivalidade ao seu principal adversário, a UDN. Como assinalado, o pai de Raimundo Leão Monteiro era possuidor de terras na região de Amarante, cidade localizada ao Sul do Estado, sendo mais um dos latifundiários que ajudou a criar o partido no Piauí.

Afora a relação latifundiária e política da família, que contribuiu para o recrutamento de assinaturas para a formação do PSD no Piauí; em 1928, João de Deus Pires Leal (Joca Pires) assume o Governo do Estado e pela proximidade com a família Leão, estabeleceu contratos para que Leão Monteiro prestasse serviços de mecânica e eletricidade no Piauí. Dessa oportunidade, fez a instalação do gerador que produzia luz elétrica na Vila Livramento³⁵ (PI), que ficou conhecida como uma das “proezas do Mundico Leão”; como também fez amizade com os filhos do latifundiário e comerciante da cera de carnaúba naquela localidade, José de Almendra Freitas, singularmente com Antônio de Almendra Freitas (Monteiro, 1993, p. 228).

Este episódio da vida de Leão Monteiro interessa porque a família Almendra Freitas foi uma das responsáveis pela criação do PSD no Piauí, o que demonstra a construção da teia das relações políticas que estabelecia por onde andava. De acordo com Rosângela Assunção (2009), a formação do PSD no Estado em 1945 se deu pela união dos antigos membros da Aliança Liberal, chefes políticos locais com poderes aquilatados, tais como senhores de terras, fazendeiros e comerciantes. Leônidas Melo, Cláudio Pacheco, Sigefredo Pacheco, Hugo Napoleão do Rego, General Jacob Gayoso, Pedro Freitas, Antônio Almendra Freitas, João

³³ Matias Olímpio de Melo foi governador do Piauí no período de 1924-1928. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Registra atuação política como governador e senador; e no campo jurídico como juiz, promotor público do Piauí.

³⁴ João de Deus Pires Leal, conhecido popularmente como Joca Pires, foi governador do Piauí no período de 1928 a 1930. Bacharel em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro.

³⁵ “Em 1931, Livramento (PI) passou a ser denominada de José de Freitas (PI), em homenagem ao político, fazendeiro e comerciante” (LIMA, 2014, p. 189).

Clímaco de Almeida, dentre outros, juntos com os chefes locais atuaram para alcançar as 500 assinaturas necessárias para a formação do partido, como determinava o Novo Código Eleitoral.

Antônio Almendra Freitas, que é citado por Monteiro (1993) como amigo de Leão Monteiro, em 1951, momento em que o jornal *O Dia* foi criado, era nada menos que Presidente do Diretório Regional do PSD, irmão do governador Pedro Freitas eleito no Piauí em 1950 e proprietário do *Jornal do Piauí*, fundado em 1951 para atender aos interesses do partido. Ainda que constatado relações de amizade de Leão Monteiro com políticos do PSD e com a família Freitas, em hipótese alguma, pode-se assegurar que o jornal *O Dia* foi alocado a serviço do partido durante toda a sua história de funcionamento até 1962. Conforme foi constatado na pesquisa de Lima (2014), no período de 1951 a 1954, os dois primeiros anos o jornal apresentou linha editorial favorável ao partido, porém, de 1953 a 1954 criticava ferrenhamente o governo de Pedro Freitas. Da mesma forma, no período de 1959 a 1962, *O Dia* apresenta linha partidária tênue, mudando segundo os interesses de Mundico Santídio no jogo político partidário.

O apelido Mundico Santídio, por sua vez, vem da junção do nome carinhoso Mundico, diminuto de Raimundo como a família lhe chamava, com o nome do pai, Major Santídio, a partir de um episódio em que Leão Monteiro se envolveu numa confusão na zona do meretrício em Teresina e passou a ser reconhecido como um jovem lendário que aprontava com as mulheres e aonde passava:

[...] Houve um quebra dos diabos noite passada na zona. Quem foi? – O Mundico Leão. Quem? O Mundico do Major Santídio. Ali principiava a legenda do jovem que de Mundico Leão, passaria progressiva e posteriormente a ser designado como Mundico Santídio. Se na capital se dava notoriedade às proezas de Mundico, o domínio rural das fazendas, do Berlangas para o Parnaíba, era um domínio amplo e de população não só rarefeita mas servil onde as notícias se diluíam (Monteiro, 1993, p. 77).

Sobre o apelido “mão de paca”, A. Tito Filho (1990) esclarece que vem da característica física de Leão Monteiro: “Tipo baixo, gorducho, pança grande, de faces vermelhonas [sic.]. Defeituoso da mão direita, daí a alcunha que lhe deram, havia anos. Homem de muita inteligência prática”. Além do conhecimento de mecânica e eletricidade que adquiriu na Alemanha, Leão Monteiro foi professor do ensino médio de Língua Inglesa do Liceu Piauiense. No jornal *O Dia*, segundo A. Tito Filho (1990) “[...] fazia tudo, menos escrever. Sabia compor em linotipo, paginar, imprimir, trabalhos que realizava com maestria. Tinha o vício do palavrão”.

Complementando o perfil de Leão Monteiro, Pinheiro Filho (2017) o descreve como um homem “irreverente” e “combativo ao extremo”, comportamento que lhe rendeu alguns processos baseados na Lei de Imprensa e que ele, o próprio Pinheiro Filho, na condição de advogado, o defendeu em uns dez processos³⁶:

[...] Raimundo Leão Monteiro, mais conhecido por Mundico Santídio [...]. Irreverente, combativo ao extremo, liderou por largo período a classe a que pertencia e a que se deu de corpo e alma. Foi campeão de processos baseados na Lei de Imprensa. O autor do presente trabalho mesmo o defendeu em uns dez dessa natureza. Como a lei facultava ao indiciado a retratação, havendo para tal uma audiência prévia, nessa audiência Mundico, com a mais inocente das expressões, dizia para o juiz: “Dr. Fui mal interpretado. Conhecendo este moço desde menino, como conheço, como poderia injuriá-lo ou caluniá-lo?”. Encerrada a audiência e o processo arquivado com a retratação, no dia seguinte lá vinha o jornal repetindo tudo e acrescentando mais. Novo processo, nova retratação mais dramática. O infeliz terminava por desistir. Aí Mundico também desistia, pois não costumava tripudiar sobre o cadáver do adversário (Pinheiro Filho, 2017, p. 152-153).

O fragmento de memória de Pinheiro Filho (2017) é elucidativo na compreensão da dinâmica do poder político e simbólico que se fazia por meio da imprensa no Piauí. Durante toda a década de 1950, *O Dia* empregou linguagem virulenta e combativa tal qual se fazia na imprensa política para atacar seus adversários. Em 24 de setembro de 1959, a redação de *O Dia* publica a matéria “A resposta que damos” para defender o proprietário do jornal:

Na ausência do nosso diretor, que foi rudemente atacado por um projeto de jornal que tem todas as características de pasquim, temos algumas palavras a dizer, à guisa da provocada resposta.
Aqui está: procure outra porta; daqui não sujamos nossas colunas, escrevendo sequer as iniciais do seu nome, nem título idiota de seu boletim alcunhado de jornal. Um homem para querer atacar a honorabilidade do jornal mais antigo do Estado e que conquistou o prestígio que desfruta com uma linha de conduta aprovada pelo público julgador, precisa também ser honrado.
Não terçaremos armas com um pobre diabo sem alma de lutador, sem fibra de jornalista, sem conhecimento do que é imprensa e do que seja jornal, e que não sabe escrever um bilhete tomando dinheiro emprestado, nem tão pouco fazer sequer a revisão do que os outros escreveram num jornal que precisava sair com o nome de um responsável e puzeram o seu para ficar isento disso,

³⁶ Durante a pesquisa não foi localizado nenhum processo da década de 1950 e 1960 com o nome de Leão Monteiro no Arquivo Público do Estado do Piauí ou notícias de jornais. Com isso, realizou-se solicitação ao Poder Judiciário do Estado do Piauí para acesso aos documentos de processos ajuizados contra jornalistas na década de 1950 e 1960, em especial contra Raimundo Leão Monteiro, primeiro proprietário do jornal *O Dia*, justificando o pedido na realização da pesquisa de doutorado sobre a História do jornal *O Dia* nas décadas de 1950 e 1960, através do Requerimento No 11393/2023 – PROTOCOLO (4420058), que foi deferido. Porém, no arquivo da Corregedoria Geral de Justiça, infelizmente, não há processos do período em estudo que pudessem colaborar com a questão em análise.

visto que ninguém daria a honra de chamar a juízo, em caso de necessidade, um “*leguellê*” sem idoneidade moral e profissional.

A prova está no fato do nome do desclassificado indivíduo ter servido de pano de boca apenas enquanto seu jornal era um órgão de campanha oposicionista, sendo escorraçado com uma lavagem de limpêsa [sic.] moral, logo que o periódico passou a interpretar o pensamento do mesmo partido, agora porém vitorioso. Ora, se nem os correligionários o quiseram e dêle se desfizeram, que classe, que nome, que coisa êle tem para pretender criticar este jornal? O objetivo está patente: provocar uma polêmica, uma resposta ao menos, para com isso ganhar notoriedade e conceito. Isso não ganhará a nossa custa. Se quiser vencer faça como nós, adotando processos limpos e servindo ao povo desinteressadamente e assumindo o risco de cumprir o dever destemerosamente, criticando o que merecer crítica e elogiando apenas o que merecer elogios. Mas para isso seria preciso primeiro amassar o ignorante que late à passagem do nosso diretor, e fazê-lo de novo, com outra espécie de gente que mereça o nome de homem de bem (A resposta que damos. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 705, p. 6, 24 set. 1959, grifo do autor).

A matéria “A resposta que damos” é emblemática para descrever a prática jornalística de *O Dia* ainda prenhe de uma linguagem adjetivada e de ataques pessoais, num momento em que o jornal também queria ser apresentado como moderno para seu leitor. Sem citar o nome de quem teria feito um suposto ataque ao Leão Monteiro através da imprensa, a redação fazia uso desse dispositivo para, ao mesmo tempo, diferenciar sua linha editorial dos jornais que pertenciam à políticos. “Servir ao povo desinteressadamente” e o “destemor” do diretor e da redação do jornal foram enunciados que o próprio jornal usou para responder às críticas que faziam e recebiam e, com isso, ampliar sua audiência e firmar sua credibilidade junto ao leitor. Para Barbosa (2007, p. 152), “a capacidade de tornar explícito, público, visível e oficial aquilo que poderia permanecer como experiência individual, representa considerável poder, constituindo dessa forma o senso comum, o consenso explícito do próprio grupo [...]”. Os jornais, continua a autora, buscam mobilizar um público e “quanto maior for a audiência, maior o seu poder de divulgação e a lógica da conquista do próprio poder”.

De acordo com Marco Morel (2001, p. 33), lá na imprensa artesanal e política do século XIX já se recorria à opinião pública como “[...] um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral”. Quadro que permanece na imprensa brasileira e piauiense do século XX, uma vez que a mudança para a imprensa empresarial foi gradativa e durante muito tempo as duas características sobreviviam. Na edição de 5 de fevereiro de 1961, ao completar dez anos de circulação, a redação de *O Dia* aponta que seu maior interesse era “escrever o que a opinião pública quer que seja realmente lido” (Nosso 10º. aniversário. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 847/848, p. 1, 5 fev. 1961). Nessa proposta, buscavam retratar o “verdadeiro sentimento da

sociedade piauiense” e no intuito de atender seus anseios, por vezes, tiveram que lançar mão de uma “linguagem incisiva”.

A imagem e a importância de Leão Monteiro foram construídas discursivamente pela redação de *O Dia* que evoca a “[...] honorabilidade do jornal mais antigo do Estado e que conquistou o prestígio que desfruta com uma linha de conduta aprovada pelo público julgador [...]”. Já o outro jornal, que supostamente o ataca, é minimizado a “pasquim³⁷” e o sujeito que escreve a matéria a “leguelhé”, a um “joão-ninguém”, a um sujeito sem idoneidade moral e profissional para desqualificar Leão Monteiro e sua redação.

Como já foi apontado, havia um esforço da redação para mostrar o jornal *O Dia* como um “altivo cabeça vermelha” por meio do seu proprietário Leão Monteiro. Todavia, ainda que na matéria “O horror à responsabilidade” Claudius garantisse que Leão Monteiro assumia a responsabilidade pelo conteúdo publicado nas matérias com ou sem assinatura, desde que passasse pelo seu crivo, é preciso esclarecer que no expediente do jornal de 1959 estava perfeitamente enunciado por meio de letras garrafais que: “NÃO NOS RESPONSABILIZAMOS PELOS CONCEITOS EMITIDOS NOS ARTIGOS ASSINADOS DESTE JORNAL, NEM OS ENDOSSAMOS” (*O Dia*. Teresina, ano VIII, n. 629, p. 2, 1 jan. 1959).

O esclarecimento feito no expediente do jornal é importante até mesmo para entender que a defesa que Claudius fez do Diretor-redator Leão Monteiro nem sempre acontecia à risca, a exemplo de que ele se responsabilizava pelo que escrevia, pela matéria redacional publicada com o seu visto e não temia retaliações. Desde que o jornal foi criado, em 1951, muitas matérias saíram publicadas com pseudônimos sob sua aprovação, o que de alguma maneira implica dizer que ele mesmo poderia se esconder por trás de outro nome ou pelo anonimato. Tanto no período de 1951 a 1954, segundo Lima (2014), quanto no intervalo de 1959 a 1962 não foi encontrada uma só matéria assinada com o nome de Leão Monteiro, que se identificava como Diretor-Redator ou apenas como Diretor. Portanto, cabia a ele a responsabilidade pelos editoriais e demais conteúdo publicado sem assinatura. Entretanto, nas vezes em que foi chamado em juízo para responder pelos artigos assinados com pseudônimos, Leão Monteiro não titubeou em delatar o nome dos jornalistas que escreveram o conteúdo, de acordo Beatriz Marocco, Nilsângela Lima e Karine Vieira (2014, p. 50).

³⁷ Denominar um jornal de pasquim, em sintonia com Martins (2011), era o mesmo que compará-lo com panfletos políticos, facciosos, escritos com arroubo e expressão das paixões políticas do século XIX. Em outras palavras, com processo de modernização da imprensa no século XX, o modelo pasquim dentro do jornalismo passou a ser referenciado de forma pejorativa, pois remetia ao modelo de imprensa artesanal em que o jornal de sátira ou o panfleto difamador vigorava.

A respeito do trabalho na redação de *O Dia*, A. Tito Filho (1990) explica que começou a escrever para o jornal em 1952 e, nesse momento, havia um pouco mais de dez colaboradores que produziam matérias e entregavam a Leão Monteiro sem assinaturas para, na edição seguinte, saírem publicadas com pseudônimo:

Quando ingressamos, por volta de 1952, no corpo de colaboradores, havia aumentado de alguns centímetros. Circulava dias de quinta-feira e domingo, manhã cedo. Oficinas no fundo do quintal da casa de residência do diretor e proprietário, num galpão, rua Lisandro Nogueira. Dele participamos na qualidade de colaborador, da mesma forma que Pedro Conde, Valdemar Sandes, Olimpio Costa e outros, cada qual no seu devido tempo. Mundico Santídio publicava os artigos com pseudônimo. A gente fornecia os comentários sem assinatura, mas circulavam com nomes esquisitos (Desidério Quaresma), alatinados (Petrus Mauricius), à moda russa (Edgaroff) e de maneiras outras da invenção de Mundico (Tito Filho, 1990).

O uso do anonimato e do pseudônimo no século XX vinha de uma prática bastante comum na imprensa brasileira oitocentista e não apenas para textos políticos. Embora desde o século XIX já houvesse uma discussão em torno da necessidade de proibir o pseudônimo e o anonimato, somente em 31 de outubro de 1923 foi promulgada a primeira Lei de Imprensa e, então, ficou estabelecido quem responderia pelos textos sem autoria no Parágrafo único do Art. 10:

Parapho unico. Para o effeito da responsabilidade criminal estabelecida no presente artigo, sempre que se tratar de imprensa periodica, o director ou redactor principal será considerado autor de todos os escriptos não assignados e também dos assignados por quem não esteja nas condições constantes do n. 1; o gerente será considerado editor; e o proprietário do jornal equiparado ao dono da officina, si na realidade o não fôr (Brasil, 1923, *online*).

Em 1953, quando a Lei de Imprensa é regulamentada, o anonimato na imprensa passa a ser eminentemente proibido através do Art. 27:

Art 27. Não é permitido o anonimato. O escrito, que não trazer a assinatura do autor, será tido como redigido pelo diretor ou diretores, pelo redator-chefe ou redatores-chefes do jornal, se publicado na parte editorial, e pelo dono da oficina, ou pelo seu gerente, se publicado na parte ineditorial.
Parágrafo único. Se o jornal ou periódico mantiver seções distintas sob a responsabilidade de certos e determinados redatores, cujos nomes nelas figurem permanentemente, serão êstes os responsáveis pelo que sair publicado nessas seções (Brasil, 1953, *online*).

Ainda que as duas Leis de Imprensa, de 1923 e de 1953, não especificassem sobre o pseudônimo, neste caso, a responsabilidade cairia para o dono do jornal por se tratar de uma prática de anonimato na imprensa na qual o autor do texto pretendia ocultar sua verdadeira identidade. Quanto à autoria, em conformidade com Dantom Jobin (1960, p. 170), a responsabilidade penal é sucessiva. Para os textos não assinados publicados no editorial, a autoria recai para o diretor ou redator principal; já para os textos publicados no ineditorial (anúncios e matérias pagas) responde em juízo o gerente, exceto quando se prova quem é o verdadeiro autor. A Lei determinava também que, na ausência do Diretor, respondesse o gerente. Na falta do gerente, responde o proprietário do jornal.

Ainda explicando quem responde penalmente nos processos por delito de imprensa, Jobin (1960, p. 170) aponta que “o diretor pode excluir-se do processo indicando o redator que escreveu a matéria incriminada”, como definido na Lei. No caso do Brasil, reitera o autor, geralmente o diretor assumia a responsabilidade daquilo que não escreveu e nem pediu para escrever. Mesmo que esse comportamento dos diretores de jornais brasileiros seja apontado como frequente por Jobin (1960, p. 171), não foi isso que aconteceu quando Leão Monteiro foi chamado em juízo. Na condição de proprietário e Diretor do jornal *O Dia*, entregou cada um dos colaboradores, cujos pseudônimos nos textos eram colocados à escolha dele: Claudius, Petrus Mauricius, Edgaroff, Desidério Quaresma, entre outros.

Nem poderia ser diferente o comportamento de Leão Monteiro, pois era ele quem determinava quais os conteúdos seriam publicados em seu jornal e atribuía os pseudônimos para os seus colaboradores e jornalistas. Na matéria o “O horror à responsabilidade”, o redator de pseudônimo Claudius afirmava que no jornal *O Dia* “[...] tôda a matéria redacional que vai publicada com o seu visto e a sua responsabilidade [...]”, a de Leão Monteiro. O significa dizer que havia um controle e uma seleção dos fatos, conceitos e personalidades políticas e públicas que Leão Monteiro permitia dar visibilidade no seu jornal, seja para atacar, seja para defender.

A. Tito Filho (1990) relembra de um episódio vivenciado já na década de 1960, quando retorna para o jornal *O Dia* a convite de Leão Monteiro e, então, escreveu texto sob encomenda do diretor:

Certo dia do mês de abril, pouco depois da morte de meu pai, manhazinha, seguíamos (no) rumo das aulas. Mundico, na calçada de sua residência, chamou-nos. Fez-nos crer que a autoria dos artigos contra nós, publicados noutro jornal da terra, pertenciam ao ilustrado médico de Teresina, contra quem nos pediu que escrevêssemos um artigalhão de críticas impiedosas. Encomenda feita, encomenda realizada. O escrito saiu com pseudônimo. Mas o digno médico interpelou Mundico Santídio por intermédio da Justiça e

Mundico não quis guardar segredo de redação nem assumir responsabilidade. Resultado: fomos aos bancos dos réus. Praticamos a própria defesa, com critério e ponderação. Expusemos que a responsabilidade de artigos sem assinatura sempre coube a direção do jornal, mas não fugimos ao critério moral de afirmar que éramos o autor material do artigo. Nosso acusador foi o saudoso amigo Celso Pinheiro Filho. Fomos absolvidos pela unanimidade dos jurados. Perdemos a amizade do médico, injustamente ofendido, e ainda hoje a consciência nos diz que obramos mal, escrevendo para satisfação de malquerenças alheias. Não ficamos agastados com Mundico Santídio. Dentro em nós, soubemos desculpá-lo. Ao menos reclamamos contra a sua atitude. Apenas nos afastamos do jornal (Tito Filho, 1990).

O fragmento de memória de A. Tito Filho, publicada no jornal *O Dia* em 1990, revela alguns aspectos de como funcionavam os bastidores da redação e dos julgamentos por processo de difamação contra os jornalistas. No primeiro aspecto, como redator de *O Dia* que escrevia no calor da luta política em que a paixão e o partidarismo se materializavam no discurso de forma exaltada, A. Tito Filho afirma que compunha textos apenas para satisfazer as malquerenças alheias, no caso, as de Leão Monteiro e/ou as de seus amigos. No segundo aspecto, denota que pela ação da palavra, gerou uma reação que não se limitou às páginas do jornal, mas à Justiça. A. Tito Filho foi ao banco dos réus porque Leão Monteiro não assumiu a autoria do texto publicado em seu jornal com pseudônimo e, nesta condição, confessou a autoria.

Ocorre que nesta situação, eles e os demais colegas fizeram a própria defesa, pois A. Tito Filho, assim como outros redatores do jornal *O Dia*, era advogado. Conhecedor da lei e com domínio da retórica, foi absolvido junto com os demais confrades, como foi exposto no trecho transcrito anteriormente.

Confessar a autoria do texto publicado no jornal *O Dia* anos depois num fragmento de memória pode ser compreendida como a exaltação da honra de si mesmo, de quem não “fugiu da moral”, numa contraposição ao diretor que, mesmo tendo encomendado um “artigalhão de críticas impiedosas”, ao ser chamado em juízo não teve a coragem de assumir a responsabilidade penal do texto. Por um lado, a imagem do Leão Monteiro como “destemido” e “poderoso”, como pregava o jornal em várias oportunidades, mostrava suas limitações. Do outro lado, daquele que demonstra a honra e a moral pela coragem de assumir a autoria do texto, é preciso dizer que, na prática, as penas previstas pela Lei de Imprensa eram “benignas, quase simbólicas”, como garante Danton Jobin (1960, p. 168), contribuindo para que os jornalistas se “entregassem”.

Analisando a Lei de Imprensa brasileira, Jobin (1960) pontua que nos casos de crimes de calúnia ou injúria realizados através da imprensa, as penas se resumiam à prisão ou a

pagamento de multas. Na Lei Imprensa de 1953, por exemplo, ofender a moral pública e os bons costumes; caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime; difamar alguém lhe imputando fato ofensivo à sua reputação; injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decôro, a pena previa o pagamento que variava de acordo com o delito entre Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros); e pena de detenção de 01 (um) mês a no máximo 01 (um) ano (Brasil, 1953, *online*). Além disso, a Lei de Imprensa de 1953 era bastante tolerante quando se observa aquilo que ela não considera como crime. De maneira que “raríssimamente havia uma condenação pelo júri ou pela Corte superior, em grau de recurso”, segundo Jobin (1960, p. 171).

No tocante aos processos por delito de imprensa, Jobin (1960, p. 171) acrescenta que, na maioria das vezes, se faziam contra o diretor. E em alguns poucos casos que encontrou, quando intimado, estrategicamente, seguiu a orientação do advogado de indicar o verdadeiro autor, como fez o *Diário Carioca* diante de um processo por difamação:

Sustentou-se que a presunção legal da responsabilidade do diretor não prevalecia em face do conhecimento do autor do escrito, obtido por meio de prova robusta, como a confissão. Perguntado ao júri se o réu era o responsável pela publicação difamatória, ele respondeu pela negativa, e isso equivalia à absolvição (Jobin, 1960, p. 171).

Jobin (1960, p. 171) não diz a data precisa em que este fato aconteceu. Entretanto, ele ajuda a esclarecer como diretor e redatores que se viam à frente de processos por delito de imprensa se comportavam para saírem absolvidos. Caso bastante similar àquele narrado por A. Tito Filho anos depois, em 1990, da experiência vivenciada na redação de *O Dia* que reflete as relações entre o jornalista e as diferentes instâncias de poder.

A. Tito Filho (1990) complementa que no período em que colaborou para *O Dia* fez campanhas memoráveis contra alguns políticos, inclusive daqueles que pagavam pela publicidade para o jornal. Durante o governo de Chagas Rodrigues, de 1959 a 1962, como parte da redação de *O Dia*, fez campanha contra o petebista por meio de um “jornalismo vibrante, higiênico, estilo elevado, críticas de bom gosto. O jornal teve tiragem dobrada. Edições esgotavam-se rapidamente”.

A observação de A. Tito Filho (1990) demonstra que havia significativo interesse dos leitores piauienses pelos embates, os escândalos e as difamações trocadas entre jornalistas e seus desafetos na imprensa, ainda mais no momento em que os jornais ainda conservavam alguns dos processos da escrita do jornalismo político. Como a maioria dos jornais de Teresina dos anos 1950 e início dos anos 1960 ainda eram criados para fins políticos, eles mantinham os

debates de ideias sustentando a fidelidade da leitura do jornal pelos adversários que complementavam suas folhas a partir daquilo que saía publicado pela oposição com o seu nome.

A ideia do jornalismo “vibrante” e “higiênico” apontado por A. Tito Filho (1990) também repercutiu nas páginas de *O Dia*. Na defesa da modernização da redação e da independência da linha editorial do jornal *O Dia*, em 24 de setembro de 1959, o redator, cuja autoria do texto foi atribuída ao pseudônimo de Desidério Quaresma, afirmava que “[...] **não nos filiamos a nenhum partido político**, mas condenamos qualquer referência, através da imprensa, à vida privada do dr. Chagas Rodrigues [...]” (Quaresma, Desidério. Um desajustado no governo. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 705, p. 1, 24 set. 1959, grifo nosso). Chagas Rodrigues era o então governador do Piauí, eleito pela “Oposições Coligadas (UDN-PTB)” em 1958. Depois de eleito, os jornais do Piauí assumiram linhas editoriais de defesa ou de combate à administração do petebista. Nem o jornal *O Dia* escapou desta divisão. Mesmo defendendo a independência da sua linha editorial declinou nos dois primeiros anos do governo como oposição e a partir de 1961 já se comportava como jornal governista. Além do mais, como destaca A. Tito Filho (1990) ao lembrar do período que produziu texto contra Chagas Rodrigues, a campanha difamatória contra o governador não dispensava sequer a vida privada do governador, como prometia Desidério Quaresma ao condenar este tipo de prática dentro da cultura jornalística e política exercida pela imprensa de Teresina.

Vale destacar que mesmo que Desidério Quaresma afirmasse em 1959 que o jornal e os jornalistas de *O Dia* não fossem filiados a partidos como defesa da autonomia e independência do órgão, esta defesa cai por terra quando se leva em conta a biografia do proprietário, Leão Monteiro, e dos colaboradores e jornalistas que escreviam e assinavam matérias. Em 1950, Leão Monteiro foi candidato a Deputado Estadual pelo PSD, mas não foi eleito³⁸. À vista disso, na década de 1950, boa parte dos seus redatores e colaboradores mantinham-se filiados a partidos e confessavam pela imprensa a lisura e a imparcialidade dos artigos de fundo e/ou editoriais. De acordo com Lima (2014, p. 180), que estudou *O Dia* de 1951 a 1954, neste período é visível a parcialidade do jornal nas notícias sobre o governador do Piauí, Pedro Freitas, eleito pelo PSD-PTB, em 1950:

Ressalte-se que muitos jornalistas vinculados ao jornal *O Dia* tinham posição política partidária definida, quer pelo PSD, quer pela UDN, PTB, PSP e demais partidos políticos existentes naquele período. No entanto, desde que o

³⁸ Raimundo Leão Monteiro ficou como suplente nas eleições de 1950, obtendo 349 votos para Deputado Estadual. Depois desta eleição não foi encontrado ao longo da pesquisa que Leão Monteiro tenha se candidatado novamente ou filiação a partidos políticos.

jornalista fosse enquadrado em uma prática discursiva, era-lhe atribuído limitado poder para dizer certas coisas e silenciar outras. [...] Por mais que *O Dia* buscasse afirmar sua postura de independência em relação aos interesses políticos partidários, em determinados momentos, o jornal parece ter atuado como instrumento de legitimação social de um dos grupos políticos e econômicos em detrimento do outro. De maneira que, se nas edições publicadas em 1951, a representação do governador Pedro Freitas, nas páginas de *O Dia* é, em sua maioria, a de um homem de conduta “nobre” e “admirável”, na vida pública e privada, ainda que lhe atribuísse o jornal certas falhas administrativas, nota-se que, em 1952, esta imagem construída de Pedro Freitas como um governante honesto, por pagar o funcionalismo público em dia e por manter o saldo positivo na Fazenda Pública Estadual perde espaço. E nas edições de 1953 e 1954, há um discurso quase uníssono nas matérias do jornal com o intuito de representá-lo como um “administrador incapaz”, um político que “nada sabe da arte de governar” (Lima, 2014, p. 180-181).

A redação de *O Dia* afirmava que, em 1959, o jornal conquistou prestígio por sustentar uma linha de conduta aprovada pelo público e servir ao povo desinteressadamente. Assumiu o risco de criticar quem merecia a crítica severa e de elogiar quem merecia elogios, adotando processos limpos na produção e circulação de conteúdo. Opinião que é reforçada na edição de 31 de janeiro de 1962, na matéria intitulada “Batalha de onze anos”:

Naturalmente, algumas vezes, artigos veiculados pelo “O DIA”, notadamente, quando da responsabilidade de segundos, são objetos de crítica de terceiros; no entanto, para que se possa servir bem à coletividade, é de extrema necessidade, que se evite influência estranha, no corpo editorial.

Veza que o jornal é independente, si, a cada reclamação de estranhos alterasse o seu pensamento, expresso através de artigos, perderia sua principal característica, tornando-se comum, pelo nivelamento inevitável, que ocorreria.

Ademais, “O DIA” não se responsabiliza, e nem poderia, pelos conceitos emitidos por segundos, desde que haja a responsabilidade dos mesmos segundos, traduzida pela assinatura do nome, ou de um pseudônimo de autores.

Pretende a direção dêste jornal conservar os mesmos princípios adotados desde sua fundação. [...]. (Batalha de onze anos. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 946, p. 1, 31 jan. 1962).

A defesa da independência do jornal *O Dia* e da coragem de Leão Monteiro permaneceu até maio de 1962, quando o órgão foi arrendado pelo PTB. Daí em diante, o nome de Leão Monteiro, que aparecia no cabeçalho do jornal, foi retirado e substituído por “Responsabilidade da bancada petebista”. O nome Leão Monteiro passou a constar somente no expediente como Fundador. Houve mudanças também na redação: Valter Alencar (Diretor administrativo), Olympio Costa (Diretor Executivo) e Deoclécio Dantas Ferreira (jornalista). Na condição de colaboradores estavam os nomes de Júlio Martins, João Bastos Filho e Simplício Araújo.

De acordo com A. Tito Filho (1990), o arrendamento do jornal *O Dia* foi obra de Chagas Rodrigues que, em 1962, pretendia fazer a campanha eleitoral do PTB, confiando a redação a jornalistas de sua preferência. Com isso, A. Tito Filho e outros jornalistas contrários a Chagas Rodrigues e ao PTB deixaram a redação do jornal, retornando somente em outubro de 1962, após findar o arredamento e Leão Monteiro voltar para a direção de *O Dia*.

Sob a responsabilidade da bancada petebista, o jornal passou a circular três vezes por semana (terças, quintas e domingo) e a redação de *O Dia* chamava a atenção do comerciante, industrial, agricultor, banqueiro e criador para que fizessem anúncio em suas páginas, visto que circulava em todos os municípios e em todo o território estadual (**O Dia**. Teresina, ano XII, n. 976, p. 3, 10 maio 1962). Em outubro de 1962, quando *O Dia* volta para a direção de Leão Monteiro, o jornal volta a circular duas vezes na semana (quinta e domingo).

No período em que *O Dia* esteve sob responsabilidade da bancada petebista, a redação defendeu que o jornal continuava na preferência do público leitor, como foi registrada na matéria “O povo consagra ‘O Dia’”, em 15 de julho de 1962. Nesta matéria, a redação de *O Dia* refutava as acusações da imprensa antigovernista de que o jornal estaria à venda sem ter quem quisesse comprá-lo. A redação ainda se defendeu informando que se trata de uma “invenção das mais absurdas” da oposição e que a última edição do jornal, após duas horas de pronta e em plena circulação, já havia sido esgotada. Se autodeclarando como “trincheira inexpugnável dos anseios mais virtuais das massas populares do Piauí”, a redação de *O Dia* finaliza a matéria advertindo que “[...] estamos prontos, toda vez que o aparecimento da verdade se tornar imperativo, a dar abrigo em nossas páginas, em trabalhos jornalísticos de tal jaez, de tanta utilidade para aqueles que os potentados querem ver eternamente a voz sufocada na garganta... [sic.]” (O povo consagra “O Dia”. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1001, p. 4, 15 jul. 1962).

A defesa que, porventura, aparece na edição de *O Dia* de 15 de julho de 1962 serve para entender que o jornal continuava incomodando a oposição em 1962, em especial, na disputa eleitoral que se fazia por meio da imprensa. Afinal, nenhum partido iria arrendar um jornal se soubesse que ele não alcançaria os eleitores espalhados em todo o Piauí. O uso de um jornal durante e depois do período eleitoral era fundamental para a sobrevivência dos partidos na luta pelo poder. Arrendar *O Dia*, independentemente do prestígio e do seu alcance junto ao público leitor, realça a hipótese levantada pela pesquisadora Oliveira (2007) de que Leão Monteiro e o PTB já estavam próximos e que o jornal já não apresentava mais tanta crítica ao governador Chagas Rodrigues em 1962.

Tal hipótese ainda ganha força quando se leva em consideração os dados publicados na coluna “Pontos de Vista” de José Walter que, em 01 de janeiro de 1961, redigiu o texto

“Imprensa Independente” para negar a informação veiculada pelo *Jornal do Piauí* de que o governador Chagas Rodrigues teria indagado a Leão Monteiro se lhe venderia o jornal e a resposta foi “[...] que faria uma transação sendo estimada a quantia de cinco milhões de cruzeiros [...]” (Walter, José. Pontos de Vista. Imprensa independente. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 838, p. 6, 1 jan. 1961). Em defesa do jornal *O Dia*, José Walter até afirma que o jornal valia a quantia informada pelo *Jornal do Piauí*. Entretanto, caso a venda tivesse sido realizada, Teresina perderia o único órgão da cidade verdadeiramente independente:

[...] “O Dia” sendo vendido e passando a obedecer a mentalidade desse governo poder-se-ia dizer que estava (monopolizada) pelo Carnaque toda a imprensa local, restando somente ao “Jornal do Piauí” o direito de fazer protestos as irregularidades, deficiências e inércia governamentais. Mas não estacam aqui as inconveniências de vender “O Dia”, para este ou outro governo qualquer. Pelo menos, enquanto, repita-se, é o único jornal independente em Teresina. [...]. (Walter, José. Pontos de Vista. Imprensa independente. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 838, p. 6, 1 jan. 1961).

Por certo, a venda não foi realizada em 1961, como, segundo José Walter, havia supostamente o *Jornal do Piauí*. Contudo, o registro foi importante para verificar que desde 1961, Chagas Rodrigues vinha dialogando com Leão Monteiro para adquirir o jornal, quiçá firmando acordos nos bastidores, a ponto de arrendar o jornal em 1962. Afinal, Leão Monteiro sabia usar politicamente seu jornal, quer para barganhas políticas, quer para ganhar dinheiro arredando o órgão para o PTB.

Arrendado para o PTB, na edição de 03 de agosto de 1962, o jornal informa que voltaria a ter circulação matutina, às quartas, sextas e domingos, atendendo às sugestões que haviam chegado à redação. No período em que esteve sob a responsabilidade do PTB, a redação de *O Dia* reforçava a qualidade do jornal e da sua redação como parte da preferência que tinha junto ao leitor: “[...] O jornal de feição inteiramente diferente e tendo um corpo de redatores dos mais seletos e brilhantes de Teresina, “O DIA” vem recebendo, por isso mesmo, a melhor acolhida do grande público leitor do Estado, por ter a VERDADE POR ESCUDO e o desassombro por fanal. [...]” (“O Dia” voltará às circulações matutinas. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1008, p. 2, 3 ago. 1962, grifos do autor). Observa-se, com isso, que mesmo depois de a redação de *O Dia* ter ficado no comando da bancada petebista, a estratégia de defesa do jornal continuava praticamente a mesma de quando o jornal estava sob a direção de Leão Monteiro.

Em 1963, o jornal *O Dia* é vendido e o “altivo cabeça vermelha” deixa de pertencer a Raimundo Leão Monteiro. A venda do jornal aconteceu duas vezes no ano de 1963. A primeira em 19 de agosto para a empresa *Folha da Manhã*, de José Paulinho de Miranda Filho. E a

segunda compra foi realizada em outubro de 1963 pelo Coronel Octávio Miranda. Sobre a venda de *O Dia* para a empresa *Folha da Manhã*, Oliveira (2007, p. 54) apresenta uma nota publicada em 1963 no jornal informando que “pouco temos a dizer ao público, neste reinício de atividade”. Na matéria ainda foi salientado a mudança de proprietário e de orientação da linha de conduta, que passaria a ser regulada por “[...] rígidos princípios de serenidade no comentar e no criticar e absoluta veracidade no registro dos fatos [...]”, com a missão de “[...] informar como veículo sério que terá de ser um dos paladinos da opinião pública piauiense [...]” (Oliveira, 2007, p. 54-55). Outra mudança se dava na periodicidade e horário. O jornal circularia segunda e quinta-feira, como vespertino.

Como foi destacado por Oliveira (2007), o novo proprietário de *O Dia* não deu muita explicação sobre a compra do jornal pela empresa *Folha da Manhã*. Porém, em entrevista realizada pela pesquisadora com José Lopes dos Santos, que à época assumiu a redação do jornal, a venda se deu por motivo financeiro. Para José Lopes dos Santos (2005 *apud* Oliveira, 2007), Leão Monteiro gastava muito o dinheiro que recebia do jornal e, com frequência, viajava principalmente para o Rio de Janeiro.

Esse comportamento de Leão Monteiro ressaltado pelo fragmento de memória de José Lopes dos Santos (2005 *apud* Oliveira, 2007) aparece também na fala de A. Tito Filho (1990), que o descreve como “viajado” e “mulherengo”; e na narrativa de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (2013) ao construir uma biografia do pai. Segundo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1993), desde cedo, o Mundico Santídio não poupava recursos para curtir a vida boêmia. No período em que esteve na Alemanha, a mando do pai, para a realização dos estudos de mecânica e eletricidade, dependia do dinheiro do Major Santídio Monteiro. Sem que desse qualquer tipo de satisfação dos estudos ao pai, Major Santídio Monteiro deixou de enviar dinheiro a Leão Monteiro, fazendo com que os dois rompessem laços por um certo período.

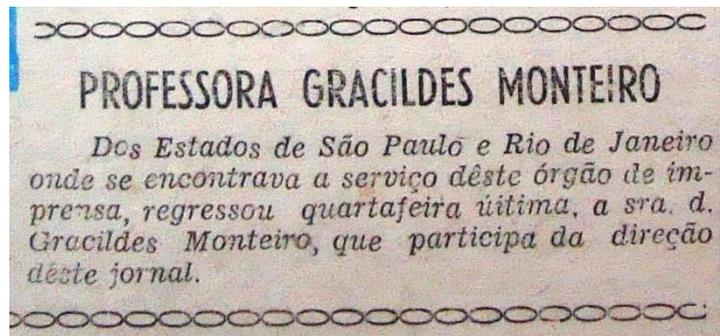
Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1993) descreve Leão Monteiro como um homem que gostava de farras, peralta, que pegava as joias da mãe escondido para juntar capital, boêmio e pouco afeito ao trabalho. O filho pródigo, ao retornar da Alemanha, ensaiou abrir um escritório e manter intercâmbio com representantes comerciais de aparelhos, máquinas e ferramentas, mas não fez. Os aparelhos, as máquinas e as ferramentas modernas que trouxe na bagagem da viagem da Alemanha foram vendidas do Recife ao Rio de Janeiro. Leão Monteiro “ganhou bom dinheiro e gastou tudo na boa vida” sem pagar os representantes alemães (Monteiro, 1993, p. 95).

Apesar do histórico “desajuizado” quando jovem, no período em estudo, os registros de viagem de Raimundo Leão Monteiro no jornal *O Dia* estão relacionados ou aos interesses

empresariais e políticos para a manutenção das oficinas em funcionamento, ou às mensagens de felicitações na data do aniversário. Rio de Janeiro e São Paulo são os Estados mais mencionados, até porque nos anos 1950 e 1960 lá concentrava os maiores jornais do Brasil, assim como um número de políticos e intelectuais do Piauí. Nesse período também é ausente as informações sobre a continuidade da vida boêmia de Leão Monteiro. Nada foi encontrado falando dele nesse aspecto, tal como se depara com as matérias que discorrem da vida pessoal de outros jornalistas, a exemplo de Simplício Mendes, que será discutido no capítulo 4.

O que se encontrou nas edições de 1962 foi uma nota informando que a esposa de Leão Monteiro, Gracildes Monteiro, também participava da direção do jornal *O Dia*, como pode ser visualizado na Figura 7:

Figura 7: Nota “Professora Gracildes Monteiro”.



Fonte: **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 941, p. 1, 14 jan. 1962.

Em todas as edições pesquisadas do jornal *O Dia* de 1959 a 1962, é somente em 14 de janeiro de 1962 que o nome da esposa de Leão Monteiro aparece, bem como a informação de que ela também fazia parte da direção do jornal. Nem mesmo em 1953, quando o jornal estampou uma clichéria para ostentar a chegada de uma nova linotipo das oficinas, o nome de Gracildes Monteiro apareceu ou até mesmo ela saiu na foto ao lado do marido, Leão Monteiro. Sua presença ficou ocultada ao nome do marido e à referência de que ela estava presente na ocasião pelo uso da palavra “casal Leão Monteiro”.

O aparecimento do nome de Gracildes Monteiro no jornal *O Dia* em janeiro de 1962 limita-se à nota publicada na primeira página, mas sequer ela é mencionada no expediente junto ao nome de Leão Monteiro que é identificado como Diretor. A ação implica em várias interpelações, abarcando a questão de gênero numa época em que a mulher ainda estava conquistando o espaço público. Entretanto, mais do que as questões de gênero, a menção a função de Gracildes Monteiro dentro do jornal *O Dia* é intrigante porque, como destacado, Leão

Monteiro tinha fama de mulherengo, assim como Zezé Leão, e à vista disso, pouco tempo depois de casados, os dois viveram separados.

Este capítulo da história pessoal de Raimundo Leão Monteiro e Gracildes Figueiredo Monteiro interessa porque o passado “desajuizado” do marido e o tempo de separação dos cônjuges acenam para um ponto tenaz para a compreensão do nome dela como partícipe da direção do jornal *O Dia* em 1962. Os dois se casaram em 10 de dezembro de 1925 e o primeiro ano praticamente foi de harmonia, pois Leão Monteiro deu uma trégua para a vida boêmia, dedicando-se ao trabalho, a agradar a esposa, a sogra e os cunhados. Segundo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1993), aos poucos, a vida de homem casado, na retidão do trabalho e voltada para a dedicação da esposa, foi deixada de lado. Leão Monteiro quase não mais aparecia na repartição pública em que trabalhava e muito menos na casa da sogra, onde viviam, mesmo depois que o primeiro filho nasceu, em março de 1927.

Gracildes Monteiro, como informa a nota publicada em janeiro de 1962 no jornal *O Dia*, era professora. Formada pela Escola Normal Oficial do Estado do Piauí, em 13 de abril de 1924, iniciou o ofício dando aulas em escolas públicas da rede estadual, visto que pagava “melhor” que a rede municipal. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1993) afirma que o trabalho de Gracildes Monteiro era uma necessidade. Diferentemente de Leão Monteiro que vinha de uma família latifundiária e de posses; a primogênita, oriunda de uma família humilde, contava apenas com salário de professora para manter a mãe e, após o casamento, a família recém-formada porque o comportamento do marido não garantiria o sustento do mês.

Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1993) afirma que mesmo depois do nascimento do primeiro filho, em 1927, a conduta de Leão Monteiro prosseguia sendo a de solteiro e cada vez mais se distanciava da família. Em 1928, enquanto Leão Monteiro não dava notícias e sequer aparecia em casa, Gracildes Monteiro sobrevivia do salário que recebia como professora, substituindo aquelas efetivas que entravam em licença nas escolas primárias do Piauí, especialmente, na capital Teresina. A situação começa a mudar em 1929, ao ser nomeada para ocupar a vaga de professora na Unidade Escolar Fenelon Castello Branco, na cidade de União (PI), onde logo depois foi designada a Diretora do grupo.

Em 1929, Gracildes Monteiro viaja entre União e Teresina. Afinal, tinha um filho pequeno que deixava aos cuidados da mãe e tias quando se ausentava para ganhar o salário de professora. Já Leão Monteiro ficava entre Livramento e Parnaíba, cidades ao Norte do Piauí. Até então o casal vivia separado, mas com a possibilidade de assumir trabalho em Parnaíba por influência política de Joca Pires, Leão Monteiro quis retomar a vida de casado, viver longe da sogra e criar o filho que nem conhecia (Monteiro, 1993). Neste mesmo ano, 1929, Gracildes

Monteiro foi removida para o Grupo Escolar José Narciso, na cidade de Parnaíba, o que contribuiu para que Leão Monteiro fosse buscar a esposa e o filho e retomasse a vida de casado.

Depois de 1929, não há mais informações sobre a vida do casal Raimundo Leão Monteiro e Gracildes Figueiredo Monteiro na biografia da família redigida por Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (1993), primeiro filho do casal. Não obstante, o início do relacionamento dos dois e da vida conjugal conturbada nos primeiros anos ajudam a entender a característica realçada pelos diferentes autores e jornalistas que falam de Leão Monteiro como um sujeito pouco afeito aos papéis tradicionais masculinos de esposo e provedor do lar. Concomitantemente, na falta de informação sobre o início da participação de Gracildes Monteiro na direção do jornal *O Dia* resta apenas inferências. Uma delas é a de que sua participação no jornal contribuiu para que o órgão tivesse vida longa, considerando que as atitudes de Leão Monteiro apontam para a ausência de compromisso com os empregos ou os negócios que iniciava. Outra conjectura é que mesmo que Gracildes Monteiro tenha realmente participado desde o início do jornal na manutenção financeira da empresa, seu nome ficou na invisibilidade, como a maioria das mulheres que estiveram nos bastidores da redação, ainda que ocupasse um cargo de importância dentro da empresa, a direção. Por último, deve-se levar ainda em consideração que em 1951, quando o jornal *O Dia* foi fundado, Leão Monteiro tinha 48 anos e Gracildes Monteiro 46. Talvez a idade e a convivência com a família o tenham feito mais responsável, como esperava a família de Mundico e a sogra, d. Júlia Figueiredo.

Com a venda do jornal para o Coronel do Exército Brasileiro, Otávio Miranda, *O Dia* deixou de ser “Órgão independente, noticioso e político” com a mudança do *slogan* para “Se ‘O DIA’ disse a notícia existe”.

De 1951 a 1962, período em que o jornal *O Dia* pertenceu a Raimundo Leão Monteiro, houve um empenho da redação para combater veementemente todo e qualquer discurso publicado na imprensa que colocasse em suspeição a qualidade gráfica, ortográfica e imparcialidade do jornal. No que se refere ao proprietário e diretor do jornal, havia um esforço da redação em apresentá-lo como um sujeito “destemido” e “poderoso”, que não baixava a guarda para os interesses políticos. Por isso mesmo, “altivo cabeça vermelha”.

Assim, sendo o jornal um dispositivo, conforme entende Maurice Mouillaud (2002), o nome, o *slogan*, os assuntos e a diagramação, em conjunto, é o que dá coerência aos enunciados e assegura uma identidade ao órgão. O nome do jornal *O Dia*, colocado em destaque no cabeçalho acompanhado do lema “Órgão independente, noticioso e político” e dos nomes do Diretor/Proprietário, Leão Monteiro, e do Redator-Secretário, O. Bugyja Brito, lhe causava uma identificação. Essa identificação servia não apenas para dar visibilidade aos nomes dos

responsáveis pelo jornal, mas associava o nome de *O Dia* e o conteúdo a eles. Ou seja, “[...] o nome do jornal diz que ele não é apenas um nome-de-jornal, mas um órgão, [...] seu instrumento e sua voz, seu agente e sua fala. Aqui o nome-de-jornal fala em nome de um ‘outro’, do qual ele é o locutor autorizado [...]” (Mouillaud, 2002, p. 97).

Efetivamente, o jornal *O Dia* se identificava com outro nome, Raimundo Leão Monteiro, órgão que atendia aos seus interesses individuais, políticos e partidários. No entanto, outros nomes se juntam ao de Leão Monteiro porque à medida que sustentou campanhas difamatórias contra pessedistas, udenistas e petebistas, em determinados momentos em que se aproximava ou se distanciava, respectivamente, dos partidos PSD, UDN e PTB, jornalistas e políticos usavam ou não suas páginas para, então, se defender ou atacar seus adversários políticos e pessoais.

No período de 1959 a 1962, que corresponde ao governo do primeiro e único governador eleito pelo PTB no Piauí, redatores e políticos fizeram da redação de *O Dia*, sob o crivo do proprietário Leão Monteiro, o lugar institucional para a produção de discursos inflamatórios ou elogiosos que aproximavam ou afastavam adeptos. A aproximação ou o afastamento dependia da partilha dos sentimentos, das emoções, da paixão por uma das correntes partidárias. Sendo os grupos políticos heterogêneos, na imprensa formava-se uma comunidade textual a partir das afinidades partidárias. Com isso, uma comunidade textual, segundo Bárbara H. Rosenwein (2011), pode ser compreendida como uma comunidade emocional, na qual os integrantes do grupo, que pode ser grande ou pequeno, compartilham e/ou aderem aos mesmos valores sobre as emoções e suas formas de expressão e as utilizam a favor do grupo ou contra um outro.

Nesta perspectiva, os capítulos que seguem mostram a dinâmica da redação do jornal entendida como uma comunidade emocional, a qual os membros aderiam espontaneamente, considerando as afinidades culturais, políticas e jornalísticas. Aqueles que frequentaram a redação de *O Dia* participavam da construção de uma cultura jornalística comum, na qual compartilhavam interesses e produziam textos a favor daqueles que tinham assento na redação do jornal e outros que seguiam a mesma linha política partidária; e se colocavam contrários ao grupo cujas valorações das emoções e suas formas de expressão eram diferentes. Posicionados em imprensa da situação ou da oposição, os jornais de Teresina, incluindo *O Dia*, através de seus redatores, empregaram as emoções como um repertório para provocar, chocar, intimar, gerar repulsa, raiva, ódio, abnegação ou afeição, amor etc. no momento em que a cultura jornalística, ligada à cultura política da violência, faziam das emoções um papel de engajamento dos grupos e motor das lutas simbólicas e políticas partidárias.

3 “A ETERNA VÍTIMA”: SENSACIONALISMO, VIOLÊNCIA VERBAL E VERBALIZAÇÃO DE AMEAÇAS À HONRA E À INTEGRIDADE FÍSICA ATRAVÉS DA “IMPrensa ALHEIA”

Estudar a imprensa e o jornalismo piauiense nas décadas de 1950 e 1960 é intrigante pelo conjunto de matérias que colocam em discussão as mudanças que ocorrem no campo e na cultura profissional. À medida que o jornalismo moderno ganhava terreno na imprensa, a retórica da imparcialidade tomava forma nas páginas dos periódicos através de matérias autorreferenciais pautando a sua relação com a política. Há nessa discussão feita pelos próprios jornalistas do período um interesse de definir o dever social da imprensa, do jornalismo, do jornal e do jornalista, que se fazia quase sempre através da relação de alteridade com outro órgão de imprensa.

Na busca de credibilidade, prestígio e poder, os órgãos de imprensa travaram uma batalha discursiva entre eles na qual sustentavam o conceito de verdade e de imparcialidade como requisitos essenciais para o jornalismo. De acordo com Tania Regina de Luca (2011, p. 153), no século XX, “consagrou-se a ideia de que o Jornal cumpria a nobre função de informar ao leitor o que se passou, com rigoroso respeito a ‘verdade dos fatos’”, mas tinha como entrave o caráter político, dada a ligação estreita com o mundo da política partidária.

Em Teresina, nas décadas de 1950 e 1960, a valorização da imparcialidade do jornalismo foi construída em detrimento da desqualificação do outro jornal/redator, dentro de uma visão dicotômica da imprensa que ainda se distinguia pelo matiz político partidário que adotava e o conceito de independente aparece como sinônimo de livre exercício da crítica jornalística e livre de qualquer influência partidária que comprometesse a verdade dos fatos.

Autodeclarado independente, a redação do jornal *O Dia* também autodeclarou em letras garrafais que, na imprensa, “NUNCA FOMOS NEUTROS NEM APAIXONADOS, MAS SIMPLEMENTE IMPARCIAIS³⁹”. A frase foi publicada na edição de comemoração de nove anos de existência do jornal *O Dia* e serviu para, reiteradamente, defender a redação e o jornal de praticarem um jornalismo desapaixonado, ainda que não abdicassem de opinar e sustentassem em suas páginas polêmicas e descomposturas por meio da violência de linguagem. Material riquíssimo que merece uma análise cuidadosa a fim de entender como os jornalistas de *O Dia* construíam um *ethos* jornalístico, formando uma comunidade emocional cujo

³⁹ NOVE anos de liberdade. *O Dia*. Teresina, ano IX, n. 742, p. 1, 31 jan. 1960.

repertório expressava as oposições partidárias, os rótulos contra os outros jornalistas e os sentimentos deles mesmos na imprensa a favor ou contra um outro. Discursos de ódio, denúncias de corrupção, acusações de barganhas políticas no campo jornalístico e político, definição do papel da imprensa, do jornalismo e do jornalista compunham o repertório dos redatores de *O Dia* e ficaram materializados pelo discurso autorreferencial.

Por meio do discurso, a redação de *O Dia* definia o que era permitido e proibido na prática jornalística de Teresina e travou com outros jornais que circularam no mesmo período uma luta simbólica e lutas por representação do ideal do jornalista ético e compromissado com o dever da imprensa. Partindo da concepção foucaultiana de que os discursos são regularizados por um conjunto de controles internos e externos, ou mais ainda do entendimento do discurso enquanto prática, a empresa jornalística, como uma instituição, define uma prática discursiva e a através dela impõe um conjunto de regras anônimas que permitem ou não as condições de aparecimento do objeto do discurso numa dada condição histórica. Para Foucault (2010, p. 54), os discursos, tais como podem ser lidos na forma de texto não são um simples cruzamento de coisas e de palavras, de signos, mas de um saber. “Toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”, pois não há saber sem uma prática discursiva, conclui Foucault (2010, p. 205).

Segundo Foucault (2010, p. 71), todo discurso é histórico e dá lugar a certas organizações de conceitos. Assim, a defesa do jornal *O Dia* como imparcial e desapaixonado acontecia concomitantemente às transformações que aconteciam nos métodos de fazer jornalismo, em que a objetividade e a exatidão da notícia eram exaltadas como uma das medidas da qualidade da informação veiculada e como definidora da verdade dos fatos. No período de transição da imprensa artesanal para industrial, a imparcialidade foi reivindicada discursivamente como um ideal para o jornalismo e uma virtude para o jornalista. Ideal e virtude muito difícil de serem alcançadas porque, na prática, a maioria dos jornais e dos jornalistas usavam a imprensa como arma política e manipulavam as notícias para servir aos interesses pessoais, como assinala Fraser F. Bond (1962, p. 18).

No final da década de 1950 e início de 1960, a redação de *O Dia* trazia em seu bojo o discurso da imparcialidade e da independência como traços de um jornalismo moderno com um *modus operandi* de uma prática jornalística do século XIX, em que a polêmica e o insulto verbais protagonizam o palco do “teatro performático do jornalismo” e ofereciam elementos de uma cultura política. De acordo com Barbosa (2010, p. 49), desde o século XIX, jornais com filiações políticas partidárias “[...] encenam suas batalhas verbais numa espécie de palco, no qual personagens situados em campos opostos se movimentam [...]”. A imprensa, ocupada por

homens de letras, foi utilizada como amplificadora dos debates políticos iniciados pelos diferentes grupos no púlpito ou nos espaços de sociabilidades, sendo transformada em espaço público, do qual os discursos eram materializados e disponibilizados para um maior número de pessoas, os leitores dos jornais.

Para isso, os homens de jornais vão fazer dos debates, dos insultos e, sobretudo, da polêmica armas privilegiadas para a difusão das ideias, instaurando-se não como intérpretes da nação, mas como polemistas exaltados. As discussões intermináveis de um jornal contra o outro construindo o teatro político do início do Império, fazem parte de uma longa linhagem na qual o jornal se constitui em referência a outro. As palavras proferidas e impressas nos periódicos dos anos 1820-1830 também são destinadas aos próprios jornalistas. Há uma verdadeira ‘guerra dos jornalistas, no qual o debate das ideias se apresenta como insultos, desqualificações mútuas, difamações’ (Barbosa, 2010, p. 52).

O jornalismo que se praticava na imprensa carioca oitocentista, no trecho acima de Barbosa (2010), ajuda a compreender a cultura jornalística do século XIX e também as transformações e as permanências dos jornalistas, considerados profissionais, do século XX. Guardadas as devidas diferenças espaciais e temporais, em Teresina, no final da década de 1950 e início dos anos 1960, os jornalistas de *O Dia* manejavam a pena para fazer circular suas ideias e para defender os ideais políticos e partidários das agremiações que se encontravam vinculados por meio de um vocabulário próprio da época. Em lados opostos, a redação de *O Dia* debatia com outros jornalistas, políticos e autoridades públicas de outros órgãos de imprensa de Teresina através de uma linguagem virulenta, em que os insultos e as polêmicas se faziam, ao mesmo tempo, presentes. No jornal *O Dia*, Raimundo Leão Monteiro e seus jornalistas/colaboradores serviram-se deste expediente para expor comentários, reproduzir e contestar ideias que circulavam em outro jornal de linha editorial afinada com uma ideologia partidária diferente da que defendia. Na condição de independente, noticioso e político, a redação de *O Dia* travou uma “guerra” com os jornalistas da “imprensa alheia”, denominada de situacionista ou de oposição, por meio da polêmica, insultos, ameaças, processos e outros impropérios que tiveram como resultado cabal a violência física, como será abordado neste capítulo.

3.1 Imprensa situacionista e de oposição pelas lentes de *O Dia*

Nas edições pesquisadas do jornal *O Dia* de 1959 a 1962 é comum encontrar matérias e artigos de fundo autorreferenciais que trazem informações sobre a cultura jornalística da

imprensa de Teresina, nacional e até internacional e, nesse material, também é possível encontrar signos, valores e atitudes da cultura política e das emoções. Como o cordão umbilical existente entre a imprensa e a política não havia sido completamente cortado com o processo de modernização da imprensa na primeira metade do século XX, os jornais traçavam as fronteiras do jornalismo com a política através da definição dos deveres da imprensa e da verbalização da necessidade de uma prática jornalística que abandonasse as paixões, o idealismo, o partidarismo e a parcialidade para alcançar a veracidade das notícias que veiculavam.

Nessa postura estava o jornal *O Dia*, que buscava se diferenciar dos demais órgãos de imprensa pela defesa do conceito de independência política partidária do seu diretor e proprietário Raimundo Leão Monteiro. Essa conduta não era feita somente pelo jornal *O Dia*. Os demais órgãos de imprensa que circulavam em Teresina no mesmo período também se valeram desse artifício, travando entre eles uma batalha discursiva devotada em se apresentar como jornais dignos de confiança do público leitor.

De 1959 a 1962, a imprensa de Teresina se dividia discursivamente em situação e oposição frente ao jogo político partidário. Mais precisamente, a denominação de imprensa situacionista ou de oposição tinha como marcador a crítica positiva ou negativa que se fazia ao governo do Estado, ocupado pelo petebista Chagas Rodrigues, eleito pela Oposições Coligadas UDN-PTB), em 1958. No entanto, mesmo com cariz partidário, cada jornal se autodeclarava independente e imparcial com o objetivo de apresentar ao leitor como órgão digno de credibilidade na produção da notícia como sinônimo de verdade.

Nesse intervalo de tempo da pesquisa, além do jornal *O Dia*, circulavam em Teresina os jornais *Estado do Piauí*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Piauí*, *Folha da Manhã*, *Folha do Nordeste*, *Cidade de Teresina*, dentre outros, que encadearam entre si as batalhas discursivas pela imprensa. Todos, explícita ou implicitamente, comprometidos com políticos e seus respectivos partidos, mostravam os lados opostos em que os jornalistas se situavam. Devidamente posicionados na imprensa como udenistas, pessedistas, petebistas ou independentes, os jornalistas de *O Dia* polemizaram e trocaram insultos com os demais jornalistas de Teresina e, ao mesmo tempo, tiveram a preocupação de definir por meio de matérias autorreferenciais o dever da imprensa, o jornalismo e o jornalista para o leitor a partir do seu lugar de fala.

Diferentemente do jornal *O Dia*, que pertencia ao professor Raimundo Leão Monteiro, os periódicos *Jornal do Comércio*, *Jornal do Piauí*, *Folha da Manhã*, *Folha do Nordeste* e

Cidade de Teresina surgiram ligados a políticos ou se encontravam sob a direção de políticos de 1959 a 1962.

O jornal *Estado do Piauí*, de acordo com Pinheiro Filho (1996, p. 233), surgiu em 1928 e na década de 1950 se encontrava sob a direção de Josípio Lustosa⁴⁰. Em 1958, Josípio Lustosa candidatou-se a Deputado Estadual pelo PTB, mesmo partido do governador Chagas Rodrigues. Portanto, foi considerado pelo jornal *O Dia* como uma imprensa situacionista.

O *Jornal do Comércio* foi fundado em 29 de junho de 1947, por João Bastos⁴¹. Na década seguinte, o jornal passou a ser dirigido por Bento Clarindo Bastos⁴², candidato a Deputado Estadual, em 1950, pela União Democrática Nacional (UDN). Embora o seu diretor fosse vinculado à UDN, no expediente do jornal consta a informação de que a sua linha editorial era “independente, comercial e noticiosa”. Sem apontar datas, Eliane Aparecida Silva e Solimar Oliveira Lima (2014) apresentam Bento Clarindo Bastos como filiado ao PTB, o que corrobora com os dados encontrados no jornal *O Dia* de que o *Jornal do Comércio* era situacionista, por fazer a defesa do PTB e do governador Chagas Rodrigues (PTB) no período de 1959 a 1962. Em 1959, tanto no cabeçalho como no expediente do *Jornal do Comércio* consta o nome de Bento Clarindo Bastos como Diretor Redator.

O *Jornal do Piauí* foi criado em 1951 e pertencia a Antônio de Almendra Freitas⁴³, do PSD. De 1951 a 1958 foi considerado como jornal situacionista porque defendia os interesses da família Freitas, que conseguiu eleger dois governadores do Piauí, Pedro de Almendra Freitas (1951-1954) e Jacob Manoel Gayoso e Almendra⁴⁴ (1955-1958), respectivamente, nos pleitos de 1950 e 1954 pela coligação PSD-PTB. Em 1958, o PSD perdeu a eleição para o candidato

⁴⁰ Nasceu em Barras em 1906 e faleceu em Teresina em 1990. Foi jornalista e político, desenvolvendo fervorosas campanhas políticas na imprensa e fora dela. Ocupou alguns cargos públicos, sendo diretor-geral e secretário da Fazenda Estadual e Fiscal de Rendas. Na política, foi candidato ao cargo de deputado estadual e senador. Diretor e presidente do jornal *O Estado do Piauí* (GONÇALVES, 2003).

⁴¹ Em 1947, candidatou-se a Deputado Estadual pelo Partido Liberal (PL). Não foi eleito. Funcionário público, bacharel em Direito e jornalista. Diretor e fundador do *Jornal do Comércio*. Possui várias obras sobre a situação econômica e financeira do Piauí (GONÇALVES, 2003, p. 54).

⁴² Em 1950, foi candidato a Deputado Estadual pela UDN. Não foi eleito. Funcionário público, bacharel em Direito e jornalista. Diretor e fundador do *Jornal do Comércio*. Ocupou vários cargos de importância no Estado, como Delegado de Comissão e Abastecimento e Preço, Delegado do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comércio (IAPC), Delegado do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), em Brasília, no período de 1962 a 1964 (GONÇALVES, 2003, p. 53).

⁴³ Natural da cidade de José de Freitas (PI). Foi Intendente de José de Freitas no período de 1921 a 1928. Diretor do Partido Social Democrático no Piauí. Ex-secretário de Fazenda do Estado. “Com seu enorme prestígio sempre elegia os mandatários de José de Freitas com uma extraordinária maioria dos votos” (Gonçalves, 2003, p. 181).

⁴⁴ Militar e político. “Reformou-se como General da Brigada do Exército Nacional (1947). [...] **O Político**. Deputado estadual, Presidente da Assembleia Legislativa (1935), secretário de Estado da Fazenda, secretário-geral e Governador do Estado (1955 a 1959), Deputado federal (1963-1967) (GONÇALVES, 2003, p. 31, grifos do autor). Pertencia ao PSD.

da chapa Oposições Coligadas (UDN-PTB) e, então, passou a ser jornal de oposição ao governo do Estado em 1959, ocupado pelo petebista Chagas Rodrigues.

O jornal *Folha da Manhã* teve sua primeira edição publicada em 29 de setembro de 1957, sendo o primeiro jornal de circulação diária em Teresina (PI). Fundado pelo deputado federal Marcos Santos Parente⁴⁵ (UDN), o matutino manteve uma linha editorial marcada pelos interesses políticos da UDN e de oposição ao governador do Piauí, Gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra (1954-1958), do PSD. Nos primeiros anos do governo do petebista Chagas Rodrigues, o jornal fez a defesa de sua administração, sendo visto como situacionista. No entanto, a partir do momento em que Chagas Rodrigues, do PTB, rompe com a UDN, em 1961, o jornal passou a combatê-lo e se comportou como um jornal de oposição.

O jornal *Folha do Nordeste* foi criado em 16 de janeiro de 1962 por lideranças do PSD: João Clímaco de Almeida, Dirno Pires Ferreira, Pedro de Almendra Freitas, Sebastião Rocha Leal, dentre outros (Lima, 2011). Os dois primeiros eram os diretores do órgão, fundado excepcionalmente no ano eleitoral para fazer campanha a favor do PSD e emplacar oposição combativa contra o PTB e, principalmente, ao governador Chagas Rodrigues.

Por último, o jornal *Cidade de Teresina*, fundado por Raimundo Ramos em 7 de setembro de 1959. O órgão circulava semanalmente e se autointitulava “jornal político e noticioso” no cabeçalho. Mesmo sem declarar a linha editorial, as matérias indicam que o órgão funcionava como instrumento de oposição ao PTB.

Dos seis jornais apresentados acima, exceto o *Jornal do Piauí*, que se identificava no expediente como de responsabilidade da bancada pessedista, nenhum dos outros periódicos citados confessava pertencer a um partido ou ser porta-voz dele na produção de conteúdo que lhe beneficiaria de 1959 a 1962. Os jornais, incluindo o *Jornal do Piauí*, declaravam imparcialidade e que prestavam serviço ao povo na defesa de seus interesses. Nesse papel, a discussão dos acontecimentos políticos e partidários do Piauí não ficavam de fora das páginas dos jornais, competindo à imprensa e aos jornalistas criticar, esclarecer e denunciar os erros administrativos dos governantes. Para os próprios jornalistas desse período, competia a eles o papel de fiscalizador da política e de orientador das ações dos governantes independentemente de quem assumisse o poder executivo estadual e municipal. Os órgãos de imprensa de Teresina, portanto, se organizavam de acordo com os partidos políticos que os mantinham

⁴⁵ Fundou o jornal *Folha da Manhã*. Lançou-se candidato a governador do Piauí em 1958 pela UDN, porém, teve a campanha interrompida com o desastre automobilístico que o vitimou fatalmente às vésperas das eleições, em setembro de 1958. Engenheiro, professor de Matemática e político. Ocupou o cargo de Deputado Federal de 1956 a 1957 (GONÇALVES, 2003, p. 305).

financeiramente e se dividiam em “situação” ou “oposição” a fim de representar seu grupo no campo jornalístico e político, seja na defesa, seja no ataque verbal entre confrades e correligionários.

Sendo a política “o lugar, por excelência, da eficácia simbólica”, conforme define Pierre Bourdieu (2007, p. 159), verifica-se que ela se exerce por sinais capazes de produzir não só coisas sociais, mas, especialmente, grupos. Cada grupo tem seu porta-voz, aquele responsável a falar para e por ele, instituindo-o pelo ato da nomeação que, por vezes, pode cair nos abusos da linguagem, que são os abusos do poder na luta pela imposição da visão legítima do mundo social a qual representam.

Na luta simbólica pelo monopólio da nomeação, Pierre Bourdieu (2007, p. 146) afirma que os agentes buscam impor a sua visão em torno da di-visão do mundo social, que pode se expressar através do insulto ou da nomeação oficial. O insulto diz respeito à imposição de um ponto de vista particular que, por produzir nomeações particulares e interessadas, dele mesmo e dos outros, corre o risco de sofrer um efeito rebote. O efeito rebote se dá porque as nomeações podem incidir em insultos, sobrenomes, alcunhas, assim como acusações e calúnias. A nomeação oficial, por conseguinte, representa uma imposição simbólica a partir da força de um coletivo, do consenso, sendo operada por um mandatário, um agente autorizado, um porta-voz do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima. Deste modo, pode-se dizer que o “campo da política é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou de uma totalidade dos profanos [...]” (Bourdieu, 2007, p. 185).

O jornalismo, enquanto prática discursiva, constrói uma realidade social que tende a estabelecer uma ordem epistemológica que opera as classificações e suas representações diante das relações de poder e das lutas simbólicas. Cada grupo impõe uma definição do mundo social conforme seus interesses, ambições e posições em que se encontram dentro do campo político e do campo jornalístico.

Com efeito, em 20 de setembro de 1959, Cunha e Silva publicou a matéria “A eterna vítima” no jornal *O Dia* apontando que governo e oposição, em Teresina, estavam em luta como se estivessem em plena campanha eleitoral. Na sua opinião, tanto a imprensa situacionista quanto a de oposição não descansavam de fazer propaganda dos seus correligionários e ofender seus opositores. Mesmo fora do período eleitoral, respectivamente, os periódicos *Estado do Piauí* e *Jornal do Piauí* se armavam por meio de jornais mantendo uma luta constante para conquistar o eleitorado e a opinião pública por meio de uma campanha discursiva para defender

seu grupo e atacar os adversários. De acordo com Cunha e Silva, proprietários dos jornais gastavam tinta e papel acirrando ódios e paixões na cobertura dos acontecimentos políticos, favorecendo um ambiente de agitação e desordem na imprensa além de vinganças e represálias que em nada contribuíam para o desenvolvimento espiritual e material da sociedade piauiense (Silva, Cunha e. *A eterna vítima O Dia*. Teresina, ano IX, n. 704, p. 6, 20 set. 1959).

Seguindo a mesma linha de pensamento de Cunha e Silva, na edição de 15 de outubro de 1959, foi publicada a matéria “Duelo de descomposturas”, assinada com o pseudônimo Desidério Quaresma, na qual destacava que “os órgãos que defendem o Governo e a Oposição continuam no duelo de descomposturas as mais soezes, como se estivessem empenhados em violenta luta eleitoral [...]” (Quaresma, Desidério. Duelo de descomposturas. *O Dia*. Teresina, ano IX, n. 714, p. 1, 15 out. 1959). Denominando-os de “jornais políticos”, Desidério Quaresma criticou a atuação desses órgãos de imprensa da situação e da oposição por se dedicarem exaustivamente a pautar temas políticos partidários envoltos pelas questões pessoais. Na sua opinião, o fato de esses jornais serem políticos não lhes dava o direito de usar suas páginas para trocar ofensas, xingamentos, deixando de lado a principal função da imprensa que, para Desidério Quaresma, era discutir assuntos de interesse do povo e resolver os problemas do Piauí.

Em virtude da atuação combativa dos jornais ligados aos diferentes partidos políticos em Teresina, houve quem duvidasse da existência da imprensa na capital do Piauí nos anos 1960. Na matéria “Existe imprensa em Teresina”, publicada na edição de *O Dia* em 17 janeiro de 1960, Cunha e Silva deixava explícito que a imprensa teresinense apresentava ainda um jornalismo comprometido com as ideologias de partidos e/ou políticos, embora também oferecesse feição empresarial e as marcas do jornalismo moderno na produção da notícia. O litígio da existência ou não de uma imprensa se dava pelo conflito de interesses que ela representaria para o leitor, pois, ao considerar que se produzia apenas jornais políticos em Teresina, como tais, eles não poderiam orientar a opinião pública.

Para Cunha e Silva, Teresina tinha imprensa sim, e mesmo que ela se ocupasse em produzir acontecimentos políticos partidários em excesso nas suas páginas não poderia ser considerada uma particularidade apenas dela, visto que a maioria dos jornais do mundo também se comportava da mesma forma nos anos sessenta do século XX. Portanto, se houvesse alguma diferença entre a imprensa de Teresina e as demais existentes no Brasil, ou até mesmo do mundo, não era em torno do assunto político que ela publicava, mas na estrutura das empresas jornalísticas do Piauí, sobretudo, quando comparadas com a do Rio de Janeiro e São Paulo, Estados economicamente mais desenvolvidos:

[...] Se, em Teresina, ainda não se criaram grandes jornais diários como os que circulam no Rio, S. Paulo, etc. é porque o meio é pobre e falha de iniciativas em muitos assuntos, inclusive em matéria de cultura.

Nossos jornais são, portanto, retrato da pobreza do nosso meio, mas nem porisso [sic.] deixam de ser úteis, apesar das suas deficiências. Se dois ou três se extravasam em excessos de linguagem em virtude da carregada atmosfera política do Estado, “O Dia” e a “Folha da Manhã”, por exemplo, usam da linguagem moderada e estampam artigos instrutivos e de interesse público, sendo que o primeiro a todos sobreleva pela feição gráfica e independência de atitudes (Silva, Cunha. Existe imprensa em Teresina. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 738, p. 4, 17 jan. 1960).

Em 1960, o jornal *Folha da Manhã* era o único diário de Teresina. Os demais jornais circulavam uma, duas ou até três vezes por semana, variando o número de páginas entre eles. É verdade que a política era o tema preferido dos impressos de Teresina, entretanto não era o único. Os periódicos já apresentavam nova feição gráfica, diversidade temática, colunas sociais, colunas esportivas, notícias de correspondentes nacionais e internacionais, o que de alguma maneira demonstrava que caminhavam na esteira do modelo de jornalismo industrial.

Na matéria “Existe imprensa em Teresina”, Cunha e Silva destacou *O Dia* e *Folha da Manhã* como os jornais que mais se aproximavam do jornalismo moderno, “sobrelevando”, palavra que ele mesmo usou, o primeiro pela feição gráfica e independência. Para Cunha e Silva, a *Folha da Manhã*, assim como *O Dia*, fazia uso de uma linguagem moderada e editava artigos instrutivos. Visão nem sempre reiterada ou ratificada por outros jornalistas da mesma empresa, a exemplo de Thélío Mattos, Desidério Quaresma, Claudius, dentre outros que, em 1960, consideravam que a *Folha da Manhã* praticava um jornalismo “ruim”, “sectarista”, como será discutido mais à frente.

De 1959 a 1962, a redação de *O Dia* deu visibilidade para matérias que tratavam sobre a imprensa política partidária de Teresina e ao mesmo tempo buscava definir o seu dever social e o papel dos jornalistas junto ao público leitor. A primeira questão observada no jornal *O Dia* foi a definição do dever social da imprensa. Partindo desse princípio, em 11 de junho de 1959, Desidério Quaresma defendia que a função social da imprensa era tratar assuntos da vida social e de interesse da coletividade. Sendo cátedra e tribuna, o jornal deveria apresentar comentários, divulgar notícias, instruir, educar e orientar a opinião pública. Caberia ainda ao jornal e ao jornalista condenar o erro, proteger as boas causas, denunciar os abusos, as mazelas e os crimes que ocorriam na sociedade, mesmo quando envolvessem pessoas ricas e poderosas. Não poderia a imprensa silenciar e nem guardar conveniências de atos condenáveis, pois “[...] até o jornal estritamente político não se deve desinteressar pelos problemas do povo e pela defesa dos sadios

princípios de moralidade pública e privada [...]” (Quaresma, Desidério. O dever social da imprensa. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 675, p. 6, 11 jun. 1959).

Através do discurso autorreferencial, os redatores de *O Dia* traçaram estratégias de negociação da autoridade jornalística e seu poder de fala. Segundo Lopes ([s.d.], p. 3), os jornalistas se autorreferenciam na mídia para reforçar valores e expor características do seu trabalho, bem como se colocar em oposição a outros grupos a fim de reforçar sua autoridade na luta pelo sentido da profissão e de sua identidade por meio da difusão de uma certa imagem para a sociedade. Acrescenta-se ao exposto, que a autorreferencialidade jornalística coloca em discussão as regras, as disputas de sentido e a busca por legitimidade do discurso jornalístico enquanto uma verdade que se engendra pelas distintas maneiras de reportar os acontecimentos e a percepção de si mesma no jogo do/pelo poder.

Ao falar de suas operações e até de si mesmo, Desidério Quaresma definia o jornal como “trincheira do povo”. Quando bem orientado, o jornal deveria ser veículo de princípios e de ideias para formar a mentalidade da sociedade. Não deveria se render às conveniências políticas e partidárias, mas, ao contrário, necessitaria priorizar a crítica seja ela a quem fosse porque o jornalista assumia a missão mais sublime que existe, qual seja: a de instruir a população, levando luzes para os acontecimentos mais remotos e não silenciando frente a qualquer assunto que merecesse ser de conhecimento do público.

Daí a importância do jornal *O Dia* para a sociedade piauiense e teresinense, reitera Desidério Quaresma, uma vez que a direção e a redação se colocavam a favor das causas populares e abrigavam em suas páginas “todo e qualquer” acontecimento por meio de uma linguagem candente. Advogando por um jornalismo voltado para a coletividade, Desidério Quaresma recomendava aos jornalistas que, “[...] quem escreve em jornal, mesmo que receba remuneração, deve ter o olhar dirigido para o bem público. Esconder patifarias praticadas pelos poderosos e ocultar crimes cometidos por quem quer que seja não é procedimento de um bom jornal. E é por esta razão que louvamos a corajosa orientação do jornal ‘O DIA’” (Quaresma, Desidério. O dever social da imprensa. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 675, p. 6, 11 jun. 1959).

Como todo e qualquer texto publicado em jornais, o artigo assinado com o pseudônimo de Desidério Quaresma não foi escrito sem intenções. Pode-se apontar que um dos objetivos do redator era colocar o jornal *O Dia* num lugar de destaque da imprensa teresinense, na medida em que pautava assuntos de interesse do povo sem temer retaliações. Por isso, Desidério Quaresma finalizou o artigo apresentando o órgão e, por conseguinte, seus jornalistas como profissionais destemidos no exercício do dever social da imprensa. Logo, não se calavam. Não silenciavam acontecimentos. Não se rendiam à filiação partidária no momento da escrita dos

seus editoriais. Trata-se de um jornal que se coloca a serviço da coletividade. É trincheira. É tribuna. É cátedra.

Nessa esteira, na edição de 21 junho de 1959, Cunha e Silva publica o artigo “O jornalista tem o dever de ser o arauto da verdade” e expõe aquilo que considerava elemento primordial para o exercício do jornalismo. Na sua opinião, escrever a verdade é a primeira tarefa do jornalista. Se a ele não lhe fosse concedida essa função seria melhor que abandonasse a pena, pois a mentira, a falsidade, jamais poderia ocupar o lugar da verdade jornalística.

Facultar e/ou macular a verdade no jornalismo, segundo Cunha e Silva, poderia ser feita de várias formas no ato da produção da notícia, como, por exemplo; usar termos de duplo sentido ou confusos; adotar uma linguagem adocicada, reticenciosa e elogiosa; empregar de circunlóquios, meias-palavras e, até mesmo, silenciar acontecimentos, nomes e personalidades. Para Cunha e Silva, “[...] quem escreve para o público tem a obrigação de ser verdadeiro em suas informações e críticas e de não usar de linguagem crivada de equívocos e expressões ambíguas [...]”, ao tempo em que também repudiava a calúnia na imprensa, vista como “[...] repulsiva. Caluniar é roubar a honra alheia. É justa a punição contra o caluniador. Outra coisa é se afirmar o que é certo, o que é indigno, o que é errado, doa a quem doer” (Silva, Cunha e. O jornalista tem o dever de ser o arauto da verdade. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 678, p. 6, 21 jun. 1959).

A redação do jornal *O Dia* defendia que a prática da crítica na imprensa deveria ser sim realizada, desde que não fugisse da ética e dos princípios sadios da boa moral e do decoro. No caso de críticas direcionadas ao governo, seja ele qual for, rege que deveriam ser direcionadas para os atos públicos que feriam as leis e o interesse da coletividade. As críticas que se voltam para a vida íntima, para a despersonalização de político frente à opinião pública ou as que fazem ataques de baixo calão às autoridades não poderiam ser mais aceitáveis, por desrespeitar as práticas do povo civilizado e do conteúdo aceitável dentro do seio familiar.

Ainda de acordo com a redação do jornal *O Dia*, “criticar é um dever de toda imprensa independente ou de oposição. Mas a crítica deve ser feita de modo a convencer os leitores, e não somente com o intuito de descompor, pois assim demonstra despeite evidente” (Oposição desvairada. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 663, p. 1, 30 abr. 1959). O trecho em destaque foi publicado na matéria “Oposição desvairada”, de 30 de abril de 1959, como mais uma proposição da regra de produção do discurso jornalístico, quer para a imprensa independente, quer para a de oposição, quer a da situação, de acordo com o lugar de cada jornal no jogo político partidário. No entanto, a regra proposta nesta matéria estava direcionada para o *Jornal*

do *Piauí*, que, em 1959, passou a ser oposição ao governador petebista Chagas Rodrigues, eleito em 1958 pela “Oposições Coligadas PTB-UDN”.

Em 05 de dezembro de 1959, Claudius assinou a matéria “Horror a responsabilidade” tecendo críticas ao *Jornal do Piauí* e a imprensa teresinense como um todo pelo mau hábito de omitir de seus cabeçalhos os nomes dos verdadeiros dirigentes, apresentando no seu lugar o nome de uma figura fictícia da bancada do partido, como o nome de deputados estaduais ou federais ausentes, para não responder penalmente pelos delitos da linguagem. Na sua avaliação, essa prática demonstrava falta de ética na imprensa e de coragem de parlamentares que verdadeiramente dirigiam e/ou escreviam para jornais.

Para Claudius, os redatores dos jornais da situação e da oposição deveriam “assumir a responsabilidade pessoal do que escrevem e publicam”, já que na democracia lhe é assegurada a liberdade de pensamento e de expressão através da imprensa. Nenhum redator poderia se esconder atrás do nome dos partidos políticos, de senadores ou de deputados que dirigem o jornal para os quais escrevem, a fim de ficarem impunes quando abusassem do exercício da liberdade de imprensa, conforme previsto na Lei de Imprensa de 1953.

A reclamação de Claudius em relação ao *Jornal do Piauí* se dava porque no seu expediente não havia nomes dos responsáveis pela direção e redação. Havia somente a identificação da Bancada Pessedista como responsável⁴⁶ pelo conteúdo publicado no jornal e que “os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores” (**Jornal do Piauí**. Teresina, ano VII, n. 610, p. 1, 10 jul. 1958). No entanto, apesar de Claudius reivindicar a exposição do nome dos responsáveis pelo jornal no cabeçalho ou no expediente para que pagassem pelos possíveis delitos de imprensa, a Lei de Imprensa de 1953 não exigia isso. O que a Lei de Imprensa de 1953 determinava era a obrigatoriedade do registro em cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de jornais, periódicos ou oficinas impressoras pertencentes a pessoas físicas ou sociedades. No ato do registro, deveriam ser apresentadas a documentação com a declaração de nome, nacionalidade e residência do(s) diretor(es), redator(es)-chefe(s), dono da oficina, gerente, por exemplo. Sobre os responsáveis pelos delitos de imprensa, respondia em primeiro lugar o autor do escrito; na falta de sua identificação responderia, sucessivamente, o diretor ou diretores, o redator ou os redatores-

⁴⁶ Em 1958, o *Jornal do Piauí* não apresentava os nomes dos responsáveis pela redação e direção do órgão. Em 1959, ano em que Claudius critica esse comportamento na imprensa, não é possível afirmar que o *Jornal do Piauí* continuava sem fazer referência aos nomes dos responsáveis porque não foram encontradas suas edições para a pesquisa. Nos anos 1960, por sua vez, já se pode verificar uma mudança, na medida em que consta no cabeçalho do jornal o nome do Diretor Comercial, Edson Rocha, ao lado da identificação do jornal como “órgão da Bancada do PSD” (**Jornal do Piauí**. Teresina, ano IX, n. 781, p. 1, 3 jan. 1960).

chefes do jornal ou periódico. Mesmo com base nesses critérios legais que previa punição para os responsáveis pelos delitos de imprensa, Claudius finalizava a matéria “Horror à responsabilidade” com um tom ameaçador, informando que, na impossibilidade de acionar a justiça por falta do(s) verdadeiro(s) responsável(is) pelo texto publicado, restava “[...] seguir o conselho de Getúlio e fazê-la com as próprias mãos!”.

A reclamação de Claudius sobre o comportamento de jornalistas se esconderem atrás do nome do partido ou de parlamentares foi também levantada por Simplício de Sousa Mendes anos depois. Em 9 de agosto de 1961, Simplício de Sousa Mendes publicou na coluna “Televisão” o texto “Imunidades parlamentares” denunciando que deputados estaduais do Piauí usavam o mandato para acobertar ou se responsabilizar por outrem pelos crimes de injúria, calúnia e difamação à honra alheia através da imprensa. Tais parlamentares faziam isso porque a própria Constituição do Estado do Piauí previa a imunidade dos deputados estaduais, a exemplo do Art. 50 que definia que “os deputados são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos” e do Art. 31 que estabelecia: “Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante delito em crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembléia [sic.]. Esta imunidade é extensiva ao suplente imediato do Deputado em exercício” (Mendes, Prof. Simplício de Sousa. Televisão. Imunidades Parlamentares. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.044, p. 3, 9 ago. 1961). Analisando a situação sob o ponto de vista jurídico, Simplício Mendes equipara os artigos 50 e 31 da Constituição Estadual do Piauí aos respectivos artigos 44 e 45 da Constituição Federal⁴⁷ para, então, considerar inoperante e proibida a atividade normativa do Estado que prevê a imunidade a deputados para além da tribuna da Câmara como um direito constitucional. Baseado pela Constituição de 1946, Simplício Mendes denunciava que “as liberdades parlamentares não pode[ria]m extravasar do recinto das Assembleias, para permitir-lhes tais excessos ou abusos das prerrogativas do mandato legislativo”.

Segundo *O Dia*, em 1959, o *Jornal do Piauí*, como “órgão da Bancada do PSD”, se comportava de forma inexperiente em fazer oposição à UDN e PTB pela imprensa. Na condição de órgão oposicionista, pecava na linguagem e com o dever social da imprensa, como destacava o jornal *O Dia*, ao avaliar que:

⁴⁷ BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (De 18 de Setembro de 1946). Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

[...] a crítica pode ser feita sem melindres pessoais e sem ofensas de baixo calão, porque o objetivo de quem analisa os atos e atitudes dos políticos deve ser o de mostrar a sem razão desses atos e atitudes. Deixar de lado o terreno das idéias e ocupar-se tão somente das retaliações pessoais, parece demonstrar por si mesmo que não encontrou nada de criticável no terreno das idéias, e por isso é que descamba para o terreno do xingamento. Então o jornal está apenas contra a pessoa do político, e não ao seu proceder e atitudes no cenário político. [...] Oposição tem que ser feita a serviço do povo e contra aqueles que o desselvem [sic.], porque a opinião pública ficará sempre ao lado do órgão oposicionista. [...]. (Oposição desvairada. **O Dia**. Teresina, 30 abr. 1959, ano IX, n. 663, p. 1).

Sobre a matéria “Oposição desvairada”, em destaque, vale salientar que a redação de *O Dia*, ao falar da prática jornalística do *Jornal do Piauí*, demarcava as fronteiras do tipo de jornalismo que levava ao seu leitor. A partir do momento que colocava a posição de jornalismo independente e de oposição, atribuía para si o papel da crítica de forma adequada aos governantes. Desde que foi criado, em 1951, o jornal *O Dia* fez a autodefesa de órgão independente, embora os indícios do partidarismo tenham ficado materializados em seus discursos que mudavam de acordo com o momento político, as relações partidárias e os interesses do seu dono, Raimundo Leão Monteiro.

Afirmar-se como independente frente a uma imprensa teresinense e piauiense ainda vinculada aos partidos políticos e utilizada como arma na defesa dos interesses de quem a financia era uma marca do jornal *O Dia*. Esta defesa se fazia na busca de credibilidade e na luta pelo poder simbólico no qual os jornais enfrentavam entre si por meio do discurso jornalístico. Ao tempo em que *O Dia* apontava que o *Jornal do Piauí* era “órgão inexperiente em fazer oposição”, delegava para si a experiência e o saber fazer oposição de forma “correta” e “honesto”, atuando no campo das ideias e não por meio de xingamentos, ofensas de baixo calão, retaliações pessoais, melindres pessoais etc. Significava ainda autoafirmar seu lugar no campo do jornalismo ético, moral e de interesse da coletividade, ao publicar críticas que concernem para falhas de governantes que não atentam para as leis e os interesses da coletividade.

A questão da ética jornalística foi frequentemente pautada pela redação de *O Dia*. Em agosto de 1959, mais de uma vez o jornal se valeu dessa prerrogativa para colocar em xeque a atuação e o discurso jornalístico do *Jornal do Piauí*, como estreante da imprensa oposicionista naquele ano. Através da veiculação da matéria “Ética jornalística”, em 06 de agosto de 1959, a redação de *O Dia* voltou a apontar o que considera princípio básico da regra jornalística para desqualificar o *Jornal do Piauí*, denominando-o de órgão da bancada pessedista, consequentemente, de posição partidária contrária ao chefe do executivo estadual, Chagas Rodrigues.

Em agosto de 1959, o jornal retomava a discussão na qual compete ao jornalista no exercício da profissão fazer a crítica “honesta” e “respeitosa” quando da análise dos fatos. No caso da oposição jornalística, a redação de *O Dia* considerava que ela era um dos instrumentos mais importantes da sociedade por se dedicar à crítica e à denúncia de fatos desconhecidos e das anormalidades da administração pública. Entretanto, para isso, não poderia abdicar-se da ética, que, para o jornal, constituía fazer a crítica sem que atingisse a moral e a idoneidade do governante, bem como não incumbiria publicar fatos íntimos que confundissem a vida do homem público com a da pessoa física. Em outras palavras, a crítica da imprensa a todo governante era válida e necessária desde que seguisse os princípios da ética jornalística concebida pela redação de *O Dia*.

Ainda que já existisse um código de ética profissional dos jornalistas desde 1949 (Christofoletti, 2006), os redatores de *O Dia* definiam os códigos do comportamento da imprensa pelo discurso autorreferencial. Dentre os princípios básicos do jornalismo ético construídos pelo jornal *O Dia* encontra-se a seguinte prescrição:

[...] Os responsáveis pelos jornais que veiculam notícias atentatórias à moral, que denunciam supostas irregularidades, de maneira alarmante e escandalosa, que taxam os governantes de epítetos constantes de baixo calão empregado pelas escórias das sociedades, credenciam-se a cair no descrédito público, como também perpetraram crimes previstos na Legislação Brasileira.

Infelizmente o órgão oposicionista “Jornal do Piauí”, que tem como responsável a bancada pessedista, teria adotado um clima de confiança ao Governador do Estado e durante muito tempo se manteve alheio às críticas construtivas até mesmo quando o sr. Governador pretendeu hostilizar o Poder Judiciário, incorrendo num grande erro e dando prova cabal de falta de habilidade para conduzir a coisa pública. O jornal da bancada pessedista, agora, achou por bem traçar uma esquisita maneira de proceder – abriu as suas baterias contra a vida particular do Governador Chagas Rodrigues pretendendo achincalhar e levar a execução pública o primeiro magistrado do Estado.

Não somos defensores do Sr. Chagas Rodrigues; ao contrário, desde o início do seu governo temos feito severas críticas e apontado graves erros político-administrativos. Esta atitude nossa não tem outro objetivo a não ser o de defender o direito e o interesse do nosso povo.

Toda liberdade tem seu limite. E toda notícia tem seu responsável.

Críticas destrutivas são apenas desagregadoras e não auxiliam os trabalhos dos que desejam proporcionar uma situação compatível e estabilizada.

A imprensa deveria tornar-se mais comedida, mais respeitosa e usar de acato à dignidade humana (Ética jornalística. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 691, p. 3, 6 ago. 1959).

Novamente, o jornal *O Dia* se colocava no papel de ditar as normas do jornalismo ético. Pontuar o que considerava defeito da imprensa oposicionista foi uma estratégia da direção e da

redação de *O Dia* para avaliar os jornais de Teresina e apresentar os seus possíveis erros. Ocorre que ao fazer a crítica ao outro, não se permitia também o exercício da autocrítica. Na busca de demarcar fronteiras entre as linhas editoriais e, sobretudo, evidenciar a linha de independência política e partidária do órgão, a direção e a redação de *O Dia* destacavam possíveis crimes cometidos pelo *Jornal do Piauí* que ele também fazia, a exemplo da utilização de epítetos para o governador, da publicação de possíveis escândalos da administração estadual e do emprego de termos de baixo calão e de adjetivos que, direta ou indiretamente, envolviam tanto o homem público quanto a pessoa física de Chagas Rodrigues.

Em 1959, o jornal *O Dia* afirmava que não era movido pela “paixão partidária” da qual já conseguiu se libertar. O que fazia na imprensa, segundo o jornal, era defender os interesses da coletividade e desejar bom êxito à administração de Chagas Rodrigues, embora, para isso, tivesse que lhe escrever severas críticas e apontar seus erros políticos e administrativos. Nesta função, a direção de *O Dia* se autoinstituía como jornal independente, quer quando comparado ao *Jornal do Piauí*, que é denominado de jornal da bancada pessedista; quer no momento de avaliar a ação do jornal *Folha da Manhã*, visto como jornal oficioso do governo udeno-petebista.

Parecido com o *Jornal do Piauí*, que foi criado em 1951 por políticos ligados ao PSD, o jornal *Folha da Manhã* surge em 1958, tendo como proprietário Marcos Parente, da UDN. Os dois defendiam uma linha editorial de imparcialidade da vinculação partidária dos seus proprietários e redatores, mas na prática acabavam sendo instrumentos de defesa dos interesses dos correligionários que os financiam. No caso da *Folha da Manhã*, estreante na imprensa piauiense, em comparação aos jornais *O Dia* e *Jornal do Piauí*, criados em 1951, a *Folha da Manhã* apresentava-se como moderno sendo, em 1958, o primeiro jornal diário do Piauí.

Como pertencia ao udenista Marcos Parente, o jornal *Folha da Manhã* esteve na mira dos jornalistas de *O Dia*, da mesma forma que o *Jornal do Piauí*, não poupando esforços para a leitura dedicada de suas edições e a devida análise e crítica da prática jornalística lá feita. O primeiro aspecto que chama a atenção da análise que o jornal *O Dia* faz da *Folha da Manhã* é sobre o lugar que ele ocupa na imprensa piauiense dentro do jogo político partidário, sendo qualificado como “jornal oficioso” por prestar serviço ao governador Chagas Rodrigues na defesa de sua administração.

A denominação de jornal oficioso ao governo do Estado atribuído ao *Folha da Manhã* decorre da criação do órgão por correligionários da UDN, da sua atuação em 1958 na campanha eleitoral das Oposições Coligadas (UDN-PTB) e em 1959, pelo menos inicialmente, na defesa do governador Chagas Rodrigues, eleito pela coligação udeno-petebista.

Na edição de 15 de setembro de 1959, Claudius não descansou a pena para desqualificar o jornalismo da *Folha da Manhã* na matéria “O Deus da imprensa moderna”. Em primeiro lugar, considerou que o órgão fugia da função fiscalizadora da imprensa por não escrever uma só linha criticando o governador Chagas Rodrigues. Antes, agia como “jornal sectarista” e, ao se comportar assim, “envenena a opinião pública”. Em segundo lugar, Claudius rotulava a *Folha da Manhã* como “o pior jornal” e, mesmo funcionando como uma “imprensa ruim”, segundo ele, pretendia dar lições de ética jornalística e ditar as regras da imprensa moderna.

Sob o título “O Deus da imprensa moderna”, Claudius escreveu longa matéria questionando a redação do jornal *Folha da Manhã* pela pretensão de oferecer regras da prática jornalística moderna, enquanto ela mesma se comportava na imprensa local com sectarismo desenfreado. Com isso, criticou o jornalista Álvaro Ferreira⁴⁸ que, por meio do jornal *Folha da Manhã*, quis ditar aulas de ética jornalística ao dizer que não cabia mais na imprensa moderna a crítica aos governantes por meio da colocação do humor, da anedota, da pilhéria ou da blague, como faziam os jornalistas do Piauí.

Para Claudius, a observação feita por Álvaro Ferreira, que recebe o epíteto de “Deus da imprensa moderna”, estava equivocada, pois a crítica estabelecida com uma linguagem severa, “castigadora”, assim como pelo humor e ironia não era uma particularidade da imprensa piauiense, mas de uma prática jornalística nacional e internacional, como pode ser observado no trecho a seguir:

[...] É privilégio da imprensa piauiense este modo de criticar? Não. Abram-se os grandes jornais do Rio de Janeiro e todos eles arremetem com o sarcasmo contra as figuras dúbias, incompetentes, frouxas de autoridade, ambiciosas da política, da administração e até da literatura nacional. Não fôra o riso, a galhofa e não existiria uma das mais sérias publicações dêste país que é a “Carêta”, órgão de mais de 40 anos de existência, elogiado por uma elite intelectual e que possui os seus colaboradores membros da Academia Brasileira de Letras.

Não se diga também que o apelido é uma característica da imprensa piauiense. Os Estados Unidos, no auge das campanhas eleitorais, costumam apelidar, através de sua imprensa, os seus melhores homens públicos. Getúlio Vargas foi o *Velho*, *Gegê* para a imprensa carioca. Jânio, para Macedo Soares, é um *louco*. O saudoso Rafael escrevia General Lott assim: *generalote*. Amaral Peixoto, por se ter casado com D. Alzira, foi e é apelidado pela imprensa do Rio, a mais culta do país, de Alzirão. A revista *O Cruzeiro* chama, com todas as letras, de *galinha verde* ao Sr. Plínio Salgado e, criticando Ferrari, desenha

⁴⁸ Formado em Odontologia pela Universidade da Bahia. Foi diretor e professor de vários colégios públicos de Teresina. Como jornalista trabalhou em vários órgãos de imprensa de Teresina, dentre eles: *O Piauí* (1943), *Jornal do Comércio* (1947), *Estado do Piauí* (1958), *Folha da Manhã* (1958). Presidiu a Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí (GONÇALVES, 2003, p. 160-161).

um boneco de *mãos limpas* mas com 7 dedos em cada mão, para lembrar o apelido de *Sete Dedos* dado a um dos mais perigosos ladrões da terra carioca. Não fosse a verve, a galhofa, a ironia, o talentoso Eurípedes de Aguiar, não teria feito imprensa. Aí estão vivos os nomes de Bode Melado, Gasolina, João Grumete e tantos outros nomes com que a oposição de 1945, no Piauí, traduzia o espírito das ruas.

Assim tem sido a imprensa de tôdas as nações civilizadas, em todos os tempos. Feio, na imprensa, é buscar nas pessoas criticadas fatos íntimos da sua vida particular. Os jornais não podem transcrever dívidas alheias, nem podem apregoar o que os cidadãos almoçam ou deixam de almoçar em suas residências. Mesmo fatos que são particulares mas se integram na personalidade do homem público podem ser denunciados. [...]. Aqui a vida particular se integra na vida pública. [...]. (Claudius. O Deus da imprensa moderna. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 702. p. 1, 15 set. 1959).

Para Claudius, o humor, da mesma forma que o uso da ironia, do sarcasmo e da linguagem severa não só foram integrados ao jornalismo moderno, como também se tratava de técnicas utilizadas por jornalistas reconhecidos nacionalmente, como Carlos Lacerda e Alberto Deodato, que imprimiram um modo personalizado de escrever na imprensa e criaram uma identidade por meio do discurso jornalístico. Tais jornalistas, no que lhe diz respeito, faziam a crítica valendo-se de uma linguagem severa e castigadora e não abdicavam do humorismo e da sátira para alcançar seus objetivos na imprensa, que “[...] tem o dever de auscultar os anseios coletivos para expô-los e criticar os que, no uso do poder, fazem a eles ouvidos de mercador” (Claudius. O Deus da imprensa moderna. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 702. p. 1, 15 set. 1959).

Verifica-se que na matéria “O Deus da imprensa moderna”, Claudius se apresentava como conhecedor da imprensa e, de forma comparativa, defendia que a piauiense se encontrava em pé de igualdade com as práticas jornalísticas modernas e desempenhadas pelos grandes jornais cariocas e norte-americanos. Portanto, apelidar governantes e fazer galhofa na imprensa no final dos anos 1950 não se tratava de uma prática antiquada dos jornalistas de Teresina, mas uma técnica que continuava fazendo parte do *modus operandi* da notícia, ainda que o novo jornalismo fosse reivindicado como regra para a produção da notícia na segunda metade do século XX.

Ao tempo em que defendia a manutenção de certas práticas do jornalismo opinativo e ideológico na imprensa, em 15 de setembro de 1959, Claudius reivindicava igualmente a adoção de certas regras do novo jornalismo na imprensa piauiense, quando se refere à utilização de adjetivos e o cuidado com a gramática. A observação feita por Claudius tem o propósito de criticar diretamente o jornal *Folha da Manhã*, considerado como imprensa oficiosa e que, segundo ele, “usa e abusa de uma adjetivação melosa e adúladora”, em especial nas matérias

que tratam do governador Chagas Rodrigues, assim como escreve textos com sérios erros de acentuação.

A chamada para as novas técnicas de produção da notícia em detrimento do modo de produção característico do jornalismo político vinha do interesse de conter o sensacionalismo, a teatralização do político e, com isso, ganhar a credibilidade dos jornais junto aos leitores (Lage; Faria; Rodrigues, 2004, p. 140). Os jornais investiam no discurso da mudança das regras de redação como essenciais para controlar as paixões e o ímpeto polemista do jornalista. No lugar do excesso de palavras da imprensa política, calcada nos arroubos da oralidade do campo político e literário, exigia-se a linguagem enxuta de caráter informativo. Adjetivos e metáforas foram considerados perniciosos para os textos jornalísticos, uma vez que contribuía para a manutenção da carga emotiva que alimentavam e sustentavam as polêmicas e as críticas virulentas e agressivas. As restrições do código linguístico foram reivindicadas como regra fundamental da produção da notícia, como apontou Claudius. Entretanto, ao definir o jornalismo da *Folha da Manhã* em contraposição ao que se fazia em *O Dia*, Claudius empregava adjetivos, metáforas, dentre outros recursos linguísticos e gramaticais condenados pelo novo modelo de jornalismo.

Para atacar o sectarismo do jornal *Folha da Manhã* e definir a linha de independência de *O Dia* no jogo político partidário, Claudius define o conceito de imprensa que ele exerce da seguinte forma: “[...] onde houver uma conspiração de direito, aí estará o jornal e o jornal severo, ou irônico ou sarcástico, jamais o obscuro. Não pode haver imprensa onde em todos os fatos se coloca o sectarismo aviltante, que faz do homem consciente um escravo das paixões” (Claudius. O Deus da imprensa moderna. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 702. p. 1, 15 set. 1959).

Na edição de 24 de setembro de 1959, Thélío Mattos assina o artigo “Imprensa e corrupção da inteligência” e retoma alguns pontos já levantados por Claudius, a exemplo do sectarismo do jornal *Folha da Manhã* e do desrespeito às regras gramaticais na produção da notícia. De acordo com Thélío Mattos, a *Folha da Manhã* “deseduca” seus leitores e foge da compreensão do jornal moderno ao publicar textos repletos de erros ortográficos e de acentuação que se apresentam como “ofensas baixas a gramática”.

A matéria de Thélío Mattos ocupa quase meia página da capa e se estende na página três do jornal *O Dia* de 24 de setembro de 1959, como pode ser visualizado na Figura 8, e detalhadamente transcreve tudo o que encontrou de palavras sem acentuação ou com a grafia errada no jornal *Folha da Manhã* e as corrige uma por uma. Mais que trazer cada palavra corrigida por Thélío Mattos, aqui interessa entender que a chamada de atenção que ele fez aos

erros ortográficos e gramaticais tinha a intenção de desqualificar a direção e o jornal *Folha da Manhã*, que era visto por ele como um “desserviço para a sociedade”.

Figura 8: Matéria “A imprensa e a corrupção da inteligência” publicada na capa do jornal *O Dia* de 24 setembro de 1959.



Fonte: *O Dia*. Teresina, ano IX, n. 705. p. 1, 24 set. 1959.

Partindo da ideia de que “o jornal é o espelho da língua”, Thélío Mattos reforçava que a imprensa deveria zelar pela boa grafia das palavras e pela clareza da escrita ao dar publicidade aos acontecimentos. E adverte que a direção de qualquer jornal, sobremaneira, necessitava cuidar da linguagem adequada e correta para não corromper a inteligência dos seus leitores.

Na avaliação que faz da atuação do jornal *Folha da Manhã* em 1959, Thélío Mattos apontou que a direção e seus redatores não tinham dado continuidade a proposta defendida pelo seu fundador Marcos Parente, que via a imprensa como uma “[...] uma instituição social que vise a nobilitante papel educacional” (Mattos, Thélío. *A imprensa e a corrupção da inteligência*. *O Dia*. Teresina, ano IX, n. 705, p. 1, 24 set. 1959). Ao contrário, o jornal *Folha da Manhã*, denominado de “o jornal do Sr. Joaquim Parente”, sob a direção de Araújo Mesquita, maltratava

o raciocínio de seus leitores com erros e tolices; e mesmo contando com uma boa equipe de jornalistas, repórteres e colaboradores fazia uma “imprensa ruim”:

[...] Com *equipe* dêste naipe a Direção do jornal ainda faz imprensa ruim, mas nenhuma culpa cabe aos ilustrados confrades acima. A culpa é do ranço editorial, da orientação sectarista, da bajulação aos poderosos, da desconsideração que o jornal tem às ideias alheias. A direção exerce *censura* mais forte do que a do Lourival Fontes. Nem o governador Chagas Rodrigues é mais *chaguista* e *sectarista* do que o jornal do Sr. Joaquim Parente. Ali a função da Direção e do principal redator (artigo de fundo) é odiar a própria imprensa da terra. Em razão de tudo isto, o Sobreira, com a inteligência que Deus lhe deu continua a dizer:

– A imprensa do Piauí sempre foi ativa e independente, mas a “Folha da Manhã” atingiu o mais alto grau de subserviência, defendendo o indefensável. É verdade. Quando a gente pensava que a Direção ia fazer jornal, o jornal derivou para o *sectarismo* aviltante, rebaixador da personalidade humana. “Folha da Manhã não é órgão partidário, é órgão apaixonado, cultivador do *incenso*, da bajulação grosseira. A torrente de erros ali é da própria direção, que tudo quer consertar nos outros, pois a Direção ali é censora e censora terrível. E como falta inteligência aos que exercem a censura totalitária, o órgão sai do jeito que sai (Mattos, Thélío. A imprensa e a corrupção da inteligência. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 705, p. 3, 24 set. 1959, grifos do autor).

O trecho em destaque acima remete diretamente ao diretor do jornal *Folha da Manhã* de 1959 e outras questões que merecem ser analisadas em detalhe. Primeiro ponto, carece de esclarecer que, em 1959, a direção do jornal *Folha da Manhã* estava ocupada pelo jornalista Araújo Mesquita, que também era presidente do Sindicato dos Jornalistas do Piauí. Thélío Mattos responsabilizava Araújo Mesquita pelos problemas ortográficos e de acentuação, bem como pelo sectarismo apaixonado que transformava o jornal *Folha da Manhã* num panfleto de bajulação do governador Chagas Rodrigues, do partido udenista e de Jânio Quadros. Fazer da imprensa panfleto, complementava Thélío Mattos, era rebaixar o papel da imprensa de fazer uma crítica apurada e desinteressada dos acontecimentos políticos e das ações dos governantes que não cumpriam com as suas obrigações no cargo. Era tornar a imprensa mero instrumento da paixão que cega a análise dos fatos. Para Thélío Mattos, órgão partidário não poderia ser confundido com órgão apaixonado.

Segundo ponto a ser ressaltado da matéria de Thélío Mattos é o papel de censor atribuído ao diretor do jornal *Folha da Manhã*, Araújo Mesquita. Comparado a Lourival Fontes⁴⁹, que dirigiu o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) no Estado Novo, Araújo

⁴⁹ Ministro da propaganda de Getúlio Vargas e diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), no período de 1934 a 1952, que tinha como finalidade estudar e controlar os meios de comunicação de massa para a promoção da propaganda estadonovista.

Mesquita foi acusado de fazer censura no jornal *Folha da Manhã*, em 1959, num momento em que o Brasil vivia uma democracia e de liberdade de imprensa. A pecha de censor imputado ao diretor Araújo Mesquita pelo articulista Thélío Mattos se explica pela “expulsão” do jornalista Simplício de Sousa Mendes da redação de *Folha da Manhã* após ter escrito para sua coluna “Televisão” um texto contrário à candidatura de Jânio Quadros, em 1959, como será discutido no capítulo 4.

O que se sabe também através da análise das matérias publicadas no jornal *O Dia* é que as divergências entre jornalistas e proprietários/diretores ocorreram não apenas no jornal *Folha da Manhã* como, do mesmo modo, em outros órgãos de imprensa, a exemplo do *Jornal do Comércio*. Em 01 de junho de 1962 foi editada a matéria “Duas explicações” com a transcrição de uma carta do jornalista Osvaldo Lobão Veras Filho endereçada a Leão Monteiro e, na sequência, a resposta de José Piauiense, colaborador do jornal *O Dia* e responsável pela coluna “Isso realmente aconteceu”⁵⁰.

Na carta, Osvaldo Lobão Veras Filho acusa José Piauiense de ter publicado informações equivocadas sobre a sua saída do *Jornal do Comércio*, ao assegurar que o diretor do órgão, Bento Clarindo, por ser do PTB, não havia lhe apoiado na orientação da candidatura de Petrônio Portela, possível candidato da UDN para governador do Piauí nas eleições de 1962.

De acordo com Osvaldo Lobão Veras Filho, o motivo de ter deixado a redação do *Jornal do Comércio* não se deu por razões políticas, mas de “ordem inteiramente particular”, explicação dada para negar a existência de divergência política e justificar que sua saída aconteceu de “livre e espontânea vontade”. Ainda em sua defesa, Osvaldo Lobão Veras Filho acrescenta que não era político e nem implantou no *Jornal do Comércio* normas de orientação a favor de qualquer candidato à Prefeitura de Teresina.

Após a transcrição da carta do jornalista Osvaldo Lobão Veras Filho, o colaborador José Piauiense, que foi citado e era o responsável pela coluna “Isso realmente aconteceu” no jornal *O Dia*, redigiu um texto contestando alguns pontos. Primeiramente, José Piauiense fala da sua posição de jornalista que busca sempre levar ao leitor notícias resumidas de fatos acontecidos, bem como informações escritas com clareza, sendo real, honesto e sincero na imprensa. Em seguida, José Piauiense esclarece que não disse que o jornalista Osvaldo Lobão Veras Filho

⁵⁰ A desavença entre os dois pela imprensa inicia em 18 de maio de 1961, data da edição em que José Piauiense escreve o tópico “Saída” na coluna “Isto realmente aconteceu”. Neste tópico consta a informação de que Osvaldo Lobão Veras Filho deixou a redação do *Jornal do Comércio* em virtude de o proprietário do órgão, Bento Clarindo Bastos, do PTB, não apoiar a candidatura de Petrônio Portela, da UDN, como defendia o jornalista (PIAUIENSE, José. Isto realmente aconteceu. *O Dia*. Teresina, ano XI, n. 877, p. 1, 18 maio 1961).

deixou a redação do *Jornal do Comércio* por coação, mas por não se sujeitar à posição do jornal que era a petebista.

José Piauiense discorda também de Osvaldo Lobão Veras Filho quando afirmou na carta não ser político, por entender que ele agia como político na imprensa e por considerar que a sua saída do jornal se deu, sim, por desacordo com a orientação do diretor Bento Clarindo, que era petebista, enquanto ele se encontrava alinhado com Petrônio Portela, da UDN:

[...] d) Como o amigo não é político desde que redigia e orientava um jornal político? Demais há diferença entre o homem *político* e o *politiqueiro*. O prezado amigo tem ideias, consciência, promove, no jornalismo, críticas, pode proclamar a dignidade das candidaturas, como eleitor pode escolher o *melhor* – e ainda se proclamar *apolítico*? No máximo o amigo diria que não segue partidos, é apartidário.

e) A sua carta a Bento, que desconheço, revela a polidez, a educação espiritual do confrade. Seria grosseiro que o amigo estampasse numa carta discordância política com o *velho* capitão Bento.

Em resumo, Osvaldo, a sua saída do “Jornal do Comércio” se verificou porque a sua orientação petronista⁵¹ não era a orientação atual do jornal. Louvo a sua independência e a alta compreensão das suas responsabilidades.

Meu caro, não me queira mal. Dedico-lhe amizade especial. Admiro-o pela inteligência, pelo desprendimento, pelo coração.

Venha de lá um abraço de reconhecimento: o amigo deixou o jornal, livremente, está certo, mas houve também discordância na orientação.

E incentive sempre, Osvaldo, este pobre mortal, humilde contador de cousas, que você tão bem conhece e se assina

José Piauiense (Piauiense, José. Isso realmente aconteceu. **O Dia**. Teresina, 1 jun. 1961, ano XI, n. 881, p. 4, grifos do autor).

O trecho separado acima, diferentemente de muitas outras matérias que apresentam desmentido em *O Dia*, traz uma escrita polida do colaborador José Piauiense ao contestar a carta do jornalista Osvaldo Lobão Veras Filho que, da mesma forma, solicitou retificação da informação ao diretor Leão Monteiro através de uma linguagem marcada pela ausência de agressividade e virulência. Apesar de salientar esse aspecto, a carta e a resposta dos jornalistas trazem à baila que muitos redatores da imprensa de Teresina permaneciam na redação até o momento em que as ideologias e as preferências políticas e partidárias coincidiam. Logo, todo e qualquer texto jornalístico, para ser publicado, precisa(va) passar pelo crivo do proprietário e/ou diretor ou chefe de redação.

Nos anos 1950, em Teresina, quando as relações hierárquicas dentro da redação já existiam de maneira mais nítida, respeitar a linha partidária do proprietário vinha como a

⁵¹ Referência a Petrônio Portela, então Prefeito de Teresina (1959-1962) e candidato ao governo do Estado nas eleições de 1962 pela Coligação PSD-UDN.

primeira regra. No caso de Osvaldo Lobão Veras Filho, segundo José Piauiense, no *Jornal do Comércio* ele ocupava uma função de certa importância, o de chefe da redação, e nesse papel redigia e orientava a linha editorial do órgão. Portanto, a orientação política a ser seguida num jornal não é a do chefe da redação, mas a do proprietário, a quem ele é subordinado.

A querela entre o jornalista Osvaldo Lobão Veras Filho do *Jornal do Comércio* e o colaborador José Piauiense de *O Dia* revela o quanto a imprensa de Teresina e seus respectivos redatores estavam diretamente ligados à movimentação dos partidos políticos. Em junho de 1961, o jornal *O Dia* já dava conta de noticiar as articulações para as eleições gerais de 1962 apontando as possíveis alianças e rompimentos entre os políticos, os partidos políticos e até mesmo entre os jornalistas que trabalhavam em cada órgão. Na matéria “Duas explicações”, José Piauiense sinaliza que a aliança PTB e UDN, firmada nas eleições de 1958, não aconteceria nas eleições de 1962, quando afirma que o petebista Bento Clarindo, proprietário do *Jornal do Comércio*, ainda não possuía um candidato e nem pretendia apoiar Petrônio Portela, apontado como candidato da UDN para governo do Estado.

O assunto aventado por José Piauiense na matéria “Duas explicações” volta a ser tema do jornal em 11 de junho de 1961, na matéria “Rumo Certo”, que trata sobre os “últimos acontecimentos políticos” e a possibilidade de a UDN e o PSD firmarem aliança para as eleições de 1962. Fato que se concretizou⁵².

A sucessão governamental de 1962 foi assunto da matéria “Rumo Certo”, que também serviu de instrumento para *O Dia*, novamente, falar para o leitor a posição do jornal frente as brigas dos partidos políticos e sua linha de independência:

[...] Nada temos que ver com as brigas dos partidos pois não pertencemos a nenhum deles, nem a blocos políticos. O nosso dever como homens de imprensa, é o de orientar a opinião pública para que a escolha do futuro governador recaia num homem inteligente, honesto e que esteja à altura da importante investidura a fim de que administre fora das imposições de politiqueros, procurando melhorar nossas condições financeiras para que o Piauí fique numa posição de destaque junto os demais Estados da federação. [...]. (Rumo certo. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 884, p. 3, 11 jun. 1961).

Na edição de 13 de setembro de 1959, o jornal *O Dia* publicou a matéria “Imprensa e Jornalismo” e outra vez apostilou métodos que considerava condenáveis na imprensa, a saber: a exploração de assuntos ligados a vida íntima de pessoas públicas, o escândalo, a chantagem, o xingamento. Na sua visão, são métodos condenáveis e que não contribuem para a finalidade

⁵² Após o rompimento da UDN com o PTB, em 1961, o partido se coligou ao PSD para enfrentar o candidato petebista nas eleições de 1962.

do jornal, pois o jornalismo bem orientado se preocupa em difundir a verdade, apurar os dados e respeitar as pessoas da política ou da magistratura. Não respeitando a ética jornalística, o que se faz no Piauí não é jornalismo, mas pasquim:

[...] Infelizmente, neste Estado a imprensa, no mais das vêzes é dirigida por desconhecedores do que seja um jornal. E, às vezes, os dirigentes não dispõem da cultura política e intelectual necessária, nem de um corpo de redatores capaz de escrever acetada e serenamente sóbrios assuntos que ocorrem. O resultado são as diatribes, os insultos, a lama e o aleive; são as sátiras de mau gosto, que envergonham, enodando nomes ilustres, e são, finalmente, a desmoralização para quem os escreve e para os dirigentes do jornal responsável como aconteceu agora mesmo, como caso do I.A.E.E., em que se pretendeu enxovalhar a honra do seu digno Diretor. Aliás, não se pode chamar de jornal aos órgãos de imprensa cuja finalidade é a antes aludida. Porque seria rebaixar a palavra. Jornal é jornal; PASQUIM É PASQUIM! Os que exploram os escândalos, os que atingem a vida privada de quem quer que seja, os que usam a chantagem, seja ela de que natureza fôr, para a consecução de fins excusos [sic.], porque em verdade, as notícias de tal natureza representam, geralmente, a frustração de pretensões não atendidas, não são jornalistas. São meros escrevinhadores de papel. E de papel sujo (Imprensa e jornalismo. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 703, p. 1, 17 set. 1959, grifos do autor).

Como já foi apontado no capítulo anterior desta tese, com frequência, jornais vinculados a um partido recebiam do outro a pecha de pasquim como uma forma de diferenciação do jornalismo sério, ético e que prezava pela verdade dos fatos e não pela paixão política. Comparar um jornal a pasquim significava que o mesmo agia como panfleto político, faccioso, característico do jornalismo apaixonado praticado na imprensa artesanal do século XIX e que permaneceu no Brasil até boa parte do século XX. Expressava um tipo de “jornalismo carcomido”, em que a “linguagem de escroque ou arrieiro” e as retaliações pessoais consumiam as páginas dos jornais negando o jornalismo sadio. Para *O Dia*, os jornais oposicionistas, como a *Folha da Manhã*, “são pasquinados sem eiras nem beiras”, uma vez que seus escrevinhadores pregam inverdades, deturpam consciências quando criticam o “notável líder popular”, o governador Chagas Rodrigues (Jornalismo sem compostura. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 982, p. 3, 24 maio 1962).

Afora a pecha de pasquim, “escrevinhadores” foi corriqueiramente empregado pela imprensa de Teresina na década de 1950 com a pretensão de desqualificar a prática jornalística de um redator. Por significar “aquele que escreve mal” ou “borra-papéis”, “escrevinhadores” aparecia em determinadas matérias de cunho político acompanhada de outras palavras para adjetivar negativamente o jornalista e colocar em suspeição o papel que este desenvolvia na imprensa. De acordo com Lima (2014), nos jornais que pesquisou no período de 1951 a 1954,

por exemplo, constam “escrevinhadores covardes e indignos”, “escrevinhadores de artigos mal redigidos”, dentre outros termos usados pelos jornalistas de Teresina para, pejorativamente, colocar em xeque o conteúdo publicado pelo órgão de linha editorial partidária diferente da que defendia.

No período de 1959 a 1962 pouca coisa mudou na prática jornalística de Teresina. Os jornais seguiram como uma artilharia de grosso calibre para as batalhas discursivas travadas entre os redatores e políticos de diferentes correntes partidárias. No que se refere ao jornal *O Dia*, se nos dois primeiros anos do governo Chagas Rodrigues reservou suas páginas para atacar os jornais que elogiavam o petebista, então denominados de oposição, a exemplo do *Jornal do Piauí*; nos anos 1961 e 1962 observa uma mudança na crítica feita pela redação a estes jornais.

Nas matérias analisadas do período de 1961 e 1962, verificou-se que a imprensa de oposição ao governador Chagas Rodrigues permaneceu sendo observada, avaliada e atacada discursivamente pela redação de *O Dia*. Nos dois últimos anos de governo do petebista, verifica-se que a base da crítica da prática jornalística da imprensa de oposição e situação feita pelo jornal *O Dia* tomou novos rumos. A imprensa da situação foi cada vez mais perdendo protagonismo nas páginas de *O Dia*, enquanto a de oposição foi severamente atacada e as acusações que fazia ao governador Chagas Rodrigues foram vistas como “invencionices” e “mentiras” por alguns de seus redatores.

A mudança de postura de *O Dia* fica mais perceptível em 26 de novembro de 1961, quando o jornal *O Dia* publica a matéria “Oposição” afirmando que a imprensa de oposição em Teresina havia regredido, se comparada ao período em que esteve sob a orientação de políticos udenistas, como Eurípedes de Aguiar⁵³ e Esmaragdo de Freitas⁵⁴. A menção aos fundadores da UDN no Piauí pretendia lembrar um passado em que a imprensa servia de arroubo para a oposição fazer campanhas aos governos sem cair no terreno das “invencionices” e “mentiras” com a finalidade de fazer demagogia. Em 1961, para o jornal *O Dia*, a imprensa de oposição ao

⁵³ Formado em Medicina. Considerado um dos principais líderes políticos do Piauí. Foi Intendente de Floriano (PI), Parnaíba (PI), deputado estadual e senador. Ocupou o cargo de governador do Estado, em 1916. Com o fim do Estado Novo, em 1945, contribuiu para a fundação da UDN no Piauí, partido pelo qual concorreu ao cargo de governador nas eleições de 1950, mas não foi eleito. Faleceu em 1953 (GONÇALVES, 2003, p. 15-16).

⁵⁴ “[...] Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife (PE). Na Capital pernambucana, entre 1911 e 1925, exerceu as seguintes funções: Delegado de Polícia, Promotor Público, Subsecretário do Tribunal de Justiça, Secretário de Governo, Diretor da Instrução Pública, Professor de História, Juiz do Crime e de Casamentos. Advogado. Um dos fundadores do jornal “Diário da Manhã” da Capital de Pernambuco. Fixou-se em Teresina onde foi Procurador do Estado e Secretário de Fazenda, em 1929. Retornou a Recife (PE), onde foi Chefe de Polícia. Novamente na Capital Piauiense, em 1931, chegou à Desembargadoria, foi membro do Tribunal Regional Eleitoral, Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, em 1938. Foi Senador. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e à Academia Piauiense de Letras, tendo sido seu delegado junto à Federação das Academias de Letras do Brasil [...]” (ESMARAGDO de Freitas e Sousa. Disponível em: <https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/galeria-dos-desembargadores-do-tjpi/esmaragdo-de-freitas-e-sousa/>. Acesso em: 15 abr. 2024).

PTB encontra-se no limite do descrédito frente à opinião pública e, por isso, necessita de correção, pois a crítica produzida contra o governador Chagas Rodrigues não se baseava em fatos concretos.

Percebe-se na matéria “Oposição”, de novembro de 1961, que a postura do jornal *O Dia* em relação ao governador Chagas Rodrigues e à imprensa de oposição ao PTB não é mais a mesma de 1959 e 1960. Se nesses dois primeiros anos do governo petebista a redação de *O Dia* esteve vigilante e condenou suas ações administrativas qualificando-as como “fraqueza”, falta de conhecimentos para resolver os problemas estaduais, “um desajustado” etc.; a partir de 1962 essa imagem muda completamente a ponto de ser compreendido como um grande gestor público. Daí em diante, a crítica direcionada ao governador petebista passou a ser intitulada pelos redatores de *O Dia* como “oposição construtiva”:

[...] Uma coisa podemos afirmar sem medo de errar. O Sr. Chagas Rodrigues fez e está fazendo mais realizações do que os governos de Rocha Furtado, Pedro Freitas e Gaioso e Almendra apesar da grande despesa com os contratos e extranumerários admitidos por êle. Não queremos fazer um confronto detalhado sobre a atual administração e as administrações passadas, mas temos ouvido de vários oposicionistas ao Govêrno a mesma afirmativa que acabamos de fazer.

Vamos fazer oposição, mas oposição construtiva. Criticar erros do Govêrno mas não com invencionices e mentiras, porque dessa maneira a oposição cai no descrédito público (Oposição. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 928, p. 1, 26 nov. 1961).

No fragmento acima, a redação de *O Dia* deixa claro qual era a postura da linha editorial do jornal em relação ao governo do Estado do Piauí em 1961: a de imprensa de oposição, todavia, uma oposição construtiva. Em outras palavras, a oposição construtiva seria aquela que até critica o governo, mas não faz ataque virulento ou propaganda de descrédito a ele. Antes, se ocupava em esclarecer a verdade defendendo Chagas Rodrigues das “invencionices”, “mentiras”, “inverdades” publicadas pela imprensa oposicionista.

Ora, se em 1959 e 1960 o jornal *Folha da Manhã* foi atacado pela redação de *O Dia* por fazer a defesa do governador Chagas Rodrigues; em 1961, a motivação mudou. Na proporção em que os partidos se aliavam ou rompiam uns com os outros, os discursos dos jornais se orientavam segundo a política dos seus proprietários e correligionários. Assim como a bússola aponta sempre para o Norte, o partido político ligado ao dono do jornal servia de orientação para a linha editorial seguir favorável ou contrário a ele.

Em 1961, a *Folha da Manhã* assume postura de oposição ao governador Chagas Rodrigues logo depois que ele rompeu com a UDN, partido que pertencia ao dono do jornal. Já

o jornal *O Dia* cada vez mais se aproximava do PTB até ser arrendado pelo partido em 1962. Nesta conduta, a cada matéria publicada pelo jornal *Folha da Manhã* com denúncias sobre as ações administrativas do governador Chagas Rodrigues, o jornal *O Dia* respondia prontamente negando as acusações imputadas ao petebista e colocava em xeque a veracidade das matérias da imprensa de oposição e seus jornalistas.

“Estarrecedor” foi o título que encabeçou duas matérias que foram publicadas, primeiramente, no jornal *Folha da Manhã* e, dias depois, em *O Dia*. Não se trata de uma mera coincidência, pois a repetição do título no jornal *O Dia* era proposital com o objetivo de chamar a atenção dos leitores para os embates a respeito das possíveis mentiras e/ou inverdades que circulavam na imprensa. Ou melhor, na *Folha da Manhã* que, em 12 de novembro de 1961, publicou na sua primeira página a matéria intitulada “Estarrecedor!” denunciando que Chagas Rodrigues dava cobertura às arbitrariedades dos produtores rurais, que derramavam leite em suas propriedades, e liderava a greve ilegal dos leiteiros que discordavam da Comissão e Abastecimento e Preço (Coap), órgão regulador que não consentiu o aumento do preço do produto naquele ano. O título da matéria “Estarrecedor!” na *Folha da Manhã* aparece como uma manchete, como pode ser observada na Figura 9, e logo abaixo consta uma sequência de denúncias não só contra o governador como também ao Presidente da Coap.

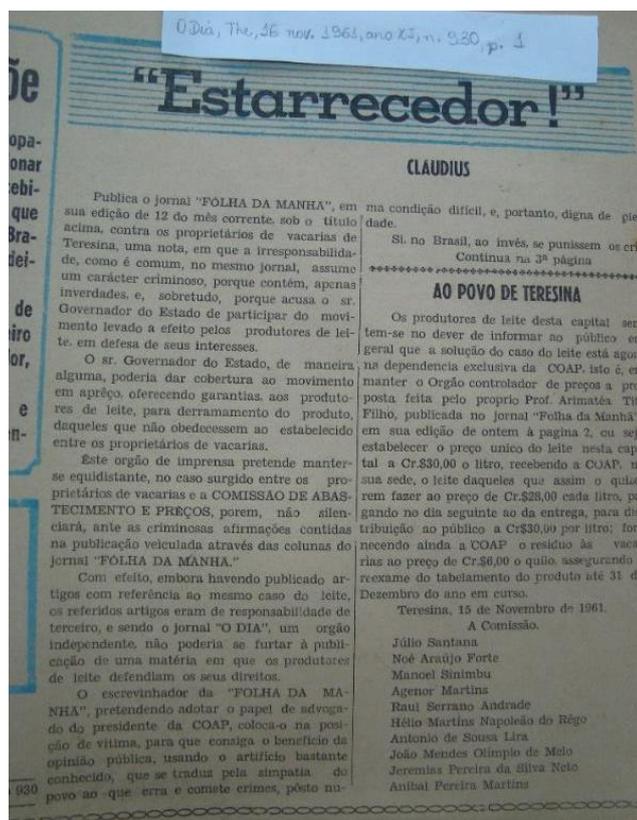
Figura 9: Matéria de capa do jornal *Folha da Manhã*, intitulada “Estarrecedor”.



Fonte: *Folha da Manhã*. Teresina, ano V, n. 1115. p. 1, 12 nov. 1961.

Sem titubear, a redação de *O Dia*, na condição de oposição construtiva, publicou na edição de 16 de novembro de 1961 uma matéria de capa assinada com o pseudônimo Cláudius com o mesmo título usado pelos redatores de *Folha da Manhã*, como pode ser visualizado na Figura 10:

Figura 10: Matéria de capa do jornal *O Dia*, intitulada “Estarrecedor”.



Fonte: *O Dia*. Teresina, ano XI, n. 930. p. 1, 16 nov. 1961.

Na matéria “Estarrecedor!” de *O Dia*, com a assinatura de Cláudius, existe a acusação de que a redação da *Folha da Manhã* agia de forma irresponsável ao publicar uma nota de caráter criminosa e inverídica contra os proprietários de vacarias e o governador Chagas Rodrigues, implicado pelo jornal de apoiar a greve dos leiteiros e o derramamento de leite no Piauí. Cláudius acusa ainda o jornal *Folha da Manhã* de atuar como advogado do presidente da Coap, no caso, A. Tito Filho que, naquele momento, havia deixado a redação de *O Dia* e compunha o corpo de colaboradores do jornal udenista⁵⁵.

⁵⁵ Em 09 de novembro de 1961, o jornal *Folha da Manhã* publicou uma nota informando que “A. Tito Filho deixa ‘O Dia’ e passará a colaborar com a FOLHA DA MANHÃ” (*Folha da Manhã*. Teresina, ano V, n. 1.112, p. 1, 9 nov. 1961). A. Tito Filho foi colaborador da *Folha da Manhã* até, pelo menos, outubro de 1962, visto que neste mês o jornal publicou uma nota cumprimentando pela passagem do seu aniversário e consta a informação de ser ele um “ex-colaborador” (JORNALISTA A. Tito Filho. *Folha da Manhã*. Teresina, ano VI, n. 1.375, p. 1, 28 out. 1962).

Saindo na defesa de Chagas Rodrigues na matéria “Estarrecedor!”, Cláudius justifica a postura de *O Dia* explicando que, por mais que o órgão pretenda manter-se equidistante deste caso, não pode silenciar diante das “[...] criminosas afirmações contidas na publicação veiculada através das colunas do jornal ‘FOLHA DA MANHÃ’. [...] e sendo o jornal ‘O DIA’, um órgão independente, não poderia se furtar à publicação de uma matéria em que os produtores de leite defendiam os seus direitos” (Cláudius. *Estarrecedor! O Dia*. Teresina, ano XI, n. 930, p. 1, 16 nov. 1961, grifos do autor).

Diante dos fatos, “estarrecedor” era o papel desempenhado pela redação do jornal *Folha da Manhã* e pelo A. Tito Filho como presidente da Coap, segundo Cláudius. Por este motivo, os redatores da *Folha da Manhã* foram alcunhados de “irresponsáveis”, “criminosos” e “escrevinhadores”; enquanto A. Tito Filho foi descrito como “embriagado” e “perseguidor” dos produtores de leite:

ESTARRECEDOR, não é o sr. Governador do Estado dar cobertura a leiteiros grevistas, porque, com efeito, tal cobertura não passa de um embuste, de um recurso baixo, para mal colocar o dirigente do Estado; o Governador, pelo simples de não autorizar prisões em massa, dos produtores de leite, desagradou o presidente da Coap e os dirigentes da “FOLHA DA MANHÃ”, eles desejavam perpetração de um crime maior, para justificar um menos grave, Mas, ESTARRECEDOR é se embriagar, atirar pedras nos grevistas, encarcera-los, e etc... ESTARRECEDOR é, a pessoa, embriagada oficial, pedindo demissão do cargo em que ocupa, e afastamento dos jornais onde escreve, e, após os efeitos do álcool, mandar familiares seus desdizer o que afirmará antes, quando sob a pressão dos vapores alcoólicos; ESTARRECEDOR é se cometer desatinos, amparado pelo cargo que ocupa [sic.], autorizar e efetuar perseguições traduzentes do complexo que aguilhoa a mente perturbada, julgando contar com o apoio da opinião pública, penalizado pelos dramas íntimos [...] (Cláudius. *Estarrecedor! O Dia*. Teresina, ano XI, n. 930, p. 3, 16 nov. 1961, grifos do autor).

Apontando tudo aquilo que considera “estarrecedor”, Cláudius fala de A. Tito Filho que, ao deixar a redação do jornal *O Dia* em novembro de 1961, passou a ser oposição ou, quem sabe, um “inimigo”, um adversário no jogo político e na imprensa. Se até novembro daquele ano o jornal *O Dia* serviu de trincheira para A. Tito Filho atacar seus adversários e fazer sua autodefesa; após a sua saída, ele também se torna objeto de crítica dos redatores de *O Dia* que não dispensaram o emprego da linguagem virulenta para atacá-lo na defesa Chagas Rodrigues.

De acordo com o jornal *O Dia*, não só Chagas Rodrigues foi vítima das atitudes “irresponsáveis” da redação da *Folha da Manhã*. Na edição de 01 de abril, por exemplo, foi publicada na primeira página a matéria “Irresponsáveis” para falar das várias práticas adotadas

pela *Folha da Manhã* para infamar a honra alheia em proveito próprio. Trata-se, portanto, de práticas “irresponsáveis”, que é definida da seguinte forma:

[...] Escrevem tudo o que lhes vêm na têlha sem medir nenhuma consequência. Enquanto muitos procuram elevar e dignificar o objeto primordial – de bem informar – outros, os irresponsáveis, os profissionais da mentira, empanam o brilho, o cristalino conceito dos periódicos da nossa terra.

À propósito, é conhecida a história daquele Diretor de jornal, que quando desejava um artigo atacando a pessoa de um de seus inimigos, chamava o repórter e dizia:

- Escreva qualquer coisa sobre o fulano de Tal.
- De bem ou de mal, doutor? – perguntava o jornalista.
- De mal, senhor.
- Mas doutor, o homem não tem nenhum “rabo de palha”...
- Coloque um “rabo de palha” nêle e toque fogo. Toque fogo, meu filho, não se esqueça (Irresponsáveis. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 963, p. 1, 1 abr. 1962).

A definição de “irresponsáveis” na imprensa, como foi estabelecida pelo jornal *O Dia*, traz a problemática da adulteração de texto pelos jornalistas para atingir a honorabilidade de homens públicos⁵⁶. A prática, segundo o jornal, pode acontecer pela publicação de informações equivocadas de alguém ou de um fato, contrafação de trechos para mudar o sentido do texto original, ou dito de outra forma, não transcrever *ipsis literis* um trecho que se encontrava entre aspas na matéria, farejar escândalos de homens de bem e/ou, ainda, negar a publicação integral da carta de defesa daquele que teve a honra ferida ou maculada no mesmo local e com o mesmo destaque em que saiu o texto insultuoso, conforme determinava a Lei de Imprensa.

A Lei de Imprensa de 1953 estabelecia o direito de resposta para quem se sentisse ofendido ou acusado por um jornal ou periódico. O pedido de retratação ou correção de informação publicada por um jornal poderia ser realizada junto ao órgão e no caso do não atendimento, a pessoa ofendida poderia recorrer à Justiça para a obrigatoriedade do direito de resposta. Do direito de resposta do ofendido e da obrigatoriedade do órgão que publicou a ofensa, o artigo 22 e seus respectivos parágrafos determinavam: “A resposta será inserida integralmente, no mesmo lugar e em caracteres tipográficos idênticos aos do escrito que a tiver provocado, e em edição e dias normais, sob pena de continuar a correr a multa, nos termos do artigo anterior. § 1º resposta deverá ter dimensão igual à do escrito incriminado, podendo conter

⁵⁶ A prática de adulteração de texto também aparece na matéria “Tibério desmente a Fôlha da Manhã”, de 22 de julho de 1962, quando a redação de *O Dia* afirma que o jornal udenista *Folha da Manhã* se notabilizava na imprensa piauiense pela campanha caluniosa e difamatória contra o governador Chagas Rodrigues e, ‘cumprindo a sina de mentir e caluniar adulterou completamente as palavras de chefe do executivo, atribuindo-lhe declarações que ele nunca formulou [...]’ (TIBÉRIO desmente a Fôlha da Manhã. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.004. p. 4, 22 jul. 1962).

até 50 (cinquenta) linhas, ainda que aquele seja de extensão menor e não ultrapassando de 200 (duzentas) linhas, mesmo no caso de ser mais longo o escrito. § 2º Esses limites prevalecem para cada resposta em separado, não podendo ser cumulados. § 3º O limite máximo não pode ser ultrapassado a pretexto de pagar-se a parte excedente” (Brasil, 1953, p. 5).

Sobre o assunto, Danton Jobim (1960, p. 169) explica que, no Brasil, raramente um acusado ou ofendido por um jornal ou periódico recorreu ao direito de resposta ou de retificação compulsória na justiça. A maioria dos jornais editavam no mesmo lugar da publicação difamatória ou com expressões equívocas a resposta do acusado, evitando o constrangimento da justiça. No Piauí, entre os jornais que foram analisados, verifica-se a publicação de desmentido, carta aberta ou da transcrição da carta do ofendido junto com a matéria do jornalista como resposta às acusações sofridas pela imprensa. Em outros casos, os jornalistas nem sequer se deram ao trabalho de recorrer à justiça. A maioria preferiu utilizar o próprio jornal em que escreviam para dar o troco das difamações, ofensas ou retificações de informações que consideravam insultuosas, caluniosas, deturpadas ou inverídicas.

A Lei de Imprensa até era invocada pelos jornalistas através do discurso, no entanto, poucos são os registros em que de fato o ofendido recorreu ao direito de resposta por intermédio do poder jurídico. O que demonstra que o jornal, enquanto uma instituição de poder, também tinha suas leis e garantia ao acusado o direito de resposta pela palavra impressa para atingir seus adversários que se manifestavam publicamente de forma desrespeitosa com xingamentos e difamações.

Sem embargo de lançar mão das diatribes para rebater o conteúdo publicado pela imprensa oposicionista, no jornal *O Dia*, Cunha e Silva foi um dos redatores que defendeu que a oposição meramente destruidora deveria ser superada. Em janeiro de 1962, Cunha e Silva publica a matéria “Oposição superada” afirmando que a prática de criticar os desacertos do governo deve ser realizada com base em dados concretos e positivos, com provas irretorquíveis e não com ofensas, diatribes ou para satisfazer ódios e despeitos pessoais. Afirma ainda que não há mais lugar para a imprensa apaixonada, considerando que os leitores não se impressionam mais com ataques pessoais aos governantes.

A matéria “Oposição superada” é mais uma lição para a imprensa de oposição que, de acordo com Cunha e Silva, em 1962, contava com um público leitor mais esclarecido e, contraditoriamente, com ausência de líderes políticos que comandassem debates no alto plano dos princípios e das ideias. Feito este diagnóstico da imprensa local, Cunha e Silva reclamava por um jornalismo em que governo e oposição discutissem ideias e deixassem a superficialidade dos xingamentos, insultos e apodos no momento em que registravam discursivamente os erros

administrativos daqueles que se encontravam no poder. “O crítico deve ser construtivo e não demolidor”, era o que Cunha e Silva prescrevia para os jornalistas da imprensa de Teresina.

A despeito de entender que “a crítica sistemática, apaixonada e odienta” fosse contraproducente em 1962, Cunha Silva reconhecia tal comportamento na imprensa de Teresina como falta de idealismo por parte dos jornalistas. Dessa maneira, denunciava que na imprensa brasileira e piauiense “[...] acontece, às vezes, que o governante é, hoje, atacado e ridicularizado pelo mesmo que ontem elogiava, o endeusava. Rancores individuais não são manifestações de idealismo. [...]” (Silva, Cunha. Oposição superada. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 938, p. 4, 4 jan. 1962). Independentemente de Cunha e Silva estar se reportando para a imprensa de oposição, seu discurso revela aquilo que o próprio jornal *O Dia* fazia. As duas faces de uma mesma moeda.

“Duas faces de uma mesma moeda” ou “malabarista” são expressões que servem para definir o comportamento do jornal *O Dia* diante da utilização da imprensa no jogo político partidário. Sem dúvida, a pecha de “jornal malabarista” que *O Dia* recebeu, em 1962, desagradou a redação e até serviu de munição para iniciar novos embates com os órgãos de imprensa oposicionistas.

Em 18 de janeiro de 1962, Cláudius mais uma vez aparece na primeira página de *O Dia* para manifestar seu desagrado ao ler jornais da imprensa oposicionistas que atacam o governador Chagas Rodrigues e defendem A. Tito Filho. O assunto continuava em torno do imbróglio entre o governo do Estado e a Coap, órgão que A. Tito Filho era o presidente, e as disputas de sentido entre os órgãos *Folha da Manhã* e *O Dia* que politicamente se encontravam em lados opostos. O primeiro udenista e o segundo cada vez mais se revelava defensor do PTB.

Porém, na definição dos próprios redatores de *O Dia*, o órgão de Raimundo Leão Monteiro fazia oposição construtiva; enquanto a *Folha da Manhã*, órgão udenista, se comportava como oposição demolidora. Nesta postura, Cláudius defende que “[...] ‘O DIA’ é um órgão de imprensa independente, e não participa da COAP, nem mesmo como fiscal, e, muito menos como delator” (Cláudius. Um assunto. **O Dia**. Teresina, 18 jan. 1962, ano XII, n. 942. p. 1).

Buscando marcar o lugar de imprensa independente e de oposição construtiva em relação ao governo do Estado, no ano de 1962 há várias matérias que defendem o jornal *O Dia* e Chagas Rodrigues das acusações veiculadas pela imprensa de oposição. *Folha da Manhã*, *Jornal do Piauí* e *Folha do Nordeste* foram constantemente analisados e criticados pelos redatores do jornal *O Dia* em matérias assinadas ou não.

Em 1962, jornalistas da imprensa oposicionista ao governo do Estado foram chamados de “cínicos salafrários”, por Camal Cury; “debochados”, por Deoclécio Dantas; “mentirosos”, por José Walter; “crápula”, por Olympio Costa; dentre outros termos pejorativos, virulentos e ofensivos. Dentre os jornalistas citados, cabe destacar nesse momento duas matérias de Deoclécio Dantas intituladas “Imprensa sem decôro” e “Debochados” publicadas no mês de janeiro de 1962.

Na primeira matéria, “Imprensa sem decôro”, Deoclécio Dantas destaca que a oposição, no interesse de achincalhar o governador Chagas Rodrigues, escreve textos usando um vocabulário crasso e com baixos insultos desrespeitando-o, bem como publicavam calúnias e ataques grosseiros a fim de ferir a honra da maior autoridade do Estado. Denominando os jornalistas da imprensa oposicionista de “escrevinhadores”, Deoclécio Dantas considera que eles, na tentativa de atacar o governador e defender o Prefeito de Teresina, o udenista Petrônio Portela, estão “[...] desesperados, correm da verdade, e enveredam pelo caminho da mentira, na esperança de que esta trilha os conduza ao mando. Pobres e exagerados idiotas. Temos aí um governo honesto, cuja conduta vem sendo aplaudida pelo povo piauiense que em nada se nivela aos recalcados e caluniadores, lançados, pelas próprias ações, na rua do descrédito” (Dantas, Deoclécio. *Imprensa sem decôro*. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 938, p. 4, 25 jan. 1962). A disputa pela classificação dos dois políticos entre o jornal *O Dia* e a *Folha da Manhã* em 1962 se acentua porque Petrônio Portela estava sendo cotado para disputar as eleições como candidato ao governo do Estado pela UDN.

Na segunda matéria, “Debochados”, Deoclécio Dantas continua sua avaliação em torno da atuação dos jornalistas da oposição e os apresenta como “inimigos da verdade” e de tudo que é sério. São vistos como “prostituídos intelectuais” por receberem dinheiro para xingar o governador Chagas Rodrigues, agir de forma indigna, militar no jornalismo insultuoso e sem ética, empregar uma linguagem insultuosa e desrespeitosa para fazer cair no descrédito o poder executivo. Ao se autodefinir como “sensato” na apreciação que faz de qualquer homem público na imprensa, Deoclécio Dantas qualifica os redatores do jornal *Folha da Manhã* como “imprudentes”, de “torcerem a verdade” para atacarem a imagem do governador Chagas Rodrigues:

[...] Torcem a verdade com **a mesma facilidade e insensibilidade que o sanguinário Fidel Castro manda fuzilar**. Batem em uma só tecla, insistentemente. São imprudentes. Iniciaram, de maneira falha e inoportuna, sem nenhum exame acurado sobre o atual momento político em nosso Estado, a já fracassada campanha em torno da candidatura do atual Prefeito ao governo estadual. Logo recuaram. Presentiram o fracasso e isto não lhes interessa.

Não somos insensatos nem roubamos ou maculamos as qualidades positivas de qualquer homem público, mesmo que seja ligado ao partido comunista. Se estivéssemos do outro lado, não usaríamos, de nenhuma forma, do expediente levado a efeito pelos debochados defensores do governo municipal. Nossa linha seria outra. Decente. Muito longe da incinseridade [sic].

Mas, a pobreza [sic.] de bom conteúdo é notória. E, como xingar é coisa fácil, assim procedem os escrevinhadores do jornalismo putrefato. **Merece citação, também, o desespero de que estão acometidos, em face da inevitável união, em nosso Estado, das duas forças políticas nacionais mais poderosas – PSD e PTB. Ulcerado, por isto, o partido udenista.** Desta realidade emanam as brigas internas daquela agremiação, fadada ao desaparecimento total. Perderam a serenidade. [...] (Dantas, Deoclécio. Debochados. *O Dia*. Teresina, ano XII, n. 945, p. 6, 28 jan. 1962, grifos meu).

Mesmo afirmando que os redatores de *O Dia* não eram insensatos e nem maculavam ou roubavam as qualidades de qualquer homem público e de pessoas ligadas ao Partido Comunista, essa regra não valeu para o trecho que escreveu de Fidel Castro, classificado como “insensível” e “sanguinário”. O posicionamento anticomunista pode ser visto nas linhas escritas por Deoclécio Dantas como em muitas outras matérias do jornal *O Dia* publicadas desde que o órgão foi fundado, em 1951.

De acordo com Marylu Oliveira (2007, p. 58), no período de 1959 até a segunda metade da década de 1960, é possível observar a faceta anticomunista do jornal *O Dia*. Considerando que o discurso anticomunista no jornal mudou ao longo desse período, a autora, então, distingue três formas de sua aparição. No primeiro momento, o comunismo era tratado como algo distante da população piauiense, aparecendo por meio da transcrição de matérias internacionais e de teor informativo com implicações, mesmo que indiretamente, para o povo e o Estado; já da metade de 1960 a 1962, o tom muda, se tornando mais forte o discurso para o leitor de que o perigo comunista era iminente no Brasil, inclusive, sendo percebido nas instituições brasileiras; o terceiro e último momento corresponde aos anos de 1963 a 1966, quando o comunismo foi percebido pelo jornal como alojado no Estado do Piauí por intermédio do ex-governador Chagas Rodrigues.

Das três fases apontadas por Oliveira (2007, p. 58-61), interessa para esta tese as duas primeiras, considerando o recorte temporal da pesquisa e dentro daquilo que se pretende discutir neste momento da análise da matéria de Deoclécio Dantas. Isto é, a discussão em torno do anticomunismo no jornal *O Dia*⁵⁷ foi limitada ao escopo da pesquisa e o objetivo deste capítulo, que é entender a dinâmica da redação e as intrigas textuais por motivação política. Dito isso, preocupa-se examinar o posicionamento de Deoclécio Dantas dentro da redação de *O Dia* e a

⁵⁷ Sobre o discurso anticomunista no jornal *O Dia*, ver os trabalhos publicados por Marylu Alves de Oliveira e que se encontram listados nas referências desta tese.

sua produção de textos injuriosos e virulentos contra determinados sujeitos políticos comunistas ou vistos por ele como tal, a exemplo de Fidel Castro.

Conforme a pesquisa realizada por Oliveira (2007, p. 61) sobre o discurso anticomunista no jornal *O Dia*, entre 1961 e 1962, Deoclécio Dantas fez campanha contra o comunismo e Fidel Castro publicando textos na primeira página com frases agressivas. “Tirano”, “desalmado comunista” e “paredon” foram outros termos usados pelo jornalista para dizer que Fidel Castro, junto com Che Guevara, estava a serviço de Moscou e tinha como meta fuzilar homens, mulheres e crianças de acordo com o suposto “Código Comunista”. Deoclécio Dantas “[...] demonstrava-se contrário a qualquer participação política de comunistas no país e dizia que a chama comunista deveria ser apagada, dando como exemplo de comunista que deveria ser expulso dos meios políticos o Deputado Chico Julião” (Oliveira, 2007, p. 61).

Até ser arrendado para o PTB, *O Dia* deu abrigo para textos e jornalistas anticomunistas afinados com a linha editorial do jornal. Além de Deoclécio Dantas, outros nomes podem ser citados, como Olympio Costa, Iracema Santos Rocha, José Walter, Cunha e Silva, como aponta Oliveira (2007, p. 59-62). A recepção às ideias contrárias ao comunismo, deveras, se fazia conjuntamente à imagem do petebista Chagas Rodrigues como comunista no Piauí. Tanto que logo depois do arrendamento do jornal pelo PTB, a linha editorial adotada buscou “desvincular a imagem de Chagas Rodrigues do comunismo” com a defesa de que ele teria “apenas apoiado às reformas, mas seus opositores utilizavam a pecha de comunista para derrubar sua campanha” para o senado em 1962 (Oliveira, 2007, p. 61-62).

Com o distanciamento de Chagas Rodrigues da UDN em 1961, ficou cada vez mais difícil que os dois se coligassem novamente para a eleição de 1962. E embora Deoclécio Dantas tenha se referido na matéria “Debochados” a uma “inevitável” união do PTB com o PSD no Piauí naquele pleito, esta não aconteceu. Em realidade, o PSD firmou coligação com a UDN visando derrotar Chagas Rodrigues, como de fato aconteceu com a vitória de Petrônio Portela para governador do Piauí.

Ao longo dos quatro anos da administração do governo petebista, como já vinha acontecendo desde 1951 quando o jornal *O Dia* foi fundado, os redatores buscaram definir a prática jornalística e regular a sua atividade e dos outros através do discurso jornalístico autorreferencial. Tendo como referência a redação do jornal *O Dia*, os seus redatores sob o crivo de Leão Monteiro marcaram as diferenças da linha editorial de cada um dos jornais que foram denominados de situação ou oposição, conforme apoio ou contraposição em relação ao PTB. Os jornais de situação ou oposição ao PTB também foram apelidados de “imprensa alheia” e aqueles que se frequentavam as redações desses jornais foram constantemente

avaliados pelos redatores de *O Dia* que, autointitulados de “independentes”, delegaram para si a autoridade de classificar a prática discursiva e o comportamento dos jornalistas travando com eles um embate a fim de galgar uma autoridade e um poder de fala, como será mais bem analisado no tópico a seguir.

3.2 Sensacionalismo e mercenarismo: “imprensa alheia” versus *O Dia*

Como foi apresentado até o momento, os acontecimentos políticos partidários ocupavam boa parte das páginas dos jornais de Teresina, assim como servia de escopo para que jornalistas, colaboradores, políticos e até leitores expressassem suas opiniões sobre as notícias do dia. Atuando sobremaneira como jornais políticos, cada um deles esquadrihava manter seu público leitor fiel e a credibilidade dos seus editoriais apostando no discurso da independência partidária, da objetividade e da imparcialidade como princípios básicos da redação.

No entanto, o que se observa nos anos 1950 e 1960 é que a retórica da objetividade vinha acompanhada de uma realidade de produção jornalística que não dispensava a linguagem adjetivada, violenta e carregada de emoções para tratar dos mais variados assuntos. Os assuntos políticos ou aqueles que envolviam questões pessoais, com frequência, saíam publicados em série e somente com a leitura de uma edição para outra, de um jornal para outro, é que se podia entender o desfecho das brigas que se travava pela imprensa. Se interessado, o leitor tinha que esperar a edição seguinte e, mais do que isso, ler o jornal concorrente porque o debate se fazia entre dois ou mais jornais e continuava nas edições seguintes. As páginas dos jornais serviam de abrigo para o arroubo das paixões partidárias, das vaidades, dos desafetos, dos ódios e da intriga.

Intriga que se fazia letra a letra, de edição a edição. Começava num jornal e terminava no outro, rendendo páginas e mais páginas impressas de reptos e tréplicas testemunhando as disputas da arena do poder concretizadas de forma verbal. Jornalismo, política e literatura se cruzavam, mesmo no momento em que se pretendia a autonomia do campo jornalístico em relação aos demais. O entrelaço dos três campos se fazia pela redação, ocupada por literatos, políticos e intelectuais interessados em conquistar um público leitor e, assim, reconhecimento social, prestígio, distinção e, porque não, voto. De acordo com Bond (1962, p. 21), desde o surgimento do jornalismo a preocupação em influenciar o leitor esteve presente através da produção de artigos, editoriais, caricaturas e colunas assinadas. De modo inclusivo, a manipulação das notícias para gerar sentimentalismo e satisfazer os interesses pessoais de proprietários/redatores foi um recurso bastante utilizado pelos jornalistas.

Ademais, o jornal durante muito tempo foi empregado como tribuna, como cátedra, como trincheira, como palanque que sustentava as confusões entre os redatores e políticos que abraçavam a causa dos seus partidos e as disputas pessoais/intelectuais de um grupo privilegiado da elite piauiense que ocupava as redações dos jornais ou os cargos públicos de certa relevância na administração do Estado. Competia a eles o lugar da escrita, da produção jornalística, e a movimentação de ideias levadas pela palavra impressa que reforçavam a oralidade e o tom melodramático dos acontecimentos.

Atrair o leitor diante de um número de jornais que surgiam com a promessa de levar a informação desapaixonada parecia um desafio, pois, ao mesmo tempo em que se sentia a necessidade de adotar os métodos modernos de se fazer imprensa a partir da diversificação dos consumidores de jornais que surgiram em decorrência do processo de modernização das cidades e do aumento do número de alfabetizados, sabia-se que havia ainda um grupo de leitores interessados nos bastidores da política partidária, no que toca os arranca-rabos, os desafetos, as intrigas, os rancores e os ódios dispensados entre os rivais na política e intelectuais.

Essa paradoxal relação da imprensa com a política, a literatura e o jornalismo moderno contribuiu para que o período de transição ocorresse de forma diferenciada no Brasil e no Piauí. A modernização do jornalismo e da imprensa brasileira e piauiense se fez com contradições, onde as técnicas modernas de produção norteamericana foram adotadas como armas de luta política e pessoal. Segundo Ribeiro (2003, p. 158), isso aconteceu porque “não havia, nos anos 1950, nenhuma contradição entre a lógica da empresa jornalística e a lógica da política”. Ainda de acordo com a autora, “ao incorporar as novas técnicas e o ideal da objetividade, se afastando da literatura e recusando vínculos explícitos com a política, o campo jornalístico transformou-se numa comunidade discursiva própria e criou as condições sociais da sua eficácia” (Ribeiro, 2003, p. 158).

Foi através do discurso autorreferencial que os jornalistas defenderam que na imprensa bancavam uma produção noticiosa moderna, independente dos partidos, imparcial, sem fugir da missão do jornalista de ficar atento à situação política e socioeconômica do Piauí. Iracema Santos Rocha e Silva, uma das poucas jornalistas mulheres que aparece assinando textos de cunho político no jornal *O Dia*, apontava em 26 de julho de 1962 que, “às vezes, os deveres dos jornalistas são bem espinhosos e duros. Não fossem as subidas [sic.] responsabilidades que nos pesam sobre os ombros e a missão de oferecer fatos reais ao estudo do público, para orientação esclarecedora do povo, seria sumamente pesada e incômoda. Contudo, são os ossos do ofício... E quem não os tem em toda profissão, seja e a qual seja?” (Silva, Iracema Santos Rocha e. Retoques, fatos e notícias. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.006, p. 1, 26 jul. 1962).

A coluna de Iracema Santos Rocha e Silva traz em seu bojo as marcas do jornalismo moderno que se encalca ainda nos moldes da produção artesanal de fazer imprensa. Denominada de “Retoques, fatos e notícias”, das três palavras que encabeçam o título da coluna que ela assinava, duas fazem menção à ideia de objetividade empregada desde o século XIX nos Estados Unidos: fato e notícia. Porém, para os fatos e as notícias que ela publicava, haviam “retoques”, uma demão que dava uma cor pessoal e partidária aos seus textos escritos na primeira pessoa do plural, mesmo explicando ao leitor que o papel do jornalista era fazer uma campanha a favor do povo e não aos interesses particulares de quem escrevia na imprensa.

De antemão, Iracema Santos Rocha e Silva esclarecia ao leitor que embora fosse de partido e tivesse suas convicções partidárias, isso não poderia interferir na sua avaliação da situação política e socioeconômica do Piauí. Com isso, explicava que “as críticas que faremos, não atingem assim, à personalidade individual de quem quer que seja, embora possam ferir, bem sabemos, suscetibilidades agudas e exageradas de alguém” (Silva, Iracema Santos Rocha e. *Retoques, fatos e notícias*. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.006, p. 1, 26 jul. 1962).

Como jornalista e como povo, ou seja, como leitora e eleitora, Iracema Santos Rocha e Silva tinha por direito o dever de elogiar ou criticar os governantes que não cumpriam a contento suas responsabilidades públicas voltadas para o bem coletivo. Como jornalista que prezava pela missão de noticiar os fatos, afirmava que havia saído pelas ruas de Teresina para constatar que a cidade estava coberta de mato e de lixo, putrefatas, fétidas, asquerosas por falta de ação da Prefeitura, ocupada pelo udenista Petrônio Portela. Afirmava ainda que havia um descaso do executivo municipal que, em 1962, comprometia o título de “cidade verde” da capital do Piauí.

Iracema Santos Rocha da Silva, em pelo menos duas oportunidades, fez uso da sua coluna “Retoques, fatos e notícias” do jornal *O Dia* para criticar o Prefeito de Teresina e a imprensa local em julho de 1962. Interessante destacar que as críticas produzidas pela jornalista contra o Prefeito de Teresina aconteciam no ano eleitoral em que ela também saiu como candidata à Prefeitura. Apresentando-se na sua coluna como jornalista e cidadã teresinense, sem fazer qualquer menção de sua candidatura pelo PTB, ela reivindicava que não poderia ficar indiferente ao quadro crítico em que a capital se encontrava e que a população precisava “[...] de uma nova organização social política, que nos assegure tranquilidade de trabalho e que abra novos caminhos às realizações administrativas do nosso Estado, que se ressentiu no âmbito Legislativo da ausência de uma liderança coordenadora para o bem comum e, no âmbito municipal, do vazio de uma ação incisiva, formando uma frente democrática de realizações para o proveito da comunidade. Não confundimos, por isso, nossa campanha a favor do povo, com

campanhas simplesmente políticas de oportunidades e de proveitos próprios” (Silva, Iracema Santos Rocha e. Retoques, fatos e notícias. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.006, p. 1, 26 jul. 1962).

Em nome do povo, amiúde, os jornalistas de *O Dia* justificavam a escolha dos assuntos e o tom que davam aos acontecimentos políticos nas matérias. Anos antes, em 1959, outros redatores de *O Dia* já falavam dos assuntos que eram de interesse dos leitores e, por conseguinte, da escolha dos temas noticiados pelos periódicos de Teresina. Na matéria “Duelo de descomposturas”, Desidério Quaresma explica que a predileção dos jornais de Teresina em pautar assuntos políticos partidários não se dava apenas pelo interesse de seus proprietários e diretores, mas se justificava pelo interesse dos leitores que, segundo ele, preferiam encontrar nas páginas dos jornais casos sensacionalistas, escândalos, retaliações pessoais e violência da linguagem:

[...] Dizem, porém, que nosso povo não aprecia o debate de idéias, não acha graça na análise de temas sérios, quer de ordem política, quer de ordem filosófica ou sociológica. Nosso povo sente verdadeira volúpia pelos casos sensacionais, pelos escândalos da sociedade e pelas retaliações de natureza pessoal. Um insulto em regra e um doesto em cheio valem mais, para o sabor intelectual de muita gente, do que cem artigos doutrinários do prof. Santana. É verdade que muita gente do nosso meio não acompanha a onda dos que batem palmas às violências de linguagem dos nossos jornais que, no Piauí, representam o pensamento político dos grandes partidos em choque (Quaresma, Desidério. Duelo de descomposturas. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 714, p. 1, 15 out. 1959).

Analisando a preferência do conteúdo dos leitores dos jornais de Teresina em 1959, Desidério Quaresma explicita a inclinação pelo sensacionalismo, pelos escândalos da sociedade e as retaliações pessoais construídas pela linguagem virulenta. Mas, quem eram os leitores dos jornais de Teresina senão uma minoria letrada que também fazia parte do jogo político partidário? A quem interessava a polêmica nos jornais senão aos próprios jornalistas que pretendiam manter e conquistar novos leitores para sustentar o jornal em plena circulação, num momento em que os jornais disputavam a venda e a notícia se transformava numa mercadoria?

Nos anos 1950 e 1960, mesmo com o alto índice de analfabetismo no Piauí, deve-se levar em conta o hábito da leitura oral de forma pública e esse hábito se fazia entre os próprios jornalistas, que liam atentamente os jornais para rebater as críticas pessoais ou aquelas que afetavam diretamente a honra de personalidades políticas, ou a ação da administração pública estadual e municipal e/ou a prática jornalística. Na busca de leitores ou na justificativa de oferecer ao leitor o que ele quer, os jornais continuavam mantendo na redação alguns dos velhos

moldes de se fazer jornal do século XIX em conjunto com as transformações técnicas e métodos de atuar na arena política.

De acordo com Barbosa (2010), desde o século XIX, o jornalismo do tipo panfletário, pasquineiro, ou de sensações era praticado por redatores que pretendiam ganhar notoriedade através da imprensa. A partir de 1821, quando a censura da imprensa é oficialmente cessada e qualquer homem de letras poderia expressar suas ideias, a agressividade ganhou as páginas dos jornais num processo de colocar no papel o que já faziam por meio da oralidade. Na preocupação dos homens de letras falar para outros que trabalhavam na imprensa política de partido diferente, “[...] deriva um tipo de jornalismo que faz do ataque pessoal a mola-mestra de sua produção textual, com críticas explícitas à idoneidade de pessoas, chacotas, xingamentos e ofensas pessoais, sendo a característica mais contundente dessa imprensa chamada incendiária ou pasquineira” (Barbosa, 2010, p. 52).

No início do século XX, afirma Barbosa (2010), soma-se na imprensa os escândalos, o *fait divers*, que ocuparam cada vez mais espaço nos jornais estruturados como empresas, promovendo o aparecimento de uma imprensa sensacionalista, também denominada de “imprensa amarela” ou “imprensa marrom” no Brasil. Dramas do cotidiano, fatos escabrosos, anomalias sociais e crimes são acontecimentos que preenchem determinados espaços do jornal junto com os folhetins de pé de página. Nada obstante, o sensacionalismo a que Desidério Quaresma se referia na matéria “Duelo de descomposturas” não era qualquer *fait divers*, mas o escândalo político, que se aproxima muito mais do que a autora define como jornalismo sensacionalista ou de sensações, como prefere denominar.

De acordo com Barbosa (2007, p. 214), o jornalismo de sensações, que habitualmente é denominado de sensacionalista, é “[...] um tipo de notícia que apela para as sensações, que provoca emoções, que indica uma relação de proximidade com o fato, reconstruído exatamente a partir dessa memória de sensações”. Trata-se de um jornalismo que é colocado em suspeição porque, interessado em atrair um público cada vez maior, exagera nas informações podendo, até, provocar distorções dos fatos, pretende satisfazer as necessidades instintivas do leitor desviando-o da realidade. Para tanto, utiliza de palavrões, gírias, discussões perniciosas com o intuito de atrair a atenção dos leitores, que são consumidores dos jornais e eleitores dos políticos que estão na pauta do dia.

O jornalismo de sensações também faz uso de uma linguagem simples e que apela para as sensações físicas e psíquicas. Sendo o jornal um intermediário entre o público (leitores/eleitores) e os seus produtores (redatores/intelectuais/políticos), cada um buscava produzir um melodrama que navegava pelo medo, ira, amor, tristeza, surpresa, vergonha,

excitação, orgulho, inveja, dentre outras figurações de políticos, intelectuais e redatores que se encontravam na mira do discurso jornalístico daquele que escrevia.

Para Desidério Quaresma, a briga entre os correligionários, encabeçada por manchetes ou títulos espetaculares que davam nome à matéria, era o assunto que mais atraía o leitor dos jornais de Teresina, considerados por ele como políticos.

A percepção de Desidério Quaresma para o ano de 1959 coincide com a de S. D. Guerra, outro redator do jornal *O Dia* que, em fevereiro de 1962, publica a matéria intitulada “Levianos?!” questionando e exclamando a linguagem utilizada por uma parte da elite piauiense e brasileira nos jornais. Considerada de “pornográfica”, S. D. Guerra se diz estarecido em ver as “imorais descomposturas”, as “infamantes acusações” e as trocas de xingamentos na imprensa entre políticos, intelectuais, bacharéis que, sem apresentarem provas, apenas acusam os seus desafetos alimentando matérias difamatórias entre si.

[...] Depois vi que não era só no Piauí: no Rio de Janeiro, a capital da cultura do Brasil, lá em seus jornais, doutores, bacharéis, grandes intelectuais e líderes políticos se xingam e se acusam igualmente com os mesmo impróprios!

Mas o que é pior é que quase sempre acusam injustamente com maldade ou sem conhecimento de causa, desmoralizando-se assim com os próprios acusadores a si mesmos.

Tenho visto milhares de acusações caírem por terra, desmascaradas como simples inverdades, de modo que minha atitude de antes cada dia se robustece mais, antes as difamações: “Não acredito, enquanto não vir provas” – é o que sempre pronuncio ao ouvi-las.

É incrível mesmo como até os que ocupam altas funções públicas, portanto têm o dever se mostrar moralmente dignos, lançam publicamente acusações gravíssimas a seus desafetos, para serem na mesma hora ou logo depois facilmente desmentidos, como fatos e provas claramente irrefutáveis, demonstradores de sua – pasmem, leitores! – le vi na da de ! – justamente a fraqueza de caráter mais incompatível com a dignidade dos cargos que ocupam, e só natural em malandros!

Como classificarmos, leitores, homens inteligentes e cultos que, sem se darem ao trabalho de examinar a verdade de determinados fatos, afirmem assim, sem conhecimento de causa, verdadeiras e evidentes inverdades, só porque querem acusar o desafeto. O único qualificativo, que lhe damos, o qual, aliás, importa-lhes a mais grave condenação, é justamente este: le vi a nos ! – sentindo-nos no entanto oprimidos e até envergonhados pela triste realidade de termos como pretendentes a governantes dos destinos de um povo, caracteres dêsse jaez.

Afinal gostaríamos de lembrar a tais políticos que, se já estiverem insensíveis a outras razões, pelo menos creiam na veracidade de advertências do Cristo, a quem todos dizem venerar: “Com a medida com que medirdes, vos medirão também a vós!” (Guerra, S. D. Recortes. *Levianos?! O Dia*. Teresina, ano XII, n. 951, p. 1, 18 fev. 1962).

De forma leviana, políticos, intelectuais, bacharéis, homens cultos e inteligentes militam na imprensa e trocam acusações mutuamente sem provas, é o que afirma S. D. Guerra. As trocas de acusações possuíam objetivos políticos e pessoais e, ao tempo em que desconsideravam a verdade dos fatos, levavam ao público leitor graves pechas de “mentirosos” e “ladrões” desmoralizando a si mesmos.

Essa prática é repudiada pelo redator de *O Dia*, S. D. Guerra, abalizada na preocupação que diz ter com o leitor desses jornais, especialmente, o iletrado. Compreendido como uma criança, em que o primeiro julgamento dos fatos ocorre por imitação da opinião de alguém que lhe parece ilustre e idônea, o leitor estaria à mercê das informações inverídicas, falaciosas, infamantes e caluniosas publicadas pela imprensa. Tal percepção foi elaborada por S. D. Guerra sobre o leitor piauiense em 4 de fevereiro de 1962, ao considerar que a população em sua maioria era iletrada e, nesta condição, apresentava julgamentos irrefletidos, superficiais ou repetiam a impressão das informações que obtinham através dos jornais locais que exibiam uma visão apaixonada da realidade política do Piauí. O que implica dizer que o conteúdo jornalístico não ficava restrito somente à elite, mas chegava aos diferentes níveis econômicos e culturais da sociedade piauiense.

De acordo com S. D. Guerra, os proprietários de órgãos de imprensa de Teresina justificavam que a publicação de textos caluniosos, sensacionalistas, injuriosos etc. aconteciam porque ofereciam aquilo que o “povo gosta”. Voltados para os interesses pessoais, políticos e econômicos, os proprietários e os jornalistas precisavam rever os seus métodos e apresentar ao leitor uma versão desapaixonada dos fatos, pois o elogio ou o ataque escrito de forma deslumbrada ou inidônea prejudicava a cultura e a civilização. Sob a alegação de oferecer aquilo que o povo gosta, os donos dos jornais entregavam aos leitores uma visão parcial dos fatos:

[...] E ainda acontece que certos proprietários de jornais, levados mais pelo interesse econômico, conhecedores dessa mediocridade de juízo da maioria dos leitores, deixam de lado o cultivo da verdade e a feição educativa da verdadeira imprensa, para se descambar na oposição sistemática, antipatriótica, destruidora, e num xingamento de cada dia – tudo porque *é disto que o povo gosta* – conforme continuamente ouço muitos confrades.

“É disto que o povo gosta”, realmente. Mas não é disto que gosta a gente esclarecida e educada, e por isso essa gente mais esclarecida sempre me diz que não lê os jornais piauiense!

Fato contristador mais real, e que importa prejuízo para a Cultura e, por conseguinte, para a Civilização.

Gostaria de aqui fazer um apelo aos meus coestaduanos, no sentido de procurarem ser menos apaixonados e melhor observarem os fatos, a fim de não fazerem injustiça. [...]. (Guerra, S. D. E só depois. *O Dia*. Teresina, ano XII, n. 497, p. 6, 4 fev. 1962, grifos do autor).

Impressiona no fragmento em destaque que S. D. Guerra diferencia dois tipos de leitores dos jornais piauienses: o iletrado e a “gente mais esclarecida e educada”. Em conformidade com sua opinião, diferentemente do “povo”, os leitores mais esclarecidos e educados não liam os jornais piauienses por escamotear a verdade dos fatos e priorizarem os interesses pessoais e partidários na hora de abordarem a realidade. Para os que criticam negativamente ou elogiam exageradamente, aconselhava: sejam verdadeiros, justos e, sobretudo, desapaixonados.

Mais uma vez, vale discutir o que os jornalistas de *O Dia* definiam como sendo os leitores dos jornais no Piauí. A categorização feita por S. D. Guerra em “iletrado” e “gente mais esclarecidos e educada” é questionável no sentido de entender quem eram os iletrados aos quais ele se referia ou o “povo”. S. D. Guerra definia “povo” e “iletrado” como todo aquele que lia os jornais e se deixava guiar pela opinião daquele que escrevia o texto; enquanto o “esclarecido” e o “educado” seriam aqueles que abominavam a linguagem prostituída dos jornais recusando-se a ler a edição do dia? Ou, ainda, quem seriam os esclarecidos e educados que deixavam de ler os jornais quando se observa que jornalistas, colaboradores, colunistas, políticos, intelectuais, bacharéis, personalidades públicas etc. acompanhavam diuturnamente as notícias e manifestavam sua opinião por meio de cartas abertas, desmentidos e outras matérias veiculadas pelos diferentes órgãos de imprensa que se comportava como oposição ou situação ao governo do Estado ou a Prefeitura de Teresina?

Ainda que as perguntas sejam retóricas, elas carecem de reflexão mais do que de respostas. Que os jornais são produzidos para seu público, não resta dúvida, como afirma Jobin (1960, p. 94). Assim como a feitura do jornal se faz com base em seus consumidores, como reitera Bond (1962, p. 25). À vista disso, Bond (1962) complementa que o redator tem ciência de que seu público compreende pessoas de diferentes níveis sociais, culturais, econômicos etc., mas sabe também que:

[...] o que ele escreve ou diz chega àquele grupo reduzido, chamado ‘minoria criadora’ por Arnold Toynbee, parte do público bem informada, capacitada a compreender, a distinguir fatos e opinião. Ele também sabe que o que escreve ou diz atinge uma vasta população que tem pouco conhecimento, que não possui uma concepção verdadeira de governo e nem noções de história. Uma população que não sabe separar os fatos das opiniões e se deixa governar pela pressão de grupos, de demagogos e propagandistas. Este pequeno grupo é constituído por uma minoria de leitores esclarecidos cujo gosto já é definido (Bond, 1962, p. 25).

Mesmo com todas as ressalvas que se deve fazer à definição dos consumidores do jornalismo proposta por Bond (1962, p. 25) ao analisar o contexto norteamericano do século XX, o trecho lança luz para a análise do público leitor dos jornais de Teresina. Especialmente, no que toca à minoria de leitores esclarecidos que comprava o jornal e consumia suas notícias. Como não é interesse desta tese fazer um estudo sobre a recepção ou o perfil médio do leitor do jornal *O Dia* pela falta de dados que possibilitam isso, o que se pode sugerir, por hora, é que pela quantidade de matérias editadas com discussões e picuinhas políticas e partidárias o público alvo era a elite, os homens de letras, os políticos, as autoridades públicas e os próprios jornalistas. Além disso, o que se pode assegurar é que os redatores de *O Dia*, uma vez ou outra, publicavam matérias buscando definir quem eram os leitores e seus interesses ao consumir o conteúdo do jornal entre 1959 a 1962.

Assim como Desidério Quaresma e S. D. Guerra, o jornalista A. Tito Filho também falou da preferência dos leitores pela informação política, porém, sob outro prisma: o da imprensa moderna. Em 26 de janeiro de 1960, A. Tito Filho publicou a matéria “Narrativas e impressões” apontando que o furo jornalístico e os episódios que se desenrolavam dentro dos grupos de poder político prosseguiram sendo de interesse da imprensa moderna e do público leitor, imaginado como um “[...] apaixonado do furo, da informação de primeira mão, da novidade sempre saborosa, e os colunistas desta divulgação são, dessa forma, os mais buscados [...]” (Tito Filho, A. Narrativas e impressões. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 784, p. 1, 26 jan. 1960). Esse tipo de jornalismo, A. Tito Filho o denomina de “jornalismo de surpresa”, acrescentando que o mesmo havia conquistado popularidade nos grandes jornais do Rio de Janeiro e dos Estados Unidos por apresentar assuntos voltados para a política, geralmente, com informações “colhidas nos bastidores, na intimidade de políticos e administradores, cujos nomes a ética não permite revelar”.

O “jornalismo de surpresa”, segundo A. Tito Filho, lidava com informações prestadas por pessoas do meio político. Por este motivo, ele aconselhava que o jornalista deveria ser cuidadoso no manejo do material que chegava em suas mãos antes da produção da notícia. Sendo a notícia uma construção regida por determinados códigos, e que há uma seleção do que pode ou não ser publicado, A. Tito Filho estabelece algumas regras que considerava importantes para o jornalista em 1960, a saber: “[...] I – deve a fonte de informação ser honesta, inclusive, pela imparcialidade. II – deve o fato ser verdadeiro. III – o fato só deve ser divulgado quando não acarreta ofensa à suscetibilidades alheia, nem prejuízo de ordem moral de pessoas nêle envolvidas” (Tito Filho, A. Narrativas e impressões. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 784, p. 1, 26 jan. 1960).

As regras do jornalismo prescritas por A. Tito Filho nos anos 1960 não acontecia por acaso. Em 1960, ele já possuía quase vinte anos trabalhando na imprensa teresinense, carioca e cearense, e acumulava em seu currículo experiências profissionais variadas, quais sejam: da atuação na Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí, inclusive como Presidente nos três primeiros anos da agremiação; dos cursos de jornalismo que ele ministrava nos anos 1950 e 1960 em Teresina; e do prestígio que desfrutava pelo exercício do jornalismo, do magistério, da advocacia e do funcionalismo público.

Fora isso, as regras consideradas apropriadas para a prática jornalística de Teresina elaboradas por A. Tito Filho surgem da própria percepção que ele tinha em torno da sua atuação na imprensa. Quer dizer, através de matérias autorreferenciais, A. Tito Filho fazia uma escrita de si, produzia um autorretrato da sua atuação como jornalista no qual é possível encontrar alguns indícios da cultura jornalística e da cultura política do período, como será mais bem analisado no próximo capítulo.

Através da autorreferenciação, os jornalistas forjavam as regras de produção da notícia, definiam um *ethos*, uma identidade profissional de como deve ser o jornalista e como este deve estar no jornalismo. De acordo com Nelson Traquina (2005, p. 134), dentre os valores que regem as normas profissionais do jornalismo do final do século XIX para o XX, estavam a credibilidade, a exatidão e a verdade. Ao lado desses valores, pode-se “acrescentar outros como o rigor, a exatidão, a honestidade e uma noção de equidistância, muitas vezes consagrada como o conceito de objetividade”.

O conceito da objetividade, conforme Traquina (2005), surgiu no século XX como reflexo da primazia dada aos fatos no século XIX. Reconhecendo a inevitabilidade da subjetividade no jornalismo, o conceito de objetividade foi concebido nos Estados Unidos nas décadas de 1920 e 1930 como resposta à perda da fé nos fatos pelos jornalistas. “Assim, a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como uma parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho”, complementa Traquina (2005, p. 139). Paulatinamente, a convicção dos fatos foi sendo convertida na fidelidade aos métodos.

A fidelidade aos métodos como regra principal da redação nem sempre era respeitada, até porque, neste momento, não havia sequer nos jornais de Teresina o uso dos manuais, que funcionavam como códigos de leis para redatores e editores, como explica Ribeiro (2003, p. 150) ao falar da modernização da imprensa carioca nos anos 1950. Em Teresina, as regras eram construídas pelos próprios jornalistas pelo discurso autorreferencial visando padronizar os

textos jornalísticos de cada periódico e definir suas regras específicas. Tais discursos valiam tanto para as técnicas de produção do texto jornalístico como também para o comportamento ético do jornalista na imprensa.

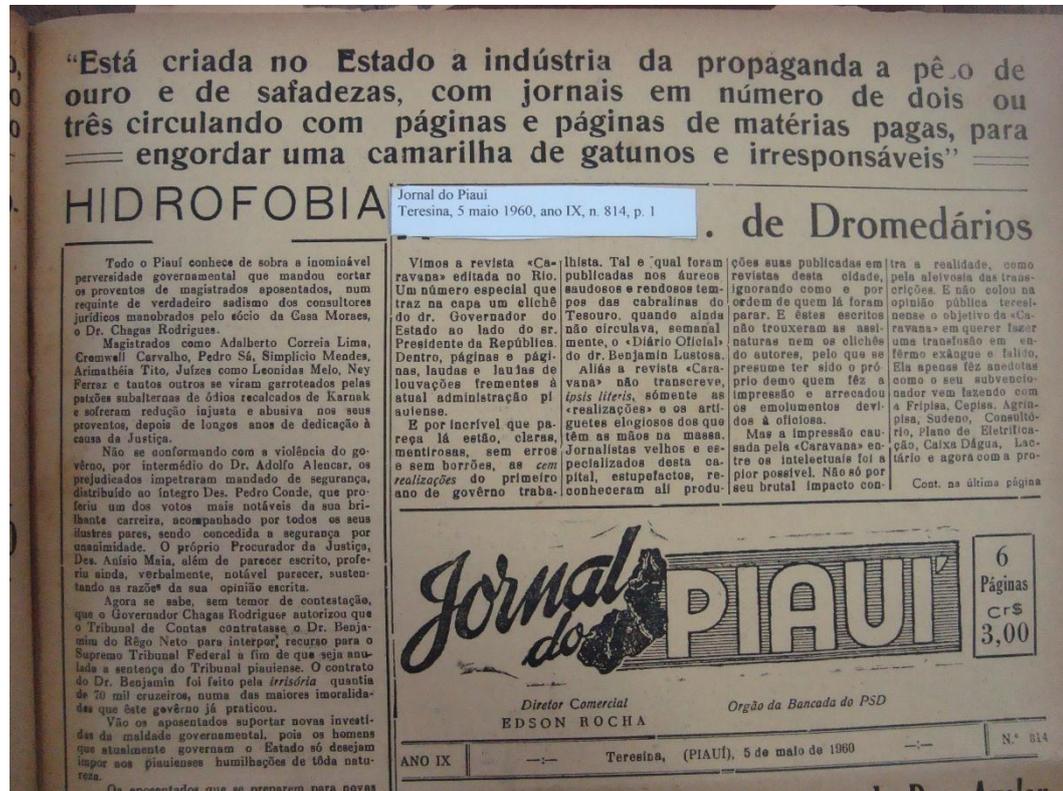
Para Bond (1962, p. 15), as definições do jornalismo “diferem de acordo com os pontos de vista segundo os quais são formulados. Para o cínico, jornalismo é meramente um comércio; para o idealista, revela-se como uma responsabilidade e um privilégio”. Além dessas duas concepções postuladas por Bond (1962, p. 15), outro autor que também discorreu sobre a história do jornalismo e buscou entender sua “natureza” a partir daquele que o pratica foi Robert E. Park (2008, p. 35). Para este autor, a pergunta sobre o que é o jornalismo tem várias respostas. Pode ser “tribuna do povo”, “um quarto estado”, “paladino da liberdade”, “empreendimento comercial” etc. Sobre o último aspecto, encontra-se o jornal moderno em que a notícia foi transformada em mercadoria e símbolo da prostituição. Considerando que o jornal é uma instituição que ainda não foi completamente compreendida, Park (2008, p. 36) afirma que “o que ele é ou parece ser para cada um de nós a qualquer momento é determinado por nossos pontos de vista”.

Em 08 de maio de 1960, Olympio Costa tratou do jornalismo mercenário e da emissão de conceitos injuriosos pela imprensa em Teresina na matéria “Hidrofobia”. O assunto veio à tona a partir da crítica da prática jornalística dos redatores do *Jornal do Piauí*, que são alcunhados por Olympio Costa de “xingadores profissionais assalariados” sob a acusação de atuarem na imprensa de forma criminosa publicando textos “prostituídos”, “cínicos” e “irresponsáveis” contra o governo do Piauí e alguns de seus secretários. Para Olympio Costa, a ética jornalística não permite o uso do mercenarismo através dos jornais. Comportamento que condenava veementemente, por entender que o jornalista deveria atuar em prol de uma imprensa sadia e compromissada com a verdade dos fatos. Por isso, recomendava que os jornalistas contivessem a inveja e a cobiça, mantendo-se firmes frente aos “recalques freudianos” e aos interesses escusos para desenvolver uma crítica honesta e responsável na imprensa (Costa, Olympio. “Hidrofobia”. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 770, p. 1, 8 maio 1960).

Ainda na matéria “Hidrofobia”, Olympio Costa menciona o artigo 26 da Lei de Imprensa de 1953 como uma forma de alertar os homens de imprensa que escreviam críticas criminosas e irresponsáveis, ou emitiam conceitos desairosos, ofensivos ou caluniosos, de serem enquadrados na forma da lei. O referido artigo citado por Olympio Costa, nas suas letras f, g e h, trata da punição para aquele que publica textos caluniosos, difamatórios, injuriosos e ofensivos. O alerta feito por Olympio Costa tinha alvo certo: os redatores do *Jornal do Piauí*,

que, segundo ele, haviam faltado com a verdade na matéria publicada com o nome “Hidrofobia⁵⁸”, e que saiu publicada na edição de 5 de maio de 1960 (veja Figura 11).

Figura 11: Matéria “Hidrofobia” publicada no *Jornal do Piauí*.

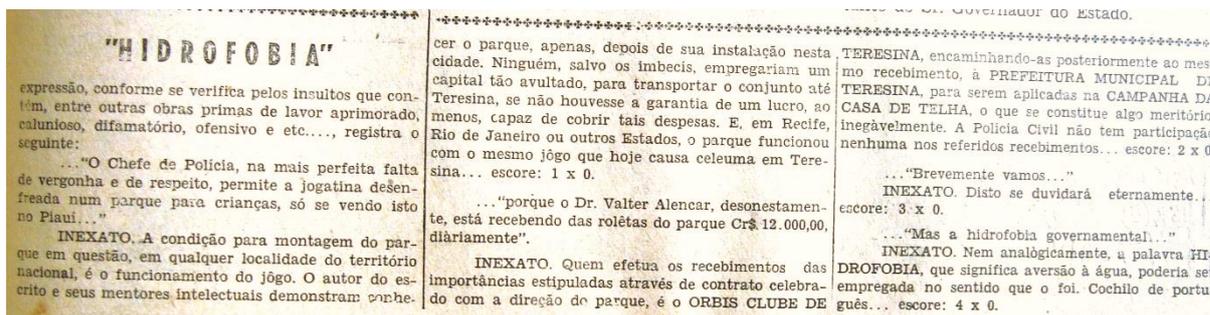


Fonte: HIDROFOBIA. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano IX, n. 814, p. 1, 5 maio 1960.

Três dias depois, Olympio Costa publica matéria com o mesmo título, “Hidrofobia”, pontuando quatro inexactidões publicadas pelo *Jornal do Piauí*, finalizando cada uma delas com um escore (1x0, 2x0, 3x0 e 4x0) delegando para si o dever ético de jornalista de falar a verdade na imprensa (veja Figura 12). A matéria representaria uma disputa idealizada discursivamente entre os periódicos que em 1960 assumiam linhas editoriais diferenciadas, uma espécie de jogo da verdade que Olympio Costa travava com a redação do *Jornal do Piauí* e ele saía como vencedor ao mostrar ao leitor os erros e/ou as mentiras das informações veiculadas pelo órgão da bancada do PSD.

⁵⁸ HIDROFOBIA. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano IX, n. 814, p. 1, 5 maio 1960.

Figura 12: Matéria “Hidrofobia”, de Olympio Costa, publicada no jornal *O Dia*.



Fonte: COSTA, Olympio. “Hidrofobia”. *O Dia*. Teresina, ano X, n. 770, p. 3, 8 maio 1960.

Um mesmo nome, mais uma vez, aparece intitulado matérias de capa em dois jornais que disputavam não apenas a atenção do leitor, mas, também, o posto de arauto da verdade. No *Jornal do Piauí* a palavra foi impressa sem aspas, enquanto no jornal *O Dia* o sinal de pontuação foi acrescentado como uma espécie de reprodução *ipsis literis* de uma fala ou um trecho do texto de outra pessoa. Afinal, Olympio Costa desmentia a matéria do *Jornal do Piauí* que denunciava o Governador Chagas Rodrigues de mandar cortar os proventos dos magistrados aposentados e o Chefe de Polícia, Valter Alencar, e de permitir “a jogatina desenfreada num parque para crianças” em troca do recebimento desonesto de dinheiro das roletas (Hidrofobia. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano IX, n. 814, p. 1, 5 maio 1960). A atitude de Chagas Rodrigues foi classificada de “hidrofobia”, termo que dava nome a matéria do *Jornal do Piauí*.

Ao contrário dos insultos publicados pelo *Jornal do Piauí*, Olympio Costa repudiava os autores intelectuais da matéria Hidrofobia, retificando que o parque instalado em Teresina funcionou com o mesmo jogo em outras cidades do Brasil, como Recife e Rio de Janeiro, com a garantia do lucro para cobrir despesas; que o Chefe de Polícia, Valter Alencar, não tinha participação nenhuma nos referidos recebimentos dos referidos lucros; e, por último, “[...] nem analogicamente, a palavra HIDROFOBIA, que significa aversão à água, poderia ser empregada no sentido que o foi. Cochilo de português... score 4 x 0” (Costa, Olympio. “Hidrofobia”. *O Dia*. Teresina, ano X, n. 770, p. 3, 8 maio 1960).

Sobre este último ponto, em que Olympio Costa fala do “cochilo de português” da redação do *Jornal do Piauí* no emprego da palavra “hidrofobia” para as ações do governador do Piauí e apresenta que a palavra significa “aversão à água”, verifica-se um comportamento característico do jornalismo que é a seletividade do fato e como esse é apresentado ao leitor a partir dos interesses editoriais. As escolhas das palavras e dos episódios narrados podem gerar certos sentidos ao invés de outros.

Analisando o significado da palavra “hidrofobia” é possível encontrar outra definição para ela diferente da que foi apresentada pelo redator Olympio Costa: a “raiva⁵⁹”. Nesse sentido, não é que se pretende afirmar que a forma em que a palavra hidrofobia foi usada pelo *Jornal do Piauí* se tratava diretamente da doença viral que pode levar a morte o seu hospedeiro⁶⁰, mas de uma metáfora empregada com a intenção de representar o governador Chagas Rodrigues como um administrador “perverso”, “sádico”, “violento”, “imoral”, que manda cortar proventos dos magistrados aposentados e ameaça os proprietários de terras do Piauí de tomar suas propriedades. Ou seja, uma doença, uma “chaga” para o Piauí.

Entre os magistrados, estão os nomes de Simplício Mendes e Arimathéia Tito, pai de A. Tito Filho, respectivamente. Novamente, os dois magistrados são apontados como prejudicados pelo governo, inicialmente, pelo Interventor Leônidas Melo com a aposentadoria compulsória nos anos 1930; em 1960, com os cortes dos proventos. A semelhança e a diferença entre esses dois momentos históricos estão na posição política em que se encontravam os grupos políticos. Em 1960, respectivamente, os jornalistas Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho atuavam na imprensa ligada a UDN e ao PSD combatendo o PTB, partido fundado por Getúlio Vargas; enquanto, em 1945, ambos estavam contra o PSD, partido criado no Piauí por Leônidas Mello junto com outras lideranças políticas, e que à época representaria a permanência dos desmandos do governo estadonovista no Estado. Atravessado décadas, nem a imprensa mudou totalmente seu modo de operação em relação ao vínculo político, nem os ressentimentos foram curados. Em 1960, além do jornal *O Dia*, A. Tito Filho escrevia também para o *Jornal do Piauí* e assiduamente combatia Chagas Rodrigues pelos dois periódicos com o aval dos diretores ou proprietários.

A crítica de Olympio Costa em torno do mercenarismo e/ou da prostituição praticada no jornalismo continuou sendo pautada em 1961, ao discorrer sobre a realidade da imprensa carioca e piauiense. Do ponto de vista da imprensa carioca, tratou da desmoralização da imprensa através da denúncia de chantagistas e da prostituição intelectual que aconteciam tanto pelos jornalistas responsáveis pelos artigos que assinam, como pelos dirigentes de jornais e revistas. Tomando como exemplo a revista *O Cruzeiro*, Olympio Costa denunciava que, geralmente, a desmoralização iniciava na cúpula da redação, local em que se cultivava os

⁵⁹ HIDROFOBIA. Dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/hidrofobia/>. Acesso em: abr. 2024.

⁶⁰ Sobre casos da doença no Piauí, ver: BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. Do “assombro” à morte: possibilidades de se pensar o medo, varíola e raiva no Piauí na segunda metade do século XIX. **Revista Latino-Americana de História**. São Leopoldo, v.10 n. 25, p.64-79, jan./jul.2021.

princípios da corrupção, do cinismo e da chantagem. Sem citar o nome, Olympio Costa endereçava a crítica ao redator chefe da revista *O Cruzeiro* que, segundo ele, permitia a publicação de textos “infamantes” contra o ex-Presidente Jânio Quadros através da publicação do artigo “As viúvas de Jânio”.

Num intervalo de dez dias de uma edição para outra, em novembro de 1961, Olympio Costa publicou duas matérias⁶¹ discutindo a desmoralização e a prostituição intelectual da imprensa brasileira, tendo outra vez como exemplo a revista *O Cruzeiro*. Para o redator, tal comportamento “[...] tem suas origens na efetivação da compra de consciências, de parte dos interessados, que, através da anulação da opinião pessoal do que se desmoraliza, escrevendo o que reconhece ser inverdade, porém, afirma e retifica tudo o que corresponde muito, à pouca paga que recebe, consegue desvirtuar a verdade, enxovalhando a honra alheia, enlameando reputações, destruindo os alicerces da sociedade” (Costa, Olympio. *Prostituídos intelectuais da imprensa. O Dia*. Teresina, ano XI, n. 926, p. 1, 12 nov. 1961).

De acordo com Olympio Costa, jornais e revistas brasileiras e internacionais empregavam métodos da chantagem, da extorsão e da corrupção para conseguir lucros. Trata-se de uma imprensa marrom, expressão conhecida no Brasil para a imprensa sensacionalista, onde o jornalista, abusando do seu poder de fala, ameaça determinadas pessoas de publicar fatos que a desmoralizam. Além de considerar essa prática jornalística como um crime, Olympio Costa alerta para o perigo de atitudes drásticas daquele que é ameaçado pelos redatores, pois, no caso de não possuir recurso financeiro suficiente para a realização do pagamento, poderia buscar o suicídio⁶² como uma saída para se livrar da chantagem.

Não obstante à denúncia da chantagem, corrupção, extorsão, desmoralização e prostituição na imprensa brasileira e internacional, Olympio Costa reconhece que, “incontestavelmente, nem todos os que escrevem e difundem seus escritos, em jornais ou revistas, vendem sua consciência a segundos; alguns batalham por uma causa justa, ou empregam seus esforços, para o esclarecimento da opinião pública. Alguns poucos, porém”

⁶¹ COSTA, Olympio. Brasil – Imprensa e desmoralização. *O Dia*. Teresina, ano XI, n. 924, p. 1, 2 nov. 1961; COSTA, Olympio. *Prostituídos intelectuais da imprensa. O Dia*. Teresina, ano XI, n. 926, p. 1, 12 nov. 1961.

⁶² Na matéria “Prostituídos intelectuais da imprensa”, Olympio Costa denuncia que “[...] um cineasta, após receber ameaças de publicação de fatos capazes de o desmoralizar, reconhecendo a impossibilidade de pagamento do que lhe exigiam, optou pelo suicídio. Sua morte, entretanto, levou ao banco dos réus, os responsáveis pela direção do órgão de imprensa corrupto, e, no decorrer do feito, vários depoentes denunciaram pessoas de destaque político, industrial, e comercial, envolvidas em tramas escabrosas, e constantes do índice dos criminosos dirigentes do mesmo órgão de imprensa, antes mencionado, para a efetivação de futuras chantagens” (COSTA, Olympio. *Prostituídos intelectuais da imprensa. O Dia*. Teresina, ano XI, n. 926, p. 1, 12 nov. 1961).

(Costa, Olympio. Prostituídos intelectuais da imprensa. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 926, p. 1, 12 nov. 1961).

Entre esses “alguns poucos”, Olympio Costa se incluía. Em 12 junho de 1962, ele publica a matéria “Idealismo?!” e reclama que vinha sendo acusado por políticos e jornalistas teresinenses de falta de idealismo ao prestar apoio ao governador Chagas Rodrigues na imprensa e fora dela. Antes mesmo de assumir a direção de *O Dia*, em 1 de maio, data em que o jornal foi arrendado pelo PTB, Olympio Costa afirma que já assinava matérias para o jornal elogiando Chagas Rodrigues quando a linha editorial do órgão era de oposição e produzia matérias atacando o governador.

Essa justificativa escrita por Olympio Costa objetivava fazer sua autodefesa. Ao tempo em que políticos e jornalistas de Teresina o acusava de falta de idealismo; na sua visão, não era verdade, porque desde que conheceu Chagas Rodrigues, em 1959, ao realizar uma entrevista para a *Western News Service*, ficou impressionado “pela extraordinária facilidade de exposição, pelo desejo evidenciado de trabalhar pelo Piauí, e pela maneira gentil e cativante” com que o governador lhe recebeu. Foi nesse momento que resolveu defendê-lo, visto que a imprensa de oposição havia se empenhado em fazer uma campanha “destruidora”, “baixa”, “vil”, “torpe”. Inclusive, ele diz que se recusou a trabalhar em jornais oposicionista e pela decisão de não atacar Chagas Rodrigues na imprensa foi julgado como “idealista” e, até mesmo, de ter vendido sua pena para o governador:

[...] Julgo ser um idealista, quando o defendo, quando o acompanho. Mas, será que os que acusam, conhecem o significado da palavra IDEALISMO? Talvez [sic.] julguem que vendí minha pena. Desafio quem quer que seja a provar que, jamais, houvesse feito qualquer exigência de caráter pessoal a Chagas Rodrigues ou a quem quer que seja; sou pobre, paupérrimo, mesmo, visto viver do que ganho, ou que nada vole, pois não disponho de emprego ou colocação. As vezes, me falta o necessário para ir à feira, e, embora, nada possuindo, salvo minha família, nunca me vendi, como tantos que, outrora chaguistas, estão, hoje, atrelados ao carro das oposições. [...] (Costa, Olympio. Idealismo?! **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 990, p. 1, 12 jun. 1962, grifos do autor).

A matéria “Idealismo?!” de Olympio Costa, traz a questão do jornalista como “mercadoria” e várias outras pistas de como funcionava internamente a redação de um jornal no que se refere a entrada ou a saída de um redator pela aproximação que estabelecia com um partido ou político. Em 1962, Olympio Costa conta um de seus embaraços na imprensa num período em que trabalhava no jornal *O Dia* e escreveu artigos defendendo Chagas Rodrigues que saíram publicados sem a sua assinatura, porque discordava das atitudes administrativa que

o governador havia tomado, como a demissão de Valter Alencar exigida pelos udenistas após o rompimento da coligação PTB-UDN em 1961. Da mesma forma, por trabalhar no jornal *O Dia*, ainda que tivesse grande apreço pelo Prefeito Petrônio Portela, da UDN, não podia cogitar em publicar sua simpatia à candidatura dele ao cargo de governador do Piauí pela incompatibilidade que existia entre Petrônio Portela e Leão Monteiro, diretor do jornal até maio de 1962.

Olympio Costa narra também que Petrônio Portela havia lhe prometido uma vaga no jornal *Folha da Manhã* se resolvesse marchar ao seu lado, mas recusou a oferta. Sendo a *Folha da Manhã* um órgão da UDN, “[...] eliminavam-se, assim, as possibilidades de escrever para qualquer dos jornais das oposições, e conseqüentemente, também, se cancelava o meu compromisso com o Prefeito Municipal”, é o que afirma Olympio Costa, na matéria “Idealismos?!” (Costa, Olympio. Idealismo?! **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 990, p. 1, 12 jun. 1962). É evidente que o redator tinha o interesse de mostrar ao leitor e aos correligionários seu compromisso como cidadão e jornalista ético que preza pelos ideais que defende. Porém, seu discurso revela que seus ideais ou idealismo pendia para as relações que estabelecia com o PTB e seus correligionários. Tanto que após o arrendamento de *O Dia* para o PTB, em maio de 1962, o nome de Olympio Costa estava cravado no expediente do jornal como diretor até 12 de julho.

Nota-se, portanto, que a redação de *O Dia* acastelava jornalistas de diferentes partidos e essa ocorrência não se explica pelo conceito “independente” e “político” que lhe foi atribuído discursivamente no slogan do cabeçalho e nas demais matérias autorreferenciais. O que se observa é que ora um, ora outro, buscava assento no jornal para defender os interesses de um partido e essa posição não acontecia de forma aleatória. Antes, isso só foi possível dentro do jornal *O Dia* porque, de uma forma ou de outra, interessava ao proprietário Leão Monteiro e seus interesses na luta pelo poder. Acompanhar a movimentação dos jornalistas que entravam e/ou saíam da redação de *O Dia* não foi e não é uma tarefa fácil, requer atenção do discurso materializado em suas páginas e nas páginas da “imprensa alheia” que deixam pistas sobre a posição política partidária dos jornalistas e dos jornais em diferentes momentos dos quatro anos pesquisados.

Outrossim, Leão Monteiro não dispensou de imprimir em seu jornal uma linha sequer das matérias que davam visibilidade para os escândalos, os bastidores da imprensa, a vida política partidária e/ou os combates protagonizados na arena do poder que lhe interessavam. As polêmicas entre correligionários, jornalistas e diretores dos órgãos de imprensa foram pautadas pela redação de *O Dia*, acirrando mais ainda as disputas pelo poder e as lutas pela representação simbólica através da edição de discursos sensacionalistas, insultuosos, caluniosos, difamatórios

que feriam a honra de políticos, jornalistas e personalidades públicas, quase sempre motivados por questões de ordem política ou pessoal. Entretanto, ainda que os jornais impressos fossem escolhidos como um dos locais privilegiados para extensão dos confrontos políticos partidários e pessoais de seus agentes, nem sempre a briga ficou nas trocas de palavras, na violência de linguagem. Entre 1959 e 1962, foram encontradas várias matérias que discorrem sobre as ameaças não apenas verbais pela imprensa, mas, também, pela via judicial, policial ou agressão física como resultado das disputas políticas e da posição partidária que cada grupo sustentou nos campos político e jornalístico, como será discutido a seguir.

3.3 Jornal *O Dia* entre disputas verbais, ameaças e processos contra jornalistas e órgãos de imprensa de Teresina

Com base nos dados analisados até aqui, pode-se afirmar com segurança que a violência nos jornais de Teresina e fora deles predominava de várias formas. Nas matérias do jornal *O Dia*, a violência de linguagem é a que predominava, prática não muito diferente dos demais jornais também folheados no período da pesquisa. De 1959 a 1962, o posicionamento político e partidário dos redatores na imprensa fermentou sentimentos de ódio, intriga, rancor, inveja, vingança, resultando num arsenal de páginas impressas que traduzem, em parte, as disputas pelo poder, o ataque a honra alheia que nem sempre ficaram no âmbito do jornal.

A máxima “a imprensa se combate com a imprensa”, proclamada por D. Pedro II (Martins, 2011, p. 63), não se tornou uma norma nem no Império, quiçá na República em que a imprensa ganhava cada vez mais autonomia em relação aos partidos políticos. Desde o Primeiro Reinado, senão antes, há registros de violência física contra jornais, proprietários/diretores e jornalistas por razão política partidária como consequência daquilo que se publicava nos periódicos. A honra, o prestígio e a imagem pública contava muito para os homens de letras e de poder político econômico, de maneira que quem se sentia ofendido pelos jornais buscava responder à altura, quer pela imprensa através da violência verbal, quer pela ação judicial e policial, quer pela violência física.

O uso da violência verbal e/ou física funcionava como parte da cultura política brasileira, vitimando redatores que denunciavam os supostos desmandos e abusos de quem ocupava o poder. No período oitocentista, vários casos ficaram anotados na história da imprensa. Em 1830 tem-se o registro de um dos mais impactantes crimes contra jornalistas por motivo político: a morte de Líbero Badaró, crítico ferrenho de D. Pedro I por meio do jornal *Observatório Constitucional* (Nossa Júnior, 2023). Em 1883, Apulcro de Castro foi outro

jornalista assassinado por publicar críticas violentas contra militares no jornal *O Corsário*, de sua propriedade (Martins, 2011). Em 1897, a *Gazeta da Tarde* e *A Liberdade* tiveram suas redações invadidas e destruídas por um grupo formado, em sua maioria, por policiais florianistas. O primeiro jornal pertencia ao coronel Gentil José de Castro e o segundo era gerenciado por ele. Gentil José de Castro teve sua casa apedrejada e foi assassinado na Rua do Ouvidor (Nossa Júnior, 2023; Celso, 1897). No século XX, os casos continuaram sendo registrados. Dentre outros, em 1954, escreve-se na história de violência contra jornalistas a tentativa frustrada de assassinar Carlos Lacerda em resposta às críticas que fazia ao Presidente Getúlio Vargas pelo seu jornal.

Em períodos considerados democráticos, muitos outros exemplos podem ser citados de violência contra jornais, proprietários, diretores e jornalistas porque publicaram textos considerados difamatórios, injuriosos, ofensivos, caluniosos contra a honra. No Piauí, a violência se concretizava na forma de espancamentos, assassinatos, prisões arbitrárias e empastelamento de jornais desde o século XIX. Em 1890, Simplício Coelho de Resende publicou no jornal *O Democrata* uma notícia humorística, na seção “A Pedidos”, acusando o capitão do Exército, Gabino Besouro Susano de Araújo, de utilizar um condenado a galé como criado no serviço particular do governador. Não demorou nada para que Simplício Coelho Resende fosse chamado ao Palácio do Governo, onde foi preso e levado para o 35º Batalhão de Infantaria e de lá não saiu vivo. A motivação da prisão foi política e a *causa mortis* cogita-se que foi envenenamento⁶³ (Pinheiro Filho, 2017, p. 101).

No século XX, além das divergências partidárias, a briga entre clericais e anticlericais ganhou as páginas dos jornais piauienses. Ao assumir o governo do Estado, o maçom Miguel Rosa (1912-1916) mandou empastelar os jornais católicos *O Apóstolo* e *A Cidade de Teresina*, criados por Odilo Costa para apoiar o candidato da oposição. De acordo com Teresina Queiroz (1994, p. 235, grifos da autora), “ainda como indicador da violência das relações políticas no âmbito local, há que considerar a profunda má vontade dos governos para com a imprensa oposicionista. No Piauí, três casos são exemplares, o do jornal **O Estado** e dos jornais **O Apóstolo** e **Cidade de Teresina**, o primeiro processado por Arlindo Nogueira e os dois últimos empastelados por Miguel Rosa”. Já em 1946, pós-Estado Novo, registra-se o empastelamento do jornal *O Piauí* que resultou na morte do vigilante Miguel Pedro⁶⁴. A motivação foi política.

⁶³ Segundo Pinheiro Filho (2017, p. 100), “no quartel foi posto, inadvertidamente, na melhor sala, mas que estava pintada a óleo, de pouco, fato que provocou em Coelho de Resende princípio de envenenamento (saturnismo)”.

⁶⁴ Sobre a morte do vigia do jornal *O Piauí*, Miguel Pedro, ver também: Oliveira (2016), Brandim (2012).

O jornal *O Piauí* foi criado em 1945⁶⁵ por lideranças da UDN do Piauí e servia de instrumento político contrário ao Estado Novo e aqueles que ainda continuavam em cargos de chefia no Estado. Dentre as denúncias feitas pelo jornal, conforme Marylu Oliveira (2016, p. 111), havia o “[...] alerta para a população de que se o PSD, liderado pelo ex-interventor Leônidas Mello, continuasse no poder, as ‘atrocidades’ e desmandos iriam perpetuar na política piauiense”. De todo, o jornal não estava errado. Não apenas pelos desmandos em si, como também pela violência política existente no Piauí após a redemocratização política e a formação dos novos partidos políticos que dividia ainda mais os grupos como rivais na tentativa de chegar ao poder e se manter nele. As práticas de violência na política piauiense não eram incomuns no século XX, assegura Oliveira (2016, p. 110), de maneira que o empastelamento do jornal *O Piauí* e o assassinato do vigia retratavam os desmandos dos coronéis que, historicamente, disputavam o poder para se manterem como lideranças políticas locais.

Zezé Leão, o “Lampião do Piauí”, protagonizou a tentativa de incêndio do jornal *O Piauí*, que acabou vitimando fatalmente o vigia Miguel Pedro em 23 de outubro de 1946, como destacado anteriormente. O crime aconteceu no jornal *O Piauí* que, à época, se encontrava localizado no centro de Teresina, na Rua Coelho Rodrigues, próximo ao Cine Royal (Atanásio, 2016, p. 113). A Morte do vigia o transformou em mártir da campanha eleitoral udenista, sendo seu nome usado como símbolo da resistência e da liberdade reivindicada no campo político em um país que havia saído da ditadura estadonovista e se preparava para a escolher seus candidatos por meio das Eleições Gerais prevista para o ano de 1947. A campanha eleitoral naquele ano “pegava fogo”, em particular entre os jornais que, financiados por partidos e políticos da UDN e do PSD, não mediram esforços para eliminar seu adversário por meio da palavra impressa. Nesse papel, o jornal *O Piauí* movia calorosa campanha contra o PSD e era favorável à UDN, tendo na redação as principais lideranças do partido udenista, como Eurípedes de Aguiar, Esmaragdo de Freitas e Simplício de Sousa Mendes.

Na tentativa de calar a UDN, de acordo com Atanásio (2016), Zezé Leão e seus capangas invadiram a redação de *O Piauí* com a finalidade de empastelar o jornal e incendiá-lo na noite do dia 22 de outubro de 1946. Na madrugada do dia 23 de outubro, o jornal foi invadido, como detalha o autor:

⁶⁵ De acordo com Pinheiro Filho (2017, p. 234), em 1945, o jornal *O Piauí* reaparece na sua nova fase, sendo de propriedade do comandante Helvécio Coelho Rodrigues e orientação dos udenistas: Eurípedes de Aguiar, Esmaragdo de Freitas, Simplício Mendes, Arimathéa Tito, Ofélio Leitão e Júlio Martins Vieira. Em 1947, a direção do jornal esteve sob a responsabilidade de A. Tito Filho.

Muito antes da alvorada, ainda na calada da noite, se sucede uma espécie de atentado ao jornal “O Piauí”, no qual um bando de jagunços armados invadem [sic.] o dito jornal e promovem um verdadeiro “empastelamento”, quebrando máquinas, misturando papéis, com a intenção de incendiá-lo logo em seguida. Foi quando o vigilante do estabelecimento, o senhor Miguel Pedro, reconheceu o líder dos malfeitores e ameaçou denunciá-lo à polícia, saindo às pressas da sede do jornal rumo à delegacia. De imediato, o mesmo homem que fora reconhecido, saca sua bayard, calibre 32, e dispara três tiros contra o vigilante que, atingido pelo impacto das balas, vai ao chão. Em seguida, o impiedoso algoz. Esses atos – o empastelamento do jornal “O Piauí” e o assassinato a sangue frio do vigilante Miguel Pedro, junto com os frequentes incêndios criminosos ocorridos na periferia da capital – se tornaram marcos memoriais da sociedade piauiense em meio às suas lembranças a respeito das desavenças políticas ocorridas na década de 1940. Contudo, talvez essa eventualidade tenha adquirido maior visibilidade em virtude de ser uma das mais audaciosas e cruéis atitudes de um homem temido, mordaz, evitado por todos: o facínora Zezé Leão. Esse crime estava alinhado a outros atos criminosos que fizeram da década de 1940 um período de intensa violência e que tiveram em torno de tal personagem um dos principais expoentes desse cenário conflituoso (Atanásio, 2012, p. 1-2).

Os textos publicados na imprensa refletiam a sociedade piauiense e brasileira de outrora ainda acostumada com a prática do coronelismo e do clientelismo, onde os coronéis, mandavam e desmandavam, coagindo subordinados para manter uma estrutura de poder político e econômico em suas mãos, sob seu controle. A imprensa, no que lhe concerne, deveria corresponder a essa lógica de quem manda mais pela dinâmica da escrita, vista como um caminho para chegar ao leitor, por conseguinte, também eleitor. Competia a ela o lugar de propaganda, de tornar visível seu nome para se eleger (Barbosa, 2007). Daí a necessidade de os jornais serem transformados em arenas, num ringue discursivo no qual a calúnia, a difamação, o xingamento, a ameaça etc. foram usadas como estratégia para vencer a luta por representação impressa visando o voto. Não por acaso, quando se percebia que a disputa verbal estava enfraquecida, recorria-se à justiça como uma forma de vingança e represália. E na impossibilidade de a justiça condenar os delitos através da Lei de Imprensa, cabia “[...] seguir o conselho de Getúlio e fazê-la com as próprias mãos!”, como ameaçou Claudius na matéria “Horror à responsabilidade”, 05 de dezembro de 1959.

A ameaça feita por Claudius, em 1959, demonstra que nem sempre as picuinhas iniciadas na imprensa por motivações políticas terminavam nela, podendo chegar às vias de fato. No período analisado não foi encontrado um registro sequer de violência física contra jornalistas de *O Dia*, mas há vários indícios de que as brigas e as ameaças poderiam ultrapassar o nível das palavras escritas. Indício que é reforçado na matéria “Menos brigas”, de 27 de dezembro de 1962, onde consta a informação de como se davam as ameaças verbais e físicas

entre diretores, jornalistas e demais colaboradores que, por inadvertência ou questões pessoais, trocavam insultos e xingamentos “[...] entre as ameaças de facas, revólver, punhal, cacêete, bofetões e cadeia [...]” (Menos briga. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.059, p. 1, 27 dez. 1962).

A matéria “Menos brigas” é de 1962. Porém, antes, em 1961, o jornal já dava visibilidade ao tema quando pautou a ameaça feita à jornalista d’Anúnciação Carvalho, que assinava a coluna “Notas & Fatos” em *O Dia*.

Na edição de 05 de fevereiro de 1961, a jornalista d’Assunção Carvalho⁶⁶ afirma que foi ameaçada de morte por ter denunciado um funcionário público na sua coluna do dia 26 de janeiro de 1961 e que, após comentar sua opinião na Seção de Contabilidade do Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado (Ipase), local em que trabalhava, foi “torpemente insultada por um dos acusados”, o funcionário Francisco Alves Bertoldo Fiuza.

O assunto rendeu linhas para a coluna “Notas & Fatos⁶⁷” ao longo das edições do mês de fevereiro de 1961 do jornal *O Dia*. Em 9 de fevereiro, a jornalista d’Assunção Carvalho falou do tema chamando a atenção para sua postura na imprensa e para a coação que sofreu ao ter sido convocada, através de um “convite velado de cortesia”, a comparecer na Secretaria de Segurança Pública para responder por crimes de imprensa. De acordo com d’Assunção Carvalho, o chamado à Secretaria de Segurança Pública tinha por interesse intimidá-la, visto que não competia à Polícia solucionar os crimes de imprensa, ainda mais quando ela, na função de jornalista, falava a verdade e denunciava erros e “bandalheiras por si só prejudiciais à moral coletiva ou privada”. Argumentação correta feita pela jornalista de *O Dia*, pois, de acordo com a Lei de Imprensa de 1953, a ação penal contra os crimes de imprensa era de responsabilidade do Ministério Público.

Como resposta à coação, d’Assunção Carvalho quis deixar claro na sua coluna que não se sentiu amedrontada. Ao contrário, se viu forçada e desafiada a falar para seus “inimigos

⁶⁶ Até o momento não foram encontrados muitos dados sobre a jornalista d’Assunção Carvalho. No material consultado, Maria Edith d’Assunção Carvalho trabalhou no Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado (Ipase). Na edição de 28 de junho de 1960, a *Folha da Manhã* publica uma pequena nota informando que Edith d’Assunção Carvalho, colocaria em circulação no mês de julho o jornal dominical *Folha do Piauí (Folha da Manhã)*. Teresina, ano III, n. 745, p. 1, 28 jun. 1960). Em 1966, foi candidata a Deputada Estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mas não chegou a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Piauí, obtendo apenas 243 votos. Em 1986, filiou-se ao Partido Democratas (DEM). Em 1968, criou o jornal *O Liberal*, que tinha como lema “Crítico, político e noticioso”. Da militância na imprensa, Alessandra Lima dos Santos e Cláudia Cristina da Silva Fontineles (2019) apontam que a jornalista Maria Edith d’Assunção Carvalho “[...] era considerada por seus colaboradores como uma ‘jornalista combativa e séria que vale por um jornal e muitos outros’ era filiada ao partido político que apoiava o Regime”.

⁶⁷ A denúncia da jornalista foi reforçada pelo jornal *O Dia* também na matéria “Política extranhável”, na mesma edição de 09 de fevereiro de 1961, na qual afirmava que a coação contra a jornalista d’Anúnciação Carvalho feria os princípios da Lei de Imprensa e pretendia acobertar os responsáveis pelas irregularidades denunciadas por ela através da imprensa (POLÍTICA extranhável. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 849, p. 4, 9 fev. 1961).

derrotados” e apontar os erros que cometiam no serviço público. Na sua coluna “Notas & Fatos”, de 09 de fevereiro de 1961, advogava que:

[...] Ela aqui estará sempre, a cada instante, se opondo ao êrro, condenando a fraude, apontando cúmplices e criminosos, denunciando crimes, insistindo, desapaixonadamente. Para a Polícia devem ir os peculatórios, os falsificadores de firmas, os usurpadores dos direitos humanos, mas não acha a jornalista que vos fala, ser (direito humano) a prática do furto, que é bem mais grave a meu ver, para os rotulados de funcionários públicos que nem por isso deixam de ser gatunos. Proteger essa gente, aliciando e coagindo honestos é estar de parceria com ela, aplaudir a chantagem e, por isto pode, inegavelmente, se batizar de Chantagista a autoridade de procedimentos culposos. [...] Aqui estou como jornalista Profissional, falando de público, para a autoridade venal, que em detrimento do que consigna a própria Lei, não se envergonha a prática de ações macabras – Não atendi a uma Intimação Oficial, porque com as prerrogativas que em razão da Profissão me estão afetas, não atenderia. [...] Aos meus acusados deixo mais uma vez a minha promessa de ação e lembro que já sou conhecedora de suas ameaças no tocante a minha pessoa, e espero que os fatos se esclareçam, antes de minha ida para a eternidade. Como sempre para meus leitores, um até logo condicional, voltarei domingo, se fôr viva. Até lá, meus amigos. (Carvalho, d’Assunção. Notas & fatos. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 849, p. 4, 9 fev. 1961).

d’Assunção Carvalho escrevia em primeira pessoa e diretamente para o seu leitor, que o denomina de “amigo”. Autointitulando-se “jornalista Profissional”, com P maiúsculo, garantia não temer qualquer tipo de ameaça que lhe chegava pela via oficial ou não. Afirmava ainda que através do jornal *O Dia* estava exercendo sua missão de criticar com veemência o que estivesse de errado na administração pública, já que a imprensa e a palavra impressa eram suas principais armas. Falando diretamente para seus “amigos leitores”, a jornalista dizia não temer as ameaças que sofria constantemente por expor no jornal *O Dia* nomes de autoridades que cometem crimes, ilegalidades e fraudes na função pública.

Apresentar-se como jornalista profissional indica a estratégia utilizada pela jornalista para dar credibilidade ao que escrevia na imprensa. Da mesma forma, ao finalizar a coluna dirigindo-se ao amigo leitor de forma dramática, com “até logo condicional, se fôr viva”, d’Assunção Carvalho buscava adeptos para sua causa e conquistar o coração de seu público leitor. Segundo Maria Helena Capelato (1988, p. 15), “na grande imprensa, onde se mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis”. Cada jornal, convertido em empresa jornalística, monta sua estratégia para manter e ampliar sua clientela. O sensacionalismo e o apelo à exposição das emoções, de alguma maneira, eram usados pelos jornalistas de *O Dia* para atrair a atenção dos leitores.

A imagem de jornalista Profissional com “P” maiúsculo, destemida, desapaixonada e ativa construída pela própria d’Assunção Carvalho é retomada na coluna “Notas & Fatos” do dia 12 de fevereiro de 1961. Nesta edição de *O Dia*, ela inicia sua coluna falando que tem recebido muitos pedidos para que contenha a marcha de suas publicações. Entretanto, como resposta às propostas, denominadas por ela como “indecorosas”, dos leitores que são amigos de seus opositores e na defesa do seu papel na imprensa de “jornalista independente”, não poderia acatar as solicitações porque o “jornalismo são” era incompatível com conveniências:

Não encaro o são⁶⁸ jornalismo como coisa maleável, inclinada a atender conveniências, indecorosas. Sou independente, falo com base, escrevo com sinceridade e no desempenho de minha profissão, não aninho ou conservo rancores pessoais – Se hoje estou assediada pela maldade de uns, despeito de outros e receios de muitos, contrapondo-se ao meu mister de criatura de Imprensa, ainda não me passou pela mente, nem de leve, desertar sem razões justificadas dessa Tribuna que contra o gosto de tantos, me foi dada pelo amigo, pelo piauiense, pelo nacionalista, pelo confrade e, pelo Chefe Prof. Leão Monteiro.

[...] A minha arma outra não é, senão a pena livre, por cujo porte assumo inteira e absoluta responsabilidade. Os meus inimigos são os inimigos da coisa pública e daí senhores, não poder ceder aos reclamos dos que me têm procurado.

Única coisa que vos poderei prometer diletos leitores, amigos dos meus opositores, é que nas minhas explanações sentireis sempre o natural arrojo da jornalista da pátria, da piauiense amante da terra, da brasileira nacionalista, da funcionária honesta, embora por desígnios da sorte ameaçada de um leito perene de efêrma. Aqui ou alhures, havereis de sentir o meu desempenho legal sem o matiz do baixo interesse mesquinho que a tantos prende e domina.

Hoje apenas estas notas, outro número um artigo consubstanciado – Não desmerecerei vossa confiança e não temerei diante dos perigos que só a covardia e o sentimento de culpa, o desespero de causa dos infratores das Leis me poderão apontar. Até breve, até quinta-feira, a Deus querer meus amigos. (Carvalho, d’Assunção. Notas & fatos. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 850, p. 3, 12 fev. 1961).

No texto publicado pela jornalista d’Assunção Carvalho no jornal *O Dia* de 12 de fevereiro de 1961 podem ser encontrados vários elementos do que se entendia por imprensa, por jornalismo, do uso que os/as jornalistas faziam na imprensa e a percepção dela sobre o jornal no qual escrevia. Primeiro, a concepção de imprensa como “Tribuna”, o lugar elevado onde os oradores falam para os demais. O jornal é entendido como um lugar de fala autorizada ocupado por poucos, somente por aqueles que estão capacitados ou delegados a falar para outros. A imprensa como o palanque onde pessoas autorizadas atuam por meio da palavra

⁶⁸ Neste caso, o “são jornalismo” significa “jornalismo sadio”, expressão muito utilizada pelos redatores dos jornais de Teresina na década de 1950 para a definição do que entendiam como jornalismo decente, ou seja, escrito sem xingamentos ou ataques pessoais de forma injuriosa ou caluniosa (Ver LIMA, 2014).

escrita. Segundo, a adefinição de “independente” e de “jornalista da pátria” por d’Assunção Carvalho, de modo recíproco, tem relação direta ao local em que escrevia, o jornal *O Dia*, autointitulado como órgão independente, e com o proprietário, Leão Monteiro, descrito como “nacionalista”, “Chefe”.

Esse aspecto é importante de ser ressaltado porque, segundo Luiz Beltrão (1980, p. 20-21), “a opinião do jornalista, coincide, muitas vezes, com a do editor, pois, em regra, trabalha em um jornal cujos princípios e orientação consultam os seus próprios. [...] Então, a opinião do jornalista reflete a opinião do jornal, e conseqüentemente, de uma parte expressiva do público [...]”. Seguramente, Leão Monteiro acatava as ideias e os nomes das autoridades citados por d’Assunção Carvalho no texto redigido num estilo panfletário e polêmico na coluna no mês de fevereiro de 1961. É tão certo que o texto foi editado nas páginas de *O Dia* sob aprovação de Leão Monteiro, ainda mais por ele saber que, na condição de “Chefe”, não responderia na Justiça pelos conceitos emitidos por d’Assunção Carvalho, que assumia a autoria do conteúdo publicado no seu jornal. Terceiro, e último, d’Assunção Carvalho toca na questão da paixão e dos ataques pessoais que aconteciam pela imprensa, razão pela qual deixava explícito que não guardava rancores. O que fazia na imprensa, segundo sua opinião, era escrever “com sinceridade e no desempenho de minha profissão”, cumprindo os preceitos éticos e morais na defesa da coisa pública.

Sobre a atuação da jornalista d’Assunção Carvalho pode ser ressaltado ainda o nome que ela adotou para assinar suas matérias no jornal *O Dia*. Embora esteja ausente nas fontes e referências consultadas o porquê da escolha dos dois últimos sobrenomes para a criação de sua identidade como jornalista, é curioso, pois, olhando apenas a assinatura sem leitura do seu conteúdo pode-se até pensar que se trata de um redator e não uma redatora. Considerando que o nome é muito usado para o gênero feminino como herança da cultura cristã, quase sempre o Assunção vem acompanhado do nome Maria. No caso da jornalista d’Assunção Carvalho há certa similaridade nesse sentido, ao observar que o nome completo dela era Maria Edith d’Assunção Carvalho. Porém, na coluna “Notas & Fatos”, que ela assinava no jornal *O Dia*, Maria Edith é invisibilizado, à medida que adota um nome que, de certa forma, traz as marcas do masculino, assim como os espaços em que ela teve atuação: o jornalismo e a política.

Em 1960, há notícias de que d’Assunção Carvalho tinha interesse em criar um jornal, denominado de *Folha do Piauí*, como foi informado através de uma nota na *Folha da Manhã* de 28 de junho de 1960. O jornal, segundo a *Folha da Manhã*, circularia ainda no mês de julho daquele ano com periodicidade semanal, aos domingos (**Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 745, p. 1, 28 jun. 1960). Mais tarde, em 1966, foi candidata a Deputada Estadual pelo

Movimento Democrático Brasileiro (MDB), seguindo uma trajetória similar à de muitos jornalistas e funcionários públicos que entraram no mundo da política. No entanto, consultando a lista de jornais que surgiram em 1960 feita por Pinheiro Filho (2017, p. 236), o nome da *Folha do Piauí* está ausente e não se tem certeza que o jornal realmente tenha sido criado como ela pretendia.

Para além da questão léxica e do registro do empenho de d'Assunção Carvalho pretender criar um jornal, a questão que se quer fazer é em torno da entrada de mulheres em lugares ainda marcadamente masculino nos anos 1960 no Piauí. Com a ressalva de que não se pretende fazer uma discussão de gênero e que nesse período muitas mulheres já ocupavam as redações assumindo a autoria dos textos com o seu nome de registro, sugere-se que ao adotar o sobrenome d'Assunção Carvalho nas matérias de *O Dia*, a jornalista imprimia para si uma identidade singular no jornalismo, a diferenciando dos demais papéis sociais que exercia, a exemplo da função pública que ocupava no Ipase. Também se avalia que, antes mesmo de ser um nome mais “estiloso”, como faziam/fazem muitos jornalistas ao entrar neste universo da escrita, trata-se de uma estratégia adotada por ela para se impor, ganhar crédito, *status*, pois a “[...] a assinatura ocupa um lugar que só pertence a ela” (Mouillaud, 2002, p. 93).

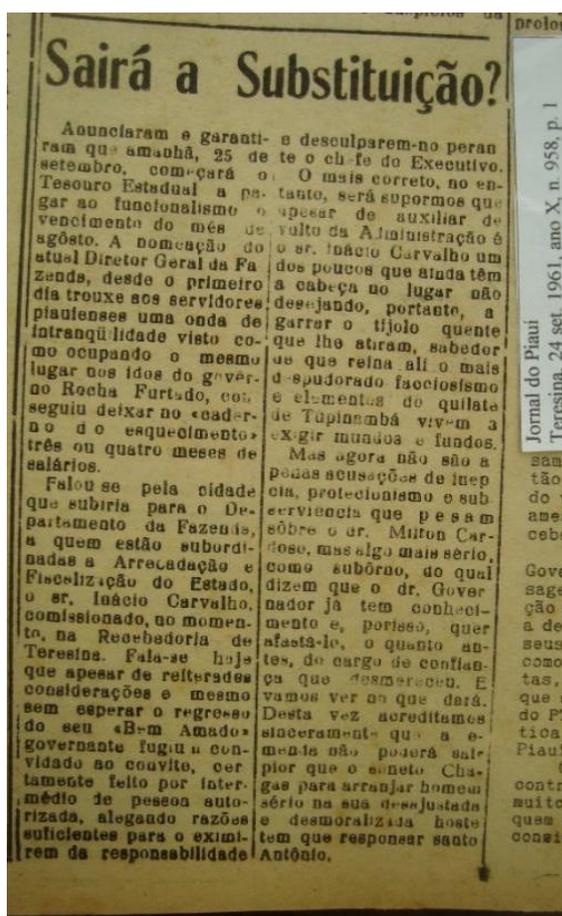
De acordo com Maurice Mouillaud (2002, p. 92), a assinatura imprime um valor informativo nos artigos e determina a responsabilidade do signatário, que responde pelo seu texto dentro do jornal. Ou seja, “[...] na linguagem jornalística, o nome do jornal fala, grita, tem sentimentos, humores, raivas, mas atendo-se mais estritamente à assinatura, tudo que é permitido dizer é que a assinatura determina. [...] A assinatura é um suplemento que não pode ser confundido nem com a presença substancial de uma pessoa nem com a marca de um locutor. Se a assinatura designa uma pessoa, é uma pessoa de direito” (Mouillaud, 202, p. 93). Do mesmo modo, o autor considera que o nome de um jornal não se constitui sozinho, visto que está diretamente associado ao conjunto de assinaturas que aparecem nos artigos que o compõem.

Além da jornalista d'Assunção Carvalho que registrou as ameaças verbais que sofreu pela postura destemida de denunciar os desmandos de autoridades públicas pela imprensa, o jornal *O Dia* também cedeu espaço para autoridades públicas que se sentiram ofendidos pela imprensa alheia e denunciaram os crimes de imprensa.

Um dos casos de suposto crime de imprensa divulgado no jornal *O Dia* foi a Petição, impetrada por Milton Costa Cardoso⁶⁹, requerendo Ação Penal contra o *Jornal do Piauí* pela publicação de texto injurioso na edição de 01 de outubro de 1961. Milton Costa Cardoso, Diretor Geral da Fazenda do Estado do Piauí e bacharel em Direito, dispôs da Justiça para responsabilizar o *Jornal do Piauí* pela publicação da matéria “Sairá a substituição?”, em 24 de setembro de 1961, com falsa imputação contra a sua pessoa. De acordo com a redação de *O Dia*, a matéria “Sairá a substituição?” foi publicada no *Jornal do Piauí* sem assinatura e acusava Milton Costa Cardoso de suborno.

Consultando a edição do *Jornal do Piauí* de 1961, em 24 de setembro, de fato, a matéria “Sairá a substituição?” citada pela redação de *O Dia* saiu publicada no órgão pessedista sem assinatura, como pode ser observada na Figura 13.

Figura 13: Matéria “Sairá a Substituição?”, publicada no *Jornal do Piauí*.



Fonte: **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 958, p. 1, 24 set. 1961.

⁶⁹ “Milton Costa Cardoso nasceu em Marvão, hoje Castelo do Piauí, formou-se em Direito pela a extinta Faculdade de Direito do Recife (a Casa de Tobias Barreto), em 1940, exerceu diversos cargos públicos no Piauí, tendo sido Deputado Constituinte, em 1947, pela União Democrática Nacional (UDN)). Foi Chefe de Polícia, Diretor da Fazenda, Procurador junto ao Tribunal de Contas e Procurador do Estado do Piauí” (Abreu, 2024, online). Em 1962, Milton Costa Cardoso foi candidato a Deputado Estadual pelo PTB.

A matéria “Sairá a substituição?”, editada pelo *Jornal do Piauí* em 24 de setembro de 1961, acusava Milton Costa Cardoso, então Diretor Geral da Fazenda, de gerar intranquilidade entre os funcionários públicos pela falta de pagamento do salário. Além disso, denunciava as práticas de inépcia, protecionismo, subserviência e, principalmente, de suborno na administração pública pelo gestor. De acordo com a redação, o governador do Piauí, Chagas Rodrigues, tinha conhecimento do caso e pretendia afastá-lo do cargo de confiança. Daí, portanto, a pergunta que encabeça a matéria como título: “Sairá a substituição?”, colocando em suspeição a ação do governador, uma vez que o *Jornal do Piauí* assumiu a linha editorial de oposição ao PTB e vigilância da ação administrativa do executivo estadual.

O nome de Milton Costa Cardoso não se limitou a sair impresso nas páginas do *Jornal do Piauí* apenas em 24 de setembro de 1961. Na edição de 28 de setembro de 1961, outra vez aparece o nome de Milton Costa Cardoso em uma nota publicada na margem superior da capa, apontando que ele não havia sido substituído e, para culminar, se aproveitava das regalias do cargo, tal como a utilização dos “carros chapas brancas” para os seus passeios sabatinos. A conduta de Milton Costa Cardoso é, de novo, avaliada pelo *Jornal do Piauí* como um “acinte ao ponto” (Notícia. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 959, p. 1, 28 set. 1961).

Sem economizar tinta e papel, nos meses de setembro e outubro de 1961 o nome de Milton Costa Cardoso aparece estampado no *Jornal do Piauí*, geralmente, nas seções de “Notícia” e “O que vai pela cidade”, mas também é possível encontrar o nome dele em algumas poucas matérias das páginas internas. Nestes espaços, o jornal reiterava as acusações e as denúncias levantadas pela redação, dava visibilidade para a ameaça verbal de que o *Jornal do Piauí* seria processado pelo então Diretor Geral da Fazenda e denunciava que Milton Costa Cardoso pagava jornais e rádios para a divulgação do texto da petição.

Nas matérias encontradas nas edições do *Jornal do Piauí* que tratam do assunto, chama a atenção a reação enérgica do órgão frente a possibilidade de se tornar réu por calúnia. Na capa da edição de 01 de outubro de 1961, por exemplo, nas seções “Notícia” e “O que vai pela cidade”, a redação do *Jornal do Piauí* destacou que *O Dia* publicaria o teor da petição contra o órgão e aproveitou a ocasião para reforçar as acusações de suborno de Milton Costa Cardoso e reafirmava que não se intimidaria com a ameaça. Ao contrário, como resposta, a redação do *Jornal do Piauí* deixava evidente que o próprio jornal será utilizado como arma contra o Diretor Geral da Fazenda:

Notícia

Divulgará hoje o jornal “O DIA” o teor da petição com que o austero sr. Milton Cardoso pretende nos meter no xilindró. É uma peça de fôlego, bela por todos os títulos até pelo ouro amealhado nas arcas do suborno. Isso porém não nos intimida, não nos mete medo, pelo contrário nos estimula a levar ao público todas as mazelas do sr. Cardoso (Notícia. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 960, p. 1, 1 out. 1961).

O QUE VAI PELA CIDADE

[...] O dr. Milton Cardoso, Diretor Geral da Fazenda, está processando a direção deste órgão. Sabe-se que todo aquele que com Milton se mete, sai liso, lesado e lépido. Mas agora a conversa vai mudar (O que vai pela cidade. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 960, p. 1, 1 out. 1961).

Na mesma edição de 01 de outubro de 1961, em sua décima página, foi publicada a matéria “As ameaças de Milton Cardoso” no *Jornal do Piauí*, momento em que a redação faz sua autodefesa e num tom ameaçador afirmava que tinha provas das práticas de suborno cometidas pelo Diretor Geral da Fazenda:

O ilustríssimo, culto e austero dr. Milton da Costa Cardoso acaba de contratar um advogado para nos mandar à cadeia sob a alegação de que ferimos a sua *ilibada honestidade*. E para mostrar que é homem forte, poderoso e de vida inatacável, ainda mandou ler através o [sic.] microfone da Difusora o teor da magistral peça com o título petição inicial, dirigido a quem de direito. Pelo gabarito do outorgante, não há dúvida: já deve estar recebendo retoques a enxovia em que devem ser medidos os responsáveis pela circulação do JORNAL DO PIAUÍ.

[...] Mas se engana o sr. Milton Costa. De sua vida periculosa temos muita coisa a dizer com provas reais e irrefutáveis. E êle Milton sabe disso melhor do que nós mesmos. Então por que essa ira espumante? O que pretende fazer com isso? Fazer-nos medo ou nos obrigar a levar ao público todo o desfile de suas trapaças? Lembramos ao s. Milton Cardoso que em nosso poder estão acusações as mais fortes de sua conduta com relação a subtração de autos de notificação, onde um *subornozinho* da ordem 150 mil entrou no bolso sem fundo do Diretor, enquanto o processo caiu num poço. E sabem por que esse documento não veio à lume? Em atenção a amigos nossos a quem muito prezamos. Todavia, aqui fica alertado o sr. Milton Cardoso; a qualquer hora podemos leva-lo ao poste da expiação pública, alinhando um a um todos os seus feios papéis, desde a história da geladeira a outras que vivem presentes na memória do atual Diretor Milton Cardoso.

Pode continuar na sua marcha processual. Isso não nos causa pavor ou assombração mesmo porque Milton é expressão zero para nos criar embaraço nessa ação moralizadora contra os que trepados em cargos de mando no atual govêrno se supõem intocáveis.

E para concluir aqui vão estas palavras de alerta ao Diretor da Fazenda: de suas ameaças nada temos a temer pois não o consideramos tão conspícuo como pretende dizer que é, e que sua conspícuo não vai além da prática daqueles fatos que só têm recomendado à atenção da polícia e lhe dão direito a um lugar na penitenciária.

Pode ficar certo o sr. Milton Cardoso de uma coisa: jamais mexericamos. Não enredamos, não intrigamos com quem possui segredos cuja revelação poderia

impor silêncio a desassissados [sic.] provocadores, e os guarda, preferindo um caminho mais elevado à eterna vergonha dos seus inimigos.

[...] Vamos por hoje chegar ao fim. Fizemos o quanto foi possível para poupar o sr. Milton Cardoso, mas uma vez que tirou nossa misericórdia o fundamento para apontar-nos como caluniadores, vemos nos obrigados a romper tôdas as considerações que por lealdade a amigos nossos fomos levados a respeitar. Assim o quis, assim será. Queixe-se agora unicamente de sua incurável ingratidão, e prossiga. Se tiver o fôlego comprido ainda terá de suportar bôa dose de arrepios. Não tenha dúvidas.

Depois tem a conversa dos AUTOS DE INFRAÇÃO. Não custa esperar. É mais um quisto a se estripar (As ameaças de Milton Cardoso. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 960, p. 10, 1 out. 1961, grifos do autor).

Conforme anunciado pelo *Jornal do Piauí*, de fato, a petição de Milton Costa Cardoso contra o órgão encaminhada ao Ministério Público do Estado do Piauí foi publicada na íntegra na edição de 1º de outubro de 1961 do jornal *O Dia*. Atendo-se à Lei de Imprensa N. 2.083, de 1953, e a Constituição Federal, Milton Costa Cardoso alegava crime de calúnia praticado pelo *Jornal do Piauí*:

[...] Por êsse fato, o jornal aludido, pelos seus responsáveis, cometeu o crime de *calúnia*, previsto nos artigos 138 do Código Penal e 9º letras “b” e “f” da Lei de Imprensa.

Embora não assinado o artigo, a responsabilidade é a mesma, pois que não é permitido o anonimato pelo direito pátrio (Constituição Federal, art. 141 § 6º e art. 27 da Lei nº 2.083). Assim, o escrito que não trouxer a assinatura do autor será tido como redigido pelo Diretor ou Redator do jornal, assim como qualquer outro responsável apontado pela mesma lei.

A injúria foi assacada contra o Solicitante, em razão de sua função, isto é *propor officium*. É crime de natureza mais grave, com aumento de pena (Lei 2.083, art 9º § único) e que envolvendo interesse da própria administração pública, o processo é iniciado de modo diferente.

Naturalmente que o articulista pretende esconder-se sob o manto de liberdade de imprensa. Esta, porém, não exclue [sic.] a dos que praticarem abusos no seu exercício (Lei 2.083, art 8º). [...]. (Íntegra da petição em que se requer Ação Penal contra o “Jornal do Piauí”. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 915, p. 1, 1 out. 1961, grifos do autor).

Os artigos 9 e 27 da Lei de Imprensa de 1953, mencionados na petição de Milton Costa Cardoso, referem-se, respectivamente, a abusos no exercício da liberdade de imprensa e proibição do anonimato na imprensa:

Art. 9º Constituem abusos no exercício da liberdade de imprensa, sujeitos às penas que vão ser indicadas, os seguintes fatos:

[...] b) publicar notícias falsas ou divulgar fatos verdadeiros, truncados ou deturpados, que provoquem alarma social ou perturbação da ordem pública: penas - as mesmas da letra anterior;

[...] f) caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: pena de seis meses a um ano de detenção para o autor do escrito e multa de Cr\$4.000,00 (quatro mil cruzeiros) a Cr\$8.000,00 (oito mil cruzeiros) para qualquer dos responsáveis subsidiários;

Parágrafo único. Quando os crimes das letras f, g e h forem praticados contra órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública, as respectivas penas de detenção e de multa serão aumentadas de um terço.

[...] Art. 27. Não é permitido o anonimato. O escrito, que não trouxer a assinatura do autor, será tido como redigido pelo diretor ou diretores, pelo redator-chefe ou redatores-chefes do jornal, se publicado na parte editorial, e pelo dono da oficina, ou pelo seu gerente, se publicado na parte ineditorial.

Parágrafo único. Se o jornal ou periódico mantiver seções distintas sob a responsabilidade de certos e determinados redatores, cujos nomes nelas figurem permanentemente, serão estes os responsáveis pelo que sair publicado nessas seções (Brasil, 1953).

A Lei de Imprensa de 1953, no seu Artigo 26, deixa claro que o responsável pelos delitos da imprensa é, primeiramente, o autor do texto. Não havendo autoria ou não sendo identificado o autor, compete ao(s) diretor(es), o redator ou redatores-chefes do jornal responder pelo conteúdo do texto publicado. Desta forma, como a matéria publicada pelo *Jornal do Piauí*, de acordo com o jornal *O Dia*, saiu sem a assinatura, e mesmo que o jornal colocasse no seu expediente a responsabilidade ao partido pessedista, segundo Milton Costa Cardoso, em juízo, quem respondia pelo conteúdo era o Cel. Antônio de Almendra Freitas, presidente do PSD e proprietário do órgão.

Depois da publicação da petição contra o *Jornal do Piauí*, em 1 de outubro de 1961, não foi encontrado nenhum registro no jornal *O Dia* dando visibilidade ao assunto, de maneira que não se sabe o resultado final da petição. Mas tudo indica que o interesse maior de *O Dia* em reproduzir a petição Milton Costa Cardoso na sua primeira página era tão-só reforçar a imagem de calunioso que vinha construindo discursivamente sobre órgão do PSD. Fora isso, o que se sabe é que o *Jornal do Piauí* manteve suas impressoras funcionando a pleno vapor e circulando com a responsabilidade do Diretório Regional do Partido Social Democrático nos dois primeiros anos da década de 1960⁷⁰.

Analisando as matérias do *Jornal do Piauí* sobre o assunto, também não é possível assegurar que Milton Costa Cardoso realmente deu entrada na petição contra o órgão. Tanto na matéria de 01 de outubro de 1961, transcrita acima, como nas demais matérias do mês de outubro não há informação do início do processo. Em 22 de outubro de 1961, o *Jornal do Piauí*

⁷⁰ As edições do *Jornal do Piauí* do período de 1951 a 1954 e de 1958 a 1962 se encontram no Arquivo Público do Estado do Piauí e estas foram digitalizadas no momento da realização da pesquisa para o Doutorado em Ciências da Comunicação, defendido em 2014, o que atesta a continuidade do jornal mesmo depois da denúncia feita por Milton Costa Cardoso discutida acima.

volta a falar do assunto da petição, o que denota que até aquele momento nada foi concretizado por Milton Costa Cardoso, enquanto que a redação continuava com a promessa de não se intimidar frente às ameaças de processo.

O sr. Milton Cardoso, que mandou dar farta divulgação ao teor de uma petição com que espera nos meter na cadeia, face às verdades por nós contadas referentes à sua conduta, está agora se fugindo ao pagamento da conta relativa à publicidade, declarando que ela deve ser paga pelo Tesouro estadual (O que vai pela cidade. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 966, p. 1, 22 out. 1961).

Casos como o de Milton Costa Cardoso e o da jornalista d'Assunção Carvalho são raros de se ver no material analisado do jornal *O Dia*. Na maioria das vezes, as brigas políticas e de ego se faziam e até mesmo se resolviam através da palavra impressa. Cartas à redação, cartas abertas, reptos, desmentidos, xingamentos etc. eram recursos utilizados pelos diretores, redatores e demais pessoas que se sentiam difamados pelos jornais e pretendiam contestar tudo aquilo que considerava mentira, injúria e difamação de seus desafetos também pela imprensa. Como apontado no tópico anterior, a Lei de Imprensa assegurava àquele que se sentia ofendido por um jornal o “direito de resposta” em reparação à ofensa à pessoa. Se um jornal publicasse uma matéria difamatória ou mentirosa contra alguém, este ficava obrigado a publicar no mesmo local, página e tamanho o direito de resposta de qualquer cidadão/cidadã que se sentisse ofendida/ofendido. Do contrário, o ofendido poderia recorrer à Justiça, que obrigaria o gerente a publicar o texto, dentro de um prazo de três dias, sob pena de multa.

No entanto, segundo Jobin (1960, p. 189), em casos de publicação difamatória contra funcionários públicos no exercício da função, há uma exceção:

Mesmo que a difamação seja imprecisa, feita em termos genéricos, a investigação da verdade em relação a eles é amplamente permitida. Feita a prova legal da verdade, o ofensor ficará isento de pena. A difamação existe, nesse caso, mas seu autor deixa de ser punido em virtude de um interesse superior do Estado o de vigilância sobre a probidade, a lealdade e a eficiência de seus agentes. Para esse efeito, são equiparados aos funcionários públicos os candidatos a cargos públicos, de nomeação ou eletivos. Mas em qualquer hipótese só se admite a prova se a acusação se referir a atos praticados por eles na qualidade de funcionários ou de candidatos. Não é facultada, porém, a prova da verdade em casos de difamação contra o Presidente do Brasil e os chefes de Estado estrangeiros, aos chefes de governo e aos representantes diplomáticos. Quando se comete pela imprensa uma difamação que consista em atribuir a alguém procedimento que constitua crime qualificado na lei, então a prova da verdade é permitida, isentando-se o autor da pena, com as exceções a que há pouco nos referimos (Jobin, 1960, p. 189-190).

Mais uma vez, trazer a Lei de Imprensa e suas brechas para a análise servem para a compreensão das ameaças verbais que ficaram registradas na imprensa de Teresina no período em estudo como resultado da batalha política que permanecia nos jornais antes e depois das eleições. No caso de Milton Costa, o imbróglio com o *Jornal do Piauí* ultrapassava a questão de interesses do Estado e tinha viés partidário. Logo, Milton Costa ocupava o cargo de Diretor da Fazenda no governo de Chagas Rodrigues, do PTB, e o *Jornal do Piauí* defendia os interesses do PSD, ao tempo em que também delegava para si, como imprensa de oposição, o papel de vigilância dos abusos de poder e das irregularidades do executivo estadual e seus agentes públicos. Frente a este fato em que houve a ameaça, mas, igualmente, faltam dados nas fontes pesquisadas de que Milton Costa Cardoso deu entrada no processo de difamação contra o *Jornal do Piauí*, resta considerar que essa ausência ou o silenciamento dos jornais diz muito mais. Quer dizer, à medida que Milton Costa Cardoso ameaçou o *Jornal do Piauí* de processo, este também reagiu informando que tinha “muita coisa a dizer com provas reais e irrefutáveis” sobre o Diretor da Fazenda. Assim, seguindo os critérios da Lei de Imprensa, caso o *Jornal do Piauí* realmente provasse as acusações que fazia ao Diretor da Fazenda, Milton Costa, o responsável pelo órgão ficaria impune, já que prevalece o interesse do Estado e o da vigilância em relação a probidade, a lealdade e a eficiência de seus agentes públicos.

Ora, Milton Brandão era advogado, funcionário público e colaborador do *Jornal do Comércio*, o que significa dizer que ele conhecia bem os meandros dos processos jurídicos contra a imprensa, assim como a força da imprensa da situação e de oposição de causar prejuízo a reputação individual de políticos e de autoridades públicas através da difamação e das disputas de sentido que travavam com outro jornal de linha editorial e partidária diferente. Logo, o partido que perdia a eleição e ficava de fora do poder executivo usava o jornal como desforra, contribuindo para as cruzadas entre os adversários que viviam em clima permanente de disputa política e intelectual. Segundo Jobin (1960), os adversários liam uns aos outros e completavam sua folha conforme a informação que saía publicada na imprensa com seus respectivos nomes.

As ameaças, como podem ser percebidas até o momento, se fazia presente em *O Dia* e nos jornais de Teresina na forma verbal e, na maioria das vezes, em resposta aos textos caluniosos e injuriosos que se publicava com o objetivo de atacar um adversário do jogo político ou um inimigo pessoal. Sobre os dois termos, Fraser F. Bond (1962) elucida que a agressão ao nome de uma pessoa pode acontecer de forma caluniosa pela difamação via comunicação oral ou na forma de injúria, que é a difamação por comunicação visível. A partir desta diferenciação, o autor define a injúria “[...] como qualquer difamação, quer escrita, quer impressa, que

falsamente sugira que uma pessoa tenha cometido um crime; ou que tende injuriá-lo em seu negócio; ou expõe a escárnio, ridículo, ódio ou desprezo” (Bond, 1962, p. 302).

Sendo a injúria um recurso bastante utilizado pelos jornalistas de Teresina, pode-se observar também casos em que as ameaças deixaram de ser exclusivamente verbais para a verbalização de ameaças de violência física contra aqueles que atentassem a honra e a dignidade de redatores, radialistas, juristas, autoridades públicas, políticos, dentre outros, nas matérias que se editavam nos jornais.

Fora do jornal *O Dia*, encontram-se algumas matérias na *Folha da Manhã* registrando ameaças a periódicos e redatores por motivação política partidária. Uma das primeiras publicações tratando do assunto foi em 17 de junho de 1961 através da matéria “Por tão pouco?”, na qual acusa o *Jornal do Comércio*, ligado ao governador Chagas Rodrigues, de ter ameaçado o senador Joaquim Parente, então diretor do órgão, de processo por crime de imprensa. Nesta primeira aparição, a violência verbal se expressa pela ameaça de processo jurídico e de “mão na cara”, denúncia que será bem mais problematizada nas demais edições de junho chegando a ser pautada até o mês de agosto de 1961.

Em 25 de junho de 1961, o jornal *Folha da Manhã* deu visibilidade para os espancamentos de dois jornalistas de Teresina na coluna “A Verdade dos Fatos”, de responsabilidade do redator-chefe Álvaro Alves Ferreira⁷¹. Sob o título “Espancamentos”, o redator-chefe da *Folha da Manhã* denuncia que os jornais da oposição ao governo do Piauí e seus respectivos jornalistas não mais sofriam só com os avisos ameaçadores veiculados pela imprensa paga pelo governador Chagas Rodrigues a fim de “fazer calar a imprensa livre, usando de toda sorte de violências”, como partia para a agressão física. Não bastando as ameaças e as violências verbais pela imprensa situacionista de que os jornalistas da oposição estariam merecendo “mão na cara”, registrava-se a sua concretização com o “bárbaro espancamento na pessoa de um radialista, o sr. Antônio Cruz, praticado por policiais, encarregados pela manutenção da ordem” e do jornalista Osvaldo Lobão da imprensa escrita (A verdade dos fatos. Espancamentos. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.008, p. 1, 25 jun. 1961).

Os dois casos de espancamentos denunciados pelo jornal *Folha da Manhã* em 1961 são apresentados como um prenúncio da violência verbal e física que se intensificaram no ano seguinte com a chegada da campanha eleitoral, onde os ânimos ficaram ainda mais à flor da

⁷¹ O editorial “Verdade dos Fatos” era publicado sem assinatura no jornal *Folha da Manhã*. Porém, na coluna “Televisão”, do Prof. Simplício de Sousa Mendes, consta que o editorial saía publicado diariamente e era escrito por Álvaro Alves Ferreira, também redator-chefe do jornal *Folha da Manhã* (MENDES, Prof. Simplício de Sousa. Televisão. Em redor dum jornalista. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 937, p. 4, 26 mar. 1961).

pele. Desses dois casos, inicialmente merece destacar o primeiro, o suposto espancamento do radialista Antônio Cruz que trabalhava na Rádio Clube de Teresina, ou seja, na mesma emissora em que o governador Chagas Rodrigues mantinha o programa “Falando com o Povo”, às quartas-feiras. Esse caso chama a atenção por vários aspectos. Por um lado, fica evidente que trabalhar na mesma emissora em que a linha editorial partidária estava vinculada ao governador não dava garantia nenhuma de segurança para que jornalistas e/ou radialistas de opinião contrária escapassem as sanções da violência política. Por outro lado, confirma que dentro de um órgão de imprensa haviam pessoas de diferentes ideologias partidárias e que desavenças se resolviam também fora da sala de redação.

O caso do radialista Antônio Cruz se assemelha ao do jornalista Osvaldo Lobão, considerando que o segundo, antes da agressão, escrevia para o *Jornal do Comércio*, de linha editorial petebista, prestando “relevantes e inegáveis serviços, desinteressadamente”, como ele afirmou na “Carta aberta” publicada na *Folha da Manhã* de 17 de junho de 1961 (Véras Filho, Osvaldo de Lobão. Carta aberta. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.002, p. 4, 17 jun. 1961). De acordo com o jornal *Folha da Manhã*, após o espancamento e sua recuperação, Osvaldo Lobão passou a escrever uma coluna sob sua responsabilidade no jornal udenista, sendo denominada “Fatos & Comentários”. Assinando a coluna com o nome completo, Osvaldo de Lobão Véras Filho, a primeira publicação da coluna foi impressa na edição de 16 de julho de 1961, onde detalha a “bárbara, estranha e até mesmo esquisita agressão” de que foi vítima, fala da prisão, da soltura dos agressores e da sua “[...] volta às colunas dos jornais, a essas colunas onde a liberdade e a honestidade jamais cederão lugar à covardia e à pusilanimidade. E, ao voltar à imprensa, entrego às autoridades constituídas a responsabilidade pelas garantias que as leis me conferem – às autoridades, a quem compete oferecer segurança e tranquilidade de que tanto estamos a necessitar” (Véras Filho, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Agressão, aspectos e estranheza. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.024, p. 2, 16 jul. 1961).

De acordo com Fernanda Lima Lopes ([s.d.], p. 12), “[...] quando os jornalistas se autorreferenciam atrelando sua imagem como defensores da liberdade de imprensa, estão galgando uma certa autoridade em relação a esse valor. Eles estão se autodenominando portadores dessa bandeira. Isso reflete uma estratégia de defesa”. A autora defende que atrás do muro da liberdade de imprensa havia um discurso muito amplo no qual buscava denunciar que o ataque contra a imprensa era também contra a sociedade, pois competia ao jornal e aos jornalistas o dever ético de denunciar os desmandos políticos da administração pública.

Na defesa da liberdade de expressão, no dia 19 de julho de 1961, Osvaldo de Lobão Vêras Filho transcreveu na sua coluna “Fatos & Comentários” um trecho da matéria “Protesto e solidariedade”, que foi publicada no *Jornal do Comércio* em sua defesa, com o interesse de robustecer sua reclamação da ação das autoridades policiais de Teresina. Para Osvaldo de Lobão Vêras Filho, a polícia gerava um clima de insegurança entre os jornalistas da imprensa local, visto que, posteriormente a agressão e a descoberta dos suspeitos, não puniu legalmente seus agressores por serem “endinheirados e patrocinados por um grupo de colegas de profissão”. Na mesma edição, Osvaldo de Lobão Vêras Filho também denuncia que “[...] uma dupla de soldados da companhia ‘Cosme e Damião’ advertiu o jornalista Jesuíno Vieira de que deveria ‘por termo à língua’” (Vêras Filho, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Vários assuntos. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.026, p. 2, 19 jul. 1961).

Embora Osvaldo de Lobão Vêras Filho tenha lançado mão da transcrição da matéria do *Jornal do Comércio* para cobrar das autoridades policiais a resolução da falta de segurança contra os jornalistas de Teresina, não implica dizer que ele concordava com o posicionamento do órgão no jogo político partidário. Tanto Osvaldo de Lobão Vêras Filho quanto o jornal *Folha da Manhã* colocaram em suspeição a atuação do *Jornal do Comércio* no tocante às arbitrariedades policiais e o comportamento do governador Chagas Rodrigues em relação à imprensa de oposição. No *corpus* analisado do jornal *Folha da Manhã*, seja na coluna de Osvaldo de Lobão Vêras Filho, seja nas matérias sem assinatura, o *Jornal do Comércio* foi reiteradamente denominado de “órgão oficioso”, de dispositivo político usado pelo governador Chagas Rodrigues para intimidar a imprensa e os jornalistas opositores. No interesse de calar a voz da oposição pela imprensa, previa-se nas páginas do *Jornal do Comércio* a adoção de medidas violentas à redação, como o “apedrejamento” da *Folha da Manhã* e as ameaças de dar uns “supapos” no colunista Simplicio de Sousa Mendes, colocando em insegurança a sua integridade física.

O assunto foi tratado na edição de 30 de julho de 1961 em duas oportunidades⁷². Primeiro, na matéria “Responsabilidade”, onde a *Folha da Manhã* dizia desfrutar do direito da liberdade de crítica e, nesta condição, repudiava as advertências da “imprensa karnakiana⁷³”, ao tempo em que também registraria oficialmente a ocorrência junto às autoridades

⁷² RESPONSABILIDADE. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.032, p. 1, 30 jul. 1961; VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.032, p. 2, 30 jul. 1961.

⁷³ “Imprensa karnakiana” ou “cadeia Karnakiana” é a denominação usada pelos redatores dos jornais do PSD e da UDN para se referir aos órgãos de imprensa que faziam a defesa do governador Chagas Rodrigues. A expressão “karnakiana” é referente ao Palácio Karnak, popularmente chamado Palácio de Karnak, que é a sede oficial do Governo do Piauí.

competentes, responsabilizando o governador Chagas Rodrigues pela “[...] possível concretização das ameaças acintosas feitas”. Segundo, na coluna de Osvaldo de Lobão Vêras Filho, o colunista dizia que Chagas Rodrigues transformou o *Jornal do Comércio* em seu “autêntico porta-voz”, permitindo a divulgação de desmandos e anúncios de violências e espancamentos, mesmo ele se apresentando ao eleitor como um governante “partidário da tranquilidade e da ordem”.

Vira e mexe o tema foi pautado por Osvaldo de Lobão Vêras Filho na coluna que assinava no jornal *Folha da Manhã*. Arrisca-se até a dizer que a coluna “Fatos & Comentários” servia de espaço para o colunista denunciar as violências contra a imprensa e os jornalistas que se manifestavam contrários ao PTB, uma vez que ele não só havia sido uma vítima de crime político partidário como tinha deixado o *Jornal do Comércio* sob a alegação de agora se encontrar numa redação que prezava pela liberdade e honestidade na cobertura dos fatos⁷⁴.

Osvaldo de Lobão Vêras Filho se colocou no papel de vigilante dos jornais “caraqueanos⁷⁵”, em particular, das matérias que saíam com o seu nome e/ou que pretendiam intimidar os jornalistas e a imprensa de oposição ao governador do Piauí. De olho no *Estado do Piauí* e no *Jornal do Comércio*, em algumas oportunidades, Osvaldo de Lobão Vêras Filho fez questão de reproduzir trechos das matérias que ambos publicaram sobre os espancamentos, destacando-os em negrito. Após analisar o conteúdo de cada uma das matérias, chegou à seguinte conclusão: as agressões contra o radialista Antônio Cruz e o jornalista Jesuíno Vieira

⁷⁴ Sobre a saída de Osvaldo de Lobão Vêras Filho do *Jornal do Comércio* há poucas informações que levam a crer que se deu por motivação política partidária. Inclusive, na “Carta aberta” que escreveu e foi publicada na edição de 17 de junho de 1961, Osvaldo de Lobão Vêras Filho diz que não seria candidato a nenhum cargo eletivo em 1962, nem na cidade de Campo Maior e nem outro lugar, como alegava o *Jornal do Comércio* (VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Carta aberta. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.002, p. 4, 17 jun. 1961). Já na coluna de novembro de 1961, a razão fica mais explícita: “[...] Estivemos, sim, em ‘Jornal do Comércio’, de acordo como já acima esclarecemos. E dali nos retiramos, precisamente no momento em que a audácia de prepotentes nos pretendeu atingir, procurando controlar, indevidamente, nossa natural liberdade de pensamento. Não nos era possível, em absoluto, concordar com tentativas de suborno à nossa consciência, de vez que, para muito do nosso bem, sempre contamos com autoridade suficiente para rebater tais e amorais expedientes. Nossa consciência estando tranquila, temos certeza, estará, não há dúvida, superior às forças do Poder, principalmente quando tais forças se encontram corrompidas e desmoralizadas. Desejava a Direção do ‘Jornal do Comércio’ que ali permanecêssemos, com a finalidade de elogiar a administração estadual e o próprio Governador Chagas Rodrigues. Nunca, porém, até o presente momento, aprendemos a mentir. Assim, jamais, conseguimos acomodar à linha daquele órgão. A linha que atualmente adota. Não poderíamos, assim, ali permanecer, boca rancada, falando contra nós mesmos, blasfemando até, para satisfazer ao Poderoso e invencível. [...] Na oportunidade em que passamos a colaborar e a redigir em FOLHA DA MANHÃ passou o Governo a nos dedicar maus olhos [...]” (VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Nossa opinião. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.126, p. 3, 26 nov. 1961).

⁷⁵ Jornais “caraqueanos” é a mesma coisa de “Imprensa karnakiana”, ou seja, jornais de oposição ao PTB. Embora a escrita caraqueano seja diferente da palavra Karnak, a referência é ao Palácio Karnak, sede oficial do Governo do Estado.

partiram da Polícia Militar⁷⁶, cuja denúncia vinha fazendo ao Secretário de Segurança através da sua coluna “Fatos & Comentários”.

Em 4 de agosto de 1961, foi a vez de Osvaldo de Lobão Vêras Filho revelar os nomes dos supostos redatores do *Jornal do Comércio* que escreviam as ameaças contra a imprensa e os jornalistas da oposição a Chagas Rodrigues, a saber: José Bonfim, Aristeu Tupinambá e João Carvalho⁷⁷. Os três do PTB e assinavam com o pseudônimo José Carnaúba⁷⁸. A revelação dos nomes dos redatores petebistas pelo *Jornal do Comércio* se deu por meio da interpelação judicial acerca da coluna “Imprensa alheia” de autoria de José Carnaúba. Na ocasião, Osvaldo de Lobão Vêras Filho também apresentou para o leitor a “linguagem de ameaça”, o jornalismo “rasteiro”, “provinciano”, “insultuoso” e “falho de argumentos” da imprensa oficiosa com a transcrição dos trechos em negrito retirados do *Jornal do Comércio*:

[...] Vejam os leitores, a seguir, um exemplo, pequena amostra da linguagem com que se constitui o jornalismo ali verificado:

“Tudo tem limites. Mão na cara sempre foi a consequência natural de ataques indiscriminados `honra e dignidade dos outros”. (“Imprensa Alheia”, 15-6-61).

[...] É deveras lamentável que os ilustrados parlamentares José Bonfim, Aristeu Tupinambá e Tiago Silva emprestem seu nome para oferecer cobertura a esse tipo de jornalismo. Além de lamentável é para mim **estranha** a atitude dos aludidos deputados, uma vez que, como representantes do povo, deveriam atentar para as alias responsabilidades que lhe pesam aos ombros.

* * *

Pedra é arma de louco, de débil mental. Quem vive a jogar pedras, não há nenhuma dúvida, possui qualquer deficiência mental. Por outro lado, essa história de **ameaçar e espancar**, de dar **sopapos** e prometer **mão na cara** não se coaduna com os espíritos bem formados, com homens de responsabilidade, cômicos de seus deveres e obrigações. A violência e a desordem não substituem argumentos – apenas retratam quem delas faz uso, demonstram desespero e nervosismo.

[...] Vejam os leitores até que ponto desceu a imprensa oficiosa, até onde chegou o jornalismo carnaqueano, no que toca ao uso de ofensas, de xingamentos, de desrespeitos, de falta de ética, – jornalismo ineducado e merecedor, tão somente do nosso reparo e da nossa repulsa. Diz um

⁷⁶ Em 20 de agosto de 1961, o jornal *Folha da Manhã* também publica uma nota do Presidente da União Estadual dos Estudantes do Piauí, Antônio Teixeira Santos, repudiando a agressão ao jornalista e pedia “[...] providências, contra as notas abusivas e atentatórias à segurança pública, de autoria do corpo de oficialato e sagertos da Força Pública do Estado, publicando no ‘JORNAL DO COMÉRCIO’ de 20, 08, 61, em que é citado o colega universitário Osvaldo de Lobão Vêras Filho” (UNIÃO dos Estudantes do Piauí. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.040, p. 2, 20 ago. 1961).

⁷⁷ Na coluna do dia 4 de agosto de 1961, Osvaldo de Lobão Vêras Filho aponta os nomes dos deputados estaduais pelo PTB José Bonfim, Aristeu Tupinambá e Tiago Silva, como responsáveis pela matéria assinada com o pseudônimo José Carnaúba. Porém, em 11 de agosto, retifica a informação para os nomes de José Bonfim, Aristeu Tupinambá e João Carvalho. (Cf: VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. “Imprensa alheia”. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.040, p. 2, 4 ago. 1961; VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. “Imprensa alheia”. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.046, p. 2, 11 ago. 1961).

⁷⁸ No *Jornal do Comércio*, o pseudônimo aparecia como José da Carnaúba ou Zé Carnaúba.

escrevinhador qualquer, na edição de 2 deste mês do “Jornal do Comércio”, referindo-se ao Des. Simplício de Sousa Mendes:

“Isso tudo, professor, nos leva a afirmar, com devida segurança, que seu jornalismo é cego, porco, apaixonado, interesseiro e destruidor. Muito lamentamos. Lamentamos mais ainda não ter você vergonha de ser desmascarado, assim de público”.

x x x

[...] E vi adiante, nos seus desrespeitos, investindo contra um homem idoso, merecedor de acatamento, a chamar-lhe de desavergonhado.

* * *

Mas essa é a imprensa que defende o senhor Chagas Rodrigues. É esse o jornalismo carnaqueno, que vive a ofender a tantos quantos não estejam contribuindo para o **“fortalecimento”** do PTB. Triste e condenável atitude a do Governador Chagas Rodrigues, que empresta integral apoio a tais expedientes, inclusive através de um dos seus secretários, ao qual foi entregue a tarefa de **dirigir e orientar** os xingamentos, as ofensas mesquinhas – jornalismo provinciano, que está a caracterizar a defesa governista (Véras Filho, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. “Imprensa alheia”. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.040, p. 2, 4 ago. 1961, grifos do autor).

Vejam leitores desta tese quantas questões estão imbuídas numa matéria em que o colunista Osvaldo de Lobão Véras Filho denuncia a violência de linguagem e as agressões físicas envolvendo órgãos de imprensa e jornalistas de Teresina, em particular, os da oposição. A uma crítica ferina, o contragolpe vinha imediatamente. A violência verbal, a violência física e/ou a justiça foram recursos usados para responder à altura. E esses três elementos aparecem na coluna de “Fatos & Comentários” de 4 de agosto de 1961. Por um lado, o *Jornal do Comércio* revela os nomes dos redatores que se escondiam num pseudônimo somente por interpelação da Justiça que, certamente, deve ter sido acionada pela *Folha da Manhã*, que se apresenta ao leitor como vítima das ameaças de violência. Por outro lado, Osvaldo de Lobão Véras Filho condena a prática da virulência na imprensa, mas não perde a oportunidade para fazer igual, ainda que de forma sorrateira. Seja pela afirmação de quem joga pedra é “louco” ou “débil mental”, seja na insinuação de que o Secretário da Educação no governo de Chagas Rodrigues, Bento Clarindo Bastos, fazia uma imprensa de ataques mesquinhos, retaliações pessoais, ofensas à dignidade alheia no *Jornal do Comércio*; seja na qualificação do jornalismo oficioso ou carnaqueano de fazer uso de uma linguagem “rasteira”, “debochada”, “obscena”, *bas-fonds*.

Bas-fonds foi a expressão usada por Silva Júnior na coluna “Homens e cousas”, de 9 de agosto de 1961, para qualificar o jornalismo do *Jornal do Comércio* de “baixo”, “subterrâneo”, e expressar que, contrário à estranheza de Osvaldo de Lobão Véras Filho, nada lhe surpreendia ao ver os nomes dos petebistas José Bonfim, Aristeu Tupinambá e Tiago Silva como autores dos textos de José Carnaúba revelados, ainda que se segredava entre conhecidos que o pseudônimo escondia Bento Clarindo, Rodrigues dos Santos ou Andocides Lemos (Silva

Júnior. Homens e cousas. “Imprensa Alheia”. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.044, p. 3, 9 ago. 1961). Afora os cochichos apontados por Silva Júnior, a imprensa oposicionista especulava que José Carnaúba era pseudônimo de Chagas Rodrigues, considerando os textos agressivos publicados no *Jornal do Comércio* na defesa do governador e de seu projeto trabalhista.

Além do espancamento em junho de 1961, Osvaldo de Lobão Vêras Filho afirma ainda pelo jornal *Folha da Manhã* ser vítima de perseguição do governador Chagas Rodrigues na administração pública ao tecer críticas contra ele na imprensa. Em agosto do mesmo ano, ele fala da possibilidade de exoneração do cargo de escrivão que exercia em caráter interno na Secretaria de Segurança, pelo coronel Pedro Borges, a pedido do chefe do executivo estadual⁷⁹. Da ameaça à sua concretização foi questão de dias para que Osvaldo de Lobão Vêras Filho publicasse na sua coluna a transcrição do documento de exoneração, onde consta a motivação política partidária de Chagas Rodrigues como justificativa para a ação:

[...] considerando o disposto no item I do art. 213 do decreto lei n.º 441 de 28 de outubro de 1941; considerando os artigos publicados na imprensa local, sob a responsabilidade do citado funcionário de censura desrespeitosa, desairosa e injuriosa a atos da administração, **RESOLVE** exonerar, de acordo com o artigo 92, § 1.º alínea B, do decreto-lei n.º 441 de 28 de outubro de 1941, **OSVALDO LOBÃO VÉRAS FILHO** do cargo de escrivão, padrão ZR, interino, da Parte Permanente do Quadro Único do Estado, lotado na Delegacia Especial de Economia e Costumes, da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Segurança Pública. Palácio do Governo, em Teresina, 14 de agosto de 1961. Aa: Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, Pedro Borges da Silva Filho [...]" (Vêras Filho, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Carta aberta. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.050, p. 2, 17 ago. 1961, grifos do autor).

A exoneração repercutiu na *Folha da Manhã* como um rastilho de pólvora. Pelas colunas de Osvaldo de Lobão Vêras Filho e matérias não assinadas comentava-se a arbitrariedade, a perseguição a funcionários públicos, as irregularidades do governo e o desejo de amedrontar a imprensa de oposição de Teresina⁸⁰. Na edição de 20 de agosto de 1961, a *Folha da Manhã*

⁷⁹ Ver: VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Calar, por que?. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.045, p. 2, 10 ago. 1961; VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Denúncia pública. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.049, p. 2, 16 ago. 1961.

⁸⁰ CONSUMADO o atentado contra a imprensa. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.050, p. 4, 17 ago. 1961; VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. “Persona non grata”. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.051, p. 2, 18 ago. 1961; PELE fina. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.052, p. 1, 19 ago. 1961; VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Chagas e o tribunal. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.052, p. 2, 19 ago. 1961; VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Notas diversas. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.054, p. 2, 22 ago. 1961; ENTIDADES Estudantis solidários ao jornalista Osvaldo Lobão; Nota oficial da União Estadual dos Estudantes. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.054, p.

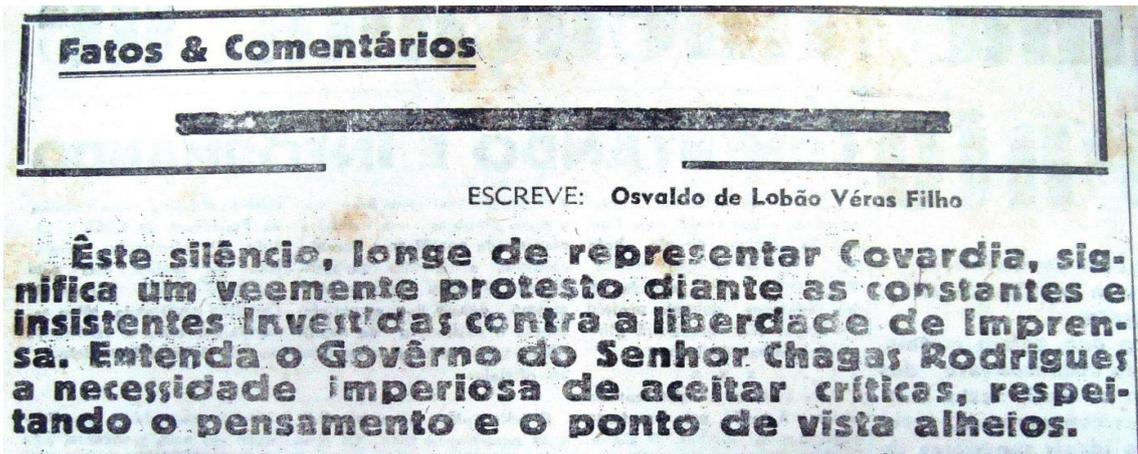
dedicou vários espaços da edição para dar publicidade às intimidações e reafirmar sua postura destemida frente às ameaças de empastelamento das oficinas, de destruição das linotipos e de violência aos seus redatores. Dentre as matérias, chama a atenção a manchete da capa com a denúncia que o governador Chagas Rodrigues estava planejando empastelar os jornais oposicionistas (veja Figura 14); e na página dois, a coluna “Fatos & Comentários”, de Osvaldo de Lobão Vêras Filho, que, na forma de protesto, se recusou a escrever um texto que ocupasse quase todo o espaço da página como era de costume (veja Figura 15):

Figura 14: Manchete “Folha da Manhã ameaçada de empastelamento” do jornal *Folha da Manhã*.



Fonte: *Folha da Manhã*. Teresina, ano IV, n. 1, p. 1, 20 ago. 1961.

Figura 15: Coluna “Fatos & Comentários” de Osvaldo de Lobão Vêras Filho.



Fonte: *Folha da Manhã*. Teresina, ano IV, n. 1, p. 2, 20 ago. 1961.

4, 22 ago. 1961; VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Vários assuntos. *Folha da Manhã*. Teresina, ano IV, n. 1.055, p. 2, 23 ago. 1961; VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Razões governamentais. *Folha da Manhã*. Teresina, ano IV, n. 1.072, p. 2, 19 set. 1961; VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Falando com o povo. *Folha da Manhã*. Teresina, ano IV, n. 1.125, p. 3, 25 nov. 1961; VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Nossa opinião. *Folha da Manhã*. Teresina, ano IV, n. 1.126, p. 3, 26 nov. 1961.

A redação da *Folha da Manhã* segue o mês de agosto de 1961 discorrendo sobre as ameaças de Chagas Rodrigues e a censura aos órgãos de imprensa da oposição. De modo reiterado, afirmava que na falta de argumentos para rebater as acusações que recebia da imprensa udenista e pessedista, o governador lançou mão da violência mostrando-se como um ferrenho “ditador” da liberdade de pensamento e da democracia. A *Folha da Manhã* colocava em destaque a perseguição que sofria por adotar uma linha editorial de oposição ao governo Chagas Rodrigues e denunciar os desmandos de sua administração.

Em sua defesa, a *Folha da Manhã* alegava que a postura de oposição é um direito da imprensa, conforme o princípio da liberdade de pensamento instituída pela Constituição no regime democrático. Assim, na condição de imprensa de oposição lhe reservava o direito de manifestar sua opinião, sem que abdicasse dos princípios éticos da profissão a qual alegava cumprir a contento. Já o governador Chagas Rodrigues, segundo Osvaldo de Lobão Vêras Filho, enveredava pelo “direito da força”, distanciando-se cada vez mais da confiança “da força do direito”. Mesmo que a “imprensa karnakiana” investisse na classificação de Chagas Rodrigues como “amigo dos trabalhadores” ou “advogado do povo”, o governador dava demonstração de fraqueza e desmerecimento da confiança do povo ao passar por cima da liberdade de pensamento e da liberdade política.

As denúncias do jornal *Folha da Manhã* apontam para o autoritarismo como parte da cultura política piauiense. Queiroz (1994) considera o autoritarismo um traço forte da sociedade republicana em que grupos hegemônicos locais, visando a sua permanência no poder, usam a violência para disciplinar “cidadãos” mantendo-os dentro dos seus interesses. Tornar o “cidadão passivo”, de acordo com a autora, poderia acontecer de várias maneiras: uso de ameaças de desemprego, violências físicas, prisões, assassinatos e até mesmo de fechamento, empastelamento e incêndios de jornais. A política de exclusão e afastamento na República tornou-se uma regra, sendo a justiça e a polícia duas instituições colocadas a serviço do grupo de poder, a fim de viabilizar as ameaças de governantes em relação aos seus opositores. A ameaça, portanto, não era apenas uma retórica, “a força policial estava na linha de frente de muitos casos de arbitrariedades patrocinadas pelos governos constituídos” (Queiroz, 1994, p. 234).

Na contramão destes princípios, os redatores de *Folha da Manhã* e Osvaldo de Lobão Vêras Filho diziam que Chagas Rodrigues determinava o princípio do “falou, o pau cantou”, sendo conivente com a imprensa subserviente e os partidários da política chaguista. E na contramão das ameaças do governador, estavam os redatores da *Folha da Manhã* que

imputavam para si o papel de desafiar as ordens de Chagas Rodrigues fazendo do jornal sua principal arma de defesa, e quando esta falhasse, lhes restava a Justiça.

De sua coluna, Osvaldo de Lobão Vêras Filho responsabilizava o governador Chagas Rodrigues “[...] por qualquer atentado que venha eu a sofrer na minha integridade física, partida de quem partir. Renovo aqui o termo de responsabilidade, desta vez por intermédio do senhor Secretário da Educação”, Bento Clarindo Bastos, então diretor do *Jornal do Comércio* (Vêras Filho, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Pobre diabo. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.072, p. 3, 19 set. 1961). Quanto à exoneração do cargo de escrivão pela Secretaria de Segurança, com o aval do governador Chagas Rodrigues, as denúncias que fez pela imprensa foram insuficientes. Por isso, em agosto de 1961, Osvaldo de Lobão Vêras Filho deu entrada na Justiça de um mandado de segurança contra o governador, onde o advogado Manoel Lopes Veloso via “[...] claramente demonstrado o caráter político-partidário da medida governamental” (Jornalista leva governador à justiça. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.055, p. 4, 23 ago. 1961).

O resultado da petição saiu na edição de 17 de novembro de 1961, no qual o Egrégio Tribunal de Justiça do Piauí, com a maioria absoluta dos votos, concedeu mandado de segurança a favor do jornalista Osvaldo de Lobão Vêras Filho. A vitória do jornalista na Justiça foi comemorada pelo jornal *Folha da Manhã* como um triunfo da imprensa contra o ato ilegal do governador, na mais pura demonstração de que caía “[...] por terra a tese do Dr. Chagas Rodrigues, segundo a qual o dinheiro e a coação tudo resolvem”. Com isso, a *Folha da Manhã* reforçava a tese de que a exoneração do jornalista da função pública de escrivão ocorreu por razões políticas partidárias, quer dizer: “[...] pelo único motivo de, com coragem e sem temor de ameaças, vir, diariamente, pelas colunas deste jornal, emitindo críticas à atual administração” (Imprensa vitoriosa na Justiça. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.055, p. 6, 23 ago. 1961). Impetrado o mandado de segurança, Osvaldo de Lobão Vêras Filho voltou para a função de escrivão⁸¹, na condição de interino. Na *Folha da Manhã* se manteve aguerrido reclamando explicações do que julgava “roubalheiras” e “desonestidades” do governo de Chagas Rodrigues⁸² e, do mesmo modo, se defendendo das acusações que recebia pela “imprensa karnakiana”.

⁸¹ Ver também: ENCAMINHADO ao Governador Acórdão para reintegração do jornalista Osvaldo Lobão. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1.144, p. 2, 21 dez. 1961.

⁸² Cf.: VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Nossa opinião. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.126, p. 3, 26 nov. 1961.

Em dezembro de 1961, numa espécie de saldo do ano em que as ameaças e as violências verbais e físicas ganharam as páginas do jornal *Folha da Manhã*, também foi publicada uma lista de nomes em que jornalistas, políticos e autoridades públicas foram classificadas como os dez mais “chaguistas”⁸³, “anti-chaguistas”, “artistas” e “perseguidos” por Chagas Rodrigues. Entre os “anti-chaguistas”, estavam o Prefeito Petrônio Portela, os colunistas Simplício Mendes e Osvaldo Lobão⁸⁴ e o redator-chefe da *Folha da Manhã*, Álvaro Ferreira. E na lista dos dez políticos mais “artistas” de 1961, em primeiro lugar vinha o governador Chagas Rodrigues e na sexta posição o nome de Bento Clarindo Bastos⁸⁵, diretor do *Jornal do Comércio*. Por último, na lista dos “perseguidos”, Osvaldo de Lobão Vêras Filho⁸⁶ aparecia em segundo lugar.

Frente à violência física e verbal, a *Folha da Manhã* fez questão de apresentar a redação do jornal para o leitor como “destemida” e que jamais se calaria diante da ação indecorosa do governador Chagas Rodrigues e da “cadeia karnakiana”⁸⁷. No editorial “Verdade dos fatos”, de 25 de junho de 1961, Álvaro Ferreira, na condição de redator-chefe do órgão esbravejou que não faltaria coragem aos redatores de *Folha da Manhã* para verbalizar os ataques à imprensa livre e os mandonismos de Chagas Rodrigues:

[...] Bem o sabemos que a série de ofensas físicas aos profissionais da imprensa oposicionista, apenas se iniciou. Fatos idênticos iremos registrando à medida que avançamos para o pleito de outubro, do ano vindouro. Para quem julgava que a ameaça de “mão na cara” que nos foi prometida pelo órgão oficioso, era simplesmente, falta de expressão, já não terá mais dúvida de que o governador conduzirá a luta eleitoral para o terreno ingrato das arbitrariedades, ferindo e prendendo o adversário, de maneira a intimidá-lo, quanto mais se aproximar o prélio das urnas. Autoridade violenta é capaz de processos que evitem uma eleição livre de coação. Ainda estamos longe do pleito, e as primeiras manifestações de mandonismo já se verificam na capital, não se podendo avaliar o que ocorrerá no interior, onde os cabos eleitorais

⁸³ “[...] 1 – OS DEZ MAIS CHAGUISTAS DO ANO: Bento Clarindo Bastos, Benjamim Monteiro Neto, Raimundo Pereirinha, Breno Machado Coelho, Reginaldo Furtado, Pedro Borges Filho, Andocides Lemos, Nascimento Braga e Diogo Lustosa [...]”. (FOLHA da Manhã apresenta. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1.143, p. 7, 20 dez. 1961).

⁸⁴ Além dos três nomes citados, constam também: Gervásio Costa, Helvídio Nunes, Nazareno Araújo, Josípio Lustosa, Araújo Mesquita e Paulo Ferraz (FOLHA da Manhã apresenta. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1.143, p. 7, 20 dez. 1961).

⁸⁵ Além dos dois, como os dez maiores artistas de 1961, estão: José Alexandre (irmão de Chagas Rodrigues), José Silva Thé, Cordeiro Neto, Maranhão Silva, Álvaro Melo, Lauro Correia, Paulo Carneiro e Alberto Luz (VÁRIAS. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1.145, p. 6, 24 dez. 1961).

⁸⁶ Da lista dos dez mais perseguidos do ano de 1960, em primeiro era Richard, e a partir do terceiro lugar, sucessivamente: Vieira Chaves (Diretor Comercial do *Jornal do Piauí*, do PSD), Olímpio Castro, Humberto Machado, Gervásio Costa, Josípio Lustosa, Paulo Ferraz e sua gente, José Carvalho do Bonfim e Wall Ferraz (VÁRIAS. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1.145, p. 6, 24 dez. 1961).

⁸⁷ O mesmo que “imprensa karnakiana”. Porém, neste caso, pode-se ainda complementar que, além dos jornais petebistas, incluía a Rádio Clube de Teresina, emissora na qual Chagas Rodrigues apresentava o programa “Falando com o povo”, todas as quartas-feiras, às 19 horas.

estão, naturalmente, bem instruídos, no sentido de compelir o eleitor que não pertence ao partido do governador. É conveniente, portanto, que todos se acautelem, não se deixando influir pelas ameaças do governo, de modo que ninguém lhe falte ao cumprimento do dever cívico, votando no candidato de sua preferência. Temos que vencer um período de mais de um ano, o que não importa que o governo esteja disposto à prática de todos os meios de intimidação para vencer o páreo eleitoral. Os espancamentos, agora, verificados dão a entender, claramente, os propósitos do sr. Chagas Rodrigues. Atente-se bem, por onde ele começou o que tem em mira realizar. Espancar jornalistas é tentar o afastamento do campo, das pessoas que ele mais teme, no desenrolar da luta pela sucessão. Para ele, são os piores adversários, porisso, mesmo os que devem ser isolados, embora pela violência e sofrimento físico. Quer de já calar os profissionais da imprensa, para que possa pôr em prática o regime do suborno da coação e dos desmandos. Deseja o sr. Chagas Rodrigues agir num ambiente de insegurança para que consiga a vitória, no prélio que já se convenceu perdido para o seu partido, não havendo outro jeito para conseguí-la senão pela força bruta dos espancamentos. Ninguém duvide da situação que está se esboçando. Os fatos, de agora, ocorridos em plena capital do Estado, são o prelúdio de dias mais intranquilos, como a verdade demonstrará (A verdade dos fatos. Espancamentos. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.008, p. 1, 25 jun. 1961).

O editorial “A Verdade dos Fatos” traz muitos elementos da dinâmica e da cultura política partidária do Piauí, em que o mandonismo, a coerção, a violência verbal e física fazia parte do período eleitoral. Dizia ainda que se as ameaças e os espancamentos já estavam acontecendo na capital Teresina um ano antes das eleições de 1962, como não seria no interior do Estado em que os caciques políticos mandavam e desmandavam pela força da violência. Logicamente que a denúncia da *Folha da Manhã* da prática coercitiva da cultura política no Piauí tinha endereço certo: o PTB, com a justificativa que o partido tinha o interesse de calar a imprensa de oposição para que as suas arbitrariedades não se tornassem de conhecimento público.

Em 1961, o PTB passou a ser o partido de maior oposição da UDN após o rompimento de Chagas Rodrigues com o partido. A *Folha da Manhã*, na condição de porta-voz do partido udenista na imprensa, denunciava que Chagas Rodrigues comandava um conjunto de órgãos de imprensa, todos arrendados pelo governador com dinheiro público. Nesta lista entrava o *Jornal do Comércio*, arrendado por Cr\$ 120.000,00 mensais, a *Rádio Clube de Teresina* e a suspeita de que Chagas Rodrigues andava conversando com o diretor do jornal *Cidade de Teresina* para arrendá-lo com o dinheiro do Fundo de Desenvolvimento e verbas da Comissão de Desenvolvimento do Estado (Codese) (Governador arrendatário de jornais. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 993, p. 4, 7 jun. 1961). Com os jornais sob seu poder⁸⁸, julga a *Folha da*

⁸⁸ Além dos órgãos de imprensa *Rádio Clube de Teresina*, *Jornal do Comércio* e *Cidade de Teresina*, a *Folha da Manhã* incluía o jornal *O Compasso* como “pasquim” demagógico de Chagas Rodrigues.

Manhã que Chagas Rodrigues controlaria as informações veiculadas pela imprensa sobre sua administração e ainda os empregaria como arma política para ameaçar, amedrontar e calar a imprensa de oposição.

Em 1961, mesmo nos jornais que não estavam arrendados ou ainda não tinham declarado o apoio ao governador Chagas Rodrigues é possível examinar seu posicionamento a partir dos discursos que veiculava. No caso do jornal *O Dia*, a justaposição de Leão Monteiro com o PTB parecia ser uma questão de tempo. Hipótese que ganha cada vez mais sustentação quando se leva em conta que as ameaças, as violências, as perseguições publicadas pela *Folha da Manhã* sequer foram abordadas pelo jornal *O Dia*, que se manteve em silêncio em relação aos casos que foram apontados pelo jornal udenista em todo o ano de 1961.

Daí a importância de trazer esses casos neste tópico da tese porque, embora as matérias analisadas não tenham sido publicadas em *O Dia*, elas mostram o silenciamento do jornal para um acontecimento digno de ser notícia e que em outros momentos ele mesmo mostrou interesse para o tema quando quis falar da violência e da perseguição aos jornalistas e à imprensa, ao tratar do caso da jornalista d'Assunção Carvalho e Milton Costa Cardoso em 1961.

Curiosamente, a imprensa situacionista e de oposição de Teresina abordou o assunto, menos *O Dia*. Nas edições analisadas de 1961 não foram encontradas uma matéria, uma nota, qualquer registro sobre os casos de espancamento do radialista Antônio Cruz e do jornalista Osvaldo Lobão. A explicação para isso segue a linha de raciocínio que descarta qualquer possibilidade de neutralidade do jornal de Leão Monteiro perante casos de violência em que a querela se dava em torno dos partidos PTB e UDN. Mesmo os jornais julgados de linha editorial afinada com o governador Chagas Rodrigues noticiaram os casos, a exemplo do *Jornal do Comércio*, *O Estado Piauí*. O *Jornal do Piauí*, de linha pessedista, também não deixou passar em branco a violência contra os confrades, trazendo em suas páginas a problemática da insegurança da cidade e ausência de policiamento. Aliás, afirmavam que entre os dois casos de violência, um deles partia da própria polícia do Estado e do aviso dado pelo órgão oficioso de que “o pessoal da oposição merecia ‘mão na cara’. Dito e feito” (Insegurança. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 934, p. 3, 2 jul. 1961). Enquanto a *Folha da Manhã* e o *Jornal do Piauí*⁸⁹ estampavam em suas páginas as ondas de violência contra jornalistas e órgãos de imprensa da oposição; o jornal *O Dia* se manteve completamente alheio para os dois casos de espancamento

⁸⁹ Ver: INSEGURANÇA. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 934, p. 3, 2 jul. 1961; AMEAÇAS de violência. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 948, p. 8, 20 ago. 1961.

que envolviam confrades contrários ao PTB e ao Chagas Rodrigues em 1961, dando atenção apenas para os casos de violência que lhe interessava politicamente.

Interessa ainda destacar que as brigas, as ameaças, os xingamentos, os insultos, as violências encontradas nas páginas dos jornais pesquisados aconteciam entre os homens de letras, funcionários públicos, bacharéis, políticos, acadêmicos que atuavam na imprensa movimentando letras e mais letras para atingir seus inimigos políticos e/ou pessoais. Geralmente, redatores oriundos de famílias políticas tradicionalmente em disputas pelas posições hegemônicas (Queiroz, 1994). Da virulência das palavras às violências físicas, as animosidades das relações pessoais e políticas partidárias apareciam nos jornais de Teresina nos anos 1959 a 1962, com a previsão de que no ano eleitoral a cultura política da violência estaria ainda mais presente no Piauí.

Ainda que esta tenha sido a previsão do jornal *Folha da Manhã* e que no ano de 1962 tenha registros dos ódios, intrigas, rancores, violência verbais e físicas; em uma das últimas edições de *O Dia* de dezembro daquele ano, foi publicada a matéria “Menos brigas” na qual aponta para um período de trégua da violência de linguagem e das ameaças entre os jornalistas, colaboradores, políticos e personalidades na imprensa de Teresina. Talvez o registro ou a percepção da diminuição das brigas na imprensa seja em decorrência da data. Dezembro de 1962 já havia acontecido as eleições, os candidatos da coligação PSD-UDN saíram vitoriosos, então, chegava o momento de os partidos alinharem as estratégias através da captação de aliados e dos acordos entre os políticos no tocante aos cargos a serem ocupados no governo pelos correligionários e apoiadores, bem como o alinhamento dos órgãos de imprensa com os partidos políticos e a posição destes frente ao executivo estadual e municipal definidora para qual deles seria oposição ou situação.

Afinal, a pena não tinha descanso. O fim de uma eleição não implicava no encerramento dos embates entre os jornais de linha editorial e partidária diferentes. Analisando o espírito do jornalismo em meados do século XX, Jobim (1960, p. 151) afirma que na América Latina a luta política continuava mesmo depois da batalha política nas urnas, pois, os que perderam, inconformados com a derrota, se preparavam para a vingança. O clima da cruzada era permanente.

No Piauí, essa prática acontecia desde o século XIX, quando a imprensa foi instalada no Piauí. De acordo com Teresinha Queiroz (1994), a república das letras do final do século XIX e início do XX movimentou os jornais, especialmente, com as discussões coletivas que envolviam grupos políticos partidários divergentes. Editoriais, artigos de fundo, notas e matérias outras alimentavam as polêmicas de cunho pessoal e político de redatores que

assumiam ou não a autoria de seus textos. Militar na imprensa era uma das formas de sobrevivência no campo político e jornalístico, onde a disputa pelos leitores e pela imagem pública construída discursivamente pela imprensa visando a conquista do voto acontecia de maneira intensa.

A política republicana dá sequência às campanhas difamatórias que habitualmente se fazia pela imprensa política desde o Império com a pretensão de criar uma imagem positiva de correligionários e, em contrapartida, formar imagens dos opositores como “indesejáveis” e desqualificar as ideias de adversários a fim de arruinar a credibilidade política, pessoal e social. Analisando a política de exclusão do Império à República, Queiroz (1994) apresenta aspectos da cultura política de então que ainda é possível ser encontrada nos anos 1950 e 1960 no Piauí, no que se refere aos homens de letras, a atuação deles na imprensa e os processos jornalísticos e políticos que eram usados como antídoto e veneno nas acusações ou nas defesas que perpetravam ao mesmo tempo pelos jornais.

Na busca de formar blocos de opinião, homens de letras escreviam doestos para “queimar a imagem” de sujeitos que não faziam parte do seu grupo político. Queiroz (1994) explica que essa prática se tornou um requinte da política republicana com o objetivo de criar imagens parciais e distorcidas de determinados sujeitos e da realidade social e política do Piauí no período em que a “oposição” se encontrava no poder. Como parte do espólio herdado da literatura, redatores de jornais manipulavam adjetivos tanto para qualificar os personagens e seus perfis negativamente, quando o interesse era desgastar sua imagem; como positivamente com o objetivo de recuperar parte do prestígio perdido.

Com isso, imagens maniqueístas eram construídas por jornalistas e veiculadas na imprensa de acordo com o interesse da linha editorial de cada jornal. Traços físicos, morais, psicológicos, intelectuais etc. eram explorados discursivamente nas matérias dos jornais produzindo imagens e perfis de personalidade de políticos e jornalistas. Os traços de personalidade não eram fixos. Como um pêndulo de Foucault, que oscilava em torno de um eixo, a imagem que se construía na imprensa de políticos, jornalistas, proprietários e diretores se dava de acordo com a relação política partidária estabelecida para a linha editorial do jornal. A linha editorial de um jornal, afinada com um partido político, funcionava como um eixo, ponto fixo que definia qual a imagem saía publicada. Daí, aliar-se a um partido ou migrar de um para outro gerava uma rotação do pêndulo em relação ao eixo, ou seja, um desequilíbrio entre os membros dos grupos hegemônicos determinando o que se falaria dele na imprensa.

Em outras palavras, a aproximação ou o afastamento de um político ou jornalista dos partidos hegemônicos no Piauí dos anos 1950 e 1960, PSD, UDN e PTB, influenciava

diretamente a produção jornalística no que compete a edição de matérias com elogios ou doestos divulgados na imprensa. Se na primeira República, Queiroz (1994, p. 233-234) assinala que “as migrações políticas intergrupos eram comuns e perceptíveis no âmbito estadual”, de maneira que os “os mesmos personagens alteram seus perfis” com o propósito de formar blocos de opinião doravante perfis de personalidade que construía de si e dos outros na imprensa. Tal prática permaneceu como um legado cultural e político entre os homens de letras dos anos 1950 e 1960 que atuavam na imprensa de Teresina.

Nas matérias do jornal *O Dia*, de 1959 a 1962, exemplos dessa prática pululam, chegando até a um número consideravelmente excessivo. Em todas as edições há mais de uma manifestação impressa em editoriais ou artigos de fundo, colunas assinadas, pequenas notas, reptos, desmentidos, carta aberta etc. com defesas, ofensas, desqualificações e descomposturas de jornalistas e/ou de políticos por razões políticas partidárias. Como tem sido exposto até aqui, o jornal *O Dia*, assim como os demais que circularam no mesmo período, servia de escudo e de canhão para jornalistas, colaboradores e políticos, respectivamente, se protegerem e atacarem os seus possíveis inimigos pessoais e partidários. Apesar de existir vários exemplos nas páginas de *O Dia*, neste último capítulo da tese serão analisados dois perfis de personalidade construídos pelo jornal em disputa com os demais órgãos de imprensa de Teresina que envolvem os jornalistas Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho.

4 “DUELO DE DESCOMPOSTURAS”: ACUSAÇÕES E DEFESAS DE SIMPLÍCIO DE SOUSA MENDES E A. TITO FILHO

Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho são duas referências do jornalismo piauiense registrando passagem em vários jornais de Teresina. Nas redações que frequentaram, as marcas do jornalismo combativo ficaram para a história da imprensa local. Apesar de suas trajetórias como jornalistas e intelectuais se cruzarem em alguns momentos, não podem ser tratadas como iguais. Por isso, a análise da atuação dos dois jornalistas será realizada em separado tendo como ponto de partida a temporada em que colaboraram para *O Dia* e quando deixaram a sua redação no período em estudo. Essa divisão é imperativa porque, no recorte temporal de 1959 a 1962, Simplício de Sousa Mendes teve menos tempo no jornal *O Dia* combatendo seus rivais políticos e supostos inimigos pessoais quando comparado ao jornalista A. Tito Filho. Contudo, tanto um como o outro, ao deixar o órgão viraram alvos de desqualificações e decomposturas dos redatores de *O Dia*.

Outra coincidência existente entre os dois jornalistas que justifica a análise de suas produções em períodos específicos no jornal *O Dia* é que Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho tinham um inimigo comum: o PTB e seu maior representante no Piauí, o governador Chagas Rodrigues. Tal fato pode ser explicado por várias linhas de raciocínio, porém, será dado relevo para o ressentimento da época da interventoria de Leônidas Mello (1935 a 1945), em que os desembargadores Simplício de Sousa Mendes e José de Arimathéa Tito, pai de A. Tito Filho, foram aposentados compulsoriamente, em 1939, para nomeação de outros magistrados para o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Entre os indicados para as vagas de Desembargador, estava Eurípedes de Castro Mello⁹⁰, irmão do interventor Leônidas Mello.

⁹⁰ Conforme sintetiza Rosângela Assunção (2009, p. 47), “o Caso da aposentadoria compulsória dos desembargadores foi o fato mais utilizado pela oposição (UDN), nas eleições de 1945 e 1947. Faremos um breve resumo sobre o caso. Em 1939, aposentou-se o desembargador Cristino Castelo Branco, nesse caso teria que ser nomeado outro magistrado para substituí-lo. Os juízes da capital e alguns do interior se movimentaram pleiteando aquela vaga, entre os quais estava Eurípedes de Castro Mello, que pertencia à magistratura e era, no período, juiz da 2ª vara da capital (além de irmão de Leônidas Mello). Cabia ao tribunal enviar uma lista tríplice de nomes para que o interventor nomeasse um deles, obedecendo ao critério de merecimento e não de antiguidade. Leônidas Mello tentou negociar com os magistrados para que incluíssem na lista o nome de seu irmão. Os magistrados não fizeram isso e ainda criticaram, publicamente, o governo. Esses fatos motivaram Leônidas a usar seu poder de interventor e aposentar três desembargadores considerados adversários do governo: Esmaragdo de Freitas, Simplício de Sousa Mendes e Arimathéa Tito. Com a abertura de novas vagas decorrente da aposentadoria compulsória, foram eleitos/escolhidos: Eurípedes de Castro Mello, João Pereira da Silva e Manoel Castelo Branco”.

O “caso dos desembargadores”, como ficou conhecido na historiografia piauiense, contribuiu para que desde 1945, quando da reabertura política e formação de novos partidos, Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho atuassem na imprensa combatendo, inicialmente, o PSD, partido que no Piauí representava o grupo político de Leônidas Mello e, posteriormente, o PTB, partido criado por Getúlio Vargas, presidente que nomeou o Interventor do Piauí durante o Estado Novo.

Oriundo de família abastada, Bacharel em Direito, jurista, literato, jornalista, diretor de jornais, funcionário público, professor, político, membro da Academia Piauiense de Letras. Resumidamente, tais demarcações se enquadram para Simplício de Sousa Mendes como também para A. Tito Filho, mesmo levando em consideração que o período em que ocuparam alguns cargos e funções não foi o mesmo pela diferença de idade que existia entre eles. Esses dados também são importantes de serem ditos porque o perfil de personalidade produzido pelo jornal *O Dia* e demais jornais de Teresina ultrapassava o âmbito jornalístico adentrando nas demais esferas em que atuavam. Da vida privada à atuação pública através da imprensa e das funções administrativas que ocupavam, nada escapava da escrita jornalística quando o interesse dos confrades e/ou políticos era elogiar ou difamar Simplício Mendes e A. Tito Filho.

Destaca-se que a entrada e a saída de Simplício Mendes e A. Tito Filho em uma redação se dava pela relação política que o proprietário do órgão estabelecia com os partidos políticos. Tendo como inimigo político comum o governador Chagas Rodrigues e o PTB, os dois trabalharam em redações cuja linha editorial do jornal se definia como antigovernista, portanto, antichaguista, antipetebista ou anticomunista, sustentando campanhas difamatórias autodeclaradas como verdadeiras pela imprensa. Nesse comportamento, assim como os demais jornalistas do período, os textos que ambos escreveram e publicaram na imprensa não passaram incólume do crivo dos seus adversários.

Simplício Mendes e A. Tito Filho foram constantemente avaliados pelos outros e objetos de crítica de redatores dos jornais que não colaboravam. Por conta disso, em 1960, A. Tito Filho deu visibilidade para os desmentidos e as ofensas que alega ter recebido de seus desafetos ou de pessoas que não aceitavam as críticas escritas por ele. Os artigos assinados por A. Tito Filho que trazem as contentas dele com os jornalistas da “imprensa alheia” revelam o quanto o jornal servia de palco para o questionamento da integridade dos políticos, jornalistas, diretores e proprietários de jornais de orientação partidária diferente.

Do mesmo modo que A. Tito Filho protagonizou boa parte das discussões com os demais órgãos de imprensa respondendo, desmentindo ou criticando jornalistas que produziam matérias que envolviam seu nome; encontra-se Simplício Mendes como mais um dos jornalistas

que escrevia para imprensa de oposição ao governador Chagas Rodrigues e, por isso, foi alvo de matérias injuriosas e virulentas da imprensa oficiosa.

Para além do que já foi dito, destaca-se as trajetórias de Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho na imprensa e no jornalismo de Teresina por entender que das relações que estabeleceram com políticos e intelectuais formaram uma comunidade emocional, definindo os valores comuns para serem usados por um grupo contra outro. Na condição de udenistas e/ou pessedistas contra os petebistas, a virulência da linguagem, o uso de pseudônimos, a troca de doesto, os ataques pessoais, os atentados à honra e a dignidade, o sensacionalismo, dentre outros aspectos ganharam corpo na imprensa fermentando as rivalidades, hostilidades, vaidades e brigas de ego pelos jornais na tentativa de construir uma imagem de si e combater a imagem parcial e distorcida que inimigos políticos e pessoais construía discursivamente e pretendiam sustentar pelos jornais.

Assim, a escolha de Simplício de Sousa e A. Tito Filho para a análise, entre tantos outros jornalistas que assinavam matéria no jornal *O Dia*, se justifica também não pela quantidade de artigos e colunas que foram publicadas com o nome deles, mas pela densidade do conteúdo e sua representação no tocante ao jogo político que se fazia pela palavra impressa.

Os dois representam gerações diferentes do jornalismo. Apesar disso, nos anos 1950, compartilhavam práticas da cultura política e jornalística, num momento em que os modos de produzir a notícia na imprensa se encontravam numa linha tênue entre a tradição (jornalismo político) e a modernização (jornalismo informativo). Simplício de Sousa Mendes nasceu em 1882 e começou a trabalhar na imprensa no início do século XX, período em que o jornalismo, a literatura e a política se conjugavam intrinsecamente. A. Tito Filho nasceu em 1924 e ingressou na redação nos anos 1940, quando a discussão sobre a modernização da imprensa se intensificou no Brasil e se pretendia a autonomia do campo em relação à política e à literatura. Mesmo que se distingam na idade e no tempo em que principiaram a carreira de jornalista, os dois se enquadram no perfil de homens de letras que atuam na imprensa da primeira metade do século XX. São, portanto, intelectuais que se formam, dentre outras coisas, em jornalistas e na imprensa se engajam politicamente na defesa de seus interesses e do seu grupo.

De acordo com Jean-François Sirinelli (2003, p. 242), a noção de intelectual é polissêmica, podendo cair numa interpretação mais ampla e sociocultural ou numa outra mais estreita. A primeira, por englobar os criadores e os “mediadores” culturais, envolve tanto o jornalista como escritor; enquanto a segunda toma como base a ideia de engajamento. O autor deixa claro que, do mesmo modo que não é fácil definir o termo intelectual, é ao mesmo tempo complexo o estudo dos intelectuais como atores do político, pois as estruturas elementares de

sociabilidades variam entre grupos/subgrupos e épocas. Todavia, é inegável que o meio intelectual constitui laços, “redes”, nas quais o historiador não pode ignorar ou subestimar, pois “todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver” (Sirinelli, 2003, p. 248).

A redação de jornal, tal como as revistas, como propõe Sirinelli (2003, p. 249), confere “[...] uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. [...]”. A redação de um jornal pode ser compreendida como um lugar de fermentação de ideias, de relação afetiva, de sociabilidade que possibilita a formação de “redes” que secretam os comportamentos dos intelectuais envolvidos, apresentando traços comuns, uma coesão ideológica, uma sensibilidade. As “redes” de intelectuais podem se formar pela “a atração e a amizade e, ao contrário, a hostilidade e a rivalidade, a briga e o rancor desempenham igualmente papel às vezes decisivo” (Sirinelli, 2003, p. 250).

As “redes”, como define Sirinelli (2003, p. 249), assim como as comunidades emocionais, conforme Rosenwein (2011, p. 7), trata-se de grupos sociais que partilham as mesmas valorações sobre as emoções e suas formas de expressão, mas que se diferenciam a partir das trajetórias particulares e as culturas políticas às quais os indivíduos se referem. Partindo do conceito de “comunidades emocionais” de Rosenwein (2011), Ludivine Bantigny (2020, p. 190) pontua que “essas culturas mobilizam repertórios de ação e de registros emocionais próprios, jamais cristalizados”. Dessa maneira, uma comunidade emocional pode ser formada pelos grupos de pares e pela cultura política na qual se inscrevem.

Para Bantigny (2020, p. 223), “as gerações se fabricam ao sabor das emoções que os eventos suscitam”. Nesse sentido, a interventoria de Leônidas Mello e a repulsa a Getúlio Vargas, em 1945, contribuíram para a formação de uma “rede” de políticos, intelectuais e jornalistas que, ao fundar a UDN e jornais para atender ao partido, se engajaram na luta política pela imprensa para combater o PSD naquele momento. Em 1959 a 1962, Simplício Mendes e A. Tito Filho, ainda compartilhavam ressentimentos da aposentadoria de outrora que somados aos interesses políticos que defendiam, moveram uma campanha contra o governador Chagas Rodrigues eleito pelo PTB, o outro braço do getulismo, transformando-se em porta-vozes dos partidos UDN e PSD na imprensa.

A rigor, os dois emblemáticos redatores do jornal *O Dia* compartilhavam um repertório de ações na qual a hostilidade, a rivalidade, o rancor e a briga se materializavam nas páginas

dos jornais em que escreviam, primordialmente, através da polêmica. Logo, Simplício Mendes e A. Tito Filho vivenciavam o momento da transição do jornalismo sem abandonar as técnicas de produção do jornalismo político, ideológico e doutrinário. Na condição de colunista e articulista, manter uma escrita opinativa no jornal foi ainda mais fácil porque, diferentemente das matérias noticiosas/informativas, a coluna ou o artigo permite a emissão da opinião de quem a/o escreve. Cada um deles, a seu modo, colocou em suas/seus colunas/artigos um ingrediente pessoal, deixando sua marca nos comentários inflamados, virulentos, que deram sustentação aos combates que travaram com os seus principais rivais e que os fizeram ainda mais conhecidos na imprensa piauiense.

Afinal, “os textos mais conhecidos não são precisamente os mais polêmicos?”. Ou “quantas polêmicas, que às vezes definiram parcialmente a atmosfera intelectual de uma época, foram ditadas a seus autores pela preocupação de que o ‘outro’ respondesse publicamente [...]?”. As duas questões apresentadas por Sirinelli (2003, p. 250; p. 252) ajudam a compreender que ser polemista na imprensa contribuía para alcançar certa popularidade e, com isso, ditar a pauta dos debates que seria encadeada pelos diferentes jornais. Posto isso, antes de “supervalorizar a importância e o papel dos arroubos emocionais dos intelectuais”, como adverte Sirinelli (2003, p. 252) que este aspecto não pode ser negligenciado, é preciso entender os agentes que pautavam os temas que alcançaram importância pela exposição que tiveram através do discurso jornalístico.

Dominar o debate e pautar temas não deixam de ser uma demonstração de força na imprensa e além dela. Força da pena, força política. Portanto, neste capítulo, analisa-se separadamente as colunas e os artigos assinados por Simplício Mendes e A. Tito Filho, assim como as matérias em que o nome de cada um deles aparece como objeto da truculência e da violência de linguagem comum à época. Separar a produção discursiva dos dois, inclusive, ajuda a compreender como se fazia política na imprensa e como se estabelecia um *ethos* jornalístico no Piauí ao falar de si mesmo e dos outros no jornal *O Dia* e nos demais órgãos da “imprensa alheia”.

4.1 Simplício de Sousa Mendes e as (des)classificações na imprensa: “cachorrão”, “poltrão da fazenda” e “soldado da democracia”

4.1.1 Simplício de Sousa Mendes em *O Dia* como resposta ao desalinhamento de pensamento político partidário com o diretor da redação de *Folha da Manhã*

Simplício de Sousa Mendes⁹¹ teve uma longa carreira no jornalismo piauiense. No governo de Antonino Freire (1910-1912), assumiu a direção dos jornais *Imprensa Oficial* e *Diário Oficial* logo depois de fundados. A indicação do seu nome para um cargo de confiança dentro de um jornal não aconteceu por acaso. Além de conhecer Antonino Freire desde 1904⁹², Simplício Mendes preenchia todos os requisitos para a função à época: Bacharel em Direito, Juiz de Direito em Piracuruca (1909 a 1911) e pertencia a família latifundiária de influência social e política no Piauí.

Convivendo diretamente com pessoas ligadas ao poder, a política foi um dos assuntos prediletos dos textos publicados na imprensa com a assinatura de Simplício Mendes. Da primeira metade do século XX, herdou o caráter opinativo que se manteve mesmo no período em que a imprensa de Teresina passava por transição. Nos anos 1950 e 1960, Simplício Mendes assinou a coluna “Televisão” nos jornais *Folha da Manhã* e *Folha do Nordeste*, cunhando uma identidade pessoal para seus escritos e para sua imagem como jornalista que mesclava modernidade e conservadorismo.

A modernidade pode ser notada pelo nome da coluna “Televisão” num período em que o aparelho tinha chegado há pouco tempo no Brasil e o Piauí sequer contava com um canal de TV; ou ainda pela escolha do gênero opinativo que adotou num momento em que os jornais separavam notícias da opinião. A modernidade da coluna opinativa e de seu nome “Televisão”, em contrapartida, ficavam sob o manto do conservadorismo que defendia ferrenhamente nos jornais, ao se mostrar favorável à moralização das instituições e dos bons costumes, como rezava a doutrina cristã, e pela posição diuturnamente contrária ao comunismo.

Inclusive, segundo Oliveira ([s.d.], p. 1), Simplício Mendes foi “[...] quem primeiro se posicionou contra o comunismo, dando nomes aos comunistas, e até, quando necessário, desvinculando imagens de pessoas de supostas atitudes subversivas [...]”. Simplício Mendes não disfarçava sua veia anticomunista e, muito menos, dispensava adjetivos ruins para desqualificar as pessoas que considerava “subversivas” ou com princípios morais e ideológicos diferentes do que defendia.

Desde que começou a trabalhar em jornais, registra-se poucas vezes em que ele se afastou das redações. Uma delas foi no governo de Rocha Furtado (1947-1951), eleito pela

⁹¹ Embora assinasse seus textos na imprensa com o nome completo, Simplício de Sousa Mendes; nesta tese será adotada apenas o nome Simplício Mendes como é mais conhecido no campo da política.

⁹² Em 1904, Simplício Mendes viajou para a capital de Pernambuco com o objetivo de estudar Direito na Faculdade de Direito de Recife. A viagem de Teresina (PI) à capital de Pernambuco, à época, era realizada de barco e durava vários dias. Na mesma caravana em que Simplício Mendes estava, embarcou também Antonino Freire. Ao longo do percurso, os dois iniciaram uma conversa que rendeu uma amizade e, anos depois, em 1910, a indicação de Simplício Mendes para a direção dos jornais oficiais.

UDN no Piauí em 1946, para assumir o cargo de Secretário de Segurança Pública (Anjos, 2019). A outra quando esteve doente, conforme anunciou a *Folha da Manhã* de 19 de janeiro de 1958 para justificar a ausência de sua coluna “Televisão” no jornal⁹³. Como se pode verificar, raros são os registros de seu distanciamento dos jornais, até porque na sua trajetória na imprensa somam as salas de redação em que trabalhou, tais como a dos jornais *O Piauí*, *Diário do Piauí*⁹⁴ e *O Dia*, em conjunto com as revistas *Litericultura* e *Academia Piauiense de Letras*.

Em 1957, com a criação do jornal *Folha da Manhã* pelo então deputado federal Marcos Parente, da UDN, começou a editar diariamente a coluna “Televisão” e assinava como Prof. Simplício de Sousa Mendes, como pode ser visto na Figura 16. Na coluna “Televisão” sustentava temas polêmicos em torno do papel da imprensa, da situação política do Estado, da conformação dos partidos políticos e seus correligionários, além de combater desenfreadamente o comunismo, a reforma agrária e o governador Chagas Rodrigues e demais rivais partidários.

Figura 16: Coluna “Televisão”, do Prof. Simplício de Sousa Mendes, no jornal *Folha da Manhã*.



Fonte: *Folha da Manhã*. Teresina, ano II, n. 577, p. 6, 13 nov. 1959.

O professor que vem antes do nome Simplício de Sousa Mendes não parece ter sido uma escolha aleatória, mas, empregada com algum interesse de significação que pretendia atribuir para si mesmo dentro do jornalismo, visto que esta não era a única profissão que ele exercia.

⁹³ “Televisão. O professor Simplício de Sousa Mendes por está doente dos olhos, não tem escrito para essa seção” (TELEVISÃO. *Folha da Manhã*. Teresina, ano I, n. 91, 19 jan. 1958).

⁹⁴ De acordo com Pinheiro Filho (2017, p. 233), embora Antonino Freire tenha criado a *Imprensa Oficial* através da Lei 558, de 21 de junho de 1910, somente em 1930 o órgão passou a ser denominado de *Diário do Piauí*.

Intelectual, bacharel, jurista, desembargador, político, magistrado, jornalista foram posições que ele ocupou ao longo dos seus anos. Entretanto, ao que se configura, nenhuma delas atingiu tamanha importância digna de corresponder ao epíteto que ele gostaria de ficar conhecido na imprensa. Quanto a escolha do substantivo “professor” para assinar seus textos na imprensa junto com seu nome, infere-se como uma estratégia de autoafirmação e de autoridade de ser aquele que ensina, que professa uma crença, que possui sabedoria, ou traduzindo do latim, “aquele que declara em público⁹⁵”.

De alguma forma, era assim que Simplício Mendes se enxergava e não apenas pelo exercício da docência. Um professor que redigia para jornal e emitia “verdades”, “conceitos”, “conhecimentos” sobre a realidade social e política a partir da reunião de saberes oriundos dos campos jurídico, político, literário e intelectual. Na coluna “Televisão”, de acordo com Hosnaa Tenório dos Anjos (2019, p. 55), ele “[...] emitia opiniões, ideologias pessoais e convicções sobre o que acreditava, sobretudo em relação ao cenário político local, articulações partidárias e lideranças governamentais do Piauí. Demonstrava todo o seu domínio sobre o direito e as leis que regiam os partidos políticos a fim de ajuizar o que estava ou não em consonância com a constituição e convicções pessoais”. Como um professor, uma autoridade, que professa seu poder através da escrita. Esse critério fica ainda mais notório em 1964, quando publicava a coluna “Televisão” no jornal *O Dia* e abaixo da assinatura Prof. Simplício de Sousa Mendes, cravou também a identidade de “Presidente da Academia Piauiense de Letras” (veja Figura 17).

Figura 17: Coluna “Televisão”, do Prof. Simplício de Sousa Mendes, no jornal *O Dia* em 1964.



Fonte: *O Dia*. Teresina, ano XIV, n. 1.214, p. 3, 11 abr. 1964.

⁹⁵ Cf.: PROFESSOR. Gramática. Disponível em: <https://www.gramatica.net.br/etimologia-de-professor/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

Seja com a identificação de professor, seja com o também título de Presidente da Academia Piauiense de Letras, Simplício Mendes arranjou polêmicas por onde andou. Convicto de sua posição política partidária na imprensa como udenista e anticomunista, por vezes, deixou a redação de um jornal por não concordar com a linha editorial do órgão ou por ser impedido de emitir os conceitos que defendia.

Em outras oportunidades, quando o conteúdo da coluna não agradava certos leitores, recebia um repto pela imprensa. Dentre os leitores, pode-se assegurar que políticos, autoridades públicas e jornalistas liam atentamente suas colunas porque, com frequência, em jornais da oposição à UDN saíam pareceres sobre a coluna “Televisão” e seu colunista. A apreciação que Simplício Mendes recebia, de vez em quando, fugia de uma discussão em torno de ideias, dos conceitos emitidos, até porque ele também provocava seus inimigos políticos com uma linguagem virulenta e apodos. Basta verificar, como exemplo, as primeiras linhas da coluna “Televisão” de 13 de novembro de 1959, que consta na Figura 16, como ele se referenciou ao ex-governador do Piauí, Pedro Freitas: “[...] O Pedro Pedra de Almeida Pedregulho, de certo não tem inteligência, mas tem instinto à maneira de qualquer animalzinho da escola zoológica. Um morcego, por exemplo, que para sugar o sangue, abana e ventila, com as asas, a vítima [...]” (Mendes, Prof. Simplício de Sousa. Não é inteligência, somente instinto. **Folha da Manhã**, Teresina, ano II, n. 577, p. 6, 13 nov. 1959).

Simplício Mendes comparava o ex-governador a um morcego para apresentá-lo ao leitor como um político que tinha apenas o “instinto de sugar o sangue do povo”; ou desqualificá-lo mais ainda ao afirmar que Pedro Freitas não tinha inteligência, mas simplesmente instinto. O comportamento de Simplício Mendes na coluna “Televisão” de novembro de 1959 recorre a uma estratégia discursiva bastante usada pela UDN no período em que Pedro Freitas (1951-1954) ocupou a cadeira do executivo estadual ao ser eleito em 1950 pelo PSD do Piauí. Embora o jornal *Folha da Manhã* ainda não existisse naquele momento, a bancada udenista sustentava o órgão *A Cidade*, criado em 1951 com o objetivo de fazer campanha contra o governador pessedista, segundo Lima (2014).

Como udenista desde o nascimento do partido no Piauí, Simplício Mendes defendia seus correligionários e atacava seus rivais na política, a saber: pessedistas, petebistas e comunistas. Até pelo menos 1962, com o fim do Estado Novo e a formação dos partidos PSD, PTB e UDN, sua trajetória tanto na política como no jornalismo foi relacionada com a UDN. Além da repulsa ao PTB conexas ao ressentimento da sua aposentadoria compulsória como desembargador na interventoria de Leônidas Mello, a aproximação com a UDN vinha do contato amistoso com

Eurípedes Aguiar desde o tempo em que assumiu o cargo de deputado estadual entre 1916 a 1920, político que também foi um dos fundadores do partido no Piauí.

A filiação de Simplício Mendes à UDN pesava no momento em que emitia sua opinião em torno dos acontecimentos sociais e políticos ou quando se reportava a partidários e adversários no jogo político. Daí é preciso situar que o colunista, no período em estudo, colaborou em vários periódicos de Teresina que tinha afinidade com o partido udenista. Ainda assim, em alguns momentos, por conflitos de interesses políticos partidários com o proprietário ou diretor de jornais, abandonou ou trocou a redação.

Um caso típico deste comportamento ficou registrado em 12 de julho de 1959, data em que Simplício Mendes relata sua saída do órgão udenista, *Folha da Manhã*, através da publicação da coluna “Radar...” no jornal *O Dia* (veja Figura 18):

Figura 18: Coluna “Radar”, do Prof. Simplício de Sousa Mendes, no jornal *O Dia*.



Fonte: *O Dia*. Teresina, ano IX, n. 684, p. 6, 12 jul. 1959.

Comparando a diagramação das colunas escritas por Simplício Mendes, “Radar...” no jornal *O Dia* (veja Figura 16) e “Televisão” na *Folha da Manhã* (veja Figura 18), visualmente, constata-se que não tem praticamente diferenças de um jornal para outro. Coincidência ou não, ambas foram editadas na margem inferior da página seis e com uma estrutura gráfica de comprimento e largura similar, o que ofereceria ao leitor a sensação de que a mudança foi apenas de jornal, mantendo na coluna “Radar...” as mesmas ideias e convicções políticas

partidárias que defendia na coluna “Televisão” editada na *Folha da Manhã*. Até mesmo a assinatura da coluna “Radar...” no jornal *O Dia* preservou a identidade do redator, a de Prof. Simplício de Sousa Mendes.

O nome escolhido para a coluna impressa no jornal *O Dia* demonstra a predileção de Simplício Mendes pelas tecnologias, inovações modernas, a exemplo das palavras “televisão” e “radar” que encabeçavam seus textos. Enquanto “televisão” remetia ao aparelho que chegava ao Brasil como uma novidade nos anos 1950; “radar” é uma invenção da primeira metade do século XX com a finalidade de captar ondas e emitir pulsos que permitissem detectar e interferir em objetos distantes. Por este motivo, o aparelho foi usado estrategicamente em períodos de guerra, para captar e fornecer informações na luta contra o inimigo.

Afora o aspecto técnico do aparelho, a palavra radar também é utilizada para designar uma pessoa que se mantém ligada aos acontecimentos e que, popularmente, é chamada de “antena”. Quer dizer, aquele que está atento a qualquer coisa que acontece ao seu redor, o que lhe permite criar estratégias de defesa e de ataque contra possíveis inimigos. De tal modo parece se autodefinir Simplício Mendes, que através da coluna “Radar...” quis mostrar para o seu leitor e possíveis adversários que estava atento às articulações políticas que, por ventura, discordavam ou pudessem lhe prejudicar no jogo político partidário.

A aparição da coluna “Radar...” na sexta página do jornal *O Dia* dava visibilidade para o desalinhamento de posições políticas entre Simplício de Sousa Mendes e o diretor do jornal *Folha da Manhã* foi ventilada pelo próprio colunista em julho de 1959, em duas edições de *O Dia*⁹⁶. Em 12 de julho de 1959, Simplício de Sousa Mendes explicou na coluna “Radar...” o motivo pelo qual deixou de produzir a coluna “Televisão” publicada diariamente no jornal *Folha da Manhã*. Na ocasião, também publicou a transcrição da carta endereçada ao diretor Araújo Mesquita, que foi silenciada pelo órgão udenista, onde expôs a discordância de ideias entre os dois no tocante aos possíveis candidatos à presidência da República de 1960.

Em 1960, a cadeira de chefe do executivo federal estava sendo disputada pelos candidatos Jânio Quadros (PTN), Henrique Teixeira Lott (PSD) e Ademar de Barros (PSP); e para a vice-presidência concorria João Goulart (PTB), Milton Campos (UDN) e Fernando Ferrari (PDC). Jânio Quadros e Milton Campos formavam a chapa das oposições coligadas junto com outras siglas: PL, PR e PDC; enquanto os governistas, representados pelos Henrique Teixeira Lott e João Goulart, se uniam aos partidos PST, PSB e PTR. Nesta composição, a

⁹⁶ MENDES, Prof. Simplício de Sousa. Radar... Dobrez-Político-Judiciante. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 684, p. 6, 12 jul. 1959; MENDES, Prof. Simplício de Sousa. Radar... Imprensa. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 685, p. 6, 16 jul. 1959.

junção do udenista Milton Campos com Jânio Quadros não agradou a Simplício Mendes, por defender que seria perigoso para o Brasil o populismo indefinido do ex-governador de São Paulo. Da mesma forma, afirmava que não queria criar polêmica com o diretor da *Folha da Manhã* à semelhança de Carlos Lacerda, que agourava uma possível cisão da UDN como consequência das escolhas à sucessão presidencial, ou de Juraci Magalhães que se posicionava contrário a Jânio Quadros e não aceitava a candidatura de Henrique Teixeira Lott.

Frente ao mal-entendido dos supostos nomes para o candidato da UDN ao cargo de Presidente, Simplício Mendes deixou clara sua posição em relação à do diretor Araújo Mesquita que, segundo ele, estava camuflada: “[...] se a diretoria tinha alguma orientação política sobre Jânio e Lott, em choque com os meus conceitos relativamente a eles, na qualidade de possíveis candidatos à sucessão presidencial, era ainda uma orientação oculta, que a mesma Diretoria guardava, intimamente, para uso próprio ou para usá-la de surpresa, tal qual usou, discricionariamente, quanto à *Televisão*, que condenou [...]” (Mendes, Prof. Simplício de Sousa. Radar... Dobrez-Político-Judiciante. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 684, p. 6, 12 jul. 1959).

O imbróglio entre Simplício Mendes e o diretor da *Folha da Manhã*, Araújo Mesquita, pontua não só a divergência de conceitos políticos partidários, como também para a “censura” da coluna “Televisão” que não saiu publicada no jornal udenista. Ao negar se sujeitar às “arbitrariedades” e aos “decretos ditatoriais” de Araújo Mesquita na redação da *Folha da Manhã*, Simplício de Sousa Mendes deixa o jornal e se acastela no jornal *O Dia* para discorrer sobre as condições de trabalho inaceitáveis na imprensa e no período democrático.

De acordo com Simplício Mendes, o jornalista não poderia se sujeitar a posição de subordinação humilhante de ter que pedir permissão à diretoria de um jornal para tratar de qualquer assunto que fosse do interesse da coletividade. Até o impedimento da publicação da coluna “Televisão” pelo diretor da *Folha da Manhã*, considerava que o órgão era independente, um lugar de livres debates. No entanto, a ação “ditatorial” de Araújo Mesquita revelava que o órgão havia sido transformado em objeto sectarista, impedindo que seus colaboradores emitissem conceitos e doutrinas das quais se responsabilizariam. Portanto, gozando do direito da liberdade de pensamento, não se submeteria à revisão de ninguém.

No texto de Simplício Mendes nota-se certo ressentimento ao ter sua coluna impedida de publicação por discordância de ideias políticas do diretor Araújo Mesquita:

[...] Despeço-me da *Folha* bem pago do insignificante esforço que prestei a ela, à qual aprendi a estimar, assim como a sua Diretoria. [...].
A *Folha da Manhã*, privando-nos de colaborar, nada perde, enquanto nós ganhamos alguma cousa, não nos submetendo aos decretos ditatoriais do seu

esforçado e ilustre Diretor. Prossiga, portanto, na orientação secreta que passou a usar (Mendes, Prof. Simplício de Sousa. Radar... Dobrez-Político-Judiciante. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 684, p. 6, 12 jul. 1959).

O ressentimento do colunista Simplício Mendes sugere algumas interpretações, até porque não se tratava somente de um jornalista que tem um texto censurado por um diretor de jornal; mas de um renomado intelectual, presidente da Academia Piauiense de Letras, professor da Faculdade de Direito do Piauí, desembargador, latifundiário e importante liderança política da UDN com prestígio na sociedade e na política piauiense.

Simplício Mendes era bastante conhecido na imprensa local, em decorrência de ter dirigido e colaborado em vários periódicos de Teresina desde a primeira metade do século XX, como foi abordado. A contar do momento em que começou a trabalhar na imprensa de Teresina, experienciou os constrangimentos da redação, até porque já havia ocupado o cargo de diretor de jornais, e de suas diferenças em regimes democrático e ditatorial, como o Estado. Decerto, ele sabia muito bem como funcionava a dinâmica da censura nas redações nos dois momentos e como ela poderia se apresentar de diferentes formas⁹⁷, tais como: censura prévia, autocensura, decretos, punições, prisões, violências, autoritarismo, afastamento de jornalistas/diretores da redação, cortes de verbas etc. Todas as formas de censura, em período democrático ou não, têm um interesse comum: a proibição de textos com conteúdo que desagradam governantes, correligionários, diretores e proprietários de jornais.

Na coluna “Radar...”, de 16 de julho de 1959, Simplício Mendes debate o papel da imprensa nos regimes ditatoriais e democrático e estabelece alguns dos critérios de produção para os redatores de jornais de Teresina e outros utilizados na sua prática jornalística. Em regimes ditatoriais e/ou autoritários a imprensa tem papel restrito, cumprindo apenas ordens na divulgação do pensamento dos ditadores ou de lideranças totalitárias. O jornalista, por sua vez, encontra-se sob coação, com os direitos individuais cerceados ou até mesmo nem existem. A opinião pública não é ouvida. Impera somente a vontade dos governantes.

Ao contrário, no regime democrático a vontade popular precisa ser respeitada, assim como a liberdade de pensamento, as diversas formações partidárias e as diferentes correntes de opinião. Nesta condição, Simplício Mendes defende que a imprensa tenha papel fundamental de criticar e orientar os governantes, sem desrespeitar algumas regras, ou seja:

[...] A imprensa não deve ser hostil ou sistematicamente contra à ação dos governantes, mas antes o papel que lhe incumbe desempenhar e exercer, na

⁹⁷ Sobre as formas de censura, ver: Lago e Romancini (2007, p. 122-143).

estrutura política democrática, é o de orientar o governante, censurando-lhe o êrro, as omissões, e advertindo-o de como deve realizar e acertar. Informar ao povo, quanto aos atos governamentais, com sinceridade, coragem e civismo, guardando-se, todavia, o respeito à autoridade, que é um dos órgãos de soberania (Mendes, Prof. Simplício de Sousa. Radar... Imprensa. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 685, p. 6, 16 jul. 1959).

Simplício Mendes expõe algumas das regras que concebia fundamental para a prática jornalística de Teresina e prometia que na coluna “Radar...”, publicada no jornal *O Dia*, “[...] não haverá hostilidade, mas o propósito de orientar o governante e a opinião pública, dizendo e divulgando a verdade, sempre que nos parecer necessário. E orientando e criticando serenamente que, edificando, no regime democrático, **a imprensa também governa**” (Mendes, Prof. Simplício de Sousa. Radar... Imprensa. **O Dia**. Teresina, 16 jul. 1959, ano IX, n. 685, p. 6, grifo meu).

“A imprensa também governa”, frase que finaliza o texto escrito por Simplício Mendes em 16 de julho de 1959 e foi usada como título desta tese, é bastante elucidativa para a compreensão do que ele e os próprios jornalistas da época tinham sobre o papel da imprensa. Ou seja, a imprensa é concebida como um agente político e nesta condição manda, administra, governa. Conforme Capelato (1988, p. 13), “desde os primórdios a imprensa se impôs como uma força política” e mesmo depois de transformada em empresa jornalística passou a vender uma mercadoria particular: a mercadoria política. O que significa dizer também que não é que os meios de comunicação sejam “por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas”, como afirma René Rémond (p. 441).

Assim, a ideia defendida por Simplício Mendes de que a “imprensa também governa” ganha robustez no próprio discurso do jornal *O Dia*. Em dezembro de 1962 foi publicada a matéria “Menos briga” que fala exatamente do papel da imprensa e dos jornalistas de exercerem a “função dos partidos políticos nas campanhas eleitorais porque as agremiações partidárias têm possibilidades de aproximação”. Ainda nesta matéria, a redação de *O Dia* deixa explícito que, na condição de partido, os jornalistas militavam na imprensa brigando e se afrontando por meio da “linguagem do insulto e do xingamento”. As brigas, portanto, aconteciam por motivos vários, a saber: “intrigas, fuxicos partidarismo, precipitações, covardias de terceiros, vaidades, além de outros motivos, levavam o jornalista ao combate a seu confrade de igual temperamento e capacidade intelectual” (Menos brigas. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.059, p. 1, 27 dez. 1962).

Proclamar através do discurso que a imprensa também governa é atribuir um poder, uma autoridade, tanto ao meio quanto àquele que escreve para o jornal. De acordo com Traquina

(2005, p. 46), desde o século XIX a imprensa vinha sendo apelidada de “quarto poder”. Com o estabelecimento da democracia, essa concepção ganhou cada vez mais espaço, de maneira que a imprensa foi alçada ao “quarto poder”, equiparadamente aos poderes executivo, legislativo e judiciário. A imprensa seria o “poder que controla o poder”, por ser utilizada como um dispositivo de manifestação de vigilância e do controle dos temas a serem discutidos pela sociedade que representaria também as queixas e as injustiças individuais. Daí a construção da ideia do jornalismo como vigilante do poder do Estado e do poder político e a representação do jornalista como porta-voz da opinião pública e da coletividade contra os abusos dos governantes.

Para Bourdieu (1998, p. 97), nem sempre é isso que acontece na prática, pois os jornalistas estão muito mais interessados pelo jogo e pelos jogadores do que por aquilo que se encontra em jogo; muito mais interessados pelo combate/polêmica que pelo debate e a dialética. Desta forma, ao produzir e impor uma visão particular do campo político, o campo jornalístico acaba relegando os assuntos de interesses da sociedade em detrimento do oferecimento de serviços simbólicos indispensáveis aos políticos, acrescenta Bourdieu (1998, p. 95). No entanto, é preciso considerar que os jornalistas também estão interessados em estabelecer as regras do jogo.

Nos anos 1950, os jornalistas de *O Dia* atribuíam para si o papel de vigilantes do poder dentro de uma cultura política em que predominavam os interesses dos proprietários dos jornais e dos respectivos grupos políticos partidários que representavam a imprensa. Simplício Mendes, assim como a maioria dos jornalistas de Teresina que ocupavam as redações, fazia da sua coluna um dispositivo para fazer prevalecer sua autoridade no jogo político explicitando suas ideias e suas preferências políticas pela hostilidade e rivalidade aos seus inimigos.

Simplício Mendes reforçava o poder da imprensa dentro do jogo político partidário como algo inerente ao papel do jornalista de criticar e orientar governantes e a opinião pública, o que poderia interferir diretamente nas escolhas dos eleitores. Mais do que informar, os jornais opinavam, vinculavam as notícias aos seus projetos partidários e lutas simbólicas, assumindo a função de partido dentro na cultura política da época. Ou seja, a imprensa assume um papel pragmático, ideológico, funcionando como um partido. Percepção defendida por Antonio Gramsci (2004, p. 218) que, ao comparar os jornais franceses e italianos, aponta os últimos, particularmente, como se constituíam em verdadeiros partidos. Propondo que os jornais constituem os verdadeiros partidos, Gramsci (2004, p. 218) defende que eles foram colocados a serviço do poder e como agentes da hegemonia na tentativa de interferir no jogo político,

controlando os processos de informação e de opinião a partir dos interesses e das ambições de determinados grupos, instituições, classes.

Antonio Gramsci avaliava os jornais italianos com base na sua própria experiência como jornalista. Vinculado ao Partido Socialista Italiano, fundou os jornais *Ordine Nuovo* e *Uritá* com o objetivo de educar a classe operária. Tanto que defendeu ferrenhamente que os operários não lessem os jornais burgueses por se tratar de um instrumento de luta movido por ideias e interesses de uma classe em contraste com a da operária (Gramsci, 1976, p. 95). Para o autor, a imprensa é a parte mais dinâmica dessa superestrutura ideológica. Ainda que reconheça que ela não seja a única, avalia que “tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte desta estrutura” (Gramsci, 2014, p. 78). Deste modo, os jornais calam, deturpam ou até falsificam informações para iludir ou ludibriar os seus leitores, pois são os grupos sociais, em conjunto com seus agentes, os intelectuais orgânicos, que controlam os processos de difusão. Por essa razão, Gramsci (2028, p. 221) considera que “no estudo dos jornais como capazes de desempenhar a função de partido político, é preciso levar em conta os indivíduos singulares e sua atividade”, uma vez que os produtores de discursos, posicionados no campo de lutas de uma classe, grupo ou instituição, incorporam uma formação discursiva a partir dela e de seu programa de ação.

Ademais, interessa também destacar que Simplício Mendes prometia que não seria hostil na coluna “Radar...” do jornal *O Dia*. No entanto, fez da sua coluna “Televisão” do jornal *Folha da Manhã* um espaço privilegiado para combater seus inimigos através de uma linguagem virulenta, lançando mão do conhecimento jurídico, sociológico e filosófico que dominava para emitir conceitos e defender interesses dos seus correligionários.

A propósito da incompatibilidade entre Simplício de Sousa Mendes e o diretor do jornal *Folha da Manhã*, Araújo Mesquita, merece atentar para as sujeições vivenciadas nas redações de jornais. Com o processo de modernização da imprensa, a redação dos jornais ficou marcadamente hierarquizada, onde o proprietário seguido do diretor e redator-chefe⁹⁸ exerciam poder para determinar quais conteúdos seriam dignos de visibilidade e como deveriam ser publicados. Nos anos 1950, como a maioria dos jornais de Teresina tinham ligações estreitas com os partidos políticos, os conteúdos precisariam seguir a ideologia do proprietário e a orientação política partidária definida para a linha editorial do órgão. Consequentemente,

⁹⁸ Fraser F. Bond (1962, p. 179) explica que o Diretor-geral ou Diretor é o responsável pela maneira como as opiniões do jornal são expressas; enquanto ao Redator-chefe compete o controle completo das notícias e variedades que entram no jornal; bem como determina os planos de cobertura das notícias. Secretários e demais redatores estão subordinados ao Redator-chefe, segundo a hierarquia da organização jornalística. No entanto, o autor também deixa claro que essa regra pode mudar de lugar para lugar.

mesmo com todo prestígio e capital simbólico desfrutado nos campos jornalístico, jurídico e político, no organograma da redação, Simplício Mendes estava hierarquicamente abaixo do diretor Araújo Mesquita, visto que ocupava a função de colaborador no jornal *Folha da Manhã*.

A coluna “Radar...” de Simplício Mendes, que saiu publicada nas edições de 12 e 16 de julho de 1959 do jornal *O Dia*, pelas datas, parece ter sido escrita como resposta ao editorial da *Folha da Manhã* de 10 de julho de 1959 com o título “Explicação que se impõe”. Sob a responsabilidade do diretor do órgão, J. Araújo Mesquita, o jornal *Folha da Manhã* lastima o “afastamento voluntário” do “prestimoso” e “culto” colaborador, Desembargador Simplício de Sousa Mendes, que ocorreu de uma incompreensão entre as partes no que toca as opiniões e conceitos em torno das candidaturas presidenciais de 1960. Na ocasião, Araújo Mesquita também aproveita a oportunidade para explicar/justificar que:

[...] a opinião, embora respeitável do articulista, feria fundo a orientação deste órgão, em que o Desembargador Simplício de Sousa Mendes reconhecerá certamente os mesmos direitos e prerrogativas que lhe atribuímos: de ter ideias próprias, promovendo a sua divulgação.

As considerações do eminente jornalista, no artigo que recusamos, eram, em síntese, propagadoras de teses contrárias aos princípios que têm governado a existência de FOLHA DA MANHÃ, no terreno político, através do comando, da orientação e já agora do sacrifício de MARCOS PARENTE.

Os pontos básicos do artigo do Prof. Simplício de Sousa Mendes pretendiam:

I) Afirmar a excelência da reeleição do atual Presidente da República.

II) Enaltecer a obra administrativa do sr. Juscelino Kubitschek.

III) Apresentar o sr. Jânio Quadros como demagogo vulgar e situar sua candidatura à Presidência da República como perigosa à Democracia brasileira.

IV) Defender o Sr. Marechal Teixeira Lott de participação em golpes de Estado, que tanto abalaram a vida política nacional.

V) Prognosticar cisão nos quadros udenistas com referência à cessão presidencial.

VI) Acusar a UDN de haver boicotado a candidatura do eminente sr. Juraci Magalhães à sucessão presidencial.

É verdade que inscrevemos, no expediente deste jornal, a afirmação de que os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Este fato, entretanto, não nos obriga a divulgar, embora assinados por jornalistas do porte do Sr. Desembargador Simplício de Sousa Mendes, ideias e teses que se contraponham frontalmente à nossa pregação constante.

A imprensa é poderoso meio de propaganda. Quem compra um jornal, compra uma ideia – é afirmativa que, de corriqueira, se tornou proverbial. Não é justo que as folhas impressas se transformem em defensoras de pensamento que, embora alheios, contrariem a essência da sua pregação. [...].

Defendemos o direito de o Desembargador Simplício Mendes justificar as teses que a sua brilhante personalidade arquitetou, com base na sua cultura política. Mas não lhe concedemos a benemerência de que, à custa de propagar os seus pensamentos, procure destruir os nossos.

* * *

Estas as razões pelas quais não nos foi possível publicar o artigo do provector Mestre. Nem o artigo, nem a carta que endereçou à direção deste jornal, a respeito do incidente.

Moralmente, não estávamos obrigados à publicação, uma vez que deslize algum havíamos praticado.

Recusar ideias alheias que maculem as nossas não é arremeter contra a consciência de ninguém, mas ficar coerentes com a nossa.

De tudo nos restou um grande consolo: perdemos um admirável colaborador para que não perdêssemos a fora do ideal que nos anima.

Mas certamente ficamos ainda com o amigo que sabe ter ideias mas que certamente permitirá que tenhamos as nossas (Explicação que se impõe. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 484, p. 1, 10 jul. 1959).

A longa explicação/justificativa da direção da *Folha da Manhã* aos seus leitores sobre a suspensão da coluna “Televisão” de suas páginas ratifica aquilo que Simplício Mendes havia afirmado pela coluna “Radar...” do jornal *O Dia*, no que tange às divergências de opinião entre o colunista e a linha editorial do jornal em relação aos candidatos à presidência da República em 1960. Todavia, enquanto Simplício Mendes acusa o diretor de censurar suas ideias por seguir uma orientação política contrária a Jânio Quadros; o diretor da *Folha da Manhã* se defende ajuizando que o colunista fugia dos princípios da linha editorial, de maneira especial ao “acusar a UDN de haver boicotado a candidatura do eminente sr. Juraci Magalhães à sucessão presidencial”, texto que geraria polêmicas dentro do próprio partido. Em geral, o diretor da *Folha da Manhã* afirma que a interrupção da coluna “Televisão” era uma medida de segurança, posto que as ideias defendidas por Simplício Mendes inflamariam ainda mais os ânimos exaltados, minando com a unidade da UDN à qual ele dizia estar ameaçada.

O editorial “Explicação que se impõe”, ao mesmo tempo em que enaltece Simplício Mendes pelo “brilhante” trabalho que exercia na *Folha da Manhã* através da coluna “Televisão”, deixa explícito que as ideias dele não podem se sobrepor às que o jornal defende no terreno político partidário por meio de sua maior representação, o fundador do jornal, Marcos Parente. Ainda que o editorial “Explicação que se impõe” não tenha qualquer assinatura, o responsável pelo texto é o diretor. O diretor, por sua vez, é subordinado do proprietário do jornal. Com isso, subentende-se que a suspensão da coluna de Simplício Mendes em junho de 1959 não aconteceu somente por uma decisão do Diretor, J. Araújo Mesquita⁹⁹. Decerto, o então proprietário do jornal, o udenista Joaquim Parente, havia concordado com tal ação.

Para além da divergência de opinião entre Simplício Mendes e a *Folha da Manhã* em torno da indicação do nome para a sucessão presidencial, a coluna “Radar...” e o editorial “Explicação que se impõe” evidenciam a rivalidade interna entre correligionários da UDN, o

⁹⁹ Em 1960, era Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Piauí.

que culminou na interdição da publicação da coluna “Televisão” e, por conseguinte, a saída do colunista do jornal udenista. Outro aspecto que fica na superfície dos dois textos é que os interesses do udenista Joaquim Parente e do grupo no qual se relacionava no interior do partido UDN serviam de parâmetro para os conceitos emitidos ou impedidos no jornal *Folha da Manhã*. Por isso, nem “desembargador”, nem “jurista”, nem “professor”, nem “prestigioso e culto” colaborador Simplício de Sousa Mendes poderia atentar contra a agremiação e a opinião defendida pela direção do órgão, que é subordinada ao proprietário.

Do mesmo modo é preciso assinalar que mesmo que o jornal mencionasse em seu expediente que não se responsabilizava por conceitos emitidos em artigos assinados, sabe-se que todo e qualquer texto publicado num jornal precisava da aprovação do diretor, pois concorre à ele o poder de controlar as opiniões e o material escrito do jornal. Impedido pela *Folha da Manhã*, Simplício Mendes recorreu ao jornal *O Dia* que, na propriedade de Leão Monteiro, tinha o interesse de movimentar os conflitos internos entre os confrades e correligionários dando publicidade para elas.

A interdição da coluna “Televisão” pela *Folha da Manhã* e a recepção da coluna “Radar...” pelo jornal *O Dia* demonstra na prática os procedimentos dos controles internos e externos ao discurso. Segundo Foucault (2009, p. 9), a interdição é um dos procedimentos de exclusão, pois em toda sociedade “[...] sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa [...]”. No caso da política, as interdições que atingem o discurso revelam aquilo por que, pelo que se luta, o poder pelo qual que se quer apoderar, e não apenas aquilo que se traduz nos sistemas de dominação (Foucault, 2009, p. 10).

Decerto, Leão Monteiro deu guarida para o udenista convicto Simplício Mendes verbalizar seu descontentamento com a direção do jornal *Folha da Manhã* através da coluna “Radar...” porque de alguma maneira o conteúdo lhe interessava dentro do jogo político partidário naquele ano. Isso aconteceu em 1959, ano em que a linha editorial do jornal *O Dia* estava muito mais afinada com o PSD, partido que se encontra no executivo estadual desde 1951 e perdeu a cadeira na eleição de 1958 para a Coligação PTB-UDN. Então, Leão Monteiro, interessado pelo debate político contra seus supostos opositores, acastelou Simplício Mendes em julho de 1959, lhe oportunizando falar sobre as fragilidades internas da redação da *Folha da Manhã* e do Diretório Regional da UDN.

A passagem de Simplício Mendes no jornal *O Dia* como colunista foi curta. De 1959 a 1962 foram encontradas apenas em duas edições a coluna “Radar...”, que deve corresponder ao

período em que esteve distante da redação da *Folha da Manhã*. Logo, meses depois¹⁰⁰ ele voltou a publicar a coluna “Televisão” no jornal *Folha da Manhã*, o que demonstra que o proprietário, o udenista Joaquim Parente, quis mantê-lo novamente no diário pautando e discutindo assuntos que também eram do seu interesse. Quanto ao diretor J. Araújo Mesquita, em 19 de junho de 1960 deixou a redação da *Folha da Manhã*, como informa a nota publicada no próprio jornal dois dias após sua saída (veja Figura 19):

Figura 19: Nota da Redação da *Folha da Manhã* esclarecendo a saída do Diretor Araújo Mesquita.



Fonte: **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 739, p. 1, 21 jun. 1960.

Ainda que a *Folha da Manhã* tenha afirmado que a saída do jornalista Araújo Mesquita da direção do jornal tenha sido de “livre e espontânea vontade”, o jornal *O Dia* reiteradamente rebateu essa informação, apresentando dados de que a motivação foi caráter pessoal e político. Mais precisamente, o jornal *O Dia* assegura a existência de uma incompatibilidade entre Araújo Mesquita, que foi retirado da gerência da *Folha da Manhã*, e Valter Parente, que passa a ocupar o seu lugar. Com a saída de Araújo Mesquita da direção da *Folha da Manhã*, o nome do Senador Joaquim Parente passou a ser impresso no cabeçalho e no expediente como o responsável pela função. E o assunto é encerrado nas demais edições do jornal de 1960.

A movimentação de Simplício Mendes de se afastar do jornal *Folha da Manhã* e usar o jornal *O Dia* como arma política e partidária demonstra, por um lado, como Leão Monteiro, de alguma maneira, interferia nas alianças e nas desavenças dos correligionários através do discurso; de outro, a insatisfação do colunista com a atitude de correligionários que tentava lhe silenciar na imprensa.

¹⁰⁰ De acordo com os dados da pesquisa, a coluna “Televisão” voltou a ser impressa na *Folha da Manhã* em setembro de 1959, discorrendo sobre a monografia de Osmar Monteiro com o tema Reforma Agrária (MENDES, Simplício de Sousa. Televisão. Ainda reforma agrária. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 530, p. 6, 4 set. 1959).

Simplício Mendes era um udenista decidido. Desde a formação da UDN no Piauí, ele se manteve fiel ao partido mesmo nos períodos em que considerou os Diretórios Regional e Municipal fragilizados em decorrência das divergências pessoais, das paixões inferiores, das competições individualistas, das intrigas personalistas, das malquerenças dos correligionários que se sobrepunham aos princípios da corporação udenista.

Visando a manutenção da unidade partidária da UDN às vésperas das eleições para presidente em 1960, Simplício Mendes fez uso da coluna “Televisão” para se apresentar como um exemplo de correligionário ao defender que colocava o partido acima dos interesses pessoais. Publicada no jornal *Folha da Manhã* em 22 de julho de 1960, a coluna intitulada “U.D.N. do Piauí” é uma das raras vezes em que Simplício Mendes se expressa de forma autorreferencial com o intuito de se afirmar como um udenista firme à orientação partidária que ajudou a construir. Ao falar da sua atuação no partido, ele justifica que não pretendia se exaltar com isso, mas falar a “verdade que os contemporâneos” reconheciam desde que a UDN foi criada no Piauí.

Diferenciando-se de muitos correligionários, Simplício Mendes garante que o seu udenismo não era convencional, não havia mudado, nem se rendeu frente aos interesses pessoais, porque, na condição de udenista e homem público, jamais aspirou cargos, posições, representações políticas. Antes, ambicionava encargos e responsabilidades em lutas memoráveis.

O nosso udenismo não é de hoje, está no sangue, mas estamos vendo que o que aí está, é cada vez mais, o inverso do aprumo, da nobreza udenista. Conclamamos a representação federal, os deputados estaduais, os municípios – os líderes responsáveis e de responsabilidade, para acudirem a unidade partidária, ameaçada pela intolerância e a irreflexão. O nosso udenismo está no sangue, – é vital e desinteressado. Mas a U.D.N. é um partido, que tanto nos custou ajudar a fundar. É uma miséria expô-lo a esta situação de tão baixo campanário (Mendes, Prof. Simplício de Sousa. U.D.N. do Piauí. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 763, p. 4, 22 jul. 1960).

Quando Simplício Mendes afirma em 1960 que “o nosso udenismo não é de hoje”, refere-se ao contexto político que possibilitou a criação do partido nos anos 1930, em que correligionários compartilhavam dos mesmos sentimentos de luta contra a ditadura estadonovista e a dissolução arbitrária do Tribunal de Justiça do Piauí com a aposentadoria compulsória dele e dos outros dois desembargadores, Esmaragdo de Freitas e José Arimathéa Tito. Contrários à ordem política ditatorial de Getúlio Vargas e do Interventor Leônidas Mello, em 1945, ergueram os princípios que se definiram e se objetivam na UDN. Arrogando para si

o papel de fundador, Simplício Mendes ratifica que no Piauí o partido surgia da comunhão de afetos entre aqueles que foram perseguidos e violentados pelo governo ditatorial varguista e sentiram o “calor cívico” da fase de lutas pré-udenistas a necessidade de uma oposição com as principais lideranças políticas do Estado, a saber: Esmaraldo de Freitas, José Arimathéa Tito, Eurípedes de Aguiar, José Cândido Ferraz, Giovani Costa, ele e tantos outros latifundiários e comerciantes locais. Dessa junção, Simplício Mendes afirma:

Nasceu, portanto, a U.D.N. com o signo de oposicionismo a tudo aquilo que contraria a moralidade, a ordem e a boa prática do regime. Sempre foi e é uma organização de combatividade, egocentristas e personalistas que afetam a ordem política e as boas normas democráticas. [...].

O nosso udenismo veio da luta que sustentamos, aqui e no Rio de Janeiro, contra todas as perseguições, obstáculos e violências do *Dip*, – do poder discricionário, que, nas prisões de 1943, aqui, em Teresina, armou camas, onde teríamos de repousar, com os companheiros de jornada cívica. [...].

O nosso udenismo não é convencional não muda, nem se rende, – são princípios que formam a nossa personalidade política e trazemos sempre acendrados na consciência de homem público, – limpos, imunes de qualquer desejo ou aspiração que não seja a de moralidade e de justiça. [...].

O nosso udenismo não é de hoje, está no sangue, mas estamos vendo que o que aí está, é cada vez mais, o inverso do apurmo, da nobreza udenista.

Conclamamos a representação federal, os deputados estaduais, os municípios – os líderes responsáveis e de responsabilidade, para acudirem a unidade partidária, ameaçada pela intolerância e a irreflexão.

O nosso udenismo está no sangue, – é vital, desinteressado. Mas a U.D.N. é um partido, que tanto nos custou ajudar a fundar.

É uma miséria expô-lo a esta situação de tão baixo campanário. (Mendes, Prof. Simplício de Sousa. U.D.N. do Piauí. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 763, p. 4, 22 jul. 1960).

Como udenista de sangue, Simplício Mendes combateu diuturnamente seus opositores nos jornais em que colaborou. Em 1959, com a entrada de Chagas Rodrigues no executivo estadual, a coluna “Televisão” fez dele um grande combatente do governador, do PTB, do comunismo e da reforma agrária pela imprensa de oposição. Como resposta ao que publicava, ele virou um alvo certo da violência de linguagem da imprensa situacionista, que escolheu à risca adjetivos para desqualificar Simplício Mendes enquanto jornalista, homem público e/ou cidadão. Inclusive, a própria redação do *O Dia*, que serviu de guarida para Simplício Mendes em 1959, se colocou nesse papel de combate aos seus discursos quando se aproximou do PTB em meados de 1961 e foi arrendado pelo partido em 1962, como será abordado no subtópico a seguir.

4.1.2 “Cachorrão” e “poltrão” da fazenda: desclassificação de Simplício de Sousa Mendes pelos redatores de *O Dia*

De 1959 a 1962, os redatores de *O Dia* e *Folha da Manhã* trocaram matérias insultuosas ou elogiosas entre si. Em 1959, o jornal *O Dia* serviu de refúgio para Simplício Mendes publicar sua coluna “Radar...” e denunciar o que considerou arbitrariedades da redação por ter sido impedido de publicar suas ideias na *Folha da Manhã*. Até 1962, o jornal *O Dia* esteve sob a administração de Leão Monteiro e, nesse período, a linha editorial variou de pessedista para petebista sem que o jornal declarasse no cabeçalho ou no expediente sua posição partidária. Somente em maio de 1962 é que a vinculação partidária do jornal é anunciada no expediente como sendo de “Responsabilidade da Bancada Petebista”, como consequência do arrendamento do órgão para o PTB.

Até o arrendamento, são raras as matérias encontradas em *O Dia* falando de Simplício Mendes, de sua prática como jornalista ou de sua postura anticomunista, antichaguista e antipetebista na imprensa. Porém, em abril de 1962, um mês antes de o jornal ser declaradamente da bancada petebista do Piauí, já se verifica uma mudança da produção discursiva em relação a ele.

Em 01 de abril de 1962, Simplício Mendes entrou no rol dos “profissionais da mentira” de *O Dia*. A imputação aparece na matéria “Irresponsáveis”, onde a coluna “Televisão – Canal (1)”, de Simplício Mendes, é citada como cúmplice do jornal *Folha da Manhã* por agir de má fé na adulteração do nome de Joel Silva Thé para José Silva Thé quando fez a transcrição de um texto do jornal *O Povo*, de Fortaleza (CE). Junto à matéria “Irresponsáveis”, encontra-se publicada a carta¹⁰¹ José Silva Thé, endereçada para a *Folha da Manhã*, na qual ele afirma que a ação tinha o objetivo de incriminá-lo de suborno, pois “[...] como o jornal ‘Folha da Manhã’ se atreve a vêr no acusado JOEL SILVA THÉ, conforme texto da publicação, a pessoa de JOSÉ

¹⁰¹ A Carta de José Silva Thé foi escrita em 29 de março de 1962 com o intuito de que a mesma fosse publicada no jornal *Folha da Manhã* sob a alegação de direito de resposta à ofensa à honra alheia como previa a Lei de Imprensa. No entanto, a carta não foi publicada pela *Folha da Manhã*, mas no jornal *O Dia* em 1 de abril de 1962, junto à matéria “Irresponsáveis”. Sobre o pedido de direito de resposta de José Silva Thé à *Folha da Manhã*, em 30 de março de 1962, a redação do jornal escreveu uma nota na primeira página informando o motivo de não ter publicado a carta, a saber: “Nota da Redação. Recebemos do sr. José da Silva Thé, Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, uma carta na qual manifesta o desejo de à mesma darmos divulgação. É que o Diretor do DER pretende que este jornal retifique a transcrição de uma nota publicada pelo “O POVO”, de Fortaleza. Infelizmente tal não é possível mas esperamos que o dr. Silva Thé volte a dirigir-se a este órgão, em termos, como determina a Lei de Imprensa por êle invocada, a fim de que possamos atende-lo” (NOTA da redação. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1.216. p. 1, 30 mar. 1962).

SILVA THÉ, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí?” (IRRESPONSÁVEIS. *O Dia*. Teresina, ano XII, n. 693, p. 1, 1 abr. 1962).

Tanto a matéria “Irresponsáveis” quanto a carta de José Silva Thé têm como alvo a redação da *Folha da Manhã*, que é acusada de “perversidade”, de “farejar escândalos” e de publicar nota “infamatória” contra o Diretor Geral do DER. Nas duas oportunidades, o nome de Simplício Mendes não é explicitado, apenas o da coluna “Televisão – Canal (1)” aparece, o que sugere que ele também está entre os “profissionais da mentira” e “irresponsáveis” do jornal *Folha da Manhã*. No entanto, se na edição de 1º de abril o nome de Simplício Mendes não foi mencionado pelo jornal *O Dia* no momento em que pretendia desqualificar os redatores da *Folha da Manhã*, essa postura muda e se intensifica ainda mais nas edições seguintes do mês abril de 1962.

Em 8 de abril de 1962, Simplício Mendes foi objeto da matéria “Cachorrão da fazenda” publicada no jornal *O Dia* sob o pretexto de transcrever o conteúdo do *Jornal do Comércio*. O nome da matéria já é impactante por denotar, no mínimo, duas práticas condenadas retoricamente pela redação de *O Dia*, mas que permaneciam exercitadas entre seus redatores: o uso de apodo e a virulência. Mesmo sendo uma matéria transcrita de outro jornal, ao sair publicada nas páginas de *O Dia*, ele também passava a endossar o conteúdo da mesma.

Na matéria, Simplício Mendes é chamado de “cachorrão da fazenda” pela redação do *Jornal do Comércio* em 28 de março de 1962, e os redatores de *O Dia* pegam a carona deste texto para, a partir dessa nomenclatura, iniciar os ataques verbais ao colunista. A matéria foi transcrita *ipsis litteris* no jornal *O Dia* e através dela é possível notar o grau da violência de linguagem empregada pelo *Jornal do Comércio*, que na defesa do PTB, criticou o modo de Simplício Mendes escrever na imprensa oposicionista contra o governador Chagas Rodrigues, a sua imagem corporal e outras atitudes relacionadas à sua vida particular:

[...] É o caso do responsável ou irresponsável articulista de “TELEVISÃO...” sem canal!

A linguagem usada, os conceitos emitidos em desrespeito ao ilustre Governador do Estado, ao Chefe do Executivo Piauiense, ao legítimo representante do povo, à autoridade maior – provam, suficientemente, a capacidade introvertida do espírito maléfico e doentio do pseudo julgador.

O terreno da descompostura é vastíssimo, tão vasto quando a mentalidade do mentiroso, do caluniador. “Cada um dá o que tem”...

Se fossemos analisar [sic.], de perto, as razões e os motivos do seu proceder, encontraríamos, por certo, a resposta capaz de justificar os ataques, as perfídias do “grande tradicional assacador de mentiras: - o caráter ilibado do ofendido e a compreensão magnânima de desprezar tudo aquilo que vem de baixo e que não o pode atingir. [...].

Mas, em contra-partida, preferimos mesmo que êle continue com essa grande liberdade democrática, de dizer o que pensa sem pensar no que diz.

... É o “Cachorrão de Fazenda”, velho acabado, sonolento, com aquêlê latido cansado que a ninguém intimida, vivendo apenas de recordações, e só tendo como companheiros, as pulgas e os carrapatos, sugando-lhes o sangue. Sem dentes, sem forças, sem nada, o “Cachorrão de Fazenda” late como uma figura representativa de tempos idos, das calçadas, das lindas cadelas.

Hoje, é simplesmente o “CACHORRÃO DE FAZENDA”...

De o “Jornal do Comércio de 28-3-62 (“Cachorrão da fazenda”. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 965. p. 1, 8 abr. 1962).

“Cachorrão de fazenda”, metáfora que os redatores do *Jornal do Comércio* usaram para Simplício Mendes é bastante expressiva. Como já explicitado neste tópico, Simplício Mendes vinha de uma família latifundiária de poder político e econômico do Piauí e, de certa forma, temido também pelo prestígio que desfrutava da formação jurista e da atuação na imprensa. Em 1962, ele continuava escrevendo a coluna “Televisão” para a *Folha da Manhã* como também para a *Folha do Nordeste*, ambas de oposição ao PTB e ao governador Chagas Rodrigues. No jornal da *Folha da Manhã* a coluna “Televisão” passou a ser identificada como “Canal 1” e na *Folha do Nordeste* como “Canal 2”. Tais como os canais de uma TV, que o telespectador mudar de um canal para outro para ter acesso a outros conteúdos, assim era a coluna “Televisão”, porque, em cada um dos jornais, Simplício Mendes publicava um texto diferente, ainda que conservasse suas convicções morais, políticas e partidárias.

A metáfora “cachorrão de fazenda” vem desse histórico familiar, profissional e até pessoal. Simplício Mendes nasceu em União, na fazenda Malhada da Areia, em 21 de abril de 1882, sendo filho de um proprietário de terras rico da região Norte do Piauí. Já a palavra “cachorrão” pode ser interpretada pela ideia que se tem do animal grande que mostra hostilidade ou até agressividade; como, também, pelo tom pejorativo que se refere a “indivíduo sem caráter, sem princípios, safado, velhaco, vil¹⁰²”. As duas significações cabem perfeitamente aos sentidos que os redatores do *Jornal do Comércio* pretendiam atribuir a Simplício Mendes que, em 1962, tinha quase 80 anos e mantinha a coluna “Televisão”, porém, não expressava tanto poder, prestígio ou medo entre políticos, jornalistas, intelectuais ou personalidades públicas que, por vezes, eram objetos de sua avaliação na imprensa.

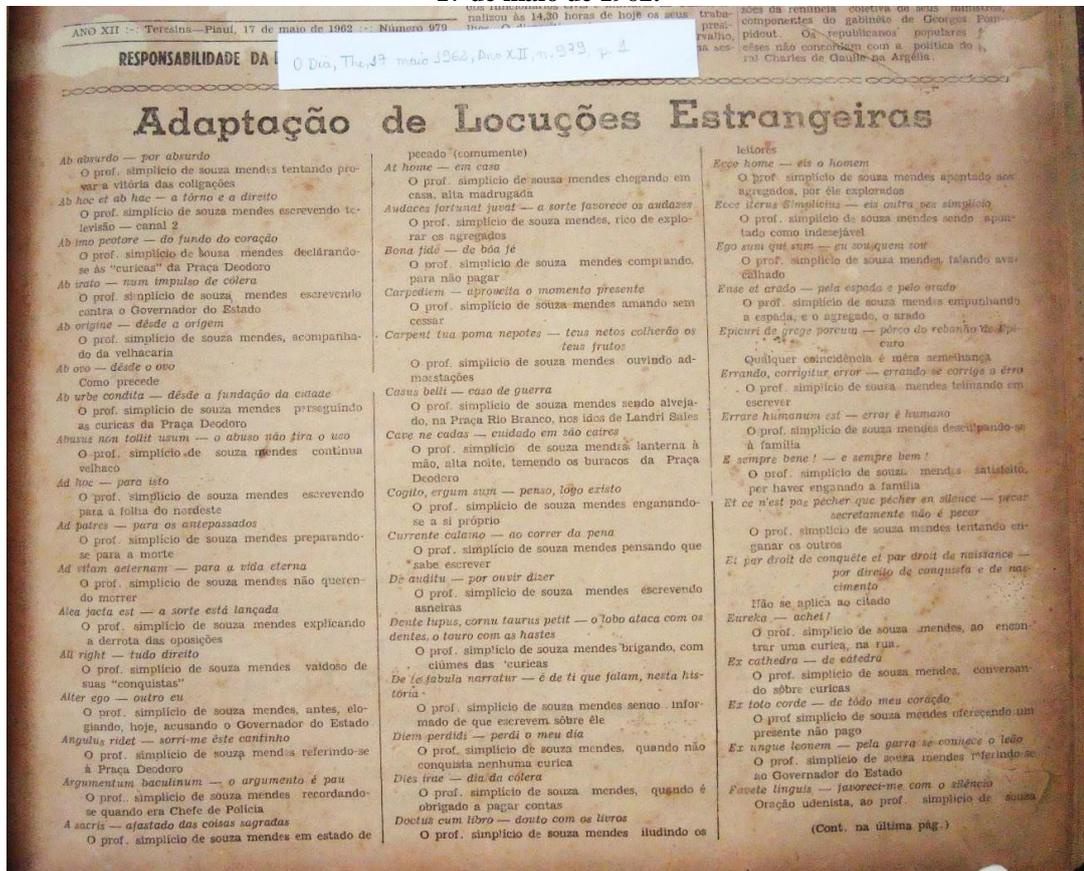
“Velho acabado”, “sonolento”, “com aquêlê latido cansado”, “sem dentes”, “sem forças”, “sem nada” são expressões que reforçam a análise de que os redatores do *Jornal do*

¹⁰² Cf.: CACHORRÃO. Michaelis. Dicionário brasileiro de língua portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cachorrao#:~:text=2%20fig%20%2C%20pej%20Indiv%20C3%ADduo%20sem,fig%20V%20cachorro%20%2C%20acep%C3%A7%C3%A3o%204>. Acesso: 05 jun. 2024.

Comércio pretendiam contra-atacar discursivamente Simplício Mendes de forma virulenta. Daí realçaram seu aspecto físico em 1962, como um homem já com a idade avançada; como um homem sem escrúpulos, mentiroso, caluniador, isto é, vil em detrimento dos textos que publicava na coluna “Televisão”; e ainda como um safado, quer dizer, como um “‘Cachorrão de Fazenda’ [que] late como uma figura representativa de tempos idos, das calçadas, das lindas cadelas”. Este último aspecto refere-se mais diretamente ao comportamento de Simplício Mendes com as mulheres.

Destaca-se que Simplício de Sousa Mendes foi avaliado pelos diferentes aspectos que envolviam sua vida pessoal e profissional. Em 1962, não só a matéria “Cachorrão de fazenda”, transcrita do *Jornal do Comércio*, foi impressa no jornal *O Dia* criticando Simplício Mendes. Neste ano foram encontradas e analisadas também as matérias intituladas “Adaptação de locuções estrangeiras”, que surpreendem não somente pelo tamanho, comprimento e largura que ocupavam da página, como pode ser visualizada pela Figura 19, mas pela quantidade de locuções originárias do latim e do inglês que a redação de *O Dia* usou para definir quem era Simplício de Sousa Mendes.

Figura 20: Matéria “Adaptação de locuções estrangeiras” publicada na capa da edição do jornal *O Dia* em 17 de maio de 1962.



Fonte: *O Dia*. Teresina, ano XII, n. 979, p. 1, 17 maio 1962.

Embora cada uma das locuções e suas adaptações para o que representaria Simplício Mendes seja interessante, não serão todas elas analisadas aqui nesta tese, até porque algumas repetem ideias ou reforçam um perfil do colunista. Todavia, em resumo, pode-se assegurar que a escrita, a personalidade, o comportamento, a riqueza, o posicionamento político, dentre outros aspectos da vida familiar, profissional e pessoal não passaram em branco. Mais detalhadamente, o “prof. Simplício de Sousa Mendes”, como foi chamado a cada adaptação de uma locução, foi representado discursivamente como “mulherengo”, “velhaco”, “vaidoso”, “pecador”.

Algumas dessas representações vieram acompanhadas de frases de denúncias de teor pessoal, profissional e da intimidade, a exemplo de que Simplício Mendes perseguia as “curicas¹⁰³ na Praça Pedro II”, “chegava em casa na madrugada”, “traía a esposa”, “pensava que sabia escrever”, “escrevia asneiras”, “rico de explorar os agregados”, “comprava e não pagava”; “enganava a família” e assim por diante, como pode ser também visualizada no transcrição abaixo:

[...] De te fabula narratur – é de ti que falamos, nesta história

O prof. simplício de sousa mendes¹⁰⁴ [sic.] sendo informado de que escrevem sobre ele

Diem perdidit – perdi o meu dia

O prof. simplício de sousa mendes, quando não conquista nenhuma curica

Dies irae – dia da cólera

O prof. simplício de sousa mendes, quando é obrigado a pagar a conta

Doctus cum libro – douto com os livros

O prof. simplício de sousa mendes iludindo os leitores

Ecce homo – eis o homem

O prof. simplício de sousa mendes apontando aos agregados, por êle explorados

Ecce iterus Simplicius – eis outra vez simplício

O prof. simplício de sousa mendes sendo apontado como indesejável

Ego sum qui sum – eu sou eu

O prof. simplício de sousa mendes, falando avacalhado

Ense et arado – pela espada e pelo arado

O prof. simplício de sousa mendes empunhando a espada, e o agregado o arado

Epicuri de grege porcum – porco do rebanho de Epicuro

Qualquer coincidência é mera semelhança. [...] (Adaptação de locuções estrangeiras. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 979. p. 1, 17 maio 1962, grifos do autor).

¹⁰³ De acordo com Oliveira (2020, p. 326), curica é uma “expressão pejorativa muito comum no Piauí, até os dias atuais, que se refere a jovem mulheres que apresentam comportamento socialmente reprovável. Também pode se referir a prostitutas, caso em que a utilização do termo é mais rara”.

¹⁰⁴ Ao longo de toda a matéria o nome de Simplício de Sousa Mendes é escrito com a inicial minúscula.

A lista de locuções em latim ou inglês é enorme, o que demonstra que o redator ou os redatores do texto tinha(m) certo conhecimento das expressões e, ainda assim, dispêndio de muito tempo para juntar todas elas, traduzi-las para o português e criar uma significação para cada uma expressão associada à pessoa de Simplício Mendes.

A lista foi atualizada nas edições de junho de 1962 na seção “Adaptação de locuções estrangeiras¹⁰⁵”, porém, neste mês, outros nomes de políticos e personalidades públicas se somam ao de Simplício Mendes. Dentre eles, estão pessoas ligadas ao PTB e sua oposição: Celso Barros, José Freitas, Antônio Freitas, Pedro Freitas, Petrônio Portela, Andocides, Camal Cury, Josípio, José Cândido, Nazareno, Isaac Irineu, Wilson Parente, Chagas Rodrigues, Constantino. Aos correligionários do PTB, a significação da tradução recebe frase de teor positivo; aos demais da oposição a significação assume caráter de denúncia, deboche, sátira, metáfora, xingamentos, escândalos etc.

[...] Non decet – não convém

A apropriação das máquinas do I.B.G.E.

Non erat his locus – não era o lugar, fora de propósito

A petição de Celso Barros, contra o Tribunal de Justiça

Non liquet – não está claro

O que pretende José Cândido Ferraz com Lustosa Sobrinho

Nom omnia possumus omnes – nem todos podem tanto

Conselho a amigo Petronio

Nom omnis moriar – não morrerei todo

Simplício Mendes recordando as curicas

Nosce te ipsum – conhece-te a ti mesmo

Conselho a Josipio

Novissima verba – as palavras mais recentes

Joaquim Parente aprendendo

Nunc est bibendum – é ocasião de beber

Andocides, toda vez que passa num bar

Oculus habent et non videbunt – tem olhos e não vê

Celso Barros não se reconhecendo velhaco

Oelum perdidist – perdeste o tempo

Calma, a Andocides

Onus probandi – a obrigação de provar

O que cabe aos difamadores

O tempora! O mores! – Ó tempos, ó costumes!

Admiração geral, ante a apropriação das linotipos

Otium cum dignitate – descanso com dignidade

O que se não pode dizer de Simplício Mendes

Per pari refertur – paga-se com a mesma moeda

As respostas publicadas em “O DIA” (Adaptação de locuções estrangeiras. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 989. p. 1, 10 jun. 1962, grifos do autor)

¹⁰⁵ ADAPTAÇÃO de locuções estrangeiras. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 988. p. 1, 7 jun. 1962; ADAPTAÇÃO de locuções estrangeiras. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 989. p. 1, 10 jun. 1962.

“*Per pari refertur* – paga-se com a mesma moeda” é a alocução que a redação de *O Dia* finaliza a seção de 10 de junho de 1962 para dizer que responde aos seus opositores da mesma forma em que é tratado, isto é, com virulência, descomposturas, ofensas, denúncias, xingamentos, tudo aquilo que condenava na prática jornalística da imprensa de oposição. É certo que desde maio de 1962, quando a seção “Adaptação de locuções estrangeiras” foi publicada pela primeira vez, o jornal *O Dia* já estava arrendado ao PTB. O que implica dizer que os ataques ao colunista Simplício Mendes e aos demais correligionários e jornalistas ligados à UDN e ao PSD se fizeram de forma mais ferrenha. Simplício Mendes entra nesse rol pelo histórico de combater o PTB, o trabalhismo, o chaguismo, o comunismo, a reforma agrária pela coluna “Televisão”; e os demais por utilizarem os órgãos de imprensa ligados ao PSD e à UDN para atacar Chagas Rodrigues e os candidatos à eleição pelo PTB em 1962.

Nas duas matérias “Adaptação de locuções estrangeiras” de junho 1962 merece destacar o conteúdo de duas traduções: “*Non decet* – não convém: A apropriação das máquinas do I.B.G.E” e “*O tempora! O mores!* – Ó tempos, ó costumes!: Admiração geral, ante a apropriação das linotipos”. Sem citar nomes, as duas traduções denunciam a apropriação indevida de maquinários de dois órgãos do Estado – Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – para uso em jornais de Teresina ligados à oposição, especificamente, os que defendem a candidatura do udenista Petrônio Portela ao cargo de governador do Piauí.

Antes das denúncias de roubo das linotipos aparecerem na seção “Adaptação de locuções estrangeiras” de junho de 1962, o jornal *O Dia* publicou duas notas tratando do assunto na edição de 20 de maio. A primeira, “Sr. Dyrno¹⁰⁶ Pires Ferreira!¹⁰⁷”, exige que o deputado federal explique ao povo piauiense, dentre outras coisas, como conseguiu “amealhar fortuna” como mero funcionário do Senado, considerando que as linotipos que se encontravam no jornal de sua propriedade foram destinadas ao IBGE quando saíram do Rio de Janeiro e “[...] como conseguiu reter, até agora, os autos da ação possessória das linotipos pertencentes ao IBGE., através da pessoa do meritíssimo juiz de direito Osmar Mendes”. A segunda, “Transcrições¹⁰⁸”, como título sugere, trata-se de duas transcrições de textos, respectivamente, do jornal *Estado do Piauí* de 06 de março 1960 e do discurso do deputado federal Clemens Sampaio que revidou

¹⁰⁶ Em algumas matérias de *O Dia* o nome do deputado federal é escrito Dyrno, porém, a escrita correta é Dirno Pires Ferreira.

¹⁰⁷ SR. DYRNO Pires Ferreira! **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 980. p. 1, 20 maio 1962.

¹⁰⁸ TRANSCRIÇÕES. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 980. p. 1, 20 maio 1962.

Dirno Pires Ferreira na Câmara Federal em 26 de fevereiro de 1960 sobre o contrabando das máquinas do IBGE pelos deputados do PSD: Dirno Pires e João Clímaco de Almeida.

Chama a atenção o ano das datas informadas nas transcrições, 1960. Ou seja, embora a notícia do suposto contrabando tenha repercutido no jornal *O Dia* de 1962, o assunto é esquentado¹⁰⁹ no ano eleitoral onde qualquer ficha a ser apostada contra os opositores pela imprensa era válida na disputa pela verdade dos fatos e pelo voto. Vale dizer ainda mais que não apenas o assunto é requeitado em 1962, como a postura da redação de *O Dia* frente ao caso muda completamente quando comparada ao ano 1960.

Diferentemente da versão que *O Dia* quis sustentar em 1962, nas edições de 1960 o jornal concedeu espaço para que A. Tito Filho detalhasse o caso e apresentasse provas de que as máquinas haviam sido compradas e não roubadas pelos deputados Dirno Pires e João Clímaco de Almeida.

Na edição de 10 março de 1960, A. Tito Filho ocupou várias colunas do jornal *O Dia* para tratar do assunto com a matéria intitulada “Mark Twain na roda do tempo ou um Sherlock em Ceroulas”. O artigo, como de costume, foi elaborado em vários tópicos, mas, neste, inicia com uma Introdução para contextualizar o papel do jornal *Estado do Piauí*, de Josípio Lustosa e de Benjamin do Rêgo Monteiro Neto na construção do enredo do roubo das máquinas do IBGE. O *Estado do Piauí* foi nomeado por A. Tito Filho como órgão pago pelo governo estadual para que o advogado Benjamin do Rêgo Monteiro Neto escrevesse leviandades; por conseguinte, Josípio Lustosa, proprietário do jornal *Estado do Piauí* e no exercício de Diretor do Departamento da Fazenda, é acusado de arcar com a responsabilidade da apreensão das máquinas e do material de imprensa do jornal *Folha do Nordeste* de propriedade de Dirno Pires e João Clímaco de Almeida.

No tópico “As ceroulas do Shelock”, A. Tito Filho denomina o advogado Benjamin do Rêgo Monteiro Neto de “leviano”, “alugado” e “narcisista”, ao passo em que distingue as fragilidades da acusação sustentada por ele contra os deputados Dirno Pires e João Clímaco de Almeida de roubo das máquinas do IBGE. Ao fim e ao cabo, A. Tito Filho enxerga inconsistência dos dois lados, pois o próprio jornal *Estado do Piauí* havia publicado anteriormente uma matéria informando a existência de uma certidão que comprovava o pertencimento da linotipo e da impressora ao IBGE, ao passo que os deputados também pecaram por não obter a certidão negativa do IBGE. Entretanto, na visão de A. Tito Filho, o

¹⁰⁹ “Publicar matéria velha com tratamento de grande novidade, justificada por novas informações, nem sempre verídicas. Significa, pejorativamente, ‘esquentar matéria’ ou requeitar matéria” (JOBIM, [s.d.], p. 25).

“cochilo” maior foi do advogado Benjamin do Rêgo Monteiro Neto, que negava a validade da nota fiscal emitida em 31 de janeiro de 1959 pela Gráfica Riachuelo Editora, pertencente a Orisvaldo Ferreira, de onde as duas máquinas (linotipo e impressora) haviam sido adquiridas pelo valor de Cr\$ 625.000,00 pagos em cheque por cada um dos deputados (Tito Filho, A. Mark Twain na roda do tempo ou um Sherlock em Ceroulas. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 753, p. 1, 10 mar. 1960).

O litígio entre A. Tito Filho e Benjamin do Rêgo Monteiro Neto, por sua vez, não girava apenas em torno da compra e venda das máquinas pelos deputados Dirno Pires e João Clímaco de Almeida. Envolvia também questões políticas, pessoais e intelectuais, de maneira que os dois vão travar vários debates pela imprensa, como será discutido no segundo tópico deste capítulo. Na matéria “Mark Twain na roda do tempo ou um Sherlock em Ceroulas”, A. Tito Filho se queixa da acusação que recebeu de ser o autor de matérias anônimas no jornal *Folha do Nordeste*, de ter alugado sua pena para o PSD e de ser jurisconsulto dos deputados pessedistas. Dada a acusação, A. Tito Filho responde o seu desafeto de forma impiedosa buscando desqualificar o advogado através do epíteto “Sherlock em ceroulas”:

[...] Nos meus bolsos só entra dinheiro dos meus empregos, honestos e decentes. Meus padrões são estes: o amor ao próximo, a consciência, que me ensina inclusive a penitência dos meus erros, quando os cometo.

JURISCONSULTO

Jurisconsulto não sou eu – juris consulto é ele, o Dr. Benjamin, o jurisconsulto das férias dos professores (brogue na cabeça), o jurisconsulto da exoneração de vitalícios (piparote na cabeça), o jurisconsulto do concurso de Richard¹¹⁰ (cocorote na cabeça), o jurisconsulto do trote das Faculdades (coque na cabeça), o jurisconsulto das exonerações em massa (crocre na cabeça), o jurisconsulto dos decênios e dos proventos da magistratura (vai haver carolo na cabeça) – e desta vez o jurisconsulto da reportagem, que não é reportagem, mas a negação do jornalismo e uma afronta à inteligência humana. [...].

SHERLOCK TIRA SONECA

[...] Pode, Sherlok. Essa Gráfica Riachuelo é gráfica, não vende material nem máquinas. Vendeu em 1959 apenas as duas citadas. Se o Professor Leão Monteiro quiser vender a sua *linotipo* em 31 de dezembro de 1960, emitirá Nota Fiscal com o n.º 001.

E neste ponto Sherlock escreveu:

“O brilhante jurisconsulto Arimathéa Tito Filho, na sua sapiência jurídica, esqueceu-se do artigo 87 do decreto 15422, de 12-2-59”.

¹¹⁰ Na edição de 13 de março de 1960, A. Tito Filho esclarece o que se trata o “o jurisconsulto do concurso de Richard”, ao afirmar que “[...] O poder executivo *julgou* válido, honesto, perfeito, um concurso feito, sob a orientação e governo da Procuradoria Geral da Justiça, tanto que nomeou em caráter efetivo o 1.º e o 10.º colocados. Richard obteve, também, ajudado de poderosa inteligência, o 1º lugar. Não quis padecer a injustiça, e foi ao remédio heico. Ajuizado o mandado de segurança, o governo achou o recuso *bossa-nova*, uma vez que era impossível revogar a Constituição Estadual. Que *bossa* foi essa? Demitir os nomeados *efetivamente* e nomeá-los *interinamente*. [...]” (TITO FILHO, A. Bossa-Nova. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 754, p. 1, 13 mar. 1960, grifos do autor).

Não esqueci de nada, porque as reportagens do Dep. Clímaco pertencem aos jornais que as publicaram. [...].

MAIS MIL

O Governador Chagas Rodrigues mandou imprimir, 2ª feira, mais de mil exemplares da edição que publicou as tolices rocambolescas do Sherlock Benjamin Monteiro Neto, certamente para *envenenamento* da opinião pública – está assim o governo com um sustento de propaganda igual à propaganda da Coca-Cola.

O Sr. Chagas Rodrigues não pode – nem lhe fica bem – supor que a reportagem do seu detetive se ajuste à inteligência do povo piauiense e brasileiro, salvo se o ilustre governante considera de inteligência mesquinha os que lêem histórias de Conan Doyle, em que Sherlock se apresenta ridículo, vestido nas ceroulas dos homens do tempo da bisavó. [...]. (Tito Filho, A. Mark Twain na roda do tempo ou um Sherlock em Ceroulas. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 753, p. 1, 10 mar. 1960, grifos do autor).

Nas edições dos dias 13 e 17 de março de 1960, A. Tito Filho retoma o assunto desafiando a oposição para devolver a posse das máquinas do jornal aos deputados pessedistas Dirno Pires e João Clímaco de Almeida. Sobre a reintegração de posse, A. Tito Filho conta que o Juiz Osmar Mendes pediu informações ao IBGE sobre a procedência das máquinas e, depois de obter resposta que pertencia aos deputados, deu parecer favorável aos deputados do PSD. No entanto, mesmo com a decisão do juiz, segundo A. Tito Filho, o governador recusou-se a cumprir a ordem oficial¹¹¹.

Em junho de 1962, o suposto roubo dos equipamentos da oficina do IBGE pelos deputados pessedistas volta com a edição da matéria intitulada “Máquinas”, na qual o jornal *O Dia* afirmava que duas linotipos foram subtraídas por Dirno Pires Ferreira e transferidas para o nome de João Clímaco de Almeida para proporcionar a tiragem do jornal *Folha do Nordeste*. Requentava-se as denúncias nas páginas de *O Dia* como uma resposta aos jornais da oposição, como a *Folha da Manhã* e o *Jornal do Piauí*, que acusavam a *Rádio Clube de Teresina* de funcionar com o motor desviado do DER. A acusação de irregularidade do maquinário da *Rádio Clube de Teresina* pela oposição se dava porque a emissora era utilizada pelo governador Chagas Rodrigues como ferramenta de propaganda do seu governo e da campanha eleitoral do PTB em 1962.

Destarte, se a máxima do jornal *O Dia* era “*Per pari refertur* – paga-se com a mesma moeda”, na oportunidade, denunciavam a subtração das máquinas de linotipos pela oposição que, tendo o “rabo-de-palha”, agiam de forma “irresponsável”, “pasquineira”, ao “pregar

¹¹¹ Cf.: TITO FILHO, A. Bossa-Nova. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 754, p. 1, 13 mar. 1960; TITO FILHO, A. Chuva miúda. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 755, p. 1, 17 mar. 1960.

inverdades” sobre o uso indevido de um motor “cedido legalmente” para o funcionamento da *Rádio Clube de Teresina*:

[...] Com muita fúria e completamente esquecidos de que possuem rabo-de-palha, insistem na falsa afirmativa de que a moderna emissora piauiense [, Rádio Clube de Teresina,] funciona com motor desviado do DER.

Irresponsáveis como são, estão esquecidos de que houve desvio sim, das duas linotipos que o Sr. Dirno Pires Ferreira subtraiu do patrimônio do IBGE, e hoje como parte integrante dos bens de propriedade do Sr. Clímaco de Almeida.

Assim, estão enganados todos aqueles que supõem seja o patrimônio do ex-vendedor de bolos fritos¹¹² de apenas trinta milhões de cruzeiros.

E essa corja deseja que se proceda a devolução de um motor cedido “legalmente” transferidas para seu nome, o negócio vai atingindo à casa dos cinquenta milhões de cruzeiros.

E essa corja deseja que se proceda a devolução de um motor cedido legalmente, mas não fala, talvez por esquecimento, no furto de duas potentes máquinas que proporcional a tiragem do jornal “Fôlha do Nordeste” (Máquinas. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.003, p. 1, 19 jul. 1962).

Depois das denúncias feitas nos meses de maio e junho, o roubo das duas linotipos do IBGE denunciado pela redação de *O Dia* foi retomado no jornal há menos de um mês da eleição de 1962, marcada para o dia 07 de outubro. Em setembro, a seção “Quem são eles” foi impressa com uma biografia dos candidatos e alguns políticos da coligação PSD-UDN a partir da perspectiva do jornal. A seção trazia textos marcadamente parciais sobre o biografado dando ênfase para os aspectos da vida política e pessoal que maculavam a imagem de cada um. Trata-se de textos produzidos por meio de um discurso sensacionalista e da violência de linguagem para denunciar tudo que consideravam imoral. Para dar ênfase ao furto das linotipos, o jornal *O Dia* apresenta o perfil do deputado federal Dirno Pires Ferreira da seguinte forma:

[...] Ameaçado de processo no Govêrno Jânio Quadros, e de apreensão, pelos udenistas, das máquinas furtadas ao IBGE, Dirno assinou documento se comprometendo apoiar a candidatura de um udenista ao Govêrno do Estado do Piauí.

¹¹² Refere-se a João Clímaco de Almeida, candidato a vice-governador nas eleições de 1962 pela coligação PSD-UDN. Em 5 de setembro de 1962, o jornal *O Dia* publicou a matéria “Quem são eles – III – João Clímaco de Almeida” e aponta que ele “foi um modesto funcionário do Banco Agrícola. Depois se elegeu a vereador e deputado estadual. No Banco Agrícola conseguia empréstimos à base de comissão, o mesmo fazendo na Caixa Beneficente, durante o tempo em que influiu nela. Associou-se depois ao Dirno Pires. Juntos conseguiram muito dinheiro, fazendo negociata através de alguns chefes inescrupulosos, tipo BINOCA, da comissão Federal do Alto Parnaíba. Joqueira hoje [1962] diz possuir 30 milhões e esclarece que fêz fortuna ‘vendendo bolo frito’. Passou por isso a ser apelidado de ‘Deputado Bolo Frito’. Não tem nenhum escrúpulo. Furta e diz que ‘só quem é bêsta é que não furta’. Tipo descarado e semi-analfabeto. É este o homem que o Sr. Petrônio ‘comprou’ no PSD para seu companheiro de chapa. Joqueira pela candidatura de Vice-Governador traiu seu partido e deixou de apoiar um udenista fanático. [...]” (QUEM são eles – III – João Clímaco de Almeida. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.022. p. 1, 5 set. 1962).

Tornou-se famoso pelo furto de 2 linotipos que desviou do IBGE para “seu jornal” em Teresina. O material saiu do IBGE, no Rio, destinado ao IBGE, em Teresina. Um tal Haroldo, pau mandado de Dirno, então Inspetor Municipal do IBGE, em Teresina, apenas ia “eenferir [sic.] o material” e que o mesmo jamais pertencera ao IBGE, No Piauí, ou no Rio. Claro que êle, Haroldo, não podia saber se pertencera ou não do IBGE, no Rio. O Juiz “engoliu a pílula” e numa liminar mandou entregar as máquinas aos larápios (Quem são eles – V – Dirno Pires. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.024, p. 1, 9 set. 1962).

Nota-se que o jornal *O Dia* não só acusa Dirno Pires de furto das linotipos, como, igualmente, vender a opinião do jornal para o Prefeito de Teresina, Petrônio Portela, com medo das ameaças de processo do Presidente João Goulart e da apreensão das máquinas pelos udenistas do Piauí. Dirno Pires é apresentado como um inimigo do povo piauiense, perfil reforçado com as demais características difamatórias nas quais a redação de *O Dia* atribuiu para ele. Além dos cargos políticos que ocupou, entre outras coisas, o distinguiram como “inimigo de João Goulart e do trabalhismo”, “comprador de votos”, “anão físico e moral”, “tipo perfeito do imbecilizado” porque ria à toa, “a safadeza personalizada”, “estéril de ideias e de sentimentos nobres e de cinismos”, “fim de safra”, “envergonha o Estado do Piauí e a espécie humana” e “larápio”, motivo pelo qual se tornou famoso no Piauí.

Do roubo das linotipos, segundo o jornal *O Dia*, nascia a coligação PSD-UDN como oposição ao PTB. Essa é a tese defendida pela redação de *O Dia* ao falar que Dirno Pires e João Clímaco de Almeida, conhecido como Joqueira, prometeram apoio eleitoral à candidatura do udenista Petrônio Portela ao governo do Estado do Piauí para que não tivessem as máquinas do IBGE apreendidas pela polícia (Nasceu de um furto. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.033, p. 1, 3 out. 1962). Se houve realmente a promessa, não se pode afirmar. O que aconteceu foi a apreensão das máquinas a mando do governador Chagas Rodrigues, é o que afirma A. Tito Filho ao descrever as campanhas memoráveis que desenvolveu na imprensa de Teresina, sendo uma delas “a defesa dos deputados Dyrno Pires Ferreira e João Clímaco D’Almeida, acusados do roubo de linotipos do IBGE” (1990, p. 270). Posteriormente foram devolvidas as máquinas fazendo cumprir mandado de segurança¹¹³.

Constata-se que os vários nomes que apareceram na seção “Adaptação de locuções estrangeiras” estavam relacionados direta ou indiretamente com o jogo político partidário e as brigas que se intensificaram à medida que a eleição se aproximava. E nesta mesma proporção,

¹¹³ Em conformidade com A. Tito Filho (1990, p. 270), “as máquinas haviam sido apreendidas por ordem de Chagas Rodrigues. Foram devolvidas. Finalmente, aquela em favor das prerrogativas do Tribunal de Justiça, sob a presidência de um homem corajoso, sem medo e sem mácula, Robert Wall de Carvalho, que pediu intervenção federal no Estado, com a finalidade de fazer com que o governo cumprisse mandado de segurança concedido ao advogado Raimundo Richard. Não se verificou a intervenção porque Chagas Rodrigues cumpriu a ordem”.

a violência de linguagem se acentuava no jornal *O Dia* contra jornalistas e políticos udeno-pessedistas. O suposto roubo das máquinas do IBGE pautado em *O Dia* rendeu a ponto de incluir o nome de Simplício Mendes na contenda só pelo fato de publicar a coluna “Televisão – Canal 2” no jornal *Folha do Nordeste*, que supostamente funcionava com as linotipos roubadas. Ainda que ele não tivesse qualquer envolvimento com o suposto furto, tais como Dirno Pires e Joqueira, aqueles que escreviam para o jornal *Folha do Nordeste* dificilmente escapariam da linguagem de violência de *O Dia*.

Esse rodeio todo em volta da história do suposto roubo das linotipos é para chegar no motivo pelo qual, dentre outros, Simplício Mendes foi chamado de “poltrão” na edição de 07 de outubro de 1962. O nome “Poltrão” intitulava a matéria do jornal *O Dia* que acusa Simplício Mendes de publicar “rabiscos mentirosos” contra o governador Chagas Rodrigues no jornal *Folha do Nordeste* que, supostamente, funcionava com as máquinas roubadas do IBGE pelo deputado Dirno Pires Ferreira. Além disso, o jornal denuncia que seus textos não mais atraía a atenção dos leitores e, por esta razão, inconformado “[...] com o desprezo que lhe foi devotado pela sociedade de Teresina e, em arrancos de homem desesperado, procura[va] lançar, na sarjeta em que habita, as pessoas intocáveis que, involuntariamente, despertam inveja em sua alma negra, mais negra que a côr que Deus lhe deu. [...]” (Poltrão. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.035, p. 3, 7 out. 1962).

Salta aos olhos a violência de linguagem empregada pelo jornal *O Dia* para atacar seus adversários políticos na imprensa. Entretanto, antes de analisar mais pontualmente o discurso da matéria “Poltrão” sobre a representação construída de Simplício Mendes, faz-se necessário amarrar alguns pontos que foram deixados acima. Um deles é o da matéria “Cachorrão”, citada um pouco antes de trazer as adaptações das alocações, que precisa se juntar a outros pontos que serão abordados a partir de agora.

Como se pode perceber até aqui, Simplício Mendes já vinha sendo sistematicamente atacado pelos redatores de *O Dia*. Em 20 de maio de 1962, por exemplo, o jornal *O Dia* publicou a matéria “Indígnio [sic.] de ser infame” retomando a metáfora do “cachorrão de fazenda” que é complementada com outros adjetivos que qualificam Simplício Mendes como “mentiroso”, “traidor”, “vilipendiador”. Todos esses adjetivos provêm do que seria o comportamento de Simplício Mendes na coluna “Televisão – Canal 2”, da *Folha do Nordeste*, que é ressignificada pela redação de *O Dia* com a denominação de “canil 2”, ao considerar que ele, como colunista, segue “latindo”, “rosnando” como um cão indócil que dorme o próprio dono. Daí, portanto, o título da matéria: indigno de ser infame, uma vez que não respeita a memória dos seus correligionários.

Além do que já foi destacado, a matéria reforça a imagem de Simplício Mendes como “mulherengo”, “Casanova”, “velho”, iniciada pela metáfora “cachorrão da fazenda”: “[...] o pelo luzidio de outrora transformou-se em verdadeira lepra, carcomido pela rabujem natural de sua velhice. Sem forças e sem mais nada e no reflexo do afã dessa velhice que dá pena e tristeza, ainda procura lembrar, nas praças e nas ruas, o que a vida lhe deu quando ainda jovem. É o sassarico em figura de gente. De gente não, de cachorro!” (“Indígnio de ser infame”. *O Dia*. Teresina, ano XII, n. 980, p. 4, 20 maio 1962).

A vida pessoal, a intimidade, as características físicas e de personalidade de Simplício Mendes ganharam ainda mais realce na matéria “Indígnio [sic.] de ser infame”. Nesse aspecto, destaca-se o comportamento dito “irrequieto” e “casanova” que, segundo a redação de *O Dia*, teria contribuído para que ele fosse alvejado a tiros em praça pública uma das vezes em que seduzia as “curicas” presentes naquele local, juntando “[...] um patrimônio histórico de fatos pitorescos que representam verdadeiros contos de safadeza canina. Das seduçõs, da malandragem, dos golpes, etc.” (“Indígnio de ser infame”. *O Dia*. Teresina, ano XII, n. 980, p. 4, 20 maio 1962).

No que se refere aos fatos pitorescos da vida de Simplício Mendes divulgados pela redação do jornal *O Dia* em 1962 não se tratava de uma invenção, mas de uma prática jornalística de dar publicização aos escândalos da vida privada que poderia destruir carreiras políticas e atrair leitores. O fato denunciado pelo jornal *O Dia* é contado por Lili Castelo Branco (1987, p. 48-51). Na biografia sobre Simplício Mendes, a autora narra em detalhes o episódio em que ele foi alvejado por um de seus desafetos pessoais. Depois de trocas de insultos verbais e de agressão física em praça pública, espalhou-se pela cidade de Teresina que o seu rival anunciava que iria matá-lo. Credo que se tratava de um boato, de uma intriga que circulava entre mexeriqueiros, Simplício Mendes ignorou os comentários e continuou com as saídas noturnas como de costume, até mesmo para deixar claro para a sociedade que não ia se acovardar frente às ameaças. Incrédulo, ao seguir o caminho rotineiro na Praça Rio Branco avistou seu adversário com o revólver na mão. Simplício Mendes seguiu em frente, quis desarmá-lo e até dá-lhe uma surra com a chibata de seu cunhado que o acompanhava naquela noite, porém, foi surpreendido com os tiros: um no ombro e outro na região abdominal (Castelo Branco, 1987, p. 50).

A cena em que se passa esse episódio na trajetória de Simplício Mendes é elaborada por Castelo Branco (1987, p. 48-50) com muitos floreios, característicos da literatura, com a reserva do compromisso histórico de apresentar os fatos da sua vida a partir dos fragmentos de memória. Sendo uma biografia histórica romanceada baseada nas memórias de Simplício

Mendes e supervisionada por ele, deve-se levar em consideração que a memória é seletiva. “Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”, como explica Pollak (1992, p. 4), ao considerar que a memória é um fenômeno construído. Por isso, vale fazer o registro deste episódio com a reflexão de que Simplício Mendes não só reconhece como demonstra certo orgulho de ter sido “mulherengo”, mesmo depois de casado, comportamento que não quis de forma nenhuma silenciar. Para além de fazer parte de sua biografia, a sua construção de si como sujeito mulherengo, galanteador de moças bonitas a qual “sabia avaliar muito bem com os olhos”, remete à questão da masculinidade, do homem de letras, rico, de posição social em que compete a ele o papel de provedor e viril. Todavia, deve-se ressaltar que a biografia foi supervisionada e que o próprio Simplício Mendes reconhece que a sua vida romanceada e “enfeitada” pela autora, “ficou mais bonita mas esta tal qual a vivi” (Castelo Branco, 1987, p. 4). Em outras palavras, está tal qual ele ditou para Lili Castelo Branco (1987), p. 4, visto que na obra consta apenas aquilo que ele quis deixar registrado para a posteridade.

Enquanto para Simplício Mendes a vida amorosa com as mulheres é narrada com orgulho e parte de sua masculinidade, para os seus opositores não era bem assim. De acordo com Castelo Branco (1987, p. 47), Simplício Mendes sempre foi visado pelos maldizentes. Por ele ser um “homem rico, de posição, dado a conquistas e teimoso” despertou o olhar dos seus adversários que, pela imprensa ou pelo “boca-a-boca”, construíam intrigas sobre sua vida pessoal, tanto que o perfil de mulherengo foi explorado pelo jornal *O Dia* e outros jornais ligados ao governador Chagas Rodrigues, como *Jornal do Comércio* e *Cidade de Teresina*, de maneira depreciativa na busca de desqualificá-lo como “farejador de curicas”.

Sobre o perfil de Simplício de Sousa Mendes como “mulherengo” apresentado em *O Dia* e outros órgãos da imprensa de Teresina não se tratava um exagero da redação visando desqualificar o colunista. Segundo A. Tito Filho, em 1947, ocasião em que retorna do Rio de Janeiro para Teresina, Simplício Mendes era conhecido como “bamba da zona”. Apelido que recebeu “[...] ou porque não rejeitasse o desafio dos adversários políticos, ou porque fosse autoridade na espetacular conquista de quengas dos mais variados feitios, nas zonas respectivas da cidade, **especializado na mulataria apetitosa**” (Tito Filho, 1987, p. 2, grifo nosso). A. Tito Filho, portanto, certifica que Simplício Mendes não rejeitava um desafio de quem quer que fosse pela imprensa e manejava com destreza a pena e as palavras, da mesma forma que dominava a arte de conquistar mulheres. Porém, “de vício, Simplício cultivava somente rabo-de-saia”, finaliza A. Tito Filho, reiterando a descrição de Castelo Branco (1987) de que ele não fumava, não bebia e nem contava anedotas.

“Especializado na mulataria apetitosa”, como define A. Tito Filho para o tipo de mulher que Simplício Mendes tinha domínio em conquistar merece um parêntese, porque, direta ou indiretamente, remete ao homem da casa grande, da fazenda, e a forma como a escravizada negra era percebida pelo olhar do senhor/branco de maneira exótica e sexualizada. O trecho em destaque traduz uma realidade do Brasil colonial e imperial escravista em que as negras eram escolhidas para ser as “amantes” dos senhores brancos, como aponta Gilberto Freyre (2006, p. 398) na obra *Casa Grande & Senzala*. Simplício Mendes não somente pertencia a família de proprietários de terra, fazendeiros, escravistas, como nasceu ainda no período em que o trabalho escravizado vigorava no Brasil e no Piauí.

Simplício Mendes nasceu em 1882 na Fazenda Malhada de Areia, em União, no Piauí. Seu pai, Mariano de Sousa Mendes, um dos grandes proprietários de terras que juntava na sua fazenda um número de escravizados para os diversos serviços ali empregados. Embora Castelo Branco (1987, p. 10) não fale explicitamente da relação senhor/escravizado na Fazenda Malhada de Areia, ela deixa pistas sobre o assunto ao descrever Mariano de Sousa Mendes como um fazendeiro “imponente”, ou seja:

[...] era branco, estrutura mediana, feições bem delineadas, barba à Nazareno, por todos considerados um homem bonito. Além do mais, Mariano de Sousa Mendes era enérgico, sua vontade não era discutida com o feitor que não tinha coragem de desobedecer-lhe. Não queria que maltratassem os escravos e, se por vezes tinha de consentir nos castigos, passava o resto do dia triste, indisposto consigo próprio. Mesmo assim eram aplicados sem violência, parcimoniosamente pelo feitor que sabia, se abusasse, poderia perder o emprego (Castelo Branco, 1987, p. 10).

A relação senhor/escravizado descrita pela autora Castelo Branco (1987, p. 10) é preñe de contradições e revelam o *modus operandi* da escravatura nas fazendas do Piauí. Como o objeto desta tese não é a escravidão, o tema não será aprofundado. No entanto, avalia-se necessário ser mencionado porque atravessa longitudinalmente a vida de Simplício Mendes e o perfil discursivamente construído sobre ele na imprensa e em biografias. Assim, a assertiva de A. Tito Filho (1987, p. 2) de que Simplício Mendes era “especializado na mulataria apetitosa”, ainda que não tenha sido seu interesse, reflete o legado do pensamento escravista, machista e patriarcal da sociedade brasileira e piauiense nas décadas da segunda metade do século XX. Tanto que o pai de Simplício Mendes nunca se casou com Ana Joaquina, imigrante cearense pela qual Mariano de Sousa Mendes se apaixonou no momento em que ela chegou na sua fazenda para pedir moradia ao fugir da grande seca que assolou o Nordeste no final da década

de 1870. Mais um legado do período colonial brasileiro em, segundo Freyre (2006, p. 390), “os homens ‘não gostavam de casar para toda a vida’, mas de unir-se ou de amasiar-se”.

O pensamento escravista e patriarcal também pode ser visualizado em outra característica enfatizada na construção do perfil de Simplício Mendes. Em 1962, no que se refere ao aspecto físico, além da velhice, as matérias de *O Dia* falam da cor da pele, ao denominá-lo de “cachorro creoulo”. É aqui, portanto, onde arrematamos os pontos sobre o uso da linguagem de violência dos redatores de *O Dia* em torno da imagem corporal e do comportamento pessoal e profissional de Simplício Mendes.

Para o arremate, a matéria “Poltrão” volta para a análise, conforme prometido anteriormente. Ao longo da leitura do *corpus* da pesquisa, em duas oportunidades, a redação de *O Dia* fez referência a cor da pele de Simplício Mendes através das expressões “cachorro creoulo” e “em sua alma negra, mais negra que a côr que Deus lhe deu”, que foram publicadas no ano de 1962, respectivamente, nas matérias “Indígnio [sic.] de ser infame” em 20 de maio, e “Poltrão” em 07 de outubro. Nas duas oportunidades, o conteúdo oferece tom pejorativo ou, sendo mais específica, declaradamente racista¹¹⁴.

Simplício Mendes era negro, de acordo com Castelo Branco (1987, p. 21). “Pretinho”, essa é a palavra usada pela autora para descrever a característica física de Simplício Mendes, herdada de sua mãe Ana Joaquina. A cor da pele aparece na biografia supervisionada pelo Simplício Mendes e, nesse aspecto, o biografado quis deixar evidente que a condição de negro não seria um impedimento para que se tornasse um homem bem-sucedido profissionalmente dado o legado escravista do Brasil. Até porque entendia que a condição financeira do pai e a formação de bacharel seriam alguns dos dispositivos para a distinção e, conseqüentemente, sua entrada nos diversos espaços marcadamente para homens brancos, como a política, a literatura, o jornalismo, o judiciário e o funcionalismo público.

Em 1904, Simplício Mendes inicia o curso de Direito em Recife após temporada na casa da cunhada de Herculano de Sousa Mendes em Teresina para a realização do secundário. Conforme Castelo Branco (1987, p. 25), Simplício Mendes pretendia ser um “homem culto, um doutor respeitado por seus conhecimentos”. O que denota a mentalidade da casa grande que se fazia presente, inclusive, “[...] nos símbolos materiais de ocupações intelectuais, como o anel de doutor ou a carta de bacharel [que] passaram a ser sucedâneos de títulos de nobreza [...]” (Sallum Jr., 1999, p. 8). Simplício Mendes, assim como seu pai, um fazendeiro influente do

¹¹⁴ No Brasil, em 3 de julho de 1951, foi promulgada a primeira lei contra o racismo. Trata-se da Lei 1.390, denominada de Afonso Arinos, sancionada pelo então Presidente Getúlio Vargas, que “inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor” (BRASIL, 1951).

Piauí, conheciam a importância dos estudos para a entrada no campo cultural como acesso a outros campos, como o da política.

Simplício Mendes formou-se em 1908 em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1909, a viagem para Recife e seu retorno para a cidade de Miguel Alves¹¹⁵ no Piauí, que seguiram dias dentro de uma embarcação, lhe rendeu amizades e contatos políticos, a exemplo dos ex-governadores piauienses Álvaro Mendes, Antonino Freire e Anísio de Abreu; sem deixar de mencionar o período da faculdade em que conheceu, dentre outros, José Arimathéa Tito e daí não se largaram mais, firmando sólida amizade (Castelo Branco, 1987, p. 30). Das relações estabelecidas, recém-formado, foi indicado para o Juizado de Piri-piri em 1909, pelo então governador Anísio de Abreu. De 1909 até 1962, acumulam-se os cargos públicos e os jornais em que Simplício Mendes trabalhou.

Mesmo inserido nos espaços de poder, destaca-se que a cor da pele de Simplício Mendes não suplantava o passado colonial escravista que se manifesta cotidianamente por meio de práticas racistas e preconceituosas. No caso do Brasil, as raízes deixadas pela colonização e escravidão são tão profundas que se mantêm até hoje, porém sob formas diversas. Os estereótipos e os preconceitos relacionados aos negros e às negras se revelam como práticas cotidianas e até usuais dentro de uma estrutura social, política, econômica, cultural e institucional de dominação de uma elite branca. Gilberto Freyre (2006, p. 537) explica que os preconceitos contra os mestiços no Brasil escravista foram inevitáveis e se expressavam ou pela cor ou pela condição de escravizado e escravizada. A ação acabou desenvolvendo entre os mestiços um complexo de inferioridade que, dentre diversas formas de manifestação, pode ser percebido no arrivismo. São vários os exemplos de mestiços no Brasil apontados pelo autor com esse comportamento, destacando Tobias Barreto, Nilo Peçanha e Machado de Assis, que em situação superior de riqueza, de poder e/ou de cultura apresentaram inquieto arrivismo.

Nas matérias dos jornais analisados, nada foi encontrado sobre a violência de linguagem e os adjetivos pejorativos, racistas e preconceituosos usados para a representação de Simplício Mendes no tocante à cor/raça de Simplício Mendes. Nenhum do esto foi editado pelo Simplício Mendes ou qualquer outro jornalista, como costumeiramente os confrades faziam na imprensa sempre que se sentiam ofendidos ou difamados. Inclusive, há também uma lacuna, um silenciamento desse assunto na historiografia.

¹¹⁵ Entre 1889 a 1890, Herculano de Sousa Mendes, pai de Simplício Mendes, mudou-se da Fazenda Malhada da Areia para a região que, mais tarde, se tornou a cidade de Miguel Alves, localizada ao Norte do Piauí (CASTELO BRANCO, 1987, p. 24). Há divergências na historiografia sobre a fundação da cidade. Uns atribuem a Herculano Mendes, tal como Castelo Branco (1987, p. 24); enquanto outros negam completamente esta tese e defendem que se deve ao Sr. Miguel Alves, proprietário de terras na região.

Talvez, para o silêncio disso no impresso, a resposta tenha sido dada por ele aos seus inimigos pela posição social e o (re)conhecimento que ostentava em sua coluna marcada pelo discurso jurídico, histórico, sociológico e político, cujas entrelinhas demonstravam a sua posição econômica, cultural e poder material e simbólico. Simplício Mendes herdou os bens do pai, como afirma Castelo Branco (1987, p. 25), o que fazia dele um homem rico; e através do estudo, da sua formação em Bacharel em Direito e das redes de amizade conseguiu se inserir no mundo da política e do jornalismo, instâncias legítimas de poder e de cultura.

De acordo com Bourdieu (2007, p. 148), “o título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo) [...]”. O nome da profissão, o título, é marca distintiva dentro de um sistema social hierarquicamente organizado, um valor, que funciona tal qual um nome de grande família ou nome próprio. Dessa maneira, a posição de um agente no espaço social pode ser definida pelo capital cultural, econômico, social e simbólico que ele ocupa nos diferentes campos. Em certos universos sociais, ainda em conformidade com o autor, acrescem princípios de di-visão relativamente independentes das propriedades culturais e econômicas, como a filiação étnica. Neste caso, “cada etnia pode ser caracterizada pelas posições sociais dos seus membros, pela taxa de dispersão dessas posições e, enfim, pelo grau de integração social [...]” (Bourdieu, 2007, p. 135-136).

Entretanto, por mais que Simplício Mendes tivesse acumulado ao longo dos anos um capital simbólico representativo, não escapou do discurso classificatório dos seus oponentes. Ainda mais no jornalismo em que seus agentes, dotados de autoridade pelo grupo, impõem princípios da di-visão, isto é, princípios da classificação. O que para Bourdieu (2004, p. 41), “a lógica do rótulo classificatório é exatamente a mesma do racismo, que estigmatiza, aprisionando numa essência negativa”.

Em 1962, as duas matérias citadas revelam o racismo (nem sempre dissimulado) na cultura brasileira e piauiense, sobretudo pela expressão “em sua alma negra, mais negra que a côr que Deus lhe deu” que visa desqualificar Simplício Mendes e apresentá-lo como um sujeito inferior, ainda que ocupasse cargos de referência dentro da estrutura social, política e jurídica. Segundo Fanon (2008, p. 110), ao citar Alan Burns, “[...] sendo a cor o sinal exterior mais visível da raça, ela se tornou o critério através do qual os homens são julgados, sem se levar em conta as suas aquisições educativas e sociais”. Apesar disso, as raças de pele escura, não aceitando a condição de inferioridade a qual lhe foi imposta, buscaram, a qualquer custo, demonstrar a riqueza do seu pensamento lutando contra a rejeição do preconceito de cor. Uma

dessas formas foi através da miscigenação, entendida por Gilberto Freyre (2006, p. 33) como “corretora da distância social”, ou ingresso no ensino superior e lugares de poder.

Embora Simplício Mendes circulasse em vários espaços sociais, políticos e ocupasse cargos públicos, isso não fez mudar a cor da sua pele, nem tampouco lhe privou de ter sofrido ações de cunho racistas, como as que se encontram nas matérias “Indígnio [sic.] de ser infame” em 20 de maio, e “Poltrão” em 07 de outubro de 1962.

Em contrapartida, Simplício Mendes também manifestou seus preconceitos pela imprensa. Segundo Oliveira¹¹⁶ ([s.d.], p. 3-4), “[...] a aversão aos trabalhadores braçais foi, por várias vezes, mencionada pelo intelectual piauiense, principalmente no momento em que os trabalhadores do campo começaram a se organizar no Estado do Piauí através das Ligas Camponesas”. Aversão que ficou explícita em seus textos através de adjetivos negativizantes contra o homem do campo, no qual definia o lavrador roceiro como “[...] um homem rude, grosseiro nos hábitos, iletrado ou analfabeto, imprevidente, alcoólatra, festeiro, quando não é preguiçoso, ladrão e criminoso”.

Na condição de latifundiário e anticomunista, Simplício Mendes revelava sua face preconceituosa na luta contra a reforma agrária. Na condição de intelectual, bacharel e jurista também, pretendia manter a distinção em relação ao “lavrador roceiro”. Afinal, segundo Queiroz (1994), os homens de letras desde muito cedo desprezavam os homens práticos por considerar que o trabalho que desempenham não lhes proporcionaria reconhecimento público. Por isso, buscavam o Estado, o serviço público, como meio de diferenciação social e sobrevivência, no caso dos menos afortunados.

Assim, em 1962, no período em que o jornal *O Dia* esteve sob a responsabilidade da bancada petebista, o colunista foi denominado de “profissional da mentira”, “irresponsável”, “cachorro da fazenda”, “cachorro creoulo” e “poltrão”, dentre outros termos como “mulherengo”, “casanova” etc. Essa visão foi criada dentro de um contexto político em que Simplício Mendes, através da coluna “Televisão”, se apresentou como um impiedoso rival do governador Chagas Rodrigues, do PTB, do comunismo e da reforma agrária. À medida que o jornal volta para as mãos Leão Monteiro no final do ano de 1960 e, mais especificamente, em 1964, quando o jornal é vendido e fica sob a gerência do Cel. Valmir Miranda, Simplício Mendes foi alçado a “Soldado da Democracia” pela redação do jornal *O Dia*, por combater diuturnamente o comunismo no Piauí através da imprensa no contexto político da ditadura militar. Portanto, as classificações construídas discursivamente em volta dos redatores

¹¹⁶ A discussão é feita também na tese de Oliveira (2020).

emblemáticos da imprensa piauiense não são contínuas. Mudam segundo a posição política partidária dos jornais e dos redatores num determinado tempo histórico, como pode ser observado com Simplício Mendes e A. Tito Filho, como será abordado a partir de agora.

4.2 A. Tito Filho: uma “estante de assuntos” e polêmicas

4.2.1 Eu e o outro: a autodefinição de A. Tito Filho como jornalista

Ao longo de sua trajetória na imprensa, pode-se considerar que A. Tito Filho é um dos jornalistas do Piauí que mais tem textos publicados falando de si e de seus desafetos pessoais, intelectuais e políticos partidários. Por meio de matérias autorreferenciais, deixou registrado alguns aspectos dos bastidores das redações por onde passou e da compreensão que tinha sobre o papel do jornalismo e dos jornalistas na sociedade. No período de 1959 a 1962, são muitas matérias de sua autoria e de outros redatores em que o nome A. Tito Filho aparece nos jornais, protagonizando debates na imprensa desde a definição de códigos deontológicos para o campo jornalístico a polêmicas, brigas, xingamentos e autodefesa com seus adversários.

Atuando em jornais de linha editorial pessedista e/ou udenista, A. Tito Filho deixou sua marca registrada nos jornais para os quais escreveu, ou pela assinatura do seu nome na matéria, ou até mesmo quando se escondeu atrás do anonimato ou de um pseudônimo a fim de ampliar a polêmica com redatores e políticos do PTB, em sua grande maioria, mas também com udenistas e pessedista em determinados contextos. *O Dia*, *Jornal do Piauí*, *Folha da Manhã*, *Folha do Nordeste* e *Cidade de Teresina* foram jornais em que ele frequentou a redação até que suas ideias convicções políticas partidárias ou pessoais perdiam a sincronia com a dos proprietários dos órgãos. O certo é que A. Tito Filho esteve afastado em poucos momentos das redações dos jornais de Teresina e do Rio de Janeiro onde teve grande atuação, seja por motivo de doença, seja por ocupar cargo público que exigia muito do seu tempo.

Sua experiência no jornalismo piauiense e carioca, somada ao período em que ficou à frente da Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí, ao conhecimento dos cargos públicos de notoriedade e à docência, contribuiu para que ele mesmo se considerasse um sujeito singular no jornalismo e fora dele. Afinal, em 1959, acumulava um currículo invejável. Além dos quase vinte anos batalhando na imprensa; assim como Simplício Mendes, A. Tito Filho comportava todos os traços comuns de um bacharel no tempo da República: “engajamento político, ocupação de cargos no funcionalismo estadual e na burocracia federal, participação da vida

literária, direção de jornais, oposição e/ou acomodação com o poder, instabilidade de cargos e funções, competitividade na política e na literatura” (Queiroz, 1994, p. 253).

No que se refere à competitividade na política e na literatura, segundo Ana Cristina Brandim (2012), A. Tito Filho mantinha-se aguerrido na imprensa deixando como herança documental um conjunto de matérias e cartas endereçadas aos seus desafetos e vice-versa que são analisados como material importante para a compreensão da escrita de si. A autora defende que “[...] a escrita de si é também a escrita do outro, essa escrita compreende energias que podem marcar aquilo que não é aceitável, aconselhável, pretendido. Isto ajuda a pensar que a construção da vaidade não é realizada sem antes marcar sua posição, sem antes fundar o reino daquilo que passa a ser considerado proibido, não aceito, ou que agia de forma contrária ao fluxo da sociabilidade que acontecia nas redes intelectuais [...]” (Brandim, 2012, p. 29).

No campo do jornalismo, num constante paralelo entre o eu e o outro, A. Tito Filho se definia como tal e apontava as práticas que avaliava pertinentes para o jornalismo político, educativo e moderno que julgava fazer na imprensa. Em 26 de janeiro de 1960, ele constrói uma narrativa de si no jornalismo, onde defende que:

[...] nas colunas dos jornais em que escrevo, debater problemas e oferecer sugestões aos que governam e legislam. Enveredo ainda pela crítica, que é meio idôneo de esclarecer e refrear paixões. Abraço mais a informação *política*, íntima, que colho junto as pessoas de bem, serenas e sensatas. Não tenho, com essa modalidade última, qual a de revelar assuntos e episódios tidos por secreto, outro intuito que o de trazer bem informado o público, única *entidade* com a qual tenho compromissos. De novembro de 1959 até junho corrente, mais de cem informações já levei aos leitores, com segurança e amor à verdade, pelo motivo simples de que não trago ao jornal *leviandades* de esquina, muito menos *confissões* de pessoas que considero com a serenidade e a verdade. [...]. (Tito Filho, A. Narrativas e impressões. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 784, p. 1, 26 jan. 1960, grifos do autor).

Em 1959 e 1960, A. Tito Filho escrevia para os jornais *O Dia* e *Jornal do Piauí* duas vezes na semana: quinta-feira e domingo. Das colunas que assinava, garante que assumia o compromisso com a verdade e a responsabilidade de criticar os erros dos gestores em defesa dos interesses da sociedade, reafirmando seu compromisso com o público. Seu papel na imprensa, de acordo com sua versão, era o de esclarecimento necessário para a vida das instituições, sempre respeitando as autoridades constituídas.

[...] CONVENHAM todos em que a imprensa tem o dever da verdade. Faltaré ela à sua missão tôda vez que espelha ódios pessoais, para satisfação de objetivos ocultos. Não me servi ainda do jornal para a crítica severa, para a denúncia de subornos ou da sua tentativa, porque não quero que se diga que o

meu jornalismo é indiscreto ou humilhante. Estou no jornal como fim de advertir, ajudar, esclarecer – e minha imprensa só tem servido da advertência e do esclarecimento. Se o governo for honesto e bem intencionado, como trombeta, então que bata palmas, uma vez que exclusivamente de honestidade e boa intenção me tenho servido na imprensa (Tito Filho, A. Notas e comentários. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 743, p. 4, 3 fev. 1960, grifo do autor).

Ao definir o seu jornalismo na matéria “Notas e Comentários”, em 03 de fevereiro de 1960, A. Tito Filho acreditava que fazia críticas honestas e verdadeiras ao governador Chagas Rodrigues, correspondendo aos anseios do jornalismo moderno e ao estilo jornalístico dos centros mais adiantados. Na sua percepção, na imprensa ele defendia ideias e não conceitos, fazia apreciação construtiva dos atos do governo com o interesse de orientá-los, denunciando fatos, atitudes, incongruências, paixões e violências numa linguagem adequada. Para A. Tito Filho, o seu modo de fazer imprensa era elevado, sereno e sem personalismos estreitos (Tito Filho, A. Reportagem sincera. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 747, p. 1, 18 fev. 1960).

Defendendo que fazia uma imprensa elevada, sincera e verdadeira, A. Tito Filho reconhecia que também era suscetível a falhas e, por essa razão, se colocava à disposição para esclarecer “pontos controvertidos” e informações errôneas que, porventura, constassem nos seus artigos. Afinal de contas, justificava ele, todo e qualquer jornalista estava sujeito a enganos e quando isso ocorresse competia ao profissional da imprensa a obrigação de repor a verdade, ainda mais quando questionado:

[...] Por falsa informação posso desgarrar-me da verdade, disposto, entretanto, a retificar erros e revogar crítica porventura injusta, desde o instante em que puder orientar-me pela nitidez dos fatos. E cada dia que o inflexível tempo vai deixando para trás, mais, com a idade, as paixões me abandonam e me concedem isenção para observar e sentir os fatos e as perspectivas (Tito Filho, A. Homens e Atitudes. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 809, p. 1, 22 set. 1960).

Na última frase transcrita acima da matéria “Homens e atitudes”, A. Tito Filho toca na questão da experiência, da maturidade dele no jornalismo como um profissional capaz de reconhecer os erros e se orientar pela nitidez dos fatos com um método para refrear as paixões que comprometem a verdade jornalística. Esse pensamento de refrear as paixões para “sentir os fatos” comunga com a concepção de fato-verdade que dominou o homem de imprensa durante quase toda a primeira metade do século XX.

Nesse momento, conforme Maria Helena Capelato (1988), os jornalistas brasileiros tinham praticamente as mesmas preocupações que a dos historiadores positivistas que cultuavam a objetividade como método capaz de se chegar à verdade dos fatos, o que contribuiu

para a sacralização do fato e o culto mítico da objetividade. Com a quebra de paradigmas no campo da História, que implicou na dessacralização dos fatos, tanto o historiador como o jornalista, compreenderam que a objetividade é relativa e que há muitas verdades. O jornalista, por sua vez, admitiu que o fato jornalístico é uma construção e “[...] na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado” (Capelato, 1988, p. 22).

Da mesma forma que Capelato (1988) entende o fato jornalístico como uma construção; para Traquina (2005), as notícias são um produto social. Conseqüentemente, só é possível entender porque as notícias são como são se levar em consideração a cultura profissional e a constelação de valores consagrados pelo jornalismo de um determinado contexto histórico.

A notícia é construção e, nesse processo, as atitudes políticas, sociais, culturais, religiosas etc. são fatores determinantes para produção do fato que será publicado. Em razão disso, Traquina (2005, p. 170) afirma que “qualquer acontecimento pode ser construído das mais diferentes maneiras e que se pode fazê-lo significar as coisas de um modo diferente”. Afinal de contas, a notícia não é um relato fiel ao fato, não é uma mimese da realidade. É uma construção.

As notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento. O primeiro poder dos jornalistas é a decisão última de decidir o que é notícia, sabendo que a notícia dá existência pública aos acontecimentos ou à problemática. [...] O segundo poder dos jornalistas é a última palavra sobre a construção do acontecimento como notícia. As notícias são construções, narrativas, “estórias” [...]. (Traquina, 2005, p. 203)

No caso de A. Tito Filho, como já foi apontado, em 1960 ele colaborava para os jornais *O Dia*, que se declarava independente no jogo político partidário, e para o *Jornal do Piauí*, que defendia os interesses da bancada pessedista do Piauí. Tanto num jornal quanto no outro, A. Tito Filho afirmava que escrevia artigos diferentes analisando o governo de Chagas Rodrigues e a situação dos partidos políticos seguindo os critérios éticos no apontamento das contradições e dos processos paradoxais da administração pública.

No *Jornal do Piauí*, A. Tito Filho afirma que publicava semanalmente dois artigos desde novembro de 1959¹¹⁷ e por se tratar de um órgão de orientação pessedista recebia críticas do jornal situacionista *Estado do Piauí*, de propriedade de Josípio Lustosa e direção de Clidenor

¹¹⁷ Não foram encontradas as edições do *Jornal do Piauí* de 1959 para a pesquisa no Arquivo Público do Estado do Piauí nem no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

dos Santos¹¹⁸, ambos deputados pelo PTB. Segundo o redator, além de Clidenor dos Santos, o jornal *Estado do Piauí* era dirigido por mais oito deputados¹¹⁹ do PTB e recebia orientação do governador do Piauí, Chagas Rodrigues. Outro nome ligado ao jornal e citado nos artigos assinados por A. Tito Filho em 1960 é o de Benjamin Monteiro Neto¹²⁰, que aparece como protagonista das polêmicas que vão desencadear por meio da imprensa.

Através de discursos autorreferenciais, A. Tito Filho defendia sua postura afirmando ser imparcial e sincero na imprensa. Todavia, por escrever também no *Jornal do Piauí*, órgão de orientação pessedista, alega que foi constantemente vítima das polêmicas e insultos editados pelos redatores do jornal *Estado do Piauí*. Na sua concepção, as críticas que registrava sobre o governo de Chagas Rodrigues não tinha relação com partidatismo, mas um dever enquanto jornalista, que entende como um profissional que exerce o papel de “porta-voz” da sociedade e tem a prerrogativa constitucional de advertir, criticar e discordar das ações de qualquer gestor.

Ser porta-voz é poder falar em nome de um partido, grupo ou classe. Segundo Bourdieu (2007, p. 187), a palavra do “porta-voz” deve parte da sua força de elocução à força do grupo para o qual o locutor representa e investe seu enunciado para mobilizar o grupo ao qual se dirige. Ainda em conformidade com o autor, a palavra do porta-voz carrega uma vontade, um projeto, uma ideia de um grupo. Quando professada por “responsáveis políticos”, ela se torna em ideia-força capaz de se impor a crença, as palavras de ordem capazes de mobilizar e desmobilizar na busca de crédito, que é firmado na e no reconhecimento dos demais.

Na busca de crédito ou descrédito, qualquer homem político fica vulnerável às suspeitas, às calúnias, aos escândalos, a todo tipo de ordem que possa ameaçar o seu prestígio, como, por exemplo, a violência da polêmica política e o combate de ideias estabelecidos pelos porta-vozes de seus respectivos grupos. Para Bourdieu (2007, p. 187):

¹¹⁸ Clidenor De Freitas Santos, médico, político e empresário do Piauí. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Recife em 1937, especializando em Psiquiatria. Por isso, foi um dos idealizadores do Sanatório Meduna, construído em Teresina e inaugurado em 1954. “[...] Ingressou na política por influência de amigos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No pleito eleitoral de outubro de 1958, elegeu-se Deputado Federal, tendo sido o candidato mais votado em todo o Estado, com quase 20.000 votos. Empossado em fevereiro de 1959. Foi vice-líder do PTB na Câmara dos Deputados. Integrou-se a Frente Parlamentar Nacionalista (PTN), formada em 1956. Durante essa legislatura, integrou as Comissões de Orçamento de Saúde e de Economia da Câmara dos Deputados. [...] Teve seu mandato de deputado federal cassado pelo golpe militar de 1964, obrigando-o a exilar-se na Embaixada do Peru [...]” (GONÇALVES, 2003, p. 357).

¹¹⁹ No material pesquisado não há a denominação dos oito deputados. Para além de Josípio Lustosa e Clidenor dos Santos, aparece nas matérias assinadas por A. Tito Filho no jornal *O Dia* os nomes de Benjamim Monteiro Neto, Nogueira Lima e Aristeu Tupinambá (Cf.: TITO FILHO, A. Reportagem sincera. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 747, p. 1, 18 fev. 1960).

¹²⁰ Benjamin do Rego Monteiro Neto nasceu em 1915. Formado em Direito e ocupava a cadeira n. 15 da Academia Piauiense de Letras. Teve ampla atuação na imprensa piauiense nos jornais do Piauí e do Rio de Janeiro, entre eles: *Estado do Piauí*, *O Momento*, *O Dominical* e *O Globo* (GONÇALVES, 2003, p. 266).

A violência da polêmica política e o recurso constante ao pôr-em-causa ético armados frequentemente de argumentos *ad hominem*, explica-se também pelo facto de as ideias-força deverem uma parte do seu crédito ao crédito da pessoa que as professa e que não há somente que refutar, mas que desacreditar desacreditando o seu autor. A lógica do campo político, dado que permite combater as ideias e as pessoas dos adversários, fornece um terreno altamente favorável às estratégias do ressentimento: é assim que ele oferece a qualquer indivíduo um meio de atingir, frequentemente por meio de uma forma rudimentar de sociologia do conhecimento, teoria ou ideias que ele seria incapaz de submeter à crítica científica (Bourdieu, 2007, p. 187, grifos do autor).

Ao discutir a promoção do crédito e da crença no campo político, Bourdieu (2007, p. 189) aponta que tanto um quanto o outro dependem do capital político, que é uma forma de capital, e das inúmeras operações pelas quais os agentes conferem poder a uma pessoa. No caso do homem público, a sua força política ou o seu poder se constrói pela confiança que o grupo deposita nele e da sua relação com outros grupos. Por isso, o homem público, para acumular crédito e evitar o descrédito, fica “comprometido com o jornalista, detentor de um poder sobre toda a espécie de capital simbólico (o poder de ‘fazer ou desfazer’ reputações [...])”.

Segundo Bourdieu (1996, p. 117), os agentes atuam na construção da realidade, instituindo conceitos, valores, classificações, ou até mesmo fazendo crer naquilo que se torna visível e conhecido por meio das palavras, da linguagem, do discurso. Conhecendo seu mundo social, os agentes podem agir de forma política sobre esse mundo, produzindo e impondo representações mentais, verbais, gráficas ou teatrais. A ação política, portanto, visa fazer ou desfazer grupos e as ações coletivas que estes podem dar início para transformar o mundo social de acordo com os seus interesses, por meio da produção, reprodução ou destruição das representações que tornam visíveis esses grupos, tanto para eles mesmos quanto para os demais.

Através da constituição de grupos e seus agentes, é que se pode observar a eficácia das representações, particularmente da palavra e seu poder estruturante. Para Bourdieu (1996, p. 119), o poder constituinte da linguagem política, na sua capacidade de prescrever sob a aparência de descrever e de denunciar sob a aparência de enunciar, faz com que o capital simbólico seja vulnerável a ação destruidora das palavras que expõem e desencantam.

Nesta perspectiva, pode-se pensar A. Tito Filho quando afirmava que embora registrasse críticas ao governador petebista Chagas Rodrigues, este não era seu inimigo pessoal, muito menos lhe devotava ressentimentos pela imprensa, como registrou na matéria “Homens e Atitudes”, em 22 de setembro de 1960:

[...] não devota ódio a ninguém, nem meus adversários simbolizam para mim defeitos e a ausência de dignidade. Tem os udenistas tanto direito à defesa e cobertura dos seus candidatos, como os pessedistas à dos que merecem confiança. E no dia, que longe não está, em que os homens orientarem a filiação partidária pelas convicções e nunca pelas paixões, dêsse dia por diante da vida política das comunidades desaparecerão as insolências, as grosserias, as críticas-de-escada-abaixo, as malquerenças e as perversidades da porta-de-venda ou botequim, orientada pelo cafajetismo [sic.] dos intrigantes do submundo político. [...]. (Tito Filho, A. Homens e Atitudes. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 809, p. 1, 22 set. 1960).

A querela maior de A. Tito Filho com a direção e redação do jornal *Estado do Piauí* aparece pela primeira vez na coluna que assinava do jornal *O Dia* na edição de 3 de fevereiro de 1960. Quer dizer, logo depois que o jornal *Estado do Piauí* publicou matéria sobre a dilapidação das verbas federais destinadas à execução de obras e cita, como exemplo, o Colégio Estadual do Piauí no período da administração do ex-governador Gayoso e Almendra em que A. Tito Filho foi o Diretor¹²¹. A partir daí, ele não descansou a pena escrevendo textos para rebater as acusações recebidas pelo jornal *Estado do Piauí* pelas colunas que assinava em *O Dia*. Não só o jornal *Estado do Piauí* como, ao mesmo tempo, alguns de seus redatores viraram alvo da “crítica severa” de A. Tito Filho.

Sobre o jornal *Estado do Piauí*, A. Tito Filho avaliou que a sua redação exercia um jornalismo que era a “negação do jornalismo”. Isto é, praticava um jornalismo sem compostura, que empregava linguagem chã e, na falta de argumentos sérios, xingava para expressar suas ideias, desrespeitando a dignidade dos confrades e das famílias que recebiam no descanso do lar o jornal para leitura e obtenção de informações úteis. O xingamento na imprensa foi veementemente condenado por A. Tito Filho, por considerar o jornal um meio de educação e instrução e não de perseguições e humilhações. A crítica severa, como ele mesmo defendia, até era permitida, desde que feita com argumentos e debates de ideias e não através de xingamentos.

De acordo com Barbosa (2007, p. 158), nos anos 1950, os jornalistas exaltavam valores que consideravam indispensáveis para o “bom profissional, no qual um comportamento ético específico se sobressai”. Dessa maneira, o jornalismo não só foi entendido como um trabalho intelectual, como alguns até mesmo acreditavam que o jornalista desempenhava um papel educador: “Sabe-se que o processo de informar é um processo formador e, portanto, em última análise, é um educador” (Barbosa, 2007, p. 158). Como o período é marcado pelo processo de

¹²¹ De acordo com A. Tito Filho (1990, p. 270), esteve na direção do Colégio Estadual do Piauí no período de 1954 a 1959 e, neste período, se afastou das redações dos jornais. Vale salientar que no recorte especificado, ocupavam a cadeira do executivo estadual os pessedistas Pedro Freitas (1951-1955) e Gayoso e Almendra (1955-1959).

profissionalização do jornalismo no Brasil, os homens de letras que atuavam na imprensa buscavam por meio do discurso construir valores e representações do ideal profissional.

De acordo com Morel (2011, p. 33), desde o século XIX, homens de letras se identificavam como homem público, aquele “portador de uma missão ao mesmo tempo pedagógica e política” e, através dos jornais, colocavam em exercício um estilo panfletário, cuja retórica tinha capacidade de convencer e atacar, expondo densidade doutrinária e ideológica, bem como agilidade para expressar uma visão de mundo. Através de um espírito mordaz e crítico, os homens de letras sustentavam publicações com determinadas bandeiras e interesses e, concomitantemente, buscavam definir seu lugar profissional. Para defender suas ideias, cada facção política mantinha um jornal, de maneira que a escrita apaixonada, panfletária e polêmica com xingamentos e insultos chegava a ser utilizada por alguns jornalistas para revidar seus adversários na imprensa.

Xingar na imprensa, tal como alegava que fazer o jornal *Estado do Piauí*, era a prova para A. Tito Filho de que seus jornalistas não sabiam argumentar, debater ideias e discuti-las. Xingar na imprensa, defendia ele, era o “argumento dos que não têm argumentos” e revelava a incapacidade daqueles que possuíam um vocabulário curto, na medida em que sustentavam uma “linguagem de bordel” num período em que esse tipo de escrita já se encontrava superada no jornalismo¹²².

Em fevereiro de 1960, A. Tito Filho publicou a matéria “Reportagem sincera”. A matéria já chama a atenção pelo título porque, de acordo com Traquina (2008, p. 45), “a reportagem se entende como a essência do jornalismo, isto é, como a forma ‘verdadeira’ de ser jornalista”. Acompanhada do nome reportagem vem a palavra “sincera” que quer dizer, dentre outras coisas, franco, imparcial, objetivo. Significando também “sem rodeios”, na “Reportagem sincera”, A. Tito Filhos acusava os redatores do jornal *Estado do Piauí* de, na imprensa, torcerem os fatos e escrever baixeiras. Motivados pela paixão, pelo sectarismo e pela “mediocridade”, os jornalistas de o *Estado do Piauí* não só negavam o papel social da imprensa, tal como a de educar ou orientar o aprimoramento intelectual dos leitores por meio da notícia; como também almejavam ferir a honra alheia. Em especial, a dele, A. Tito Filho, que se considerava alvejado pelos deputados do PTB e de sua imprensa por ser “honesto” e “respeitoso” na crítica que escrevia apontando os erros do funcionalismo público e do executivo estadual.

¹²² Cf.: TITO FILHO, A. Reportagem sincera. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 747, p. 1, 18 fev. 1960; TITO FILHO, A. Estante de assuntos. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 777, p. 1, 2 jun. 1960.

A avaliação da prática jornalística dos redatores de o *Estado do Piauí* feita pelo A. Tito Filho servia de instrumento para ele revidar os julgamentos que recebia do órgão oficioso e para autoafirmar sua postura ética na imprensa. Na matéria “Reportagem sincera”, dizia ainda que nunca prejudicou ninguém com ódios e vinganças, que jamais ofendeu autoridades ou tratou de assuntos ligados à vida íntima e privada, como faziam seus opositores do jornal *Estado do Piauí* (Tito Filho, A. Reportagem sincera. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 747, p. 1, 18 fev. 1960).

Demarcando as fronteiras entre o “eu” e o “outro”, A. Tito Filho mais uma vez volta a falar através do jornal *O Dia* da sua postura na imprensa na matéria “Homens e Atitudes”, de 22 de setembro de 1960. Na defesa de sua prática jornalística afirmava que, muito diferente do que faziam os jornalistas de o *Estado do Piauí*, pretendia fazer jornalismo com “opiniões pessoais serenas, dando-lhe o toque de realidade que suponho existir nos fatos”. Nesse comportamento, examinava fatos verdadeiros e dava a seus “[...] processos de crítica, embora pessoais, forte dose do que julgo conforme à razão e ao discernimento. Não injurio nem insulto, valendo-me só do direito de comentário, num roteiro de honestidade e respeito” (Tito Filho, A. Homens e Atitudes. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 809, p. 1, 22 set. 1960).

Na definição do jornalismo que praticava, A. Tito Filho deixava explícito que dava um “toque de realidade” ao que supunha existir nos fatos, ou seja, criava a versão que desejava sobre os acontecimentos que escrevia. Até porque, como ele também deixava claro, as críticas eram construídas por meio de comentários pessoais, o que implicava na parcialidade da cobertura e julgamento dos fatos que produzia e publicava na forma de notícia.

De acordo com Traquina (2008, p. 35), com o surgimento de um novo paradigma para o jornalismo no século XIX, os jornalistas “professam saber o que é notícia e como escrevê-la”. Sendo o jornalismo uma prática discursiva, os jornalistas desenvolveram uma maneira de agir, de falar e dever a partir de uma cultura profissional forjada, que fornece um modo de ser e estar no jornalismo. A maneira de agir exige do profissional um pragmatismo para que conclua o texto antes da “hora do fechamento” do jornal. A maneira de falar requer do jornalista domínio da linguagem para que seja compreendido pelo leitor e, para além disso, o discurso jornalístico deve provocar o desejo: “o desejo de ser lido/ouvido/visto” (Traquina, 2008, p. 46). A maneira de ver, formado por hábitos mentais, conferiu ao jornalista uma visão bipolar, “o bem e o mal”, “o pró e o contra”, bem como se caracteriza pela miopia, pela tendência em estruturar o acontecimento em torno de indivíduos e o gosto pelo drama. Para Traquina (2008, p. 50), “essa maneira própria de ver o mundo está intimamente ligada ao saber de reconhecimento e ao saber da narração, porque envolve os dois poderes fundamentais do campo jornalístico: a seleção dos acontecimentos e a sua construção como notícia”.

Embora a definição da maneira de agir, falar e ver de Traquina (2008) tenha como referência a cultura profissional do jornalismo norte-americano do século XIX e início do século XX, ela possibilita chaves conceituais para a compreensão da cultura profissional do jornalismo de Teresina, especificamente de *O Dia*, no período compreendido entre 1959 e 1962, em que as diferentes correntes de pensamento e/ou os distintos grupos políticos e sociais se confrontavam através das páginas dos jornais.

Traquina (2008) deixa claro que os jornalistas, ao longo da história, desenvolveram maneiras de agir, falar e ver o mundo. Partindo deste princípio, analisando a cultura profissional do jornalismo de *O Dia*, a maneira de agir acontecia com um intervalo de tempo maior, pois não sendo um jornal diário, a hora do fechamento do jornal não se dava em 24 horas, o que possibilitava à sua redação um ciclo temporal propício para pensar dentro de uma perspicácia traçada pelos critérios em que a organização jornalística funcionava como noticioso e político. A maneira de falar, paradoxalmente, informativa e opinativa, abria brechas para a utilização de metáforas, xingamentos, apodos e textos longos escritos numa linguagem prolixa e, na maioria das vezes, na primeira pessoa. A maneira de ver, por sua vez, marcadamente bipolar, em especial, quando se tratava de matéria que envolvia o político e a prática jornalística nos diferentes órgãos de imprensa.

De acordo com A. Tito Filho, em Teresina, existiam bons, excelentes jornalistas, mas também existiam os falsos, que anulavam a imprensa de Teresina e “[...] anulam com a pretensão de defender a *pele*, as paixões íntimas e subalternas, rascunhando asnicas [...]”, como fazia o jornal *Estado do Piauí* com o interesse de defender os atos do governador Chagas Rodrigues (Tito Filho, A. Benjamin, Bossa e notícias. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 772, p. 1, 15 maio 1960, grifos do autor). A. Tito Filho atribui aos falsos jornalistas e às paixões partidárias os problemas do que denomina de “mau jornalismo”, ou melhor, o jornalismo que tem como base xingamentos, grosserias, calúnias, injúrias, galhofa, pilhéria etc.

Jornalismo é coisa séria, afirmava A. Tito Filho ao defender também que:

[...] Jornalismo não é doce de coco, que se compra com papel desvalorizado [...].

Jornalismo é instituição social: orienta, diverte, instrui, critica, protesta. Modernamente, é o processo educativo, fonte de conhecimento do meio e do homem, da sociedade em si, considerada nas suas características de liderança, diferenciação e organização.

Jornalismo não é assim um *sistema pessoal* de compreensão de *cabeças* que querem forçar a verdade, ou falseá-la para escudo de interesses pessoais nem sempre dignos.

Jornalismo não é *escôva* de dentes, restrita ao uso pessoal de cada um. É coisa mais séria, que a gente não avalia por *carteiras profissionais* distribuídas

gratuitamente a dengosos viajeros em companhias áreas. [...]. (Tito Filho, A. Benjamin, Bossa e notícias. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 772, p. 1, 15 maio 1960, grifos do autor).

A definição de jornalismo elaborada por A. Tito Filho é uma forma de se contrapor e determinar o tipo de jornalismo feito pela imprensa da situação, que prestava exclusiva defesa dos atos do governador Chagas Rodrigues e dos interesses pessoais de Josípio Lustosa e Benjamim Monteiro Neto, principais responsáveis pelas matérias publicadas, respectivamente, no jornal *Estado do Piauí* e na revista *Caravana*¹²³. Na sua visão, os dois, por meio da imprensa patrocinada pelo PTB e pelo rádio, publicavam indignidades e ataques pessoais contra aqueles que fazem críticas severas ao governador Chagas Rodrigues e seus desmandos. Por fazer parte desse grupo que criticava o executivo estadual, A. Tito Filho se colocava como vítima dos redatores do jornal *Estado do Piauí* que publicavam texto contendo baixos insultos contra sua pessoa:

[...] Mais notável ainda é o fato de o jornal me apelidar de *burro*, advogado de jornal, imbecil, jurista de meia tijela [sic.], incompetente, insofocável, acho que *jumento*, de raciocínio nulo, e achar que com estas *qualidades* esteja eu a influir no julgamento no Tribunal de Justiça.

Está o jornal do Sr. Josípio Lustosa a fazer triste conceito dos eminentes desembargadores. [...]. (Tito Filho, A. Benjamin, Bossa e notícias. **O Dia**. Teresina, 15 maio 1960, ano X, n. 772, p. 3, grifos do autor).

O órgão oficioso “Estado do Piauí, edição de domingo, 29, ocupou-se mais uma vez, da minha humildade. Xingou-me como quis e quanto quis, em artigo de 1ª página: jegue, jumento, leigo, imbecil, transviado, marginal e muitos outros termos do afeto consultorial, isto é, do Consultório. [...]. Interessante, interessantíssimo é que o jornal atesta minha *burrice* e *leiguismo* e dedica a quem é *burro* e *leigo* um artigo de fundo, com a importância de primeira página. [...]. (Tito Filho, A. Estante de assuntos. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 777, p. 1, 2 jun. 1960, grifos do autor).

Para além dos termos descritos acima nas matérias “Benjamin, Bossa e notícias” e “Estante de assuntos” editadas, respectivamente, no jornal *O Dia* de maio e junho de 1960, A. Tito Filho acrescenta que os deputados do PTB e Benjamim Monteiro Neto o titulavam pela

¹²³ *Caravana* é uma revista “ilustrada mensal” mantida financeiramente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) durante o governo do petebista Chagas Rodrigues e se autointitulava “órgão de divulgação do desenvolvimento nacional”. Em virtude da ausência de trabalhos específicos sobre a revista *Caravana*, não se sabe ao certo o ano em que a revista começou a circular. Porém, tendo acesso a algumas poucas edições, como a de março de 1960, verifica-se a informação do ano XIII, o que subentende uma existência de treze anos de circulação deste impresso. Ainda, de acordo com a pesquisadora Oliveira (2016, p. 37), a revista era “[...] publicada no Rio de Janeiro e trazida ao Piauí, sempre lançada às vésperas de eventos, como eleições e aniversários de administração do governador petebista, entre outros. A publicação é uma fonte importante sobre a propagação das ideias do partido no Estado”.

imprensa de “canalha” e “chantagista”. Em 1960, como já explicitado, corriqueiramente intelectuais e políticos ainda utilizavam a imprensa como espaço público para dar visibilidade às suas contendas e tentar macular a imagem de seus desafetos.

Nos anos 1950 e 1960, A. Tito Filho, assim como muitos outros jornalistas, circulavam nos mais diferentes espaços de poder e gozavam de certo prestígio no Piauí pelas funções que já haviam ocupado e/ou ocupavam. Jornalista, professor, intelectual, funcionário público, advogado eram posições de prestígio ocupadas por A. Tito Filho e contribuíram para que ele tivesse certo capital simbólico e político na sociedade e na imprensa piauiense. Ou, como diz Barbosa (2010, p. 129), “o poder simbólico daquele que sabe verbalizar os sentimentos pode, através dos jornais, transformar-se em poder de fato”.

Ainda segundo Barbosa (2010, p. 59), através de letras demolidoras, insultos insanos e de sentido virulento ou dúbio, os jornalistas usavam a imprensa para fazer jus às suas ideias. As guerras verbais, oriundas da imprensa oitocentista, mostravam os lados opostos em que os jornais e os jornalistas estavam. A disputa entre os jornalistas se realizava pela palavra impressa que mutuamente desqualifica, insulta e difama o outro. Através da polêmica diferenciava um jornalismo do outro, o de estilo político panfletário para o outro que se pretende moderno, empresarial, informativo e parcial.

A. Tito Filho, no entanto, discursivamente se colocava numa posição contrária a este tipo de jornalismo panfletário, pasquineiro e político do século XIX ainda existente no século XX em Teresina. Em 23 de junho de 1960, ele publicou o que denominou de “Depoimento Verdadeiro” e, oportunamente, ressaltou a forma altiva que se comportava perante os ataques pessoais escritos por Benjamin Monteiro Neto no jornal *Estado do Piauí*:

[...] Tenho suportado, com elegância, as baixeiras que o Sr. Benjamin Monteiro manda ao jornal oficioso contra mim. Tudo, na vida, tem limites. Por natureza, aprecio o debate, elevado, educado, sensato, criterioso. Adoro o jornalismo que critica, que ajuda que coopera. Em Teresina, há poucos dias, até o jornal pessedista me criticou na qualidade de Interventor na Federação Piauiense de Futebol. Recebi a crítica, ainda desacertada, mas tive-a como desejo do redator em cooperar comigo.

Acusado de escrever notas e artigos no “Jornal do Piauí”, afirmo, com o testemunho dos que ali trabalham, que dou àquele jornal, exclusivamente, um artigo assinado, duas vezes por semana. Nada mais. Tenho fé em que a imprensa deve zelar a verdade e ser antes de tudo um instrumento de esclarecimento e educar.

Deseja o sr. Benjamin Monteiro Neto fazer repositório de ódios pessoais. Não devoto ódio a ninguém, mas não devo suportar humilhações e as baixeiras de quem, com o Sr. Benjamin Monteiro Neto, nenhuma autoridade possui para ofender a dignidade alheia. [...]. (Tito Filho, A. Depoimento verdadeiro. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 783, p. 1, 23 jun. 1960).

Se em 1960 A. Tito Filho expunha o jornal *Estado do Piauí* e Benjamin Monteiro Neto como seus desafetos políticos por criticar o governador Chagas Rodrigues; em 1961 o *Jornal do Comércio* e *Folha da Manhã* ganharam protagonismo em sua coluna do jornal *O Dia*. O *Jornal do Comércio* por ser orientado pelo PTB e estar a serviço do governo estadual; e a *Folha da Manhã* por defender os interesses da UDN e do prefeito de Teresina, Petrônio Portela, eleito pelo mesmo partido. Com esses dois jornais a discussão ocorreu de forma mais sistemática pelo fato de acusarem A. Tito Filho de publicar textos no anonimato ou sob pseudônimo, como será discutido a seguir.

4.2.2 Os “Josés” de A. Tito Filho em *O Dia* e as acusações de pseudônimo pela imprensa situacionista

O uso de pseudônimo no jornal *O Dia* fazia parte do seu *modus operandi*, mesmo com a proibição por lei de tal prática na imprensa brasileira. Como já foi discutido no primeiro capítulo, nos anos 1950 e 1960, Leão Monteiro, proprietário do órgão, pedia textos aos seus redatores e colaboradores e empregava pseudônimo escondendo a verdadeira identidade do autor da matéria. A. Tito Filho foi um dos redatores que fez isso no jornal *O Dia*, algumas vezes a pedido de Leão Monteiro.

Escrever de forma anônima na imprensa não foi uma novidade trazida pelo jornal *O Dia* nos anos 1950 e nem A. Tito Filho inicia essa prática quando começa a trabalhar no órgão. Para explicar como ele deu início a escrita de forma anônima na imprensa, faz-se necessário recortar momentos da sua trajetória de vida.

Na década de 1940, A. Tito foi para o Rio de Janeiro a fim de ingressar na Faculdade de Direito e Ciências Sociais, mas perdeu a data do exame em 1942 e teve que adiar seu plano para o ano seguinte, 1943. Mesmo assim permaneceu no Rio e se hospeda na pensão Dona Clotilde, onde também residiam outros piauienses, como Petrarca Sá e Tibério Nunes. É neste momento em que se encontra na pensão Dona Clotilde, localizada no bairro do Catete, que A. Tito Filho funda o jornal *Língua de Sogra*, ilustrado de cunho crítico e humorístico formatado com seis páginas.

Para esta tese, o que mais interesse no momento do jornal *Língua de Sogra* é a forma em que seu fundador iniciou a circulação do texto entre um pequeno círculo de leitores. De forma anônima, A. Tito Filho o redigiu na máquina de datilografia que existia no seu quarto e, sorrateiramente, o colocou por baixo da porta de Petrarca Sá. No dia seguinte, Petrarca Sá achou

o exemplar *Língua de Sogra* e comentou com os demais residentes da pensão que havia encontrado um jornal e que o mesmo fazia críticas aos estudantes piauienses residentes no bairro do Catete. Como ninguém sabia quem havia redigido o jornal, todos tornaram-se suspeitos da autoria.

Esse fato aconteceu em 1943. *A Língua de Sogra* dava o pontapé para uma prática que A. Tito Filho parece ter gostado: produzir textos no anonimato e movimentar a curiosidade dos leitores em torno da sua autoria. Mais tarde, o segredo foi revelado a Petrarca Sá e Tibério Nunes, que passaram também a colaborar com o jornal.

Depois de iniciada a prática do anonimato no jornal *Língua de Sogra*, A. Tito Filho não largou mais. Durante toda a sua trajetória no jornalismo, mesmo que se encontre textos com o seu nome nas matérias de jornais em que trabalhou, dirigiu ou fundou, é inegável que, simultaneamente a estes, ele também publicava textos sem assinatura e/ou com pseudônimo, sempre levantando a suspeita de seus leitores, especialmente, daqueles que se tornavam alvos da sua crítica ou de seu elogio.

Ocorre que em janeiro de 1961, A. Tito Filho começou a publicar na sua coluna¹²⁴ em *O Dia* comentários e elogios que recebia de jornalistas e leitores. Similarmente aos jornais situacionistas que lhe dirigiam insultos, grosserias, xingamentos e “falsas acusações”, A. Tito Filho dava publicidade para textos virulentos e também para as pessoas que saíam em sua defesa pela imprensa¹²⁵. Um deles foi José Walter, que assinava a coluna “Ponto de Vista” no jornal *O Dia*, e, nesse espaço, criticava a imprensa oficiosa/situacionista por “injustamente” acusar A. Tito Filho de fazer uma “imprensa mexeriqueira”, quando, na realidade, o que ele fazia era um jornalismo sério e educativo. O segundo refere-se ao comentário do jornalista Maurício Mamede, que no jornal *Diário do Povo*, de Fortaleza, havia dito que ele era um homem de caráter e íntegro, em outros termos, um “verdadeiro homem de imprensa”. E, por último, publicou a transcrição da carta de um leitor, que assinava com o nome de “Spectador”, contendo não apenas elogios à sua prática jornalística como o definia como “jornalista de gabarito” da imprensa piauiense por escrever com clareza, critério e estilo agradável.

Dos três comentários acima, dois merecem destaque por envolver as polêmicas que A. Tito Filho se envolveu com desafetos políticos na imprensa. De acordo com A. Tito Filho, redatores da imprensa situacionista, composta pelos órgãos *Jornal do Comércio*, *Folha da*

¹²⁴ Será empregada a denominação coluna porque os artigos publicados com a assinatura de A. Tito Filho saíam sempre na mesma página do jornal e mantinha uma frequência. Porém, não tinha uma denominação. Cada edição a coluna saía com um título diferente de acordo com o assunto que abordava no jornal *O Dia*.

¹²⁵ WALTER, José. Imprensa independente. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 838, p. 6, 1 jan. 1961; TITO FILHO, A. Assuntos e Opiniões. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 840, p. 1, 8 jan. 1961.

Manhã e Estado do Piauí, sustentavam que o leitor de nome “Spectador” e o colunista José Walter eram pseudônimos criados por A. Tito Filho no jornal *O Dia* para publicar elogios para si mesmo e admoestar o governador petebista, Chagas Rodrigues, e o prefeito udenista, Petrônio Portela.

Antes de falar especificamente das matérias analisadas que tratam da questão dos supostos pseudônimos “Spectador” e José Walter, vale esclarecer que desde dezembro de 1960 A. Tito Filho dirigia o *Jornal do Piauí*¹²⁶, de orientação pessedista, e colaborava com o jornal *O Dia*, autodeclarado independente.

Essa explicação se faz necessária para entender que A. Tito Filho lançava mão dessas duas instituições jornalísticas para se defender das acusações feitas pelos redatores do *Jornal do Comércio* e da *Folha da Manhã* de que se escondia no anonimato ou atrás de um pseudônimo nas matérias publicadas no jornal *O Dia* contra o governador Chagas Rodrigues e o prefeito Petrônio Portela. Conforme A. Tito Filho, ele não precisava de pseudônimo na imprensa porque dirigia o *Jornal do Piauí* e de lá respondia pelos editoriais e conceitos publicados, exceto das matérias assinadas. Portanto, não tinha necessidade de recorrer a pseudônimos ou do anonimato para criticar os partidos governistas, neste caso o PTB e a UDN, quando escrevia para o jornal *O Dia*, pois no *Jornal do Piauí* de linha editorial pessedista teria liberdade de fazer isso.

Da mesma forma, negava a acusação feita pelo jornal *Folha da Manhã* de ser “bifronte” na imprensa, uma vez que não possuía duas palavras, nem duas posturas no que escrevia, seja em textos publicados com a sua assinatura ou sem ela. Na coluna “Notas e comentários”, de 5 de fevereiro de 1961, A. Tito Filho transcreve um trecho do artigo de fundo intitulado “O banquete do Prefeito” publicado no jornal *Folha da Manhã* de 31 de janeiro de 1961 acusando-o de “bi frontismo”:

[...] Copio este trecho:

“Artimathéa vive a doutrinara sobre ética jornalística e a dizer dos propósitos de levantar o nível da imprensa, em nossa terra. Faz, entretanto, o que ninguém até hoje fez, usando dois métodos que se chocam: quando escreve, sob sua própria assinatura, disserta, em xaroposos artigos, sobre exatamente tudo de que não entende, direito, sociologia, psicologia, política, etc., quando fabrica editoriais ou se esconde em pseudônimo, fuxica, falta à verdade, fere os amigos elogiados por ele próprio, em artigo sob sua assinatura, no mesmo número do jornal. Dêsse bi frontismo vai vivendo como bom mōço e toda vez

¹²⁶ Na edição de 29 de dezembro de 1960, do jornal *O Dia*, José Piauiense noticia que A. Tito Filho assumiu a direção do *Jornal do Piauí* (PIAUIENSE, José. Isto realmente aconteceu. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 837, p. 1, 8 jan. 1961). Embora nas edições pesquisadas do *Jornal do Piauí* dos anos de 1960 e 1961 não se encontre o nome de A. Tito Filho nem no cabeçalho nem no expediente, locais em que, geralmente, se colocavam os dados sobre proprietário(s), direção e redação de um jornal; em algumas matérias analisadas de 1961 consta a informação de que ele era o Diretor do órgão naquele ano.

que o demônio o tenta correr e se esconde debaixo da mesa do pseudônimo a dizer dos outros precisamente o que ele é.”

Essas grosserias do jornal do Senador Joaquim Parente¹²⁷ estão assinadas por Pedro Luís, pseudônimo, e em razão disto o jornal perde autoridade para condenar pseudônimos. [...]. (Tito Filho, A. Fatos e comentários. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 887/848, p. 1, 5 fev. 1961).

O trecho copiado do jornal *Folha da Manhã* por A. Tito Filho, em conjunto com os comentários elaborados por ele, fazia parte da dinâmica das acusações pela imprensa. Jornalistas, políticos, personalidades públicas, dentre outros, não se descuidavam de ler os jornais e responder às imputações que recebiam da imprensa comentando cada uma delas com argumentos que consideravam plausíveis de uma boa defesa.

Ora, com A. Tito Filho não foi diferente. Dominando as técnicas do jornalismo na produção de reptos e desmentidos e com formação em Direito, ele advogava a seu favor na imprensa. Além do Direito, ele mesmo citou sua formação em História da Filosofia, Biologia, História, Higiene, Literatura Geral e Economia Política na matéria “Fatos e comentários” que escreveu para rebater a *Folha da Manhã* que afirmava que ele escrevia sobre assuntos que sequer conhecia.

A resposta de A. Tito Filho publicada na matéria “Fatos e Comentários” tratando de sua formação não era exagero. Ao analisar a biografia de José de Arimathéa Tito Filho elaborada por Wilson Gonçalves Carvalho (2003, p. 405), verifica-se que ele ensinava “Português, Literatura, Sociologia Educacional e Estudos Sociais nos principais educandários de Teresina” e dominava os conhecimentos gerais de História, Política e Economia. Como jornalista, colaborou em quase todos os jornais de Teresina, tais como *Língua de Sogra* (1943), *O Piauí* (1945), *Libertação* (1946), *O Pirralho* (1948), *A Luta* (1952), *Folha da Manhã* (1958) e *O Dia*. Na lista dos jornais citados por Carvalho (2003, p. 405) não aparece o *Jornal do Piauí*, órgão que ele também fez parte.

Vale destacar que desta lista de jornais em que A. Tito Filho colaborou, nenhum deles tinha linha editorial afinada com o PTB. A explicação para este comportamento, tal como vem sendo sustentada nesta tese, é fruto do ressentimento de A. Tito Filho em relação a aposentadoria compulsória dos três desembargadores durante o Estado Novo, incluindo José Arimathéa Tito, seu pai. Em 1945, com a reabertura política e a formação da UDN, A. Tito Filho, que residia na capital do Brasil, retornou para Teresina e junto com outros amigos que estudavam no Rio de Janeiro formaram um grupo de apoio para alavancar a candidatura do

¹²⁷ Refere-se ao jornal *Folha da Manhã*, que pertencia ao Senador Joaquim Parente.

Brigadeiro Eduardo Gomes e outros candidatos da UDN no Piauí. O PTB, por sua vez, fundado por Getúlio Vargas; assim como o PSD, que reunia os interventores do Estado Novo, eram dois partidos que A. Tito Filho, aliado à UDN, pretendia combater naquele momento.

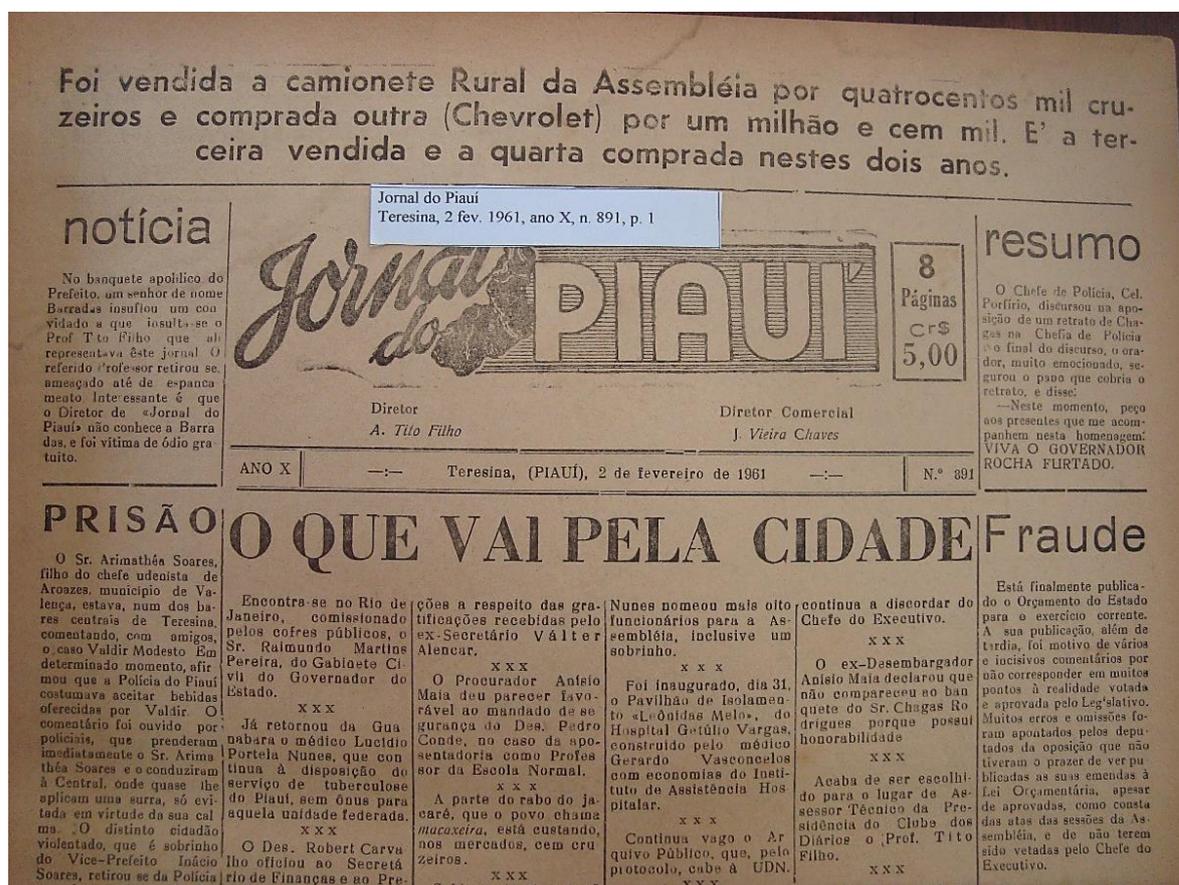
Analisando o *corpus* da pesquisa, de 1959 até 1961 a posição política e partidária de A. Tito Filho muda em relação ao ano de 1945, apresentando-se agora marcadamente contrária à UDN e ao PTB e de filiação ao PSD. A assertiva ganha força com os dados publicados na matéria “Pontos nos ii”, de 23 de fevereiro de 1961, onde A. Tito Filho discorre sobre a recusa do nome do seu pai, Arimathéia Tito, para o novo município pelos pessedista Sebastião Leal e Humberto Silveira¹²⁸. Considerando que a atitude dos dois deputados desmerecia o PSD e humilhava sua família, A. Tito Filho anunciava de forma categórica sua desfiliação ao partido: “só me resta o desligamento de um partido do qual nada exigi e ao qual nada pedi senão esta homenagem a meu pai. [...] Embora desligado do PSD, não ingressarei em agremiação partidária alguma, nem pretendo aderir a quem quer que seja” (Tito Filho, A. Pontos nos ii. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 853, p. 1, 23 fev. 1961). Se houve o afastamento do PSD como ele prometeu pela imprensa não se tem certeza, porque nada foi encontrado que comprovasse isso. O que se constata é que no ano de 1961 ele continuou colaborando no *Jornal do Piauí*, órgão pertencente ao PSD, mesmo depois de seu nome não aparecer no cabeçalho do jornal como Diretor a partir da edição de 19 de fevereiro de 1961.

Em 1961, o *Jornal do Piauí* saiu em defesa de A. Tito Filho em várias ocasiões, quer diante das acusações feitas pela *Folha da Manhã* de que seria ele o autor das matérias publicadas em *O Dia* sobre o banquete realizado em homenagem ao Prefeito de Teresina, o udenista Petrônio Portela; quer pelo tratamento dispensado ao diretor do órgão no local em que aconteceu o banquete. Em 02 de fevereiro de 1961, a redação editou uma nota do lado direito do cabeçalho do *Jornal do Piauí* intitulada “Notícia” informando que A. Tito Filho teve que se ausentar do banquete do Prefeito, no qual se encontrava na condição de diretor do órgão para

¹²⁸ A matéria “Ponto nos ii” traz a opinião de A. Tito Filho sobre a recusa da proposição de um novo município com o nome de seu pai, Desembargador Arimathéia Tito, por alguns deputados do PSD. Ao longo do texto, afirma que nunca se dirigiu a qualquer deputado para pleitear emendas ou projetos de criação de municípios e que estava totalmente afastado da política municipal. Entretanto, considera que “[...] a atitude do PSD desmereceu o Partido, antes de humilhar minha família” e que “[...] palpito algum ofereci na criação do novo município, considerando apenas o dever de solidariedade a uma homenagem que se pretendiam prestar ao Desembargador Arimathéia Tito [...]” (Tito Filho, A. Pontos nos ii. **O Dia**. Teresina, 23 fev. 1961, ano XI, n. 853, p. 1). Na edição de 19 de fevereiro de 1961, o *Jornal do Piauí* publicou uma matéria explicando o motivo pelo qual alguns membros da bancada pessedista havia rejeitado no nome de Arimathéia Tito para o novo município, motivo pelo qual se desligou do PSD “alegando que o fazia em virtude de humilhação que lhe infligira e à sua família, a bancada do PSD na Assembleia”. Segundo a explicação do deputado Sebastião Leão, “[...] a bancada do PSD votou contra a criação do município não pelo nome aureolado do Arimatéa Tito, e sim porque o projeto, como estava redigido, não atendia ao desejo dos pessedistas do povoado Peixe”.

fazer a cobertura do evento, por ter sido “vítima de ódio gratuito” no momento em que foi ameaçado de espancamento (veja Figura 21).

Figura 21: Nota do *Jornal do Piauí*, intitulada “Notícia”, publicada em defesa de A. Tito Filho, diretor do órgão em 1961.



Fonte: *Jornal do Piauí*. Teresina, ano X, n. 891, p. 1, 2 fev. 1961.

Na edição seguinte, 05 de fevereiro de 1961, há mais dois registros do assunto no *Jornal do Piauí*. O primeiro foi veiculado na matéria “Homens públicos e Imprensa”, que denuncia mais uma vez que o diretor, A. Tito Filho, foi insultado pela redação da *Folha da Manhã* ao chamá-lo de “[...] ignorante, vendido, homem de duas caras, autor de imprensa baixa. E o fez com pseudônimo numa linguagem violenta, sem freios, ditada com certeza pela vaidade do Sr. Petrônio Portela [...]” (Homens públicos e imprensa. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano X, n. 892, p. 8, 5 fev. 1961). O segundo registrou-se através da transcrição da carta de Araújo Mesquita endereçada ao diretor do *Jornal do Piauí*, A. Tito Filho, na qual nega as informações veiculadas na seção “O que vai pela cidade” de que ele, na condição de Secretário de Imprensa¹²⁹ e

¹²⁹ Em 29 de janeiro de 1961, o jornal *O Dia* noticiou que Araújo Mesquita havia sido nomeado para a Secretaria de Imprensa do Palácio do Governo (ESCOLHA acertada. *O Dia*. Teresina, ano XI, n. 846, p. 4, 29 jan. 1961). Já

subordinado do governador Chagas Rodrigues, teria proibido a publicação do discurso do Prefeito Petrônio Portela proferido no banquete que lhe ofereceram ; e também nega que em 1962 dirigia jornal e, muito menos, orientava diretamente qualquer órgão a favor do governador Chagas Rodrigues em 1962. A carta de Araújo Mesquita foi publicada na coluna “Cadernos de Anotações”, que A. Tito Filho assinava no *Jornal do Piauí* por meio das sigas A. T.F., editada na mesma página da matéria “Homens Públicos” (veja Figura 22).

Figura 22: Coluna “Caderno de anotações” de responsabilidade de A. Tito Filho no *Jornal do Piauí*.



Fonte: *Jornal do Piauí*. Teresina, ano X, n. 892, p. 3, 5 fev. 1961.

em 02 de abril de 1961, José Piauiense informa em sua coluna “Isto realmente aconteceu” a saída de Araújo Mesquita da Secretária de Imprensa sendo desconhecido o motivo; e na edição seguinte, de 06 de abril, aponta que ao ser interrogado pelo motivo Araújo Mesquita teria respondido: “- Chagas queria acabar a minha personalidade” (Cf.: PIAUIENSE, José. Isto realmente aconteceu. *O Dia*. Teresina, ano XI, n. 864, p. 1, 2 abr. 1961; MOTIVO. *O Dia*. Teresina, ano XI, n. 865, p. 2, 6 abr. 1961).

Após a transcrição da carta de Araújo Mesquita, A. Tito Filho faz um parecer sobre a alegação distinguindo que, curiosamente, o Secretário de Imprensa do governo Chagas Rodrigues desmentia o *Jornal do Piauí* pelo uso da palavra “proibição”, mas silencia em relação a matéria publicada em *O Dia* que ele também escreveu, porém, lá usou a palavra “recomendação”. Sendo assim, A. Tito Filho expõe sua decisão de forma irônica: “Retifico: não houve proibição mas houve recomendação. O ilustrado Mesquita esteve em Folha da Manhã e recomendou a publicação do discurso. Certo, Caro amigo? [...]” (T. F., A. Caderno de Anotações. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 892, p. 8, 5 fev. 1961). É certo que o significado das palavras “proibir” ou “recomendar” tem diferenças e que a opção de usar a primeira refletia diretamente na postura autoritária de Araújo Mesquita já também denunciada por Simplício Mendes em 1959 quando ele era diretor do jornal *Folha da Manhã*.

Diante das matérias analisadas, não é nenhuma surpresa ver que o *Jornal do Piauí* advogasse a favor de A. Tito Filho em fevereiro de 1961, considerando que ele era o Diretor do órgão e, nesta posição, determinava quais conteúdos eram ou não publicados em suas páginas. Na matéria “Homens públicos e imprensa” (veja Figura 22), por exemplo, o nome de A. Tito Filho e do jornal *O Dia* são citados em vários momentos porque a querela teria se iniciado quando órgão publicou um artigo de fundo, sem assinatura, criticando o banquete realizado em homenagem ao prefeito Petrônio Portela, eleito pela UDN. Daí em diante, o jornal *Folha da Manhã* iniciou a produção de matérias acusando A. Tito Filho de se esconder atrás de pseudônimo ou do anonimato no jornal *O Dia* para atacar o udenista.

“O artigo, aliás, pertence ao jornal ‘O Dia’ e não ao diretor deste jornal” é a conclusão que o *Jornal do Piauí* chega para defender A. Tito Filho na matéria “Homens públicos e imprensa”, publicada sem assinatura em 05 de fevereiro de 1961. O jornal *O Dia*, por sua vez, não tem a mesma defesa, sendo indicado como adversário de Petrônio Portela e, conseqüentemente, responsável pelas críticas feitas ao discurso proferido no banquete pelo prefeito de Teresina. De toda forma, o *Jornal do Piauí* defende que, independentemente de quem seja o autor da matéria, os homens públicos deveriam aceitar a crítica feita pelos homens de imprensa, cabendo aos gestores o direito de defesa dos seus atos e ideias de forma educada.

O *Jornal do Piauí* exige “educação política” na imprensa. Em outros termos, ao invés de o homem público xingar os jornalistas, como fazia Petrônio Portela, deveria fazer como A. Tito Filho que na imprensa fazia uso de uma “[...] linguagem sadia, elevada, e a imprensa que realiza não fere a dignidade de quem quer que seja. Suas atitudes são francas, leais, claras, e muitas vezes contraria os seus próprios interesses para não sacrificar os princípios que defende”. Daí a nota de protesto que finaliza a matéria:

PROTESTO

Consignamos o nosso veementemente protesto aos insultos que o Prefeito está publicando no órgão udenista, por êle orientado, contra o Prof. Tito Filho, de quem o Sr. Petrônio Portela só tem recebido distinções (Homens Públicos e imprensa. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 892, p. 8, 05 fev. 1961).

Comparativamente, as defesas apresentadas pelos jornais *O Dia* e *Jornal do Piauí* em relação ao jornalista A. Tito Filho são bastante parecidas, seja no conteúdo, seja na linguagem empregada, seja no estilo do texto. Constatado isso, pretende-se dizer que as matérias publicadas no *Jornal do Piauí*, mesmo quando não assinadas, parecem ter sido produzidas ou editadas pelo Diretor do órgão, A. Tito Filho. Até porque no jornal *O Dia*, A. Tito Filho usava o espaço de sua coluna para fazer sua autodefesa e atacar o jornal *Folha da Manhã* e o prefeito Petrônio Portela.

Na mesma data da matéria “Homens públicos” do *Jornal do Piauí*, 05 de fevereiro de 1961, José Piauiense usou de um espaço da sua coluna “Isto realmente aconteceu” do jornal *O Dia* para defender A. Tito Filho. O colunista denunciava que “um cidadão da UDN” se comportava de forma “apolítica” por desejar que dessem uma pisa¹³⁰ no jornalista A. Tito Filho que estava no banquete representando o *Jornal do Piauí*; e também reforçava o discurso de que o governador Chagas Rodrigues tinha proibido Araújo Mesquita de publicar o discurso de Petrônio Portela proferido no banquete, por considerá-lo de uma “oratória muito mal educada” (Piauiense, José. Isso realmente aconteceu. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 847/848, p. 1, 5 fev. 1961).

A. Tito Filho escrevia para os jornais *O Dia* e *Jornal do Piauí*, que funcionavam como imprensa de oposição ao petebista Chagas Rodrigues, governador do Estado; e ao udenista Petrônio Portela, prefeito de Teresina. Em 1959, defendendo os interesses do PSD, A. Tito Filho afirma que se recusou a ocupar o cargo de Redator-Chefe do jornal *Folha da Manhã* porque pertencia ao senador udenista Joaquim Parente e, naquele momento, o órgão estava a serviço da defesa dos chefes do executivo estadual e municipal eleitos pela coligação UDN-PTB.

Sobre a trajetória de A. Tito Filho no jornal *O Dia*, ele pontua que em 1959 volta a colaborar com o órgão depois de cinco anos afastado da sua redação. A partir de então escreve com a sua assinatura e move uma intensa campanha contra o governador Chagas Rodrigues, na qual Leão Monteiro, diretor e dono do jornal *O Dia*, não cortava uma só linha. Apesar de afirmar

¹³⁰ Gíria que se refere a “apanhar” ou “levar uma surra”.

que em 1959 assinava os textos que publicava em *O Dia*, A. Tito Filho (1990) também ressalta que quando começou a colaborar no jornal, em 1952, entregava os textos sem assinatura e saíam publicados com pseudônimos atribuídos por Leão Monteiro, como foi apontado no primeiro capítulo. Em 1959, a prática do pseudônimo não deixou de existir no jornal *O Dia*, assim como, frequentemente, jornalistas lançavam mão deste artifício para esconder sua identidade na imprensa de Teresina.

Na matéria “Fatos e Comentário”, A. Tito Filho traz a questão do uso do pseudônimo na imprensa local como resposta às acusações que alega ter recebido do jornal *Folha da Manhã*. Para ele, o Prefeito de Teresina, o udenista Petrônio Portela, era o autor do artigo publicado na *Folha da Manhã* que saiu com o nome de Pedro Luís. Trata-se, nesse caso, de um pseudônimo usado pelo Prefeito para discordar das críticas que recebia dele em torno da sua administração e, ao mesmo tempo, lhe arrogar grosserias e insultos. Esse argumento foi usado pelo A. Tito Filho para dizer que o jornal *Folha da Manhã*, ao publicar matérias com pseudônimo, perdia a “autoridade para condenar” tal prática na imprensa.

O assunto também foi tema da matéria “Banquete do Prefeito” publicada na edição de 05 de fevereiro de 1961 do jornal *O Dia*, na qual traz o mesmo título da matéria publicada em 31 de janeiro de 1961 na *Folha da Manhã* que desencadeou a discussão de que teria sido A. Tito Filho quem a escreveu. Publicada sem assinatura no jornal *O Dia*, a matéria, por um lado, reforçava a acusação de que o então Prefeito de Teresina, Petrônio Portela, usava o pseudônimo Pedro Luís no jornal *Folha da Manhã*, tendo como base o estilo do texto e as ideias impressas, consideradas como sendo próximas da sua “politiqueira”; e por outro lado, defendia A. Tito Filho ao afirmar que ele não era “bifronte”, tal como acusava o redator Pedro Luís, pois quem adotava este tipo de comportamento na imprensa era Petrônio Portela, na medida em que pertencia à UDN, partido coligado ao PTB desde as eleições de 1958, mas combatia o governador petebista Chagas Rodrigues.

A vista disso, Petrônio Portela é descrito pela redação de *O Dia* como um jornalista “bifronte”, ao questionar: “[...] Quem, no caso é bifronte? O professor [A, Tito Filho], que tem posição definida, ou Prefeito, que diz apoiar o governo e faz discurso censurando o Governador e continua no governo?” (Banquete do prefeito. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 887/848, p. 1, 5 fev. 1961). Para os redatores de *O Dia*, tanto Petrônio Portela como o jornal *Folha da Manhã* fugiam da ética jornalística ao torcer a verdade para acusá-los de falsidade na imprensa.

Analisando as matérias do jornal *Folha da Manhã* de 1961, foi encontrada uma matéria em que A. Tito Filho realmente recebia acusações de fazer uso do pseudônimo na imprensa. Na edição de 16 de abril de 1961, foi publicada a matéria “Notas diversas” acusando A. Tito Filho

de ser o redator José Piauiense e que por trás deste nome publicava injúrias contra o órgão udenista:

INJÚRIA

José Piauiense ataca “Folha da Manhã”, atribuindo-lhe injúrias. “**Quem xinga perde a razão**” – sentença o advogado do Conselheiro Acácio. Mas não foi apontada a palavra injuriosa.

José Piauiense ainda publica:

“Diálogo:

Entre o Deputado Paulo Ferraz e o Prof. Tito Filho foi travado o seguinte diálogo:

- Quando o amigo volta à Secretaria de Educação?

- Eu não volto, mas o amigo, quando é que vai?”

Imagine, leitor, se José Piauiense fosse o mesmíssimo Tito Filho.

Qual o juízo que você faria dele?

VAGA DE MESQUISTA

Há um brilhante jornalista fazendo gestões em torno do lugar de Secretário de Imprensa. Na falta de Educação essa vai servindo. Aonde anda seu Arimatea? (Notas diversas. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 953, p. 4, 16 abr. 1961, grifo nosso).

Sobre a matéria “Notas diversas” do jornal *Folha da Manhã*, que fazia referência ao redator José Piauiense, há um antes e um depois explicativo. Primeiro, pontua-se que a matéria “Notas diversas” foi produzida em 16 de abril de 1961 como resposta ao conteúdo considerado “injurioso” que saiu publicado na edição de *O Dia* no dia 13 de abril de 1961 na coluna “Isso realmente aconteceu”, de responsabilidade de José Piauiense. Na coluna em questão, José Piauiense afirma que o jornal *Folha da Manhã* lhe acusava de ser contra Petrônio Portela e escrever de má fé as críticas ao então prefeito de Teresina, como pode ser verificado no trecho a seguir:

[...] ENGANO

O órgão do eminente Senador Parente afirmou, na edição de domingo, que este humilde José Piauiense é contra o Prefeito e que o mesmo José Piauiense escreve de má fé. Este colunista procura criticar o Prefeito naquilo que acha que o Prefeito esteja errado. Foi o Prefeito que disse pela imprensa que tem uma elevada consideração pela crítica da imprensa. Onde a má fé deste pobre José Piauiense? Dizer que Teresina não tem conforto, higiene e assistência? Dizer o contrário é que é má fé. Ninguém ignora que o Prefeito não pode fazer milagres com as pequenas arrecadações da Prefeitura. Mas conhecendo tal cousa, ninguém está proibido de dizer que Teresina possui muito pouco. E dizendo que Teresina possui quase nada, não está responsabilizando o Prefeito, mas proclamando uma verdade. Quanto às ameaças de xingamento do jornal isto não tem importância: cada um usa o que lhe convém. Mas José Piauiense continua a escrever com limpeza, sem se incomodar com o Dr. Petrônio Portela Nunes, mas unicamente com os problemas da cidade, para ajudar o Prefeito. Isto, sim, é imprensa. **Quem xinga perde a razão**

(Piauiense, José. Isso realmente aconteceu. **O Dia**. Teresina, Teresina, ano XI, n. 867, p. 1, 13 abr. 1961, grifo nosso).

Na análise das duas matérias, “Notas diversas” da *Folha da Manhã* e a coluna de “Isso realmente aconteceu” que José Piauiense assinava em *O Dia*, constata-se que o que desencadeou trocas de insultos entre os redatores dos dois órgãos foi basicamente a última frase de José Piauiense: “Quem xinga perde a razão”. Para o jornal *Folha da Manhã*, José Piauiense agia de má fé ao responsabilizar o prefeito Petrônio Portela pela situação degradante em que se encontrava a cidade de Teresina em 1961. Mais ainda, o jornal udenista colocou em suspeição o caráter de A. Tito Filho ao questionar se José Piauiense seria um de seus pseudônimos e suspeitar do interesse dele em ocupar a vaga de Secretário de Imprensa do governo de Chagas Rodrigues.

Ao tempo, embora a frase “quem xinga perde a razão” publicada no tópico “Engano” da coluna “Isso realmente aconteceu” tenha contribuído para a *Folha da Manhã* a avaliasse como ataque injurioso ao órgão; nota-se que é um texto escrito por José Piauiense sem xingamentos contra o seu rival, ainda que constasse informações que provocasse os governistas. Nesse sentido, analisa-se que as críticas que José Piauiense fazia aos problemas da cidade de Teresina era recebida pela redação do jornal *Folha da Manhã* como um ataque ao udenista Petrônio Portela, sendo que é atribuição do Prefeito resolver os problemas da cidade.

Quatro dias após a publicação da matéria “Notas diversas”, José Piauiense tornou a responder aos ataques da redação do jornal *Folha da Manhã* na edição de 20 de abril de 1961. Na oportunidade, escreveu na coluna “Isso realmente aconteceu” um tópico denominado de “Imprensa”, informando que o senador Joaquim Parente e o Prof. Álvaro Ferreira, respectivamente, proprietário e diretor do jornal *Folha da Manhã*, reservaram um espaço na primeira página para apresentá-lo ao público leitor como um redator contrário ao Prefeito Petrônio Portela e, nesta posição, virou notícia de primeira página:

IMPrensa

O Senador Joaquim Parente e o Prof. Álvaro Ferreira tomaram uma assinatura, na primeira página do seu jornal [sic.], contra êste humilde escrevinhador de notas. Por que? Porque acham que quando José Piauiense escreve a respeito de problemas da cidade está atacando o Prefeito. Ora, senhores, êste colunista jamais atacou o Prefeito, mas os problemas da cidade. Damos um doce a quem transcrever um trecho nosso contra a personalidade moral, social ou funcional do Prefeito Petrônio. Mas José Piauiense está muito honrado com a *imprensa* do digno senador Parente. Nunca admitimos que o senador se preocupasse conosco e com as *besteiras* que o jornal atesta que escrevemos sobre os problemas da cidade porque pensamos que o Dr. Petrônio Portela recebesse a crítica com serenidade, como democrata, que pertence à comunidade e não

apenas a si mesmo. José Piauiense pensava assim, mas assim não era. O Prefeito, que foi, como todos os mortais, feito de barro, é infalível. E por isto mesmo não deve candidatar-se ao govêrno, mas ao lugar de papa. Como gostamos do jornal do Senador, redigido pelo culto Professor Álvaro Ferreira: um jornal moderno, que tem como preocupação fundamental o jornalismo moderno, último figurino, deste pobre José Piauiense. Já se vê que a imprensa que o José Piauiense faz tem o poder de intranquilizar o Senador, o Prefeito e o Professor. Isso, sim, é imprensa. Pois o José Piauiense é assim: mudou a orientação da imprensa senatoria. [...] José Piauiense foi para a primeira página. Piramidal. Êste José Piauiense, que anda à cata de notícias, passou a ser *notícia*, uma *notícia* de primeira página, com as honras de preocupar um Prefeito ilustre, um Senador eminente e um Professor provector. José Piauiense *virou* notícia para três altas figuras do mundo político piauiense. Ora viva: - E dizer que a democracia admite a crítica. Pois sim! (Piauiense, José. Isso realmente aconteceu. **O Dia**. Teresina, Teresina, ano XI, n. 869, p. 3, 20 abr. 1961, grifos do autor).

De forma “piramidal”, José Piauiense comemora sair do anonimato e virar notícia de primeira página de jornal. Afinal, qual jornalista não pretendia alcançar notoriedade pela imprensa, mesmo que por motivação política partidária? Incomodar a oposição, em realidade, parecia ser a meta de muitos jornalistas que trabalhavam na imprensa no século XX para que demonstrassem sua maestria com a pena através das polêmicas. De acordo com Brandim (2012), as paixões intelectuais dos homens de letras pretendiam imprimir seu nome para a posteridade, incluindo o desejo de glória e reconhecimento dos seus pares. Conhecimento, desde o século XVII, é sinônimo de prestígio. Com isso, “[...] a vontade de destaque pessoal, de imposição de ideias e verdades, a distribuição de condenações e aprovações, vão se tornando fundamentais no fazer-se intelectual [...]” (Brandim, 2012, p. 17).

Mais do que trazer as trocas de farpas e xingamentos entre os jornais por motivação política e pessoal, vale separar a questão que envolve a utilização de pseudônimo pelo jornalista A. Tito Filho no jornal *O Dia*. Até o momento da pesquisa, não há nenhuma confirmação de que a redação do jornal *Folha da Manhã* estava certa de que ele assinava textos com os nomes José Walter, José Piauiense ou inventava leitores, como o *Spectador*, para a promoção de autoelogios ou autodefesa pela imprensa. Contudo, o nome “José” na assinatura desperta conjecturas e acena para inferências.

Mesmo que A. Tito Filho assinasse seus textos nos jornais em que trabalhava com este nome ou com as iniciais A. T.F.; seu nome de batismo era José de Arimathéa Tito Filho. Coincidência ou não, o nome José aparece em outros textos em que há acusações de que se trata de pseudônimos usados por ele na imprensa. Ademais, não compete aqui julgamentos ou certezas, mas apontar que a prática do pseudônimo, assim como a leitura dos jornais pelos redatores, era corriqueira e movimentava uma discussão em série entre eles através de matérias

com acusações, defesas e especulações, criando também no leitor certa curiosidade para o que ia sair na edição seguinte em torno do assunto, tal como se fazia nos folhetins de pé de página do tempo do Império ou, mais longinquamente, nos libelos franceses do século XVII ao XVIII.

Segundo Robert Darnton (2012), o anonimato fez parte dos libelos franceses e movimentou a curiosidade dos leitores interessados nas contendas políticas, nos escândalos da vida privada da corte e no suspense que os escritos deixavam para serem decifrados com o tempo ou sem qualquer resolução pela falta de resposta. A calúnia e a difamação compunham as polêmicas entre intelectuais e pessoas ligadas ao poder que no desejo de honrar sua reputação usavam do mesmo artifício como resposta às ofensas que recebiam pelos libelos. Por toda parte havia batalhas políticas e literárias entre inimigos através de libelos, que nem sempre traziam conteúdo difamatório, mas expressavam um estilo particularmente polêmico de achincalhar uns aos outros.

A divulgação de escândalos através dos libelos tinha uma função: destruir carreiras políticas, atacar a reputação de intelectuais, destronar os homens de letras. De acordo com Darnton (2012), no século XVIII, este tipo de prática tornou-se cada vez mais séria na França, pois além de aguçarem a curiosidade de leitores com as fofocas e os escândalos da vida privada, passaram a empregar informações falsas aos ataques difamatórios. Por essa razão, a polícia se colocou mais atenta às batalhas pela informação e levava à sério a calúnia, a ponto de tentar conter a imprensa pela escrita violenta. E por mais que o gazeteiro se ocultasse por trás do véu do anonimato, por vezes, chegava a ser exposto e até mais do que isso, difamado.

Decerto, o jornalismo do qual Darnton (2012) analisa na obra *O diabo na água benta ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão* tem uma larga distância temporal em relação ao período em estudo desta tese. Todavia, trazer esses elementos é importante, considerando que o jornalismo brasileiro herdou do jornalismo francês o modo de produzir a notícia quando a imprensa surgiu no início do século XIX e, conseqüentemente, da sua aproximação com a política e a literatura. É certo também que do século XIX para o XX, sobretudo com a imposição do novo modelo de jornalismo norte-americano, muita coisa mudou nos métodos de produção da notícia no Brasil. Mesmo assim, as permanências são possíveis de serem visualizadas no bojo das mudanças.

Em Teresina, mesmo que o jornal *O Dia* apresentasse vários elementos do jornalismo moderno, é possível enxergar práticas de um jornalismo ainda praticado no século XIX, tais como os pasquins, ou, quiçá, dos libelistas franceses do século XVII ao XVIII. Por exemplo, a difamação, como uma forma de retórica, foi uma arma predileta usada pelos homens de letras; dentre a variantes da retórica, a perspicácia agressiva foi a mais adotada; o uso do anonimato

e/ou de pseudônimos; produção de matérias que buscavam desvelar segredos que causasse danos à reputação de alguém e expor as atividades do governo; intrigas pessoais com questão de Estado. E a despeito das diferenças entre os modos de fazer jornalismo, Darnton (2012, p. 376) afirma que os libelistas prefiguravam alguns dos aspectos do repórter investigativo moderno, ou seja, “eles alegavam penetrar o mundo fechado dos grandes e desvendar os seus segredos para deleite dos leitores”.

No século XVII ou no XX, na França ou no Brasil, observa-se que a combinação de escândalos e especulações com informações sobre os acontecimentos atuais e diversos com a retórica agressiva ou apologética pretendia obter certos efeitos, tais como: choque, horror, diversão, raiva, indignação ou qualquer outra reação do leitor que consumia os impressos (Darnton, 2012).

Deste modo, as especulações na imprensa de Teresina agitavam as polêmicas entre jornalistas das diferentes redações no tocante a aproximação e o distanciamento deles do órgão e de seus respectivos partidos. Se A. Tito Filho, José Walter e/ou José Piauiense movimentavam as páginas dos jornais por publicarem críticas contra o Prefeito Petrônio Portela da UDN e o governador Chagas Rodrigues do PTB; o nome do proprietário de *O Dia* não ficou de fora.

Em 1961, tanto o *Jornal do Piauí* como o *Folha da Manhã* definiram *O Dia* como adversário do Prefeito Petrônio Portela, da UDN. O *Jornal do Piauí* até cogitou que as críticas publicadas em *O Dia* contra o udenista eram orientadas e patrocinadas pelo governador Chagas Rodrigues, do PTB (Imprensa alheia. **O Dia**. Teresina, Teresina, ano XI, n. 873, p. 1, 4 maio 1961). Já o jornal *Folha da Manhã* publicou a matéria “O elogio da camaradagem” que, *a priori*, parecia elogiar Leão Monteiro e A. Tito Filho como jornalistas “ilustrados e incorruptíveis”, mas não era propriamente um elogio:

Homens, excepcionalmente dotados, de espírito público e de inquebrantável amor à terra, desenvolverão notável pregação com o objetivo de orientar o povo para a difícil tarefa de escolher os melhores, os mais capazes e dignos dos mandatos letivos.

Leão Monteiro inaugurou no Estado um jornalismo sadio e honesto, e por isso mesmo cheio de sacrifício materiais. Lutando com dificuldades ingentes, jamais se deixou influenciar pela magia do dinheiro, (não é o seu fracasso) que, às vezes, corrompe e degrada a imprensa, fazendo-a instrumento de engodo dos que vivem à enganar o povo.

E em razão disso o jornal cresce em tiragem e em conceito e não raro, vemos leitores de “O Dia” sequeiosos de buscar a orientação justa, equilibrada e isenta. Idealista e modesto tanto quanto os que o sejam, após mais de dez anos de pregação cívica e moral, o grande jornalista encontra na companhia de um outro não menos coerente e decidido, Arimatéa Filho, o arrimo indispensável às novas lutas de agora em que só entrarão, como das outras vezes, os interesses do Piauí.

Leão Monteiro e Armatéa Filho, eis os dois valores de nossa terra que, na trincheira do jornal “O Dia” se unem nos mesmos princípios, se associam tendo à frente iguais objetivos: os problemas e os interesses pessoais, pois é de idealismo que vive a boa imprensa.

Após estágio longo no Jornal do Piauí, Arimatéa Filho encontra, finalmente, no “O Dia” o seu jornal, a sua tribuna e sua trincheira.

Feliz do órgão de publicidade que conta com jornalistas de tão grande porte e tão notável expressão, afinados e solidários (O elogio da camaradagem. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 953, p. 1, 16 abr. 1961).

A princípio, como já salientado, o texto parece ter a intenção de elogiar Leão Monteiro e A. Tito Filho. No entanto, quando se analisa mais densamente a posição partidária dos dois em 1961, no momento político em que os partidos começam a se aquecer em virtude da campanha eleitoral de 1962, verifica-se que se trata de uma ironia. Por vezes, o jornal *Folha da Manhã* repudiou a campanha difamatória do jornal *O Dia* contra o correligionário da UDN¹³¹, Petrônio Portela. Assertiva que ganha ainda mais consistência quando se depara com a matéria “Boa tarde, Cavaleiro¹³²”, também publicada pela *Folha da Manhã* com título irônico em que a redação se defende dos ataques do jornal *O Dia* e afirma que não pretendia fazer polêmica quando publicou a matéria “O elogio da camaradagem”, mas tinha por interesse nivelar os dois jornalistas, Leão Monteiro e A. Tito Filho, que se entendiam e se completavam na campanha de difamação contra o Prefeito Petrônio Portela.

Ademais, em 20 de abril de 1961, o jornal *Folha da Manhã* acusa A. Tito Filho de fazer campanha a favor de Chagas Rodrigues, corroborando com a discussão levantada pelo *Jornal do Piauí* de que o jornal *O Dia* seguia a orientação do executivo estadual e recebia verba do governo, como ficou assinalado pela matéria “Governador em atividade”:

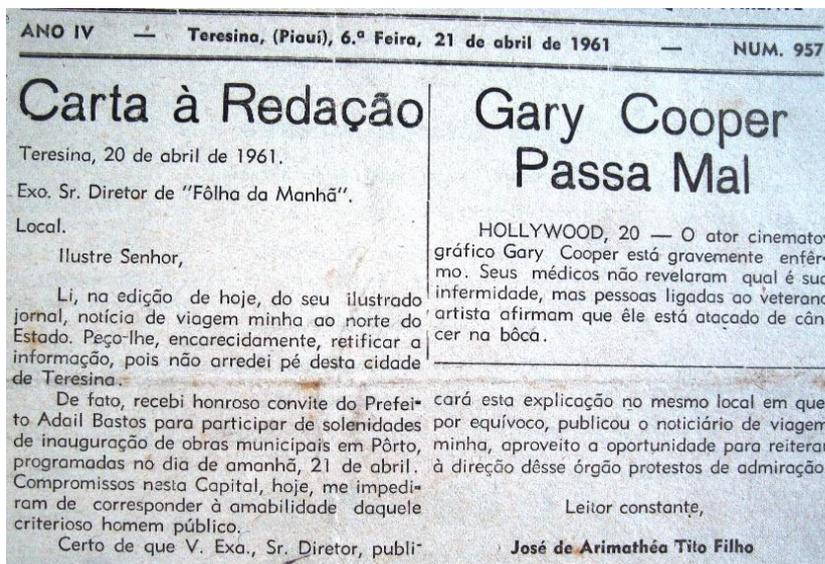
[...] Mas o fato mais importante é a viagem ao norte do Estado, em companhia do ex-adversário, ex-diretor do jornal da oposição (Jornal do Piauí) e, vencido o acanhamento inicial, em futuro próximo – alguma coisa, no Govêrno – A. Tito Filho (Governador em atividade. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 956, p. 1, 20 abr. 1961).

A resposta do jornalista A. Tito Filho à matéria “Governador em atividade”, editada pelo jornal *Folha da Manhã* no dia 20 de abril de 1961, não demorou. Na edição do dia seguinte, 21 de abril, saiu impressa a “Carta à Redação” com a assinatura de A. Tito Filho na capa do jornal *Folha da Manhã*, retificando a informação de que ele havia viajado em companhia de Chagas Rodrigues ao Norte do Piauí, como pode ser visualizada na Figura 23:

¹³¹ UNIÃO Democrática Nacional. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 958, p. 1, 23 abr. 1961.

¹³² BOA tarde, Cavaleiros. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 958, p. 4, 23 abr. 1961.

Figura 23: “Carta à redação” escrita pelo jornalista A. Tito Filho e publicada no jornal *Folha da Manhã*.



Fonte: **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 957, p. 1, 21 abr. 1961.

Destaca-se que José de Arimathéa Tito Filho se identifica na carta como um “leitor constante” do jornal *Folha da Manhã* e não como jornalista. Como leitor, estava atento às notícias que circulavam na imprensa, assim como às notícias que saíam com seu nome. Na carta, nota-se que solicita retificação apenas da informação veiculada pela *Folha da Manhã* da viagem ao Norte do Piauí, sem qualquer menção aos atributos de “ex-adversário” do governador Chagas Rodrigues e “ex-diretor do jornal da oposição (Jornal do Piauí)”. Ou seja, a hipótese da *Folha da Manhã* de que Leão Monteiro e A. Tito Filho se nivelavam tinha até certo fundamento.

Conferindo o histórico das filiações partidárias dos dois, há registros de que em 1950 Leão Monteiro e A. Tito Filho estiveram do mesmo lado político, o PSD, como candidatos a Deputado Estadual¹³³. Em 1961, quando os jornais e os partidos se preparavam para a campanha eleitoral de 1962, há indícios do afastamento dos dois do PSD. Porém, Leão Monteiro, proprietário de *O Dia*, aproximava-se cada vez mais do PTB; enquanto A. Tito Filho se encastelava na UDN.

Oportunamente, A. Tito Filho enfatizava na coluna que assinava no jornal *O Dia* que não participava da orientação e nem era responsável pela opinião política e doutrinária de Leão Monteiro. Que os editoriais, assim como os artigos e a coluna de José Walter e José Piauiense,

¹³³ Em 1950, A. Tito Filho e Leão Monteiro foram se candidataram para o cargo de Deputado Estadual pelo PSD, mas não foram eleitos. O primeiro teve 385 votos; e o segundo, 349, ficando apenas como suplentes. Em 1962, A. Tito Filho candidatou-se tanto para Prefeito de Teresina quanto para Deputado Estadual. Porém, para o cargo de Prefeito, não consta nos dados sobre a filiação partidária, quantidade de votos e situação nos dados disponibilizados pelo TRE-PI; já para Deputado estadual há somente a informação da quantidade de 07 (sete) votos.

respectivamente, não eram seus. E reforçava que os redatores do jornal *Folha da Manhã* falsamente lhe atribuíam autoria de textos que não escreveu; que não conhecia pessoalmente José Walter; que se tratava de um boato gerado por “intrigantes” e “mexeriqueiros” que se preocupam com a vida alheia¹³⁴.

Na coluna “A opinião dos outros” certificou que José Walter era um ex-aluno do Colégio estadual, residente num dos bairros de Teresina e que o mesmo já havia sido apresentado a José de Abreu na redação de *O Dia*. Portanto, segundo A. Tito Filho, “[...] todas as verdades expostas nesta coluna a respeito de José Walter podem ser comprovadas por Silva Junior junto ao Professor Leão Monteiro e sua família [...]” (Tito Filho, A. Opinião dos outros. **O Dia**. Teresina, Teresina, ano XI, n. 904, p. 1, 24 ago. 1961).

Silva Júnior, citado por A. Tito Filho, foi um dos colaboradores do jornal *Folha da Manhã* que pôs mais lenha na fogueira em torno da polêmica, especulando e, até, duvidando que A. Tito Filho e José Walter seriam o mesmo indivíduo: “[...] Pessoa de nossas relações, cujo nome não estamos autorizados a declinar, assegura que José Walter seria o Prof. Arimathéia. Impossível! Temos lido elogios de José Walter ao Prof. Arimathéia, dêste a José Walter. O Mestre não seria capaz de tal ignomínia. Positivamente meu informante está mal informado¹³⁵”. Paradoxalmente, o texto de Silva Júnior propõe ao mesmo tempo uma certeza e uma dúvida na questão José Walter e A. Tito Filho. Com isso, a querela alimentava matérias assinadas por A. Tito Filho¹³⁶, José Walter¹³⁷ e Silva Júnior¹³⁸ a cada edição cujo tema era pautado nos jornais *O Dia* e *Folha da Manhã* de 1961.

A. Tito Filho não perdia uma chance de se defender para o leitor e dar detalhes sobre as práticas jornalísticas de então. Na coluna “Alguns comentários”, de 21 de setembro de 1961, trouxe aspectos dos bastidores da produção da notícia, da hierarquia da redação e do comportamento de certos jornalistas na imprensa de Teresina dos anos 1950 e 1960. Sobre a produção da notícia, explica que em várias oportunidades escreveu artigos para jornais a pedido

¹³⁴ Cf: TITO FILHO, A. Fatos e explicações. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 916, p. 1, 5 out. 1961.

¹³⁵ O trecho citado por A. Tito Filho na coluna “Opinião dos outros”, em 24 de agosto de 1961, do jornal *O Dia* foi publicada na coluna de Silva Júnior no jornal *Folha da Manhã* de 20 de agosto de 1961 (SILVA JÚNIOR. Homens e cousas. A semana que passou. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.053, p. 4, 20 ago. 1961).

¹³⁶ TITO FILHO, A. Opinião dos outros. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 904, p. 1, 24 ago. 1961; TITO FILHO, A. Fatos e explicações. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 916, p. 1, 5 out. 1961; TITO FILHO, A. Alguns comentários. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 911, p. 1, 24 set. 1961.

¹³⁷ WALTER, José. Ponto de vista. A. Tito Filho e eu. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 905, p. 1, 27 ago. 1961; WALTER, José. Ponto de vista. Falta de consciência. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 910, p. 3, 14 set. 1961; WALTER, José. Ponto de vista. Candidatou-se, Homem. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 915, p. 5, 1 out. 1961.

¹³⁸ SILVA JÚNIOR. Homens e cousas. A semana que passou. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.053, p. 4, 20 ago. 1961; SILVA JÚNIOR. Homens e cousas. A semana que passou. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.057, p. 4, 25 ago. 1961.

dos seus diretores e os entregou sem assinatura, o que passa a ser de responsabilidade do diretor do órgão que o publicou. Até porque, acrescenta, um texto que saía publicado num jornal, com ou sem assinatura, tinha opinião totalmente assimilada pelo respectivo diretor.

Há, em Teresina, algumas pessoas que se comprazem em atribuir aos outros autoria de artigos pertencentes exclusivamente à redação dos jornais. Temos sido vítima dessa tora, injustificável e deselegante praxe, decorrente da mentalidade provinciana daqueles que desconhecem a quem pretende a responsabilidade dos escritos jornalísticos. Militamos, faz quase quinze anos, na imprensa da terra. Certas ocasiões demos artigos a jornais, sem a nossa assinatura, a pedido dos diretores dos órgãos. Se tivemos o trabalho de escrever o artigo, claro que é a integral responsabilidade da sua divulgação pertenceu ao diretor do jornal, uma vez que este jamais publicaria, sem assinatura, opinião contrária a seus interesses.

Para que se evitassem dúvidas, adotamos a norma de colaborar nos jornais da terra em colunas facilmente identificadas pelo público. Ainda assim, a opinião expressa nessa colaboração é totalmente assimilada pela direção dos jornais.

Defeito também dos mais condenáveis está no fato de algumas pessoas comparecerem à redação dos jornais, com a finalidade de obtenção da autoria de artigos. Ora, o responsável pelo que se publica cabe ao diretor do órgão de imprensa, embora a redação do artigo pertença a outro. O jornalista profissional, principalmente, está sujeito a ordens e presta o seu trabalho de acordo com a orientação que recebe da empresa. Muito conhecida é a pergunta que certo brilhante jornalista maranhense fez ao diretor do jornal a que prestava os seus serviços. Disse-lhe o Diretor:

- Amanhã é dia do Natal. Escreva um artigo a respeito da figura de Jesus Cristo.

E o jornalista, consciente da sua função perguntou:

- Contra ou a favor? (Tito Filho, A. Alguns comentários. **O Dia**. Teresina, Teresina, ano XI, n. 911, p. 1, 24 set. 1961).

Nas palavras de A. Tito Filho, há pelo menos dois comportamentos na imprensa que são condenáveis: atribuir a outros a autoria de artigos que pertenciam à redação dos jornais e pessoas que procuravam a redação a fim de galgar autoria de artigos. Por sua parte, garante que não se enquadra nem no primeiro e nem no segundo caso, uma vez que adotou como norma se identificar nas colunas dos jornais para os quais escrevia. Outro ponto a notar no discurso de A. Tito Filho é que “a opinião expressa nessa colaboração é totalmente assimilada pela direção dos jornais”. Ou seja, subordinado, naquele momento dos anos 1960, e/ou comungando com as mesmas ideias, ideologias e preferências partidárias de Raimundo Leão Monteiro, A. Tito Filho seguia a orientação da linha editorial do jornal *O Dia* escrevendo textos contra ou a favor daquele que fosse objeto da pauta do dia.

Não é de estranhar esse comportamento de A. Tito Filho em 1961, quando os partidos e correligionários se “arrumavam” para a indicação de nomes para concorrer a cargos eletivos

com muita antecedência nos jornais. Formação de coligações entre os partidos e os nomes dos possíveis candidatos das eleições de 1962 apareciam nos jornais no ano de 1961 com muito mais frequência. Essa pauta interessava diretamente aos jornais de Teresina, à medida que estes serviam de instrumento de propaganda positiva ou negativa dos possíveis candidatos. No caso de A. Tito Filho, experiente no campo do jornalismo e da política, em 1961, considera-se que ele aproveitou bem o espaço da coluna que tinha no jornal *O Dia* para discutir o assunto e, quiçá, colocar seu nome em evidência dentro do jogo político-partidário e entre os leitores, também compreendidos como eleitores.

O nome de A. Tito Filho repercutiu em *O Dia* em 22 de julho de 1962, momento em que o jornal se encontrava arrendado ao PTB. Através da matéria “Candidaturas”, a redação destaca o nome de A. Tito Filho e Pedro Mendes Ribeiro como “dois valores novos para o progresso do Piauí” e com “ampla simpatia e confiança no seio das massas operárias e trabalhadores”. Por isso, o diretório municipal do PTB aguardava que os dois confirmassem a disposição dos seus nomes para os cargos de Prefeito e vice-prefeito, respectivamente, para a homologação na reunião do partido que definiria os candidatos (Candidaturas. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.004, p. 1, 22 jul. 1962).

Ocorre que em todo o histórico político partidário de A. Tito Filho não há registro de aproximação ou filiação dele ao PTB. A. Tito Filho já havia sido candidato ao cargo de Deputado Estadual, pelo PSD, em 1950, mas sem vitória nas urnas. Em 1961, ele rompe com o partido pessedista, como foi relatado anteriormente, de maneira que, em 1962, o nome dele aparece na terceira posição da lista publicada pelo jornal *O Dia* com os candidatos ao executivo estadual pela Coligação Democrática Piauiense, formada pelo Partido Social Progressista, Partido Republicano e Partido Popular, como pode ser visualizado na Figura 24.

Figura 24: Nomes dos candidatos nas eleições de 1962 no Piauí publicados no jornal *O Dia*.

Assim é Que Vamos Votar:		NOTA DA REDAÇÃO
<p style="text-align: center;">PARA SENADOR</p> <p>(Vote para dois Senadores assinalando dois quadriláteros)</p> <p>José Cândido Ferraz — Suplente Manoel Dias <input checked="" type="checkbox"/> Chagas Rodrigues — Suplente Alcides Nunes <input checked="" type="checkbox"/> Waldemar de Moura Santos — Suplente Paranaíba <input checked="" type="checkbox"/> Sigfredo Pacheco — Suplente Cláudio Pacheco</p>	<p style="text-align: center;">PARA DEPUTADO FEDERAL</p> <p>Nome do Candidato ou Número do Candidato</p> <p>Iniciais do Partido ou da Coligação</p>	<p>OFÍCIO RECEBIDO</p> <p>Presado Senhor:</p> <p>Pela presente tratamos ao conhecimento de V. S. que conforme determinações do S.N.F.M.F. foram proibidas a fabricação e vendas de produtos à base de triparanol, furasidona e talidomida, abaixo relacionados:</p> <p>VERDIL, MERRILO, ATERAL, TRIPARENOL, DAFEDRIN, ELEMILIN, CRIP G, PARANOL, POCOL, COLESTER, AL-TAFUR, SEDALIS, SILIP, FEDIN.</p> <p>Outros produtos sujeitos às instruções do mesmo Serviço, ditos medicamentos, foram retirados das Farmácias de Teresina, pelo Serviço de Fiscalização.</p>
<p style="text-align: center;">PARA GOVERNADOR</p> <p>Petrônio Portela Nunes <input checked="" type="checkbox"/> Constantino Pereira de Sousa</p>	<p style="text-align: center;">PARA DEPUTADO ESTADUAL</p> <p>Nome do Candidato ou Número do Candidato</p> <p>Iniciais do Partido ou da Coligação</p>	
<p style="text-align: center;">PARA VICE-GOVERNADOR</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Valtér Alencar <input checked="" type="checkbox"/> João Clímaco de Almeida</p>	<p style="text-align: center;">PARA VEREADOR</p> <p>Nome do Candidato ou Número do Candidato</p> <p>Iniciais do Partido ou da Coligação</p>	
<p style="text-align: center;">PARA PREFEITO</p> <p>Hugo Bastos <input checked="" type="checkbox"/> Iracema Santos Rocha e Silva <input checked="" type="checkbox"/> José de Arimathea Tito Filho <input checked="" type="checkbox"/> Milton Aguiar (MA)</p>	<p style="text-align: center;">DITADOR NA CASA DO ESTUDANTE</p>	
<p style="text-align: center;">PARA VICE-PREFEITO</p> <p>Palmundo Wall Ferraz <input checked="" type="checkbox"/> Pedro Mendes Ribeiro</p>		

Fonte: *O Dia*. Teresina, Teresina, ano XI, n. 1.030, p. 4, 26 set. 1962.

A matéria “Candidaturas” de julho de 1962 aponta para, pelo menos, três observações. A primeira é que A. Tito Filho não teve interesse nenhum em se candidatar ao cargo de Prefeito pelo PTB, diferentemente de Pedro Mendes Ribeiro que aparece como candidato do partido para vice-prefeito; a segunda refere-se à popularidade de A. Tito Filho e Pedro Mendes Ribeiro em 1962, como anunciava o jornal *O Dia*, como candidatos da preferência dos teresinenses em todas as camadas sociais, posto que nenhum dos dois conseguiu se eleger; a terceira e última, o prestígio do PTB em 1962, considerando que o partido não conseguiu emplacar os candidatos para prefeito, vice-prefeito, governador e vice-governador naquele ano.

Apesar de na figura 24 aparecer o nome de A. Tito Filho apenas como candidato para Prefeito de Teresina, ele também concorreu ao cargo de Deputado Estadual em 1962. Entretanto, no jornal *O Dia* de 1 de outubro de 1961, há quase um ano das eleições estaduais, José Walter dedicou sua coluna “Ponto de Vista” para encorajá-lo a ser candidato a governador do Piauí. Intitulada de “Candidate-se, Homem”, a coluna de José Walter apresentou A. Tito Filho como um importante nome para ser o sucessor de Chagas Rodrigues ou para outro mandato de referência, considerando sua capacidade para os “serviços mais elevados” e “um grande jeito para o Piauí”. Para além dessas qualidades, José Walter destaca sua competência de administrar o bem público e como cidadão piauiense:

[...] Cidadão simples, honrado, de rara capacidade intelectual, cem por cento democrático, sabendo usar o direito que permite a autoridade, sem vacilações, sem exageros.

A ideia de apontar-lhe como candidato no pleito advindo não é extraordinária, nem mesmo nova, porquanto já se falou nas suas considerações a respeito de uma candidatura à Câmara Estadual. Eu daria meu voto a Tito Filho para exercer êle quaisquer mandatos. Não que se trate de paixão, nem mesmo de simpatia. Apenas reconheço sua capacidade. E temo sua modéstia pois tenho firmada a opinião de que êle deve decidir em candidatar-se.

A personalidade de A. Tito Filho caracteriza-se pela grande educação que êle possui. E tudo carece de educação. Mais educação na política do nosso Estado concorrerá para o seu próprio progresso.

Supomos que qualquer agremiação política apoiaria a candidatura de A. Tito Filho. Todos o admiram, exceto os invejosos. Eleitores não faltariam. Tito Filho tem admiradores como moléculas d'água no Parnaíba. Domingo último vimos o grande jornalista entrar num cinema. Não para assistir alguma fita, mas para cumprir seu dever em fiscalizar, fiscalizar. Notamos que era bastante observado pelos presentes. Era um misto de respeito e admiração. Aliás, não são poucas as ocasiões em outros lugares que notámos o mesmo.

Imagine-se sua atuação no exercício de um mandato, quer na Câmara, quer no Carnaque, ou mesmo na Prefeitura. Parece que podemos vê-lo na batalha pela solução de nossos delicados problemas. Por outro lado, não lhe faltaria altives para defender sua pessoa contra possível inimigos, que êle terá mesmo que venha a caminhar para os colégios, mesmo que se dedique apenas ao ensino. Falamos dos invejosos, dos mexeriqueiros.

[...] Lembre-se que Hélio Fernandes, expressão da imprensa guanabarina, quando se candidatou a deputado disse que, um jornalista é de certo modo um político. É um político é para servir o povo. E como disse o próprio A. Tito Filho, um candidato deve apresenta uma folha de serviços relevantes que atestem sua capacidade. Isso é que não falta em sua vida de homem público, pelos desempenhos no tradicional Liceu, na Federal Piauiense de Futebol, e ultimamente na Coap, onde veio se familiarizar mais ainda com os problemas piauienses. [...].

Tudo nos parece favorável para Tito Filho decidir candidatar-se no próximo pleito. De já tem o reconhecimento nosso, do seu valor, da sua capacidade, de sua honradez, do seu merecimento.

Candidate-se, homem. (Walter, José. Ponto de vista. Candidate-se, homem. **O Dia**. Teresina, Teresina, ano XI, n. 915, p. 5, 1 out. 1961).

O discurso elogioso de José Walter sobre A. Tito é notório na matéria, ao mesmo tempo em que ele também salienta para a existência de uma oposição “invejosa” ou “mexeriqueira”. As duas imputações direcionadas aos supostos adversários de A. Tito Filho são construídas doravante a ideia de que oposição política usava a imprensa para acusá-lo de ser José Walter e, assim, colocar em xeque sua honra. Na coluna “Ponto de vista”, de 01 de outubro de 1961, José Walter assegura outra vez que é impossível os dois serem a mesma pessoa, pois, ao contrário dele, que é uma foca no jornalismo; A. Tito Filho tem anos de experiência e um nível elevado. Desta forma, defende que a única afinidade entre os dois centrava-se no comportamento apolítico e imparcial na imprensa.

Apolítico e imparcial na imprensa são duas características atribuídas por José Walter a ele próprio e ao confrade A. Tito Filho que pouco correspondia ao conteúdo que publicavam nas colunas que ambos assinavam. Até porque a coluna dentro do jornalismo é o lugar reservado para a opinião daquele que a assina. Outrossim, José Walter concebia o jornalista como um político, de certo modo, porque servia ao povo através da produção e veiculação de notícias.

Ser político, neste caso, parece estar atrelado ao conceito de homem público que lida diretamente com a coisa pública e tem domínio da organização e administração de seus bens. Tal seria o caso de A. Tito Filho que, na opinião de José Walter, expressava um currículo de homem público conquistado pelo trabalho desenvolvido no Liceu Piauiense, na Federação Piauiense de Futebol e, em 1961, na Coap. Portanto, não lhe faltava atributos para ocupar o cargo de governador do Piauí ou qualquer outro que quisesse concorrer em 1962.

De acordo com Queiroz (1994, p. 251), o emprego público era compreendido como um prêmio, um indicador de reconhecimento social. Na República, a relação do literato e do bacharel com o Estado, além de financeiramente importante para a sobrevivência, em regra, era desejada. Os cargos que ocupavam garantiam a possibilidade de reconhecimento pessoal, social e institucional. Quanto maior a representação do cargo no Estado e sua remuneração, maior o capital simbólico, o prestígio. Bacharéis em Direito, como A. Tito Filho, desde o século XIX, ocupavam funções burocráticas e cargos públicos como “aspirantes à carreira política partidária” (Queiroz, 1994, p. 251).

A “função” de bacharel comungada à origem familiar, às relações pessoais e políticas mais amplas servia de *handicap* para alcançar o mundo da política estadual ou federal, segundo Queiroz (1994). A autora ainda delimita que é necessário a conjugação de fatores, pois só o parentesco não garante a entrada na política local, assim como só a projeção literária idem. Aquele que pretendia ingressar na carreira política, fundamentalmente, precisava ter apoio político, parentesco e projeção literária, pois através da imprensa é que se criavam imagens, perfis de personalidades, para os contemporâneos e para os prósperos (Queiroz, 1994). Em vista disso, os elogios e as desqualificações recíprocas eram comuns entre bacharel, literato e político. Bacharel, literato e funcionário público era uma fórmula muito utilizada como mecanismo de ingresso na carreira política partidária. Nem sempre isso garantia êxito nas urnas, mas possibilitava certo reconhecimento público e ingresso no mundo da política.

Coincidência ou não, na edição de 05 de outubro de 1961, A. Tito Filho publicou a coluna “Fatos e Explicações” prestando conta do período em que esteve em cargos administrativos por meio da direção do Colégio Estadual, Federação Piauiense de Futebol e Coap. Em sua defesa, afirma categoricamente: “[...] Jamais participei de um negócio escuso.

Sempre tive o cuidado de documentar-me, nas funções que exerço [...]”. Na ocasião, também nega ser José Walter e que a acusação é feita por “intrigantes e mexeriqueiros profissionais”.

No jornal *O Dia* de 05 de outubro de 1961 é possível encontrar a publicação tanto da coluna de A. Tito Filho quanto a de José Walter. Porém, nesta edição, José Walter não faz uma referência sequer a A. Tito Filho e a suposição de que os dois seriam a mesma pessoa. Somente na edição de 19 de outubro é que José Walter retoma o tema na coluna “Ponto de Vista” publicando uma carta de A. Tito Filho, onde agradecia a indicação do seu nome para a candidatura para postos eletivos em 1962, contudo, não tinha ambições políticas. O seu fascínio concentrava-se no magistério e no jornalismo, ou seja, ensinar e “rabiscar notas de jornal”.

A carta de A. Tito Filho para José Walter negando seu interesse de disputar cargos eletivos não se concretizava. Como foi apontado, A. Tito Filho concorreu aos cargos de Prefeito de Teresina e Deputado Estadual em 1962, porém, sem êxito nas urnas. Em 1961, as matérias que ambos assinaram no jornal *O Dia* podem até ter servido de termômetro e/ou de propaganda política para A. Tito Filho, considerando que naquele ano os partidos políticos firmavam alianças e cogitavam os nomes dos candidatos para os diferentes cargos eletivos de 1962. Todavia, se esta foi uma estratégia política, ela malogrou. Nas eleições de 1962, mesmo muito conhecido pelas polêmicas que fazia pela imprensa de Teresina, A. Tito Filho obteve apenas 07 (sete) votos para Deputado Estadual¹³⁹, contrariando todas as presunções e premonições de José Walter que em sua coluna garantia: “Eleitores não faltariam. Tito Filho tem admiradores como moléculas d’água no Parnaíba”.

Analisando as edições de 1961, há muitos indícios para jurar que José Walter realmente era um pseudônimo de A. Tito Filho. Mesmo em 1962, quando A. Tito deixa a redação de *O Dia* e o jornal continua publicando matérias com o nome de José Walter e Spectador, tal hipótese não cai por terra. Na ausência de dados que comprovem que José Walter era outro jornalista de “carne e osso”, como alegava A. Tito Filho e distintos confrades que saíram na defesa dele, no jornal *O Dia* havia tanto a prática de se entregar textos sem autoria para Leão Monteiro e ele atribuir nomes fictícios para serem impressos com pseudônimos; como também a prática de um mesmo jornalista publicar mais de um texto numa edição, sendo que um saía com o nome do jornalista e o outro com um pseudônimo, como esclarece Olympio Vaz da Costa Neto.

¹³⁹ Os dados informados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TER referentes às eleições de 1962 apresentam apenas o Resultado para Governador, Senador, Suplente de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. Para Prefeitos, vice-prefeitos e vereador não consta a quantidade de votos de cada um dos candidatos.

Em 21 de janeiro de 1962, na matéria “Resposta a um crápula”, Olympio Vaz da Costa Neto declara: “[...] a minha responsabilidade, na imprensa, existe, nos artigos por mim assinados, ou quando publicados sob pseudônimo, em virtude de, por vezes, o jornal ‘O DIA’, utilizar, em suas colunas, mais de uma colaboração minha. E, como manda a praxe, publica, o mesmo jornal, apenas um artigo assinado por mim. Qualquer outro, publicado à mesma ocasião, recebe um pseudônimo [...]” (Costa Neto, Olympio Vaz da. Resposta a um crápula. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 943, p. 1, , 21 jan. 1962).

A resposta de Olympio Vaz da Costa Neto salta à vista porque traz detalhes dos bastidores da redação de *O Dia* e da prática de se usar pseudônimo no jornal de Leão Monteiro. Para além de elucidar a questão do uso de pseudônimo nas matérias publicadas, evidencia que numa mesma edição um jornalista poderia ter mais de um texto de sua autoria publicado. Neste caso, a identificação da autoria poderia ser revelada em um deles, enquanto nos demais ou constava um pseudônimo ou apenas o anonimato, ou seja, sem autoria. De tal modo, A. Tito Filho, mesmo assinando uma coluna com seu nome, poderia ser os vários “Josés” que apareciam assinando coluna nas edições de *O Dia*.

4.2.3 Marcas do clientelismo e a autodefesa da prática jornalística independente por A. Tito Filho

Desde o Império, os homens de letras ocupavam espaços de poder e de distinção social. O cargo público junto com o privilégio de ser letrado já era meio caminho andado para os jovens bacharéis, literatos e políticos que “lutavam pela vida”. Entendendo a política como darwinismo, Queiroz (1994) esboça alguns dos mecanismos de seleção e exclusão que faziam parte da república das letras. Dentre eles, a inviabilização das condições materiais, as ameaças de desemprego, as campanhas difamatórias, as migrações políticas intergrupos e a prática clientelista das trocas.

Na maioria das vezes, as migrações políticas intergrupos, a prática clientelista da troca e as ameaças de desemprego andavam de mãos dadas, até mesmo porque uma tinha relação direta com a outra. Parte da cultura política brasileira, o clientelismo é um legado do período colonial e ganha nuances diferentes de lá para cá. A troca de favores pela lealdade, amizade e compadrio transformava colonos, agregados e camponeses na clientela dos grandes proprietários. Na ausência ou fraca presença do poder público, recorria-se ao proprietário de terras que exercia o poder de Estado. Mais tarde, com o aparecimento do aparelho estatal, as trocas aconteciam em todos os níveis e uma de suas manifestações se dava pela troca de favores

entre “coronéis”, políticos e correligionários por cargos públicos na promessa de votos ou de apoio diversos, como a propaganda política pelos jornais (Leal, 1997, p. 282).

O emprego público serviu de instância de disciplina política, conforme explica Queiroz (1994), de maneira que a necessidade de material fez com que homens de letras buscassem o poder público para sua sobrevivência. Entretanto, nem sempre o ingresso nesse setor acontecia facilmente. A depender do partido que estava no poder e da relação entre os literatos, bacharéis e intelectuais com o grupo político, o acesso seria facilitado ou dificultado. Com isso, Queiroz (1994) destaca que as migrações entre os partidos se davam ora por questão de “princípios”, ora pela repulsa, ora pelos interesses pessoais de favorecimento. A estrutura funcional das trocas de favorecimento ou de exclusão dentro da burocracia estatal aconteciam de acordo com a alternância dos grupos locais no poder.

Ainda dentro da prática clientelista de trocas de favores, pode-se incluir a imprensa, que durante muito tempo manteve-se umbilicalmente ligada à política. Vender a pena, alugar a pena, corromper ideias traduzia uma das formas de clientelismo dos homens de letras que atuavam na imprensa visando cargos públicos em troca de favorecer correligionários e destruir inimigos políticos pelos jornais. Desde o século XIX, a corrupção na imprensa foi denunciada como uma forma de troca de favores de jornalistas com o poder público, com governantes.

No período em análise, vários jornalistas foram acusados de se venderem a políticos, governantes e partidos em troca de favores. Também foi observado que a entrada ou a saída de um jornalista de um partido para outro lhe renderia oportunidades ou exclusão dentro do serviço público ou até mesmo dentro de um jornal. Com isso, compreender a movimentação de A. Tito Filho com os partidos políticos, os cargos que ocupava na administração pública e os jornais que escreveu ao longo dos anos 1959 a 1962 é fundamental para o esclarecimento das críticas que recebia da imprensa da situação de “mecenato”, “corrupto”, “mercadoria”.

Ainda que a presente tese não tenha qualquer interesse em questionar o grau de intelectualidade e sua competência administrativa para ter ocupado vários cargos de direção no serviço público; aqui também não se tem o interesse de passar em branco as articulações que ele fez para que mesmo no período em que confrontou o governador Chagas Rodrigues, do PTB, e o prefeito Petrônio Portela, da UDN, ocupasse cargo público que, via de regra, se dava por indicação política.

Fazendo uma cronologia das migrações de A. Tito Filho pelos partidos políticos, tem-se o seguinte desenho: 1945 – apoiava a UDN; 1950 – candidato a Deputado Estadual pelo PSD; 1961 – rompe com o PSD e se aproxima da UDN; 1962 – candidato a Prefeito e a Deputado Estadual pela Coligação Democrática Piauiense. No tocante ao emprego público, em

1947 foi aprovado no concurso do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), o que fez ele deixar o Rio de Janeiro e concluir o curso de Direito em Teresina. Entre cargos e funções que ocupou, destacam-se a de Delegado de Trânsito e de Costumes em Teresina, pela UDN, em 1948¹⁴⁰; a de diretor do Colégio Estadual Zacarias Góes¹⁴¹ no governo de Gayoso e Almendra (PSD) e a presidência da Comissão de Abastecimento e Preços do Piauí (Coap), no governo de Chagas Rodrigues (UDN-PTB) e de Jânio Quadros (PTN), no período de 1959 a 1962.

Tanto a direção do Colégio Estadual Zacarias Góes quanto a presidência da Coap foram apontadas pelos seus adversários nos jornais como sendo cargos ocupados pelo A. Tito Filho em troca das relações que estabelecia com os partidos políticos e, conseqüentemente, os governadores do Piauí. A direção do Colégio Estadual Zacarias Góes decorria das relações que estabeleceu com o PSD antes e durante o governo de Gayoso e Almendra. A presidência da Coap, por sua vez, há várias conjecturas, pois A. Tito Filho era crítico ferrenho de Chagas Rodrigues, entretanto, tinha certa relação com a UDN.

Mesmo tendo aproximação com a UDN e em determinados período trabalhado na redação da *Folha da Manhã*, A. Tito Filho foi alvejado pelo jornal, como tem sido dito até aqui. Em 4 de julho de 1961, A. Tito Filho não se encontrava mais trabalhando no jornal udenista, pelo menos é o que diz o texto da seção “Comentando e informando”, cujo objetivo central não era falar desse assunto, mas, levantar três suposições: a primeira, que José Piauiense era A. Tito Filho; segunda, sendo A. Tito Filho, “Zé Piauiense¹⁴²” havia solicitado um substituto para o cargo que ocupava, a presidência da Coap no Piauí; terceira, que A. Tito pretendia ser nomeado titular da Coap e, para isso, se apresentava como admirador de Jânio Quadros, Presidente do Brasil, e de Chagas Rodrigues, governador do Piauí.

Segundo a *Folha da Manhã*, A. Tito Filho “acendia uma vela para Deus e outra ao diabo” para se manter na presidência da Coap. Em outras palavras, a expressão utilizada pelo jornal udenista significa “vira-casaca”, refere-se a alguém que muda de opinião de acordo com a conveniência do momento e os interesses pessoais. A expressão popular usada pela *Folha da Manhã* para (des)qualificar A. Tito Filho e sugerir que ele na imprensa atacava violentamente Chagas Rodrigues (PTB), Petrônio Portela (UDN) e Jânio Quadros (PTN), todavia, para a permanência na Presidência da Coap não titubearia para mudar sua opinião sobre os chefes do

¹⁴⁰ Cf.: SANTOS, 2014, p. 75.

¹⁴¹ Professor e diretor do Colégio Estadual Zacarias Góes no período de 1954-1959 (Brandim, 2012).

¹⁴² Na seção “Comentando e informando”, o nome de José Piauiense sofre abreviações para “Zé Piauiense” ou apenas “Zé” (COMENTANDO e informando. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.114, p. 1, 4 jul. 1961).

executivo estadual municipal e federal na imprensa ou além dela. Logo, A. Tito Filho estava na presidência da Coap do Piauí por designação do presidente da República, Jânio Quadros, que foi eleito pela coligação formada pelos partidos PTN, UDN, PR, PL, PDC. Entre as siglas, estava a UDN, de Milton Campos, que concorria à vice-presidência em 1960.

A relação de A. Tito Filho com políticos da esfera local e nacional vinha desde tenra idade. Seu pai, o desembargador José Arimathéa Tito Filho, era amigo de Eurípedes Aguiar e Esmaragdo de Freitas, fundadores da UDN no Piauí. Nas memórias registradas em jornais, cartas ou biografias, verifica-se que A. Tito filho tinha trânsito livre na casa de políticos importantes, como Eurípedes de Aguiar (UDN) e José Cândido Ferraz (UDN), o que demonstra sua rede de relações e sociabilidades políticas partidárias, o que contribuía para o acesso às funções da administração pública por indicação e até mesmo lhe blindar de ataques e direcionar outros que escrevia contra adversários políticos e pessoais.

De acordo com a análise proposta de Brandim (2012) sobre a escrita de si e construção de uma trajetória de intelectualidade e distinção em A. Tito Filho, no período de 1971 a 1992, registra-se que o jornalismo combatente que ele desempenhava na imprensa procedia da sua relação com Eurípedes de Aguiar. Tanto ele quanto seu pai eram próximos da maior representação da UDN no Piauí e em virtude dessa relação, em 1947, algumas portas lhe foram abertas na administração pública e no jornalismo, a exemplo da direção do jornal do *O Piauí*.

O jornal *O Piauí*, como órgão da UDN, reunia grandes lideranças do partido: Eurípedes Aguiar, Esmaragdo de Freitas, Simplício Mendes, Atimathéia Tito (pai de A. Tito Filho), Ofélio Leitão e Júlio Martins Vieira (Pinheiro Filho, 2017, p. 234). Em 1947, com a vitória de Rocha Furtado para governador do Piauí, “[...] priorizaram-se nos cargos públicos aqueles que, no período anterior, foram contrários à política varguista. Eurípedes de Aguiar e seu grupo de amigos passaram a desempenhar cargos importantes na nova administração, isto favoreceu, a princípio, a entrada do jovem estudante de Direito na vida pública, que passou a exercer o lugar de Eurípedes de Aguiar no jornal e, mais tarde, foi nomeado delegado de polícia da capital [...]” (Brandim, 2012, p. 66).

O “jovem estudante de Direito” a que a autora Brandim (2012) se refere é A. Tito Filho. Das relações políticas, dele ou de seu pai, foi que A. Tito Filho conseguiu a transferência do curso de Direito para Teresina. Ao ser nomeado para o cargo público em que foi aprovado por concurso na capital piauiense, em 1946, “[...] transferiu seu curso de Direito do Rio de Janeiro para Teresina, depois do processo de federalização da Faculdade de Direito do Piauí, viabilizado por Cromwell Barbosa de Carvalho. Transferido, cursou o último ano do curso e juntou-se a figuras que teriam bastante destaque no campo das letras em Teresina, a exemplo

de Manoel Paulo Nunes” (Brandim, 2012, p. 66). Ainda segundo Brandim (2012), A. Tito Filho fazia parte da pequena elite piauiense letrada. O ingresso na faculdade, no serviço público e nas letras reforçam os lugares sociais que os grupos sociais mais abastados ocupavam e estabeleciam suas redes de sociabilidades e alianças políticas partidárias.

As lembranças de A. Tito Filho trazidas pela pesquisadora Brandim (2012) partem, em sua maioria, de matérias escritas e publicadas na coluna “Cadernos de Anotações” que ele assinava no *Jornal do Piauí*, os artigos do jornal *O Dia* e as cartas trocadas com sua rede de afetividades nas décadas de 1970 e 1980. Nesses registros, vez por outra aparece o elitismo do grupo ao qual pertencia. Seja pelo cargo público, seja pela escrita jornalística e literária, seja pelos lugares públicos que frequentava em Teresina. Um deles era o Bar Carnaúba, descrito de forma muito saudosismo como um local “[...] de elite, vendia cafezinho, chocolate com ovo e sem ele, sobretudo o filé de grelha, enfeitado de ervilha, azeitona, alface e farofa [...]”, conforme texto transcrito da matéria “A boa Teresina” do jornal *O Dia* de 03 de janeiro de 1989 (apud Brandim, 2012, p. 70).

De acordo com Bárbara Bruma Rocha do Nascimento (2015, p. 17), o Bar Carnaúba e o Theatro 4 de Setembro eram locais em que A. Tito Filho frequentava e se encontrava com intelectuais, confrades do jornalismo e da política para discutir assuntos diversos. Situados um ao lado do outro na Praça Pedro II da capital, se tornaram pontos de sociabilidade da elite de Teresina, testemunhando encontros e conversas que rendiam assuntos para crônicas, artigos de fundo e matérias de jornal.

No entanto, se nos anos 1980 A. Tito relembra através das páginas do jornal *O Dia* o cafezinho que tomava no Bar Carnaúba; em 1961, essa não foi a memória que o jornal *Folha da Manhã* quis deixar registrada para a posteridade em torno das idas de A. Tito Filho ao local. Na edição de 04 de setembro de 1961, a *Folha da Manhã* publicou a seção “Comentando e informando” na qual volta a falar de Zé Piauiense, entendido como A. Tito Filho, e do uso do carro oficial para fins pessoais: “[...] Jipe chapa branca, para uso exclusivamente em serviço, da Coap do Zé Piauiense, é assíduo estacionador do Bar Carnaúba e adjacências, à noite. Zé toma um cafezinho, bate papo, vai ao cinema, e o jipe lá parado. Jipe renitente [...]” (Comentando e informando. **Folha da Manhã**. Teresina, 5 jul. 1961, ano IV, n. 1.115, p. 1).

O ponto chave do discurso proposto na seção “Comentando e informando” não é dar conta de que A. Tito Filho era frequentador assíduo do Bar Carnaúba. Antes, possuía teor de denúncia feita pela *Folha da Manhã* da utilização do carro oficial da Coap para diversão de A. Tito Filho, colocando indiretamente em xeque a improbidade do presidente do órgão pelos danos ao erário público e a violação dos princípios administrativos.

A irregularidade do uso de um bem público para fins particulares denunciada pela *Folha da Manhã* foi interpretada pelo colunista R. Pedrosa, do *Jornal do Piauí*, como “impiedoso ataque” ao jornalista A. Tito Filho, na edição de 9 de julho de 1961:

Ecos

R. Pedrosa

Nosso confrade Tito Filho, digno e operoso Presidente da COAP, foi impiedosamente atacado por certo colunista de o jornal FÔLHA DA MANHÃ a quem Tito Filho, ano passado, prestou relevantes serviços, inclusive sacrificando-se intelectualmente a fim de dar nome e valor ao referido órgão, sem nada ganhar, onde até dinheiro chegou a tomar emprestado para pagamento e gratificações dos operários. São, portanto, infundadas, tais censuras. [...]” (Pedrosa, R. Ecos. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 936, p. 7, 9 jul. 1961).

Em julho de 1961, A. Tito Filho continuava na redação do *Jornal do Piauí*, o que implica dizer que não se descarta a possibilidade de a defesa publicada na coluna “Ecos”, com a assinatura de R. Pedrosa, ter sido escrita por ele mesmo. Além da refutação aos ataques feitos pela *Folha da Manhã*, R. Pedrosa alega que A. Tito Filho trabalhou no órgão sem ganhar um tostão, discurso que vinha sendo reiteradamente reforçado em suas colunas.

Apesar de o histórico de A. Tito Filho mostrar que mantinha relações com a UDN ou com o PSD, ele negava qualquer envolvimento político partidário nas matérias e nas críticas que escrevia. Nas edições de *O Dia* de 1961, rebate as acusações dos seus opositores na imprensa, afirmando que não recebia dinheiro de partidos e/ou políticos, bem como não recebia honorário pelo trabalho na imprensa¹⁴³ de Teresina ou quando passou pelas redações de jornais do Rio de Janeiro, do Ceará ou de qualquer outro lugar. Na matéria “Fatos e Comentários”, de 05 de fevereiro de 1961, A. Tito Filho ajuizava que, em Teresina, colaborava para alguns jornais impressos e emissoras de rádio sem cobrar um cruzeiro pelos serviços prestados a fim de dizer aos seus opositores e leitores que o seu jornalismo não era uma moeda de troca no campo político:

[...] Graças a Deus não ando à cata de cargos, de prestígio, de dinheiro. Nos meus pobres bolsos só entrou, até hoje, dinheiro honesto, para dos meus empregos.

Fique tranquilo o Prefeito de Teresina: atribua-me ambições de dirigir colégios ou secretarias de Estado, mas tenha como certo o fato de me sentir

¹⁴³ Cf.: TITO FILHO, A. Reportagem sincera. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 747, p. 1, 18 fev. 1960; TITO FILHO, A. Depoimento verdadeiro. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 777, p. 1, 2 jun. 1960; TITO FILHO, A. Fatos e comentários. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 887/848, p. 1, 5 fev. 1961; TITO FILHO, A. Fatos e explicações. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 916, p. 1, 5 out. 1961.

feliz com o que sou, professor e jornalista desnecessitado de favoritismo, pesar de pobre, humilde e endividado.

Não vivo escravo de interesses partidários. Nada devo a políticos. Sou livre. Quisesse eu prestígio e dinheiro, teria, em 1959, primeiro ano da atual administração, aceito o lugar de Redator-Chefe de “Folha da Manhã”, que me insistentemente oferecido com Cr\$ 6.000,00 mensais.

Não vi, nem li ofensa alguma à dignidade do Prefeito de Teresina. Li crítica a um banquete, críticas de um jornal que tem liberdade de criticar. Nada mais. Estou às ordens. Pode o jornal prosseguir no xingamento de me considerar *mercadoria*, embora não publique provas (Tito Filho, A. Fatos e comentários. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 887/848, p. 1, 5 fev. 1961, grifo do autor).

A. Tito Filho foi enfático em dizer que ele não era “mercadoria” como resposta à acusação feita pelo jornal *Folha da Manhã*. Chamar um jornalista de “mercadoria” correspondia à prática comum entre os jornalistas de abiscoitar cargos públicos através das relações políticas ou de vender/alugar a pena para políticos ou partidos. Corresponde igualmente ao jornalismo “pena de aluguel”, no qual o jornalista recebe dinheiro para escrever sob encomenda, o que equivale a qualquer outra atividade ligada ao comércio, à indústria ou à prostituição, de acordo com Cristiane Henriques Costa (2005, p. 271).

A aproximação do jornalista à prostituta foi esboçada por Karl Krauss para rebaixar o jornalista ao ser da pior espécie, segundo Ciro Marcondes Filho (2009, p. 33). Para o autor, o jornalista estava numa zona de perigo prestes a se perder a qualquer momento por conviver com os poderosos. Na imprensa, ao invés de desenvolver sua função principal que é a de esclarecer os leitores, levá-lo a maioria¹⁴⁴, como pensava Immanuel Kant, o jornalista fazia o contrário. Uma vez que a imprensa tem dono, suas políticas e suas preferências, o jornalista se encontra preso a um conjunto de regras que o impede de ser livre para escrever e, por conseguinte, iluminar-se.

Bourdieu (2002, p. 99), ao discorrer sobre o horror ao artista burguês, aponta que este foi comparado à prostituta como “figura simbólica da relação do artista com o mercado”. A homologia é fruto do papel social que a prostituta ocupa de “‘trabalhadora livre’ do mercado das trocas sexuais”. Partindo desse conceito para pensar o trabalho do jornalista, a analogia com a prostituta corresponde ao profissional da área que se vende para conquistar benefícios próprios, tal como cargo público, ingressar na carreira política ou conquistar prestígio por meio da imprensa. Ou, ainda, como foi discutido no início deste tópico, a venda/aluguel da pena

¹⁴⁴ Para Immanuel Kant (1985, p. 100), a maioria é a capacidade de o indivíduo pensar por si só sem a direção de outrem. A saída do homem da menoridade, portanto, aconteceria por meio do esclarecimento, porém, por mais que o pensamento iluminista tivesse proclamado a razão como uma ferramenta fundamental para liberdade e autonomia dos indivíduos em relação ao poder, nem todos estavam “preparados” ou interessados em alcançar o “esclarecimento”, seja por preguiça, seja por covardia. Para o filósofo, o homem é o próprio culpado de estar na menoridade, que é compreendida como “a submissão do pensamento individual ou de um povo a um poder tutelar”.

também se dava pela prática clientelista das trocas de favores e das “relações de favorecimento via empregos federais e prestação de serviços”, como ressalta Queiroz (1994, p. 236).

De acordo com o que foi abordado no primeiro capítulo, nem todos que ingressam no mundo do jornalismo, de fato, recebiam dinheiro pelo trabalho realizado. Muitos jornalistas, inclusive, pagavam para ver seus textos impressos nas páginas dos jornais ou apenas colocar seu nome em textos que nem haviam escritos. Outros sequer queriam pagamento para escrever na imprensa. Antes, pretendiam a consagração, a fama, ver seu nome estampado nos jornais para ter o epíteto de intelectual e mostrar sua habilidade com as palavras e com a gramática. Outros, ainda, pretendiam apreço e conquistar um público leitor. Debater na imprensa ou fazer polêmica era outro caminho para reconhecimento social e político do jornalista na imprensa.

Certamente, A. Tito Filho como muitos outros jornalistas e colaboradores que escreviam na imprensa de Teresina não o faziam gratuitamente. Na matéria “Fatos e comentários”, A. Tito Filho transcreve outro trecho do jornal *Folha da Manhã* que o acusava de “ingratidão” ao colaborar com a imprensa de oposição à UDN, uma vez que se encontrava na Secretaria de Educação por causa do partido. Entende-se que o jornal *Folha da Manhã* cobrava de A. Tito Filho “fidelidade” ao partido udenista na imprensa por ocupar um cargo público por meio de trocas de favores no campo político. Por essa razão, negava qualquer subserviência e dependência a partidos, enfatizando que não era “escravo de interesses partidários”, que nada devia a políticos, que era “livre”, a ponto de ter recusado a oferta de trabalhar como Redator-Chefe no jornal udenista *Folha da Manhã* em 1959.

A. Tito Filho se apresenta ao leitor como um jornalista independente e contrário a qualquer interesse partidário. Para A. Tito Filho, a imprensa não pode ser um negócio ou uma máquina de se fabricar editoriais de acordo com os interesses dos proprietários de jornais. Imprensa é “[...] instituição social, notícia, crítica, fator de educação, de conhecimento da comunidade, registro de fatos [...]” (Tito Filho, A. Idéias e notícias. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 844, p. 1, 22 jan. 1961).

Partindo desse seu entendimento de imprensa, A. Tito Filho afirmava sua postura como jornalista livre e que na imprensa não estava “à cata” de prestígio ou de cargo, mas para defender princípios, ideias e não homens. Nesta esteira, se apresentava como “[...] seguidor de um programa de serenidade administrativa e política, que acabe com essa democracia de cócoras, ou em cócoras, que é a democracia da pregação dos partidos que por aí se ajeitam, embirados à vulgaridade de interesses malsãos [...]” (Tito Filho, A. Idéias e notícias. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 844, p. 1, 22 jan. 1961, grifos do autor).

Embora A. Tito Filho se apresentasse ao leitor do jornal *O Dia* como “professor e jornalista desnecessitado de favoritismo, apesar de pobre, humilde e endividado”, em 5 de fevereiro de 1961, o seu histórico profissional demonstra outra coisa. Um deles é que A. Tito Filho silencia a função que atuava no serviço público federal de Presidente da Coap, apresentando-se somente como professor e jornalista. Segundo, ele era desembargador do Piauí. Quanto às dívidas que declara ter acumulado, não se tem informações para tal. Mas, as pistas deixadas pela sua biografia indicam que A. Tito Filho desfrutava de certos privilégios, seja como funcionário público, seja como jornalista, seja como intelectual, seja pelas relações que estabelecia com políticos da UDN, do PSD e de outros partidos que diretamente esteve associado ao longo do tempo liderando campanhas na imprensa através de sua pena, a qual denomina ser “livre” dos favoritismos políticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para todo percurso, um rastro é deixado. Às vezes, as marcas ficam visíveis ao longo do trajeto e lá permanecem por muito tempo. Outras vezes elas se apagam ao passo em que o percurso é realizado e, nesta condição, refazer o itinerário exige perícia, método, atenção redobrada aos detalhes que resistiram às intempéries do tempo e, particularmente, aos que se apagaram e não estão visíveis a olho nu. Exige, portanto, uma operação.

Assim é a escrita da História, como diz Michel Certeau (2007, p. 46). Uma operação historiográfica que articula um lugar social com métodos e técnicas específicas com o objetivo de colocar no seu discurso a realidade de uma sociedade. O historiador, ao selecionar um objeto de estudo, lida com fragmentos de um passado que pretende reconstruir doravante aquilo que tem acesso, tais como os documentos e fontes que são analisados à luz de uma teoria e metodologia. Fundada sobre um corte do passado, que é seu objeto, e seu presente que é o lugar de sua prática, a História “[...] está, pois, em jogo nessas fronteiras que articulam uma sociedade com o seu passado e o ato de distinguir-se dele; nessas linhas que traçam a imagem de uma atualidade, demarcando-a de seu *outro*, mas que atenua ou modifica, continuamente, o retorno do ‘passado’” (Certeau, 2007, p. 48).

O caminho percorrido ao longo desta tese inicia com as linhas que traçam o episódio trágico que vitimou duas grandes lideranças políticas do Piauí no ano de 1958, que ficou conhecido como o Desastre da Cruz do Cassaco. Os deputados federais Demerval Lobão do PTB, candidato a governador, e Marcos Parente da UDN, candidato ao senado, perderam a vida num acidente automobilístico que mudou os rumos da eleição em 1958. As Oposições Coligadas, formadas pela união UDN-PTB, destronaram o PSD que há oito anos ocupava a cadeira do executivo estadual e elegeram o primeiro e o único governador petebista do Piauí, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues.

Ainda que o recorte temporal da pesquisa não tenha começado em 1958, trazer o acidente foi fundamental para apreender como se articularam os grupos políticos no Piauí ligados aos partidos PSD, UDN e PTB, especialmente, que se manifestaram através da imprensa entre 1959 a 1962. Período em que Chagas Rodrigues ocupou a cadeira do executivo estadual e os jornais destinaram boa parte de seus editoriais, artigos, colunas, notas e matérias para falar das suas ações no governo e fora dele. Aliás, não apenas Chagas Rodrigues esteve na mira da imprensa de Teresina. Jornalistas, políticos e personalidades públicas também tiveram seus

nomes estampados nos jornais pela posição política e partidária que assumiram publicamente na imprensa ou no governo por meio da função pública.

Em vista disso foi que a presente tese buscou analisar o discurso autorreferencial do jornal *O Dia* em torno da proposição de um modelo de jornal moderno frente a tradição do jornalismo atrelado ao meio político e intelectual de 1959 a 1962. Neste período, a imprensa de Teresina, ligada aos partidos políticos ou correligionários, acompanhou de perto os bastidores das salas de redação e da vida política. Durante a campanha eleitoral ou depois dela, a paixão partidária prevalecia entre os redatores, comandando toda a produção jornalística que tratava dos diferentes acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e, sobretudo, da briga pelo poder. Cada partido político mantinha um jornal ou arrendava um para fazer prevalecer sua força através da palavra na imprensa. A luta política na imprensa media também a força da pena, a força daquele que soubesse manejar melhor as palavras no enfrentamento dos adversários pelo discurso.

A luta no campo político se fazia também no e pelo jornal. Por este motivo, se fez uma discussão sobre a utilização do jornal como arma política, como extensão do púlpito em que os políticos pretendiam ampliar a sua voz e angariar adeptos. No Brasil, a imprensa, em sua grande maioria, era sustentada por políticos ou partidos que sabiam da importância do meio no jogo do poder. Desde o século XIX, os jornais foram transformados em dispositivos, armas, porta-vozes de partidos e políticos, promovendo uma luta política e simbólica através da publicação de matérias virulentas, insultuosas, difamatórias contra os supostos inimigos; ao passo em que, contrariamente, publicavam textos elogiosos, apologéticos na defesa de correligionários.

A imprensa no século XIX serviu de arma política para os combates que aconteciam entre os partidos que disputavam cargos eletivos e almejavam ampliar apoios para se manter no poder. Através do jornal os grupos mostravam suas hostilidades, a violência de linguagem, a guerra fratricida. Essa característica política da imprensa brasileira oitocentista deixou um *modus operandi* como legado para o século XX, que se incorporava aos novos moldes do jornalismo.

No final do século XIX, a imprensa brasileira inicia um processo de mudanças de suas práticas em decorrência da adoção das novas regras de produção do jornalismo norte-americano. A imprensa artesanal se tornava cada vez mais rara com o surgimento da imprensa empresarial e, com isso, o jornalismo opinativo, doutrinário e ideológico era forçado a ceder espaço para o jornalismo informativo que se pretendia neutro e objetivo. O *lead* e a pirâmide invertida substituíam a técnica do nariz de cera que permitia ao jornalista a produção de um texto mais longo, argumentativo, pessoal e subjetivo. O novo método, portanto, foi adotado

como parte do processo de autonomização do campo do jornalismo em relação aos campos da política e da literatura e, para isso, o controle da escrita jornalística e a independência financeira foram reivindicados retoricamente como sinônimo de objetividade.

No entanto, como adverte Francisco Rüdiger (1993, p. 64), “convém notar que essa metamorfose verificada no jornalismo não lhe tirou o aspecto político; a conquista da autonomia frente ao campo político não significou sua perda, mas uma mudança de forma. A nova empresa jornalística é uma agência política que apenas não expõe seu nome”. Ainda que a afirmação de Rüdiger (1993, p. 64) seja válida para muitos jornais do Brasil no século XX, é verdade também que nem todos os órgãos de imprensa que surgiram com uma estrutura de empresa quiseram declarar sua independência aos partidos que os criaram.

No Piauí, nos anos 1950 e 1960, pode-se observar a existência de jornais que até surgiram ligados aos partidos políticos, mas se autodeclaravam independentes ou a independência da linha editorial; como também jornais que, mesmo se apresentando como empresa e declarasse sua independência, não quiseram esconder o laço político informando no expediente o nome do partido ao qual pertencia o órgão. De um modo ou de outro, verificou-se que o discurso autorreferencial foi bastante empregado pelos jornalistas piauienses com o interesse de mostrar a veracidade e a lisura da cobertura e apreciação dos fatos. Para tanto, os jornalistas iniciaram um combate de ideias na imprensa que ultrapassam a disputa política partidária e alcançavam as picuinhas pessoais em torno do que produziam e faziam dentro e fora da redação dos jornais *O Dia*, *Jornal do Piauí*, *Estado do Piauí*, *Jornal do Comércio*, *Folha da Manhã*, *Folha do Nordeste* e *Cidade de Teresina*. Órgãos de imprensa que serviram de instrumento para jornalistas, políticos, intelectuais e personalidades públicas representaram os partidos PSD, UDN e PTB por meio do discurso.

Dentre os vários jornais citados, nesta tese, foi dada maior atenção para *O Dia*. Como apontado na Introdução e com mais detalhes no segundo capítulo, o órgão foi criado em 1951, por Raimundo Leão Monteiro, e desde a primeira edição foi autodeclarado “independente, político e noticioso”. As três definições para o jornal foram impressas no cabeçalho durante todo o período em que o órgão esteve sob a propriedade e a direção de Leão Monteiro. Até mesmo em 1962, quando a redação foi arrendada pelo PTB, o nome permanecia impresso no mesmo local com letras na cor vermelha.

Mesmo que se declarasse independente, desde que surgiu até 1962, o jornal *O Dia* tomou partido e funcionou como um partido, assegurando que também era um instrumento político e, de alguma maneira, interferia na dinâmica dos grupos e do poder local. Logo, o jornal era lido pelos principais sujeitos ligados ao poder e isso é possível confirmar pelo conjunto de matérias

que foram encontradas durante a pesquisa e analisadas na tese. Não só era lido como ao mesmo tempo comentado por aqueles que tinham seu nome como objeto do conteúdo exposto. Vinculados à imprensa da situação ou da oposição ao governo do Estado, confrades e políticos colocaram em xeque a veracidade das informações impressas nas páginas do jornal *O Dia* e dos seus redatores que faziam da pena sua principal arma contra os adversários.

Com isso, o jornal *O Dia* e seus redatores interferiam nas relações entre os partidos e correligionários, mostravam o jogo político como um prisma que sob a luz branca reflete um espectro de cores, neste caso, de matiz partidária representada pelo PSD, UDN e/ou PTB. Entre 1959 a 1960, o jornal *O Dia* esteve muito mais próximo do PSD e, nesta posição, criticou o governador Chagas Rodrigues, os petebistas, os funcionários que ocupavam cargos na administração pública por meio da indicação do executivo e também seus apoiadores na imprensa. Essa postura começa a mudar em 1961, se concretizando em 1962 quando o órgão é arrendado pelo PTB e, daí em diante, assume abertamente a linha editorial de defesa de Chagas Rodrigues e demais petebistas.

Leão Monteiro, também conhecido popularmente como “mão de paca”, sabia muito bem como manejar o seu jornal para a obtenção de capital. Capital econômico, capital social, capital cultural, capital político, enfim, capital simbólico. Leão Monteiro assim como os demais redatores e políticos que lançavam mão da imprensa buscavam, dentre outras coisas, capital político, que é uma forma de capital simbólico, segundo Bourdieu (2007, p. 187). Então, através do jornal *O Dia*, os agentes operavam classificações pela di-visão do social, construía uma representação de si e dos outros a fim de reconhecimento, de prestígio, de poder simbólico. O poder simbólico de fazer ver e fazer crer pela enunciação.

O jornal *O Dia*, assim como os demais jornais que circularam em Teresina no mesmo período, exerciam o poder da enunciação e pelo discurso visavam fazer e desfazer grupos; produzir, reproduzir e destruir representações deles mesmos e dos outros. A política e as questões de cunho pessoal eram o motor que agitava as brigas acaloradas e os combates de ideias que feriam a honra alheia, destruía reputações, denunciavam desmandos da administração pública, colocavam em dúvida o trabalho honesto e ético do jornalista. Corriqueiramente, um jornal produziu matérias ou publicou cartas abertas e reptos como resposta às ofensas e denúncias que o outro jornal publicava.

Divididos como jornais da situação e da oposição, cada um fazia a defesa dos seus partidos. No período de 1959 a 1962, o jornal *O Dia* deu guarida para que seus redatores usassem suas páginas para a publicação de reptos, doesto e polêmicas com os jornalistas dos demais órgãos de imprensa e personalidades políticas e públicas de Teresina. Leão Monteiro

não perdia uma oportunidade para dar publicidade às contendas mal resolvidas no campo da política, da intelectualidade e do jornalismo, de maneira que as descomposturas, as difamações, as calúnias e as desqualificações mútuas foram empregadas como cartucho de pólvora na batalha discursiva travada entre eles visando formar opiniões e fazer valer suas ideias.

Vários foram os jornalistas que passaram pela sala de redação do jornal *O Dia* e cravaram seu nome ou fizeram uso do anonimato para responder e atacar seus desafetos. Alguns desses jornalistas que por um pequeno ou largo intervalo de tempo contribuía com *O Dia*, quando deixaram sua redação por motivação política partidária não ficaram incólumes. Leão Monteiro, priorizando seus interesses frente ao jogo político partidário, não dispensava espaço do jornal para expor a oposição ao ridículo. Dois emblemáticos nomes do jornalismo piauiense se enquadram nesta situação.

Como analisado, Simplício de Sousa e A. Tito Filho foram dois jornalistas que utilizaram o jornal *O Dia* para atacar e contra-atacar seus inimigos pessoais e políticos; como também foram alvos das letras demolidoras de suas páginas. Os dois trabalharam nos jornais de linha editorial udenista e pessedista. Simplício Mendes, como um udenista de sangue, manteve-se aguerrido na coluna “Televisão” que assinava nos órgãos *Folha da Manhã* e *Folha do Nordeste*, apenas publicando coluna no jornal *O Dia* com a sua assinatura quando se indispôs com o diretor do jornal *Folha da Manhã*, J. Araújo Mesquita, em 1959. Pela postura antichaguista, antipetebista, anticomunista e contrária a reforma agrária foi considerado pela redação de *O Dia*, em 1964 e no contexto da ditadura, como “soldado da democracia”. Entretanto, em 1962, no momento em que o jornal esteve sob responsabilidade da bancada petebista, a postura política e partidária de Simplício Mendes foi outra. Na mira dos petebistas, ele teve sua vida pública e privada exposta no jornal *O Dia*. Além disso, foi pejorativamente denominado pelos seus adversários de “poltrão”, “cachorrão da fazenda”, “cachorro creoulo”, “alma negra”, dentre outras classificações que chamam a atenção pela violência da linguagem que reflete diretamente a cultura da violência política do período e os preconceitos raciais existentes na sociedade brasileira ainda na segunda metade do século XX.

A. Tito Filho também trabalhou no jornal *O Dia* e na temporada que ficou na redação produziu uma escrita de si com o interesse de se distinguir dos demais confrades que, segundo ele, não seguiam os princípios éticos do jornalismo. Demarcando as fronteiras entre o “eu” e o “outro”, A. Tito Filho lançou um significativo número de artigos autorreferenciais que definiam o papel da imprensa, do jornalismo e do jornalista no final dos anos 1950 e início de 1960. Oportunamente, defendeu que a imprensa, quando bem orientada, era um algoz do regime democrático, da ordem e das instituições; mas, “em poder de falsos jornalistas é navalha em

mãos de menino de poucos meses”. Quer dizer, A. Tito Filho reconhecia a imprensa como uma importante arma política, porém, considerava que apenas os jornalistas profissionais, como ele, poderiam fazer um uso adequado dela do ponto de vista político partidário. Ora, ele conhecia muito bem os meandros do poder, uma vez que tinha ocupado ao longo de sua vida vários cargos de importância dentro da estrutura social. Advogado, desembargador, jornalista, funcionário público, professor, político foram algumas das ocupações que A. Tito Filho carregava em seu currículo. Como jornalista fez da pena seu principal instrumento de defesa e de ataque, imprimindo um estilo próprio aos textos polêmicos que publicava em suas colunas com o seu nome ou em textos cuja autoria lhe foi atribuída por outros. Tais como José Piauiense, José Walter e Spectador, que entram no rol dos pseudônimos de A. Tito Filho no jornal *O Dia*, conforme denunciavam os seus adversários pela imprensa petebista. Ademais, seriam os “Josés” oriundos do seu nome de batismo, José de Arimathéa Tito Filho, que estrategicamente foram usados por ele para, anonimamente, esquentar os ânimos e levantar suspeitas dos confrades e demais leitores.

A prática do pseudônimo foi bastante empregada pelos redatores de *O Dia* com o aval de Leão Monteiro que, inclusive, pedia que escrevessem textos sobre determinadas pessoas e, logo depois, atribuía pseudônimos de acordo com o seu interesse. Conforme A. Tito Filho deixou em suas memórias, a ação de publicar matérias difamatórias com pseudônimos levou Leão Monteiro ao banco dos réus e, em juízo, delatou cada um dos jornalistas, autores dos textos. Como previa a Lei de Imprensa de 1953, o diretor era o responsável pelas matérias cujo autor não é identificado, entretanto, ele fica impune se informar o nome do redator da matéria. Foi assim que Leão Monteiro fez toda vez que enquadrado por crime de imprensa, conforme detalhado no primeiro capítulo.

A história e a carreira de Simplício Mendes e A. Tito Filho se cruzam e se entrelaçam em vários momentos apesar da diferença de idade entre eles. Semelhantemente, Simplício Mendes e A. Tito Filho atuaram na imprensa com o peso do ressentimento, como é defendido nesta tese. Em 1939, Simplício Mendes e o pai de A. Tito Filho foram compulsoriamente aposentados pelo Interventor Leônidas Mello e com o fim do Estado Novo, uniram forças para criar a UDN no Piauí e, então, atuaram na imprensa contra o PSD. O ressentimento político contribuiu para a formação de uma comunidade emocional, dado o conjunto de emoções que eles definiram como valioso ou prejudicial para si, ou as emoções que eles (des)valorizaram e ignoraram (Rosenwein, 2011).

Defende-se que não apenas Simplício Mendes e A. Tito Filho formaram uma comunidade emocional, mas o grupo de redatores compartilhavam os mesmos interesses,

valores comuns, para serem usados uns contra os outros. Compreender uma comunidade emocional é compreender também que as emoções, ainda que biológicas, são construídas culturalmente, são produtos da interação cultural, social e política. Nesse sentido, a redação do jornal *O Dia*, tais como as demais, formava essa comunidade que classificava, rotulava, provocava o outro (opositor) pelo discurso jornalístico marcadamente político partidário. As redações divididas em pessedistas, udenistas e petebistas sustentavam e reforçavam elementos das culturas política e jornalística dos anos 1950 e 1960. Daí, o choque, o horror, a diversão, a raiva, a indignação etc. expressada pela violência de linguagem amplamente empregada nos discursos publicados pela redação do jornal *O Dia*.

A violência de linguagem, tal como violência física, fazia parte da cultura política piauiense, que a exemplo também da brasileira, chegou a vitimar redatores, políticos e personalidades públicas que denunciavam os supostos desmandos e abusos de quem ocupava o poder ou publicavam textos que feriam a honra alheia. Ainda que houvesse a Lei de Imprensa e que a mesma chegasse a ser empregada algumas vezes por aqueles que se sentiram ofendidos ou ameaçados pelo discurso jornalístico, nem sempre os arranca-rabos se resolviam pela palavra. Ademais, registros de violência física foram encontrados nas páginas do jornal *O Dia* enquanto outros foram silenciados pela sua redação.

Por isso mesmo, foram forçadas a leitura e a análise das matérias publicadas em *O Dia* em conjunto com as demais editadas pelos outros jornais do mesmo período. Isso se fez porque os redatores e políticos trocavam insultos, difamações, calúnias na imprensa e, ao fazer isso, citavam uns aos outros encadeando a obrigatoriedade de acompanhar as matérias num jornal e no outro para a compreensão do debate. Ou seja, desenvolveu-se um trabalho similar ao da montagem de um quebra-cabeça, na qual cada peça, assim como o contexto, é fundamental para o entendimento do todo. Todavia, o quebra-cabeça das matérias nem sempre foi possível ser montado completamente, seja pela ausência de algumas peças que foram perdidas ao longo do tempo pela ausência de jornais que se encontravam lacrados no Arquivo Público do Estado do Piauí, seja pela descontinuidade do debate nas páginas dos jornais, seja ainda pela limitação da escrita desta tese, que é premente reconhecer também.

Vasculhou-se os jornais *O Dia*, *Jornal do Piauí* e *Folha da Manhã*, sobremaneira, e através da análise das matérias selecionadas verificou-se que cada órgão estabeleceu uma prática discursiva que permitia ou não determinados enunciados. De acordo com Michel Foucault (2009; 2010), todo discurso é controlado por um conjunto de procedimentos externos e internos a ele e esse sistema de formação não é estranho ao tempo. Assim sendo, constatou-se que a direção de *O Dia* mudava seus procedimentos de controle do discurso segundo a

aproximação ou distanciamento dos partidos políticos PSD, UDN e PTB, podendo até mesmo afirmar que de 1959 a 1962 o jornal permitiu ou interditou enunciados que favorecessem ou desfavorecessem algum partido que estava próximo do seu proprietário, Leão Monteiro.

Considerando o arsenal de matérias autorreferenciais que formam o *corpus* da pesquisa optou-se pela metodologia da Análise de Discurso, na perspectiva de Foucault (2009; 2010), o qual defende que por meio do discurso materializado na superfície do texto é possível entender que “regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjunto de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas (Foucault, 2010, p. 203). E por trabalhar com discursos autorreferenciais utilizou-se como referencial os autores Antônio Fausto Neto ([s.d.]; 2007) e Fernanda Lima Lopes ([s.d.]), que discutem a enunciação da enunciação no jornalismo e como essa prática possibilita ao pesquisador enxergar alguns elementos sobre os modos de produção do discurso, as competências e as regras estabelecidas nas redações pela perspectiva dos próprios jornalistas que falam de si e dos outros.

Nos anos 1950 e 1960, quando inexistiam os manuais de redação nos jornais do Piauí, o discurso autorreferencial serviu de controle e de definição de como deveria ser o jornalismo, o jornalista e a imprensa no Piauí. Na linha tênue entre o modelo de jornalismo moderno, que exigia um texto mais objetivo e informativo, e o jornalismo tradicional que dava conta de uma produção discursiva apaixonada, política partidária, ideológica, doutrinária, subjetiva e pessoal, o discurso autorreferencial mostrava como os jornalistas de Teresina construía um *ethos* jornalístico relacionada a cultura política daquele momento em que a imprensa era peça fundamental dentro do jogo partidário, em contraste com a retórica e a defesa de uma prática jornalística pautada pelo modelo norte-americano que assumia uma verdadeira obsessão pelos fatos. A imposição da separação entre fatos e opiniões na construção da notícia foi até acatada pelos interesses do novo jornalismo a partir da ideia de que os jornais deveriam atender o público em geral, que cada vez mais se diversificava. Contudo, os jornais não deixaram de atender aos políticos e seus partidos, como se observa no jornal *O Dia*.

A convicção de que os jornais operavam na dinâmica do poder foi claramente expressa na frase a “imprensa também governa”, que finaliza um dos artigos assinados por Simplício Mendes na coluna “Radar...” de 16 de julho de 1959, na curta temporada que passou pela redação de *O Dia*. A frase manifesta o pensamento do jornalista e de muitos outros que consideravam a imprensa um poder, um “quarto poder”, o poder que controla o poder ou um “verdadeiro partido”, como afirmou Gramsci (2004, p. 218).

Por este motivo é que a frase “a imprensa também governa” foi utilizada como título desta tese, por concluir que o jornal *O Dia* e a imprensa alheia foram colocados a serviço da

luta pelo poder político partidário e seus redatores assumiram o papel de agentes dos grupos pessedistas, udenistas e petebistas na tentativa de interferir no jogo político e na construção da realidade ao instituir valores, conceitos, classificações, emoções, fazendo crer naquilo que pretendiam tornar visível e conhecido por meio das palavras, da linguagem, do discurso jornalístico combativo e de descomposturas. Uma cultura jornalística que engendrada nas culturas políticas se manifestava, sobremaneira, pelas brigas, pelas disputas, pela luta simbólica entre os redatores de *O Dia* com os demais órgãos de imprensa de Teresina de 1959 a 1962.

Até aqui foram explicitadas as considerações finais da tese que faz uma análise do discurso autorreferencial do jornal *O Dia* e os elementos da cultura jornalística e política do final dos anos 1950 e início de 1960. Entretanto, uma pergunta deve estar sendo feita e aguardando por uma resposta: o que esta tese apresenta de novidade em relação às demais pesquisas acadêmicas que também versam pelo tema e/ou o período histórico? O que esta tese apresenta de original? Esta pergunta também foi provocada quando se decidiu escrever um projeto de pesquisa para o Doutorado em História da Unisinos considerando a quantidade de trabalhos que existem sobre o período em que Chagas Rodrigues esteve no governo do Estado, 1959 a 1962, e sobre o jornal *O Dia* no século XX. Contudo, embora seja muito clichê dizer que por mais completa que uma pesquisa tenha sido realizada e publicada em qualquer área do conhecimento ela sempre deixa lacunas, isso é igualmente verificável quando se analisa a bibliografia já existente sobre o tema e o período em estudo desta tese.

Na Introdução já se encontra a informação de que a presente tese pretendia trabalhar nas “brechas” deixadas pela historiografia piauiense existente e que se tinha em mãos, tais como as teses e dissertações que discorrem sobre o jornal *O Dia*, o governador Chagas Rodrigues, a trajetória de A. Tito Filho e Simplício Mendes e as culturas políticas no final da década de 1950 e início dos anos 1960. Entre as referências estão: Marylu Alves de Oliveira (2020), Nilsângela Cardoso Lima (2014), Flávia de Sousa Lima (2011), Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes Sousa (2015), Ana Cristina Meneses de Sousa Brandim (2012), Bárbara Bruma Rocha do Nascimento (2015), Jordan Bruno Oliveira Ferreira (2014) e Hosana Tenório dos Anjos (2019).

Ainda que se reconheça a importância e o peso historiográfico de cada uma das pesquisas realizadas pelas autoras e os autores listados acima, tais trabalhos deixaram como brechas a análise da cultura jornalística engendrada pelas culturas políticas; as descomposturas e os combates desencadeados pelos jornalistas e políticos na luta pelo poder e capital simbólico; a autorreferencialidade como instauração do *ethos* jornalístico num momento em que imprensa definia normas de produção do discurso moderno sem deixar de ser política partidária; a compreensão da redação como uma comunidade emocional cujos valores e interesses políticos

partidários formam um grupo e cujos membros atribuem o mesmo valor sobre as emoções e suas formas de expressão; e, por último, as trajetórias e a atuação de Leão Monteiro, Simplício de Sousa Mendes e A. Tito Filho na política, na imprensa e no jornalismo de Teresina de 1959 a 1962.

Dessa forma, ao contrário da personagem Alice que, ao se deparar com uma bifurcação, perguntou ao gato de *Cheshire* qual caminho seguir e obteve como resposta que qualquer um serve para quem não sabe para onde quer ir¹⁴⁵; desde o primeiro momento pretendia-se fazer uma pesquisa de doutorado no campo da História que tivesse como objeto de estudo os jornais de Teresina e sua relação com o poder político partidário. Por conseguinte, delimitou-se o jornal *O Dia* ao invés de fazer um estudo comparativo entre os jornais (*O Dia*, *Jornal do Piauí*, *Jornal do Comércio*, *Estado do Piauí*, *Folha da Manhã* e *Folha do Nordeste*) sobre o governador Chagas Rodrigues, privilegiando as matérias autorreferenciais cujo tema envolve o dever da imprensa, do jornal, do jornalista, do jornalismo, ética profissional, ou seja, matérias que abordam sobre a cultura jornalística e as culturas políticas do período. Portanto, ao mesmo tempo em que a presente lança luz para determinados aspectos do passado que até então estavam nos escombros da História, ela também oferece sombras que apontam para a necessidade de outra operação historiográfica ou de outras perspectivas de análise a partir das escolhas teóricas e metodológicas que podem levar o objeto de estudo para outros caminhos a serem traçados por novas linhas.

¹⁴⁵ CARROLL, Lewis. *Alice no país das maravilhas*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ABREU, Joelma de Sousa. **Nesta quinta-feira (23), o projeto Memória Viva homenageou Milton Costa Cardoso (In memoriam)**. 25 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/ejud/noticias-ejud/nesta-quinta-feira23-o-projeto-memoria-viva-homenageou-milton-costa-cardoso-in-memoriain/>. Acesso em: jan. 2024.
- ALSINA, Rodrigo Miquel. **A construção da notícia**. Trad. Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ANJOS, Hosana Tenório dos. **“Coluna Televisão” e a prática discursiva de Simplício de Sousa Mendes no jornal *Folha Da Manhã* (1958-1964)**. 2019. 154f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2019.
- ASSUNÇÃO, Rosângela. Governo Rocha Furtado: uma administração conturbada. In: LIMA, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela (Org.). **Governos e políticas públicas: a experiência do Piauí**. Rio de Janeiro: Booklink, 2009.
- ASSUNÇÃO, Rosângela. **Política no Piauí: relações entre os poderes constituídos 1947-1951**. Teresina, 2000. [Monografia de Final de Curso].
- ATANÁSIO, Francisco Chagas Oliveira. **Bem além da cova do “Leão”**: tensões políticas, cultura de violência, e criminalidade, no Piauí, através de uma incursão biográfica (1901-1956). 2016. 325f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2016.
- ATANÁSIO, Francisco Chagas Oliveira. Notas sobre um “homem infame” e suas desventuras pela “Terra Maldita”: tensões sociais, conflitos políticos e cultura de violência no Piauí a partir das incursões de Zezé Leão - (1940-1950), um breve ensaio. In: **VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar**. 2012, Uberlândia. Anais [...]. Uberlândia: GT Nacional de História Cultural, 2012.
- BAHIA, Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**, v. 1, 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. Do “assombro” à morte: possibilidades de se pensar o medo, varíola e raiva no Piauí na segunda metade do século XIX. **Revista Latino-Americana de História**. São Leopoldo, v.10 n. 25, p.64-79, jan./jul.2021.
- BARROS, José D'Assunção. Os conceitos divisores do espaço: reflexões em torno de uma interação entre a História e a Geografia. **Revista Escritas**. v. 12, n. 2, p. 1-26, 2020.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, José D'Assunção. Os conceitos divisores do espaço: reflexões em torno de uma interação entre a História e a Geografia. **Revista Escritas.** v. 12, n. 2, p. 1-26, 2020.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo de opinião.** Porto Alegre: RS, Sulina/ARI, 1980.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. *In:* REMÓND, René. (org.). **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In:* RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. (orgs.). **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In:* RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (org.). **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-364.

BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo: uma análise do quarto poder em todas as suas formas.** Trad. Pinheiro de Lemos. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Pensar a Política. Trad. Marquessuel Dantas de Souza. **Revista Sociologia em Rede**, v. 9, n. 9, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos.** Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer.** Trad. Sergio Miceli. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** Trad. Daniela Kern; Guilherme F. Teixeira. M. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

Bourdieu, Pierre. **Coisas ditas.** Trad. Cássia R. da Silveira; Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.0

BRASIL. Decreto N° 4.743, de 31 de outubro de 1923. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providencias. Rio de Janeiro, Distrito Federal do Brasil, 1923. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. Lei Nº 2.083, de 12 de novembro de 1953. Regula a liberdade de imprensa. Rio de Janeiro, Distrito Federal do Brasil, 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2083-12-novembro-1953-366187-norma-pl.html>. Acesso em: jan. 1923.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (De 18 de Setembro de 1946). Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRANDIM, Ana Cristina Meneses de Sousa. **Escrita dos movimentos interiores**: escrita de si e construção de uma trajetória de intelectualidade e distinção em A. Tito Filho (1971-1992). 2012. 264f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PR, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CARDOSO, Elisângela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. 2010. 534f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2010.

CASTELO BRANCO, Lili. **Vida romanceada de Simplicio de Sousa Mendes**. Teresina: Coedição Academia piauiense de Letras e Fundação Cultural do Piauí, 1987.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e política no Piauí na primeira metade do período monárquico. **Revista Ágora**. v. 31, n. 1, e-2020310107, 2020.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Famílias e escritas**: a prática discursiva dos literatos e as relações familiares em Teresina nas primeiras décadas do século XX. 2005. 230f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pernambuco, Recife, PE, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *In*: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-178.

CARVALHO, Orlando M. Os partidos políticos nacionais e as eleições parlamentares de 1958. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, n. 8, p. 9-19, abr. 1960.

CASTRO, Francisco Ferreira de. A campanha eleitoral de 1958 no Piauí. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, n. 8, p. 9-19, abr. 1960.

CHAVES, Paulo Alberto Diniz. **O homem e o jornalista**: José Jornal Vieira do Piauí Chaves. Teresina: O Autor, 2013.

CELSO, Affonso. **O Assassinato do Coronel Gentil José de Castro (Subsídios para a história do regimen republicano no Brasil)**. Paris, s.n., 1897.

CARROLL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

DARNTON, Robert. **O diabo na água benta Ou a arte da calúnia e da difamação de Luís a Napoleão**. Trad. Carlos Afonso Malferrari. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso, notícia e ideologia: estudos na Análise Crítica do Discurso**. Porto: Campo das Letras, 2005.

DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba**. São Paulo: Annablume, 2010.

ESMARAGDO DE FREITAS E SOUSA. Disponível em: <https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/galeria-dos-desembargadores-do-tjpi/esmaragdo-de-freitas-e-sousa/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

EULETÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. *In*: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FAUSTO NETO, Antônio. **Mutações no discurso jornalístico: da “construção da realidade” a “realidade da construção”**. 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1804-1.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

FAUSTO NETO, Antônio. Enunciação, auto-referencialidade e incompletude. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 34, p. 78-85, dez. 2007.

FERREIRA; Jordan Bruno Oliveira. **Literatura, História e memória nas crônicas de A. Tito Filho**. 2014. 184f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **As eleições de 1958 e o crescimento do PTB**. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/Eleicoes1958> >. Acesso em: 31 ago. 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": o retorno da história política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FREITAS, Ana Karina Miranda de. Psicodinâmica das cores em comunicação. **Nucom**. Limeira/SP, ano 4, n. 12, out.-dez. 2007, p. 1-18.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Trad. Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira; Carlos Nelson Coutinho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, v. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Trad. Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado**. Teresina: Halley, 2003.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A história política no campo da história cultural. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2007.

HIDROFOBIA. Dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/hidrofobia/>. Acesso em: abr. 2024.

HOHLFELDT, Antonio; VALLES, Rafael Rosinato. **Conceito e história do Jornalismo brasileiro na “Revista de Comunicação”** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novas abordagens. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alvis, 1976, p. 180-196.

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Edição bilíngue. Trad. Raimundo Vier. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

KRUEL, Kenard. **Chagas Rodrigues**: grandes vultos que honraram o Senado. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

LAGE, Nilson; TALES, Faria; RODRIGUES, Sérgio. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 1, n. 1, p. 132-144, 2004.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: Teoria e Técnica da entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novas abordagens. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alvis, 1976.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LENE, Hérica; LOPES, Rafael S. Memória e história da imprensa: as associações profissionais e a conformação do *ethos* jornalístico. **Anais XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom Manaus - XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2013.

LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político**: as disputas pelo poder no governo Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962). 2011, 158p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2011.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Relações de poder e práticas jornalísticas em *O Dia, A Cidade e Jornal Do Piauí (1951 a 1954)***. 2014, 349f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2014.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Invisíveis asas das ondas ZYQ-3**: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948-1962). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2017.

LIVRO DO CONGRESSO. Associação Piauiense de Imprensa. Teresina: Tipografia Popular, 1934.

LOPES, Fernanda Lima. Autorreferência, discurso e autoridade jornalística. **Biblioteca online de Ciências da Comunicação**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-fernanda-auto-referencia-discurso.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 149-175.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista**: a linguagem como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009.

MAROCCO, Beatriz; LIMA, Nilsângela Cardoso; VIEIRA, Karine Moura. A estratégia da invisibilidade em *O Dia*. Contribuição para o estudo do pseudônimo. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo** [En ligne], v. 3, n. 1, p. 44-57, 2014.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de império. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, José Marques de. **Sociologia da imprensa brasileira**: a implantação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

MICHAELIS. Dicionário brasileiro de língua portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cachorro#:~:text=2%20fig%20%2C%20pej%20Indiv%C3%ADduo%20sem,fig%20V%20cachorro%20%2C%20acep%C3%A7%C3%A3o%204..> Acesso: 05 jun. 2024.

MOREIRA, Henrique; MARTINS, Luiz. A ABI e a construção da identidade profissional dos jornalistas brasileiros. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, v. 13, n. 1, p. 25-30, jan./jun. 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sà Motta. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sà Motta. **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sà Motta. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sà Motta. (org.). **Culturas políticas na História: novos estudos**. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

MOULLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Rua da Glória: no tempo dos revoltosos (1921-1934)**. v. 3, Teresina: EDUFPI, 1993.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea publicações Editora, 2004.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência em Teresina (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (org.). **Os governadores do Piauí: uma perspectiva histórica**. Teresina: Fundação CEPRO, 1993.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

NASCIMENTO, Bárbara Bruma Rocha do. **História, cidade e literatura em A. Tito Filho (1971-1975)**. 2015. 104f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2015.

NOSSA JÚNIOR, Leoncio. **Cultura política e assassinato no Brasil (1979-2022)**. 2023. 130f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2023.

NUNES, Cecília Silva de Alméida. Trama e poder: trajetória do republicanismo no Piauí (1870-1894). In: EUGÊNIO, João Kennedy. **História de vários feitios e circunstâncias**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001, p. 210-233

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a foice e o martelo**: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1959: uma análise a partir do discurso do jornal “O Dia”. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu**: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). 2016. 532 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Entre mortos e feridos, salvaram-se todos! o processo eleitoral de 1958 no Piauí. **Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico de História da Uece**. v. VII, n. 13, jan.- jul., 2019.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Que o sol brilhe para todos: ideário trabalhista no Piauí nas décadas de 1950 e 1960. *In*: **Anais VXII Simpósio Nacional de História**. Natal. RN, 26 jul. 2013.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Em nome de Deus, da democracia e da terra: representações anticomunistas na década de 1960 no Piauí. **Antíteses**. v. 1, n. 2, jul.-dez. 2008.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Quem tem medo da revolução camponesa? O anticomunismo piauiense e questão agrária na década de 1960. **Revista Labor**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 117–130, 2017. DOI: 10.29148/labor.v1i2.6653. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6653>. Acesso em: 5 ago. 2022.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Mas afinal, o que era mesmo o comunismo? A significação da palavra “comunismo” através dos textos anticomunistas que circularam no Piauí da década de 1960. **Fênix - Revista De História E Estudos Culturais**, n. 6(1), p. 1–20. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/107> Acesso em: 5 ago. 2022.

OLIVEIRA, Thamyres Sousa de. **O jornalismo piauiense e a censura em tempos de estado novo**. 191f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2017.

PEDROSA, Robert. **60 anos de história e um olhar voltado para o futuro**. Disponível em: <http://www.portalodia.com/imprimir/60-anos-de-historia-e-um-olhar-voltado-para-o-futuro-101291.html#>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. Teresina: Bial, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p.03-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memórias e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, V. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a república**: Clodoaldo Freitas, Hígino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina, PI: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense**: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RÊGO, Ana Regina. Imprensa piauiense atuação política no século XIX. *In: I Encontro Nacional da Rede Alcar*. Mídia Brasileira, 2003, Rio de Janeiro. Anais [...], 2003, Rio de Janeiro.

REMÓND, René. (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 31, 2003, p. 147-160.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. *In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006. p. 426-435.

ROMANCINNI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções: problemas e métodos**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ROSONVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. Trad. Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda. 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Mídia e política no Brasil**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

SAID, Carlos. **Entrevista concedida a Thamyres Sousa de Oliveira**. Teresina, 16 de novembro de 2015.

SAID, Gustavo Fortes. **Mídia, poder e história na era pós-moderna**. Teresina, PI: EDUFPI, 1998.

SAID, Gustavo Fortes. **Comunicações no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.

SALLUM Jr., Brasília. Sérgio Buarque de Holanda. *In: MOTA, Lourenço Dantas. (org.). Um banquete no Trópico*. São Paulo. Editora SENAC, 1999, p. 235-256.

SANTOS, Alessandra Lima dos Santos; FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. Por uma imprensa política sem hostilidade e sem bajulação na década de 1970? **Humanas Res**, v. 1, n. 1, p. 240-253, 2019.

SANTOS, Alessandra Lima. A cidade medita: o discurso dos jornalistas d'O Liberal sobre Teresina na década de 1970. **Contraponto**. Teresina, v. 5, n. 2, p. 19-36, jul./dez. 2016.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In: REMÓND, René. (org.). Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 231-270.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Biblioteca On-line de Ciência da Comunicação, 2008, p. 88-113. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SANTOS, Alessandra Lima. A cidade medita: o discurso dos jornalistas d'O Liberal sobre Teresina na década de 1970. **Contraponto**. Teresina, v. 5, n. 2, p. 19-36, jul./dez. 2016.

SOLON, Daniel Vasconcelos. **O eco dos alto-falantes: memória das amplificadoras e sociabilidades na Teresina de meados do século XX**. 162f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2006.

TITO FILHO, A. Prefácio. In: CASTELO BRANCO. Lili. **Vida romanceada de Simplício de Sousa Mendes**. Teresina: Coedição Academia piauiense de Letras e Fundação Cultural do Piauí, 1987, p. 3-2.

TITO FILHO, Arimathea. **O Piauí no Congresso Nacional**. Teresina: COMEPI, 1980.

TITO FILHO, Arimathea. **Governadores do Piauí**. Mapa histórico. Governadores do Estado do Piauí. República. Teresina: [s.n.], 1978.

TITO FILHO, A. O Dia: história e fatos de um tempo. **O Dia**. Teresina, 1 fev. 1990. Disponível em: <http://acervoatitofilho1.blogspot.com.br/2011/03/os-socios.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

TITO FILHO, A. Os sócios. **O Dia**. Teresina, 29 abr. 1988. Disponível em: <http://acervoatitofilho1.blogspot.com.br/2011/03/os-socios.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

TITO FILHO, A. Associação. **O Dia**. Teresina, 13 abr. 1988. Disponível em: <http://acervoatitofilho1.blogspot.com.br/2011/01/associacao.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

TITO FILHO, A. História e fatos de um tempo. **O Dia**, 1 de fevereiro de 1990. In: KRUEL, Kenard. **Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018, p. 269-272.

TORRES, Andréa Sanhudo. **Imprensa: política e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. 2. ed. v. 1, Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 2. ed. v. 2, Florianópolis: Insular, 2008.

Revistas

CADERNOS DE COMUNICAÇÃO. A. Tito Filho: o jornalismo quer a verdade, doa a quem doer. Teresina: Sindicato dos Jornalistas do Piauí, nov. 1994.

CADERNOS DE COMUNICAÇÃO. Alberoni Lemos Filho: O homem do supermercado. Teresina: Sindicato dos Jornalistas do Piauí, maio 1996.

CADERNOS DE COMUNICAÇÃO. Vítor Gonçalves Neto: o cronista maldito. Teresina: Zodíaco, v. 3, ago. 1996.

REVISTA CARAVANA, ano XII, set. 1958.

REVISTA CARAVANA, ano XII, n. 166, dez. 1958/jan. 1959.

REVISTA CARAVANA, ano XIII, ago. 1960.

REVISTA CARAVANA, ano XVIII, mar. 1960.

REVISTA CARAVANA, ano XIV, abr. 1961.

REVISTA CARAVANA, jul. 1965.

Citações de jornais

A RESPOSTA QUE DAMOS. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 705, p. 6, 24 set. 1959.

A VERDADE DOS FATOS. Espancamentos. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.008, p. 1, 25 jun. 1961.

ADAPTAÇÃO DE LOCUÇÕES ESTRANGEIRAS. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 979. p. 1, 17 maio 1962.

ADAPTAÇÃO DE LOCUÇÕES ESTRANGEIRAS. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 988. p. 1, 7 jun. 1962.

ADAPTAÇÃO DE LOCUÇÕES ESTRANGEIRAS. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 989. p. 1, 10 jun. 1962.

AMEAÇAS DE VIOLÊNCIA. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 948, p. 8, 20 ago. 1961.

AS AMEAÇAS DE MILTON CARDOSO. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 960, p. 10, 1 out. 1961.

ASSIM É QUE VAMOS VOTAR. **O Dia**. Teresina, Teresina, ano XI, n. 1.030, p. 4, 26 set. 1962.

BANQUETE DO PREFEITO. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 887/848, p. 1, 5 fev. 1961.

BATALHA DE ONZE ANOS. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 938, p. 1, 31 jan. 1962.

“CACHORRÃO DA FAZENDA”. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 965. p. 1, 8 abr. 1962.

CANDIDATURAS. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.004, p. 1, 22 jul. 1962.

- CARVALHO, d'Assunção. Notas & fatos. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 849, p. 4, 9 fev. 1961.
- CARVALHO, d'Assunção. Notas & fatos. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 850, p. 3, 12 fev. 1961.
- CLAUDIUS. O horror à responsabilidade. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 726, p. 1, 6 dez. 1959.
- CLAUDIUS. O Deus da imprensa moderna. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 702. p. 1, 15 set. 1959.
- CLAUDIUS. Estarrecedor. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 930. p. 1, 16 nov. 1961.
- CLÁUDIUS. Um assunto. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 942. p. 1, 18 jan. 1962.
- COMENTANDO E INFORMANDO. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.114, p. 1, 4 jul. 1961.
- CONSUMADO O ATENTADO CONTRA A IMPRENSA. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.050, p. 4, 17 ago. 1961.
- COSTA, Olympio. “Hidrofobia”. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 770, p. 1, 8 maio 1960.
- COSTA, Olympio. Prostituídos intelectuais da imprensa. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 926, p. 1, 12 nov. 1961.
- COSTA, Olympio. Brasil – Imprensa e desmoralização. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 924, p. 1, 2 nov. 1961.
- COSTA, Olympio. Idealismo?! **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 990, p. 1, 12 jun. 1962.
- COSTA NETO, Olympio Vaz da. Resposta a um crápula. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 943, p. 1, 21 jan. 1962.
- SILVA, Cunha. Gato e cachorro. **O Dia**. Teresina, ano VIII, n. 636, p. 6, 25 jan. 1959
- DANTAS, Deoclécio. Imprensa sem dêcoro. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 938. p. 4, 25 jan. 1962.
- DANTAS, Deoclécio. Debochados. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 945. p. 6, 28 jan. 1962.
- ENTIDADES ESTUDANTIS SOLIDÁRIOS AO JORNALISTA OSVALDO LOBÃO; Nota oficial da União Estadual dos Estudantes. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.054, p. 4, 22 ago. 1961.
- ESCOLHA ACERTADA. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 846, p. 4, 29 jan. 1961.
- ESTARRECEDOR. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1115. p. 1, 12 nov. 1961.
- ÉTICA JORNALÍSTICA. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 691, p. 3, 6 ago. 1959.
- EXPLICAÇÃO QUE SE IMPÕE. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 484, p. 1, 10 jul. 1959.

Folha da Manhã. Teresina, ano V, n. 1.112, p. 1, 9 nov. 1961.

Folha da Manhã. Teresina, ano III, n. 745, p. 1, 28 jun. 1960.

FOLHA DA MANHÃ APRESENTA. **Folha da Manhã.** Teresina, ano V, n. 1.143, p. 7, 20 dez. 1961.

FOLHA DA MANHÃ AMEAÇADA DE EMPASTELAMENTO. **Folha da Manhã.** Teresina, ano IV, n. 1, p. 1, 20 ago. 1961.

GUERRA, S. D. E só depois. **O Dia.** Teresina, ano XII, n. 497, p. 6, 4 fev. 1962.

GUERRA, S. D. Recortes. Levianos?! **O Dia.** Teresina, ano XII, n. 951, p. 1, 18 fev. 1962.

GOVERNADOR ARRENDATÁRIO DE JORNAIS. **Folha da Manhã.** Teresina, ano IV, n. 993, p. 4, 7 jun. 1961.

GOVERNADOR EM ATIVIDADE. **Folha da Manhã.** Teresina, ano IV, n. 956, p. 1, 20 abr. 1961.

HIDROFOBIA. **Jornal do Piauí.** Teresina, ano IX, n. 814, p. 1, 5 maio 1960.

HOMENS PÚBLICOS E IMPRENSA. **Jornal do Piauí.** Teresina, ano X, n. 892, p. 3, 5 fev. 1961.

IMPRENSA E JORNALISMO. **O Dia.** Teresina, ano IX, n. 703. p. 1, 17 set. 1959.

IMPRENSA VERDE-AMARELA. **O Dia.** Teresina, ano XII, n. 943, p. 1, 21 jan. 1962.

IMPRENSA VITORIOSA NA JUSTIÇA. **Folha da Manhã.** Teresina, ano IV, n. 1.055, p. 6, 23 ago. 1961.

“INDÍGNO DE SER INFAME”. **O Dia.** Teresina, ano XII, n. 980. p. 4, 20 maio 1962.

INSEGURANÇA. **Jornal do Piauí.** Teresina, ano X, n. 934, p. 3, 2 jul. 1961.

ÍNTEGRA DA PETIÇÃO EM QUE SE REQUER AÇÃO PENAL CONTRA O “JORNAL DO PIAUÍ”. **O Dia.** Teresina, ano XI, n. 915, p. 1, 1 out. 1961.

IRRESPONSÁVEIS. **O Dia.** Teresina, ano XII, n. 963. p. 1, 1 abr. 1962.

Jornal do Piauí. Teresina, ano VII, n. 610, p. 1, 10 jul. 1958.

Jornal do Piauí. Teresina, ano IX, n. 781, p. 1, 3 jan. 1960.

JORNALISMO SEM COMPOSTURA. **O Dia.** Teresina, ano XII, n. 982. p. 3, 24 maio 1962.

JORNALISTA A. TITO FILHO. **Folha da Manhã.** Teresina, 28 out. 1962, ano VI, n. 1.375, p. 1.

LEÃO MONTEIRO. **O Dia.** Teresina, ano XII, n. 946, p. 1, 31 jan. 1962.

MATTOS, Thélío. A imprensa e a corrupção da inteligência. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 705, p. 1, 24 set. 1959.

MÁQUINAS. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.003. p. 1, 19 jul. 1962.

MENDES, Prof. Simplício de Sousa. Radar... Dobrez-Político-Judiciante. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 684, p. 6, 12 jul. 1959.

MENDES, Prof. Simplício de Sousa. Radar... Imprensa. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 685, p. 6, 16 jul. 1959.

MENDES, Prof. Simplício de Sousa. Televisão. Não é inteligência, somente instinto. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 577, p. 6, 13 nov. 1959.

MENDES, Prof. Simplício de Sousa. Televisão. Em redor dum jornalista. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 937, p. 4, 26 mar. 1961.

Mendes, Prof. Simplício de Sousa. Televisão. Imunidades Parlamentares. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.044, p. 3, 9 ago. 1961

MENOS BRIGA. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.059, p. 1, 27 dez. 1962.

MOTIVO. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 865, p. 2, 6 abr. 1961.

NASCEU DE UM FURTO. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.033. p. 1, 3 out. 1962.

NOTA DA REDAÇÃO. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 684, p. 6, 12 jul. 1959.

NOTAS DIVERSAS. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 953, p. 4, 16 abr. 1961.

NOTÍCIA. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 959, p. 1, 28 set. 1961.

NOSSO 10º. ANIVERSÁRIO. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 847/848, p. 1, 5 fev. 1961.

O ELOGIO DA CAMARADAGEM. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 953, p. 1, 16 abr. 1961.

O Dia. Teresina, ano I, n. 4, p. 2, 01 fev. 1951.

O Dia. Teresina, ano I, n. 22, p. 4, 01 jul. 1951.

O Dia. Teresina, ano I, n. 26, p. 1, 29 jul. 1951.

O Dia. Teresina, ano III, n. 124, p. 5, 14 jun. 1953.

O Dia. Teresina, ano III, n. 147, p. 6, 22 nov. 1953.

O Dia. Teresina, ano VIII, n. 629, p. 2, 1 jan. 1959.

O Dia, ano IX, n. 741, p. 1, 28 jan. 1960.

O Dia. Teresina, ano XII, n. 976, p. 3, 10 maio 1962.

“O DIA” VOLTARÁ ÀS CIRCULAÇÕES MATUTINAS. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1008, p. 2, 3 ago. 1962.

O POVO CONSAGRA “O DIA”. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1001, p. 4, 15 jul. 1962.

O QUE VAI PELA CIDADE. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 960, p. 1, 1 out. 1961.

O QUE VAI PELA CIDADE. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 966, p. 1, 22 out. 1961.

O REGRESSO DO NOSSO DIRETOR. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 681, p. 1, 2 jul. 1959.

OITO ANOS. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 638, p. 1, 1 fev. 1959.

OPOSIÇÃO. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 928. p. 1, 26 nov. 1961.

OPOSIÇÃO DESVAIRADA. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 663, p. 1, 30 abr. 1959.

OS GOSTOS SÃO DIFERENTES. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 870, p. 1, 3 abr. 1961.

PEDROSA, R. Ecos. **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 936, p. 7, 9 jul. 1961.

PELE FINA. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.052, p. 1, 19 ago. 1961.

PIAUIENSE, José. Isto realmente aconteceu. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 881, p. 4, 1 jun. 1961.

PIAUIENSE, José. Isto realmente aconteceu. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 877, p. 1, 1 maio 1961.

PIAUIENSE, José. Isto realmente aconteceu. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 864, p. 1, 2 abr. 1961.

PIAUIENSE, José. Isso realmente aconteceu. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 847/848, p. 1, 5 fev. 1961.

PIAUIENSE, José. Isso realmente aconteceu. **O Dia**. Teresina, Teresina, ano XI, n. 867, p. 1, 13 abr. 1961.

PIAUIENSE, José. Isso realmente aconteceu. **O Dia**. Teresina, Teresina, ano XI, n. 869, p. 3, 20 abr. 1961.

PIAUIENSE, José. Isso realmente aconteceu. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 837, p. 1, 29 dez. 1960.

POLÍTICA EXTRÁNHAVEL. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 849, p. 4, 9 fev. 1961.

POLTRÃO. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.035. p. 3, 7 out. 1962.

POR TÃO POUCO? **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.002, p. 1, 17 jun. 1961.

PROFESSORA GRACILDES MONTEIRO. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 941, p. 1, 14 jan. 1962.

- QUARESMA, Desidério. Um desajustado no govêrno. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 705, p. 1, 24 set. 1959.
- QUARESMA, Desidério. Duelo de descomposturas. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 714, p. 1, 15 out. 1959.
- QUARESMA, Desidério. O dever social da imprensa. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 675, p. 6, 11 jun. 1959.
- QUEM SÃO ELES – III – João Clímaco de Almeida. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.022. p. 1, 5 set. 1962.
- QUEM SÃO ELES – V – Dirno Pires. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.024. p. 1, 9 set. 1962.
- RESPONSABILIDADE. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.032, p. 1, 30 jul. 1961.
- RESTABELECENDO A VERDADE. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 734, p. 1, 14 jun. 1960.
- RUMO CERTO. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 884, p. 3, 11 jun. 1961.
- SAÍRA A SUBSTITUIÇÃO? **Jornal do Piauí**. Teresina, ano X, n. 958, p. 1, 24 set. 1961.
- Silva, Cunha e. Gato e cachorro. **O Dia**. Teresina, ano VIII, n. 636, p. 6, 25 jan. 1959.
- SILVA, Cunha e. A eterna vítima **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 704, p. 6, 20 set. 1959.
- SILVA, Cunha e. Existe imprensa em Teresina. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 738, p. 4, 17 jan. 1960.
- SILVA, Cunha e. O jornalista tem o dever de ser o arauto da verdade. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 678, p. 6, 21 jun. 1959.
- SILVA, Cunha e. Oposição superada. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 938. p. 4, 4 jan. 1962.
- SILVA, Iracema Santos Rocha e. Retoques, fatos e notícias. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.006, p. 1, 26 jul. 1962.
- SILVA JÚNIOR. Homens e cousas. “Imprensa Alheia”. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.044, p. 3, 9 ago. 1961.
- SILVA JÚNIOR. Homens e cousas. A semana que passou. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.053, p. 4, 20 ago. 1961.
- SILVA JÚNIOR. Homens e cousas. A semana que passou. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.057, p. 4, 25 ago. 1961.
- SR. DYRNO PIRES FERREIRA! **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 980. p. 1, 20 maio 1962.
- TELEVISÃO. **Folha da Manhã**. Teresina, ano I, n. 91, 19 jan. 1958.
- TIBÉRIO DESMENTE A FÔLHA DA MANHÃ. **O Dia**. Teresina, ano XII, n. 1.004. p. 4, 22 jul. 1962.

- TITO FILHO, A. Narrativas e impressões. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 784, p. 1, 26 jan. 1960.
- TITO FILHO, A. Notas e comentários. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 743, p. 4, 3 fev. 1960.
- TITO FILHO, A. Reportagem sincera. **O Dia**. Teresina, ano IX, n. 747, p. 1, 18 fev. 1960.
- TITO FILHO, A. Homens e Atitudes. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 809, p. 1, 22 set. 1960.
- TITO FILHO, A. Estante de assuntos. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 777, p. 1, 2 jun. 1960.
- TITO FILHO, A. Benjamin, Bossa e notícias. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 772, p. 1, 15 maio 1960.
- TITO FILHO, A. Depoimento verdadeiro. **O Dia**. Teresina, ano X, n. 783, p. 1.
- TITO FILHO, A. Mark Twain na roda do tempo ou um Sherlock em Ceroulas. **O Dia**. Teresina, 10 mar. 1960, ano IX, n. 753. p. 1.
- TITO FILHO, A. Bossa-Nova. **O Dia**. Teresina, 13 mar. 1960, ano IX, n. 754. p. 1.
- TITO FILHO, A. Chuva miúda. **O Dia**. Teresina, 17 mar. 1960, ano IX, n. 755. p. 1.
- TITO FILHO, A. Capítulos da vida. **O Dia**. Teresina, 12 jun. 1960, ano X, n. 780, p. 3.
- TITO FILHO, A. Assuntos e Opiniões. **O Dia**. Teresina, 8 jan. 1961, ano XI, n. 840, p. 1.
- TITO FILHO, A. Fatos e comentários. **O Dia**. Teresina, 5 fev. 1961, ano XI, n. 887/848, p. 1.
- WALTER, José. Imprensa independente. **O Dia**. Teresina, 1 jan. 1961, ano XI, n. 838, p. 6.
- TITO FILHO, A. Idéias e notícias. **O Dia**. Teresina, 22 jan. 1961, ano XI, n. 844, p. 1.
- TITO FILHO, A. Pontos nos ii. **O Dia**. Teresina, 23 fev. 1961, ano XI, n. 853, p. 1.
- TITO FILHO, A. Carta a redação. **Folha da Manhã**. Teresina, 21 abr. 1961, ano IV, n. 957, p. 1.
- TITO FILHO, A. Opinião dos outros. **O Dia**. Teresina, Teresina, 24 ago. 1961, ano XI, n. 904, p. 1.
- TITO FILHO, A. Fatos e explicações. **O Dia**. Teresina, Teresina, 5 out. 1961, ano XI, n. 916, p. 1.
- TITO FILHO, A. Alguns comentários. **O Dia**. Teresina, Teresina, 24 set. 1961, ano XI, n. 911, p. 1.
- TRANSCRIÇÕES. **O Dia**. Teresina, 20 maio 1962, ano XII, n. 980. p. 1.
- UNIÃO DOS ESTUDANTES DO PIAUÍ. **Folha da Manhã**. Teresina, 20 ago. 1961, ano IV, n. 1.040, p. 2.
- VÁRIAS. **Folha da Manhã**. Teresina, 24 dez. 1961, ano V, n. 1.145, p. 6.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Carta aberta. **Folha da Manhã**. Teresina, 17 jun. 1961, ano IV, n. 1.002, p. 4.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Agressão, aspectos e estranheza. **Folha da Manhã**. Teresina, 16 jul. 1961, ano IV, n. 1.024, p. 2.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Vários assuntos. **Folha da Manhã**. Teresina, 19 jul. 1961, ano IV, n. 1.026, p. 2.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. **Folha da Manhã**. Teresina, 30 jul. 1961, ano IV, n. 1.032, p. 2, 23 jun. 1960.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. “Imprensa alheia”. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.040, p. 2, 4 ago. 1961.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Calar, por que?. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.045, p. 2, 10 ago. 1961.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. “Imprensa alheia”. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.046, p. 2, 11 ago. 1961.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Denúncia pública. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.049, p. 2, 16 ago. 1961.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Carta aberta. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.050, p. 2, 17 ago. 1961.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1, p. 2, 20 ago. 1961.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. “Persona non grata”. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.051, p. 2, 18 ago. 1961.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Chagas e o tribunal. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.052, p. 2, 19 ago. 1961.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Notas diversas. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.054, p. 2, 22 ago. 1961.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Vários assuntos. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.055, p. 2, 23 ago. 1961.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Razões governamentais. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.072, p. 2, 19 set. 1961.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Falando com o povo. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.125, p. 3, 25 nov. 1961.

VÉRAS FILHO, Osvaldo de Lobão. Fatos & comentários. Nossa opinião. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.126, p. 3, 26 nov. 1961.

WALTER, José. Pontos de Vista. Imprensa independente. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 838, p. 6, 1 jan. 1961.

WALTER, José. Ponto de vista. “O Dia” em foco. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 895, p. 6, 23 jul. 1961.

WALTER, José. Ponto de Vista. Imprensa independente. **O Dia**. Teresina, ano XI, n. 838, p. 6, 1 jan. 1961.

WALTER, José. Ponto de vista. A Tito Filho e eu. **O Dia**. Teresina, Teresina, ano XI, n. 905, p. 1, 27 ago. 1961.

WALTER, José. Ponto de vista. Falta de consciência. **O Dia**. Teresina, Teresina, ano XI, n. 910, p. 3, 14 set. 1961.

WALTER, José. Ponto de vista. Candidatou-se, Homem. **O Dia**. Teresina, Teresina, ano XI, n. 915, p. 5, 1 out. 1961.

WALTER, José. Ponto de vista. Candidate-se, homem. **O Dia**. Teresina, Teresina, ano XI, n. 915, p. 5, 1 out. 1961.

APÊNDICE

Tabela 1: Jornais de Teresina (1959-1962)

NOME DO JORNAL	ANO DE CRIAÇÃO	PROPRIETÁRIO	DIRETOR	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA 1959-1962
<i>Estado do Piauí</i>	1928	Josipio Lustosa	Clidenor dos Santos	PTB
<i>O Piauí</i>	1945	Helvécio Coelho Rodrigues	Helvécio Coelho Rodrigues	UDN
<i>Jornal do Comércio</i>	1947	Bento Clarindo Bastos	Bento Clarindo Bastos	PTB
<i>O Dia</i>	1951	Raimundo Leão Monteiro	Raimundo Leão Monteiro	“Independente” 1959-61: PSD 1961-62: PTB
<i>Jornal do Piauí</i>	1951	Antônio de Almendra Freitas	De responsabilidade do Diretório Regional do Partido Social Democrático	PSD
<i>Folha da Manhã</i>	1957	Marcos Santos Parente	J. Araújo Mesquita	UDN
<i>Cidade de Teresina</i>	1959	Raimundo Ramos	Raimundo Ramos	PRP
<i>Folha do Nordeste</i>	1962	João Clímaco de Almeida Dirno Pires Ferreira	João Clímaco de Almeida Dirno Pires Ferreira	PSD